

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 12 de Fevereiro de 2007

Número 30

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

Caixa Económica Montepio Geral

Relatório n.º 1-A/2007:

Relatório e contas de 2005 3772-(2)



PARTE J

CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Relatório n.º 1-A/2007

Relatório e contas anuais 2005

1 — Órgãos associativos e institucionais para 2004-2006

Mesa da assembleia geral:

Presidente, associado n.º 26 749, António de Seixas da Costa Leal, economista; 1.º Secretário, associado n.º 31 560, António Pedro de Sá Alves Sameiro, advogado; 2.º Secretário, associado n.º 45 139, António Dias Sequeira, economista.

Suplentes: associado n.º 32 990, José António da Conceição Neto, economista; associado n.º 45 233, Alfredo Gonzalez Esteves Belo, economista.

Conselho de administração:

Presidente, associado n.º 29 416, José da Silva Lopes, economista. Vogais: associado n.º 44 630, Alberto José dos Santos Ramalheira, economista; associado n.º 52 398, Ludovico Morgado Cândido, economista; associado n.º 28 745, José de Almeida Serra, economista; associado n.º 38 670, António Tomás Correia, jurista.

Conselho fiscal:

Presidente, associado n.º 33 151, Vítor José Melícias Lopes, professor universitário.

Efectivos: associado n.º 29 464, Leontino Raimundo Aleixo, economista; associado n.º 31 807, José Joaquim Rosa, licenciado em Gestão Bancária.

Suplente: associado n.º 95 534, Isilda de Aires Nunes Branquinho, economista.

Conselho geral:

Efectivos: associado n.º 26 952, Manuel Jacinto Nunes, professor universitário; associado n.º 49 598, José Joaquim Fragoso, engenheiro; associado n.º 31 000, António Fernando Menezes Rodrigues, economista; associado n.º 29 973, Manuel Lopes da Silva, economista; associado n.º 39 429, José Alberto Pereira Pitacas, economista; associado n.º 32 309, Virgílio Manuel Boavista Lima, economista; associado n.º 23 841, Jorge da Costa Silveira, empregado bancário aposentado; associado n.º 39 934, Carlos Alberto Pereira Martins, economista; associado n.º 37 711, Norberto Cunha Junqueira F. Félix Pilar, economista; associado n.º 50 387, José Baltazar S. Osório Andrade Guerra, professor universitário; associada n.º 42 804, Mariana de Jesus Valadas Reisinho Reto, vice-presidente da Associação Internacional das Mutualidades; associado n.º 46 909, Alexandre Santos Castanheira, professor universitário.

2 — Direcção

Secretariado geral: António Pedro de Sá Alves Sameiro, secretário geral.

Direcção de Recursos Humanos: Rui Sérgio Carvalho Santos Calheiros Gama, director.

Departamento de Gestão e Formação: Maria Isabel Marques Nunes, subdirectora.

Departamento de Processamento: Óscar Spínola Duarte Silva, subdirector.

Direcção da Associação Mutualista: Pedro Maria Bleck Silva, director; José Alberto Pereira Pitacas, director.

Departamento de Gestão Mutualista: Fernanda Gue Young, directora adjunta.

Departamento Associativo: Luís Artur Estevão Bravo, director adjunto.

Departamento de Desenvolvimento Mutualista: Rita Maria Machado Silva Pereira C. Pimentel, directora adjunta.

Direcção de Planeamento e Estudos: Virgílio Manuel Boavista Lima, director coordenador; José Jesus Martins, director.

Departamento de Estratégia e Plano: Maria Lúcia Ramos Bica, directora adjunta.

Departamento de Orçamento e Controlo: Tomás Correia Cunha Góis Figueira, director adjunto.

Departamento de Estudos: Miguel Alexandre Teixeira Coelho, director adjunto.

Direcção de Análise e Gestão de Riscos: Jorge Humberto Cruz Barros Jesus Luís, director.

Departamento Risco Operacional: António José Alexandre, director adjunto.

Direcção de Auditoria e Inspecção: Virgílio Manuel Boavista Lima, director coordenador.

Departamento de Auditoria: Augusto Pinheiro Ferreira, director.

Departamento de Inspecção: Miguel Nunes Sales, director.

Direcção Financeira e Internacional: António Augusto Almeida, director coordenador.

Departamento Financeiro: Artur Jorge Correia Gama, director.

Departamento Internacional: Luís Manuel Lourenço, director.

Direcção de Marketing e Novos Canais: Pedro Jorge Gouveia Alves, director.

Departamento de Marketing, Imagem e Publicidade: Filomena Maria Cambraia Santos M. Macedo, subdirectora.

Departamento de Novos Canais de Distribuição: Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro, subdirector.

Departamento de Cartões e Meios de Pagamento: Vasco Francisco Coelho Almeida, subdirector.

Direcção de Informática e Organização: Mário José Esteves Rodrigues, director coordenador.

Departamento de Desenvolvimento Informático: José João Garção Cabeças, director.

Departamento de Exploração, Sistemas, Canais de Distribuição: Mário José Esteves Rodrigues, director coordenador.

Departamento de Organização e Qualidade: Francisco José Gaveta Alhandra Duarte, director.

Departamento de Sistemas de Informação e Gestão: José Manuel Simões Freitas, director.

Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito: Armando Augusto Pinto Silva, director.

Departamento de Assessoria Jurídica: Carla Cristina Teixeira Morgado, subdirectora.

Departamento de Contencioso: Maria Carmo Martins Ventura Calvão, directora adjunta.

Departamento de Gestão e Controlo: Palmira Gue Gom, directora adjunta.

Departamento de Recuperação de Crédito: Vítor Guilherme Matos Filipe, director adjunto.

Direcção Imobiliária e Instalações: Vítor Louro Branco, director coordenador.

Departamento Imobiliário: Vítor Louro Branco, director coordenador.

Departamento de Instalações: Carlos Alberto Correia Braz, director.

Direcção de Operações e Logística: José Agostinho Rodrigues Viveiros, director coordenador.

Departamento de Operações: José Manuel Rodrigues Simões, director.

Direcção Comercial Norte: António Guimarães Pimenta, director; Vítor Fernando Santos Cunha, adjunto direcção.

Departamento Regional de Braga: Isabel Cristina Pereira da Silva, gerente zona.

Departamento Regional de Guimarães: Francisco Martins Marques Silva, subdirector.

Departamento Regional de Vila Real: Agostinho José Vaz Afonso, gerente zona.

Departamento Regional de Penafiel: Ernesto Jorge Monteiro Silva, gerente zona.

Departamento Regional de Vila Nova de Famalicão: Pedro Miguel Furtado Figueiredo, gerente zona.

Direcção Comercial Grande Porto: António Santos Correia, director; Manuel Luís da Costa Leite, adjunto direcção.

Departamento Regional de Porto-Aliados: Domingos Teixeira Cerqueira, subdirector.

Departamento Regional de Gaia: Manuel Delfim Correia Sousa, gerente zona.

Departamento Regional da Maia: Fernando Joaquim Dias Soares, subdirector.

Departamento Regional de Porto-Costa Cabral: Jorge Manuel Reis Lopes, gerente zona.

Departamento Regional de Aveiro: Alberto Marques Crisóstomo, director adjunto.

Departamento Regional S. João da Madeira: António Manuel Valério Batista, subdirector.

Direcção Comercial Centro: Manuel Duarte Cardoso Martins, director; António Manuel Monteiro Tarrafa, adjunto direcção.

Departamento Regional de Coimbra: Sandra Paula Sousa Vindeirinho, gerente zona.

Departamento Regional de Viseu: António José Tadeu Gonçalves Esteves, subdirector.

Departamento Regional de Castelo Branco: Eduardo Alberto Godinho Calado, gerente zona.

Departamento Regional de Leiria: Américo Mendes, subdirector.

Departamento Regional de Santarém: Alfredo Luís Fernandes Caldeira, subdirector.

Direcção Comercial Lisboa e Regiões Autónomas: Manuel Quelhas Gomes, director coordenador; António Mendes Almeida, adjunto direcção.

Departamento Regional Lisboa-Baixa: João Ribeiro Pisco Cruz, director adjunto.

Departamento Regional Lisboa-Centro: Ernesto Assunção Louro Saraiva, director adjunto.

Departamento Regional Lisboa-Occidental: Pedro Miguel Rodrigues Crespo, gerente zona.

Departamento Regional Lisboa-Norte: João Pedro Ribeiro Velez Rodrigues, director adjunto.

Departamento Regional da Madeira: João Manuel Andrade Pereira, subdirector; Sérgio Paulo Aveiro Gouveia, subdirector.

Departamento Regional dos Açores: George Manuel Moniz Gaspar, subdirector.

Direcção Comercial Grande Lisboa: Horácio Marques Pissarra, director adjunto; João Filipe Milhinhos Roque, adjunto direcção.

Departamento Regional da Parede: Armando Jorge Pereira Oliveira Lopes, gerente zona.

Departamento Regional da Amadora: Maria Guilhermina Martins Trindade P. Melo, subdirectora.

Departamento Regional de Sintra: Paulo Jorge Cunha Rainho, subdirector.

Departamento Regional Odivelas/Vila Franca de Xira: Pedro Manuel Gaspar Vasconcelos Carrasco, gerente zona.

Departamento Regional do Oeste: Carlos Alberto Encarnação Bento Marques, gerente zona.

Direcção Comercial Sul: José Plácido Mendonça Murtinha, director adjunto; José Santos Nogueira Serra, adjunto direcção.

Departamento Regional de Almada: Duarte Manuel Rodrigues Teixeira, gerente zona.

Departamento Regional do Barreiro: José Henrique Jesus Silva, gerente zona.

Departamento Regional de Setúbal: Ramiro Almeida Figueiredo, subdirector.

Departamento Regional de Évora: Pedro Jorge Ponte Araújo, gerente zona.

Departamento Regional do Algarve: João Manuel Rocha Palma, subdirector; Daniel Batista Martins Silveira, gerente zona.

Direcção Comercial de Empresas: Manuel Lopes da Silva, director coordenador; Luís Miguel Reis Branco Pardal, director adjunto.

Departamento Regional de Empresas — Norte: José Magalhães Moreira, adjunto direcção.

Departamento Regional de Empresas — Centro: Mário Jorge Costa Freitas Almeida, subdirector; Pedro Nuno Coelho Pires, gerente zona.

Departamento Regional de Empresas — Lisboa: Luís Miguel Reis Branco Pardal, director adjunto.

Departamento Regional de Empresas — Sul e Regiões Autónomas: António João Silva Alves, gerente zona.

Departamento de Análise de Risco de Crédito: Maria José Loureiro Ramires Ramos Tiroa, adjunto direcção.

Departamento de Leasing e Factoring: Manuel Lopes da Silva, director coordenador.

Departamento de Contabilidade: Armindo Marques Matias, director; Manuel José Valadas Gonçalves, assessor do director.

Gabinete de Relações Públicas Institucionais: José Robalo Martins, director coordenador.

Assessoria: José Silva Monteiro, assessor jurídico.

3 — Carta do presidente

Em 2005, o Montepio Geral conseguiu, no ambiente fortemente competitivo que se vive no sector financeiro e num contexto económico e social desfavorável, concretizar os principais objectivos

estratégicos do ano e pôr em prática diversas medidas que constituíram as bases do seu desenvolvimento futuro. Os Resultados dos Exercícios das diversas instituições que utilizam hoje a marca Montepio Geral corresponderam aos níveis que tinham sido definidos para 2005 e permitiram obter as melhorias desejadas nos principais indicadores económico-financeiros. A Associação Mutualista viu crescer o seu património em +21,5 %, verificando-se, igualmente, um aumento de 14,3 % no número de Associados que, no final do ano, totalizaram 333 638. A Caixa Económica obteve Resultados do Exercício superiores, em +37 %, aos do ano precedente, atingindo 45,3 milhões de euros, e melhorou os indicadores de rentabilidade, eficiência e risco. Prosseguiu-se a implementação das Linhas de Orientação traçadas no Plano Estratégico Integrado do Grupo. Essas Linhas de Orientação, periodicamente revistas e actualizadas, têm-se revelado adequadas para vencer os desafios estruturais que se colocam ao desenvolvimento das instituições do Grupo e irão permitir uma maior coesão estratégica e melhor articulação funcional entre estas. Estabeleceu-se como principal meta a melhoria sustentada da rentabilidade e a preservação e fortalecimento da solidez financeira das instituições. Para tal, elegeram-se como principais áreas de actuação o crescimento das actividades, a diversificação das fontes de proveitos, o controlo da progressão dos custos, a melhoria dos indicadores de risco e o aumento da eficiência. O ano de 2005 foi um ano de crescimento expressivo das actividades, que constituiu um factor gerador de rentabilidade, tanto a nível bancário e mutualista como no campo dos fundos de investimento e de pensões e dos seguros, em especial no ramo vida. Contudo, as condições macro-económicas do país, a retracção da actividade nalguns dos sectores que têm constituído os mercados de especialização do Montepio, como o sector da construção e habitação, o crescente desemprego e os níveis de endividamento já atingidos pelas famílias aconselham a adopção de políticas prudentes de crescimento e de salvaguarda dos riscos. Foi por isso que se procurou desenvolver a capacidade das instituições para diversificar a oferta, entrar em novas áreas de negócio e compensar a diminuição das margens de intermediação, com resultados nas receitas de comissões, na melhoria dos indicadores de risco, no reforço das competências tecnológicas e de capital humano e na aposta no aumento da qualidade, em todas as instituições do Grupo.

A nível mutualista, a par do crescimento de Associados, procedeu-se a uma profunda análise e consequentes alterações das características das modalidades mutualistas, por forma a adequá-las às actuais condições de rentabilidade e risco dos mercados financeiros. A política de distribuição de benefícios foi também adaptada a essas condições. Em paralelo, procurou-se desenvolver as capacidades de resposta do Grupo MG na área da economia social, onde existem lacunas de oferta, como é o caso dos serviços de gestão de centros residenciais para idosos e de prestação de cuidados domiciliários, criando-se a empresa «Residências Montepio — Serviços de Saúde, S. A.», em parceria com um grupo espanhol especializado neste sector. Na entidade bancária (CEMG) foi posto em prática, com apoio de consultoria, um conjunto de iniciativas para concretizar as acções estratégicas definidas, no domínio da dinamização comercial e no da optimização da rede de balcões e da carteira de clientes. O objectivo em vista foi promover a diversificação da oferta e o desenvolvimento organizacional e do *marketing*. Conseguiu-se, por essa via, obter, em 2005, níveis de crescimento expressivos da actividade e o aumento da notoriedade da marca. A progressão do crédito evoluiu selectivamente, em paralelo com o reforço da eficácia dos processos de gestão dos riscos, e das iniciativas de recuperação de créditos em incumprimento, que se revelaram de grande impacto na melhoria dos resultados. A maior articulação entre as empresas que integram o Grupo Montepio ficou patente no aumento das comissões provenientes da comercialização de seguros e de fundos de investimento, que permitiram diversificar a composição do Produto Bancário. A gestão da variável custos mereceu considerável atenção, ao longo do ano, procurando-se manter a sua progressão dentro dos limites definidos. Apesar disso, foram aumentados os investimentos e outros dispêndios em áreas vitais para garantir a competitividade da instituição. Essas áreas referem-se aos equipamentos tecnológicos, ao *marketing* e à reforma do sistema de incentivos e de avaliação de desempenho dos recursos humanos, que constituem o principal capital do grupo MG. Para 2006, definiu-se a continuação da política de crescimento moderado, baseado em critérios de prudência que não comprometam a solidez financeira das instituições e possibilitem melhorias sustentadas dos indicadores de eficiência e rentabilidade. Embora os Resultados atingidos e os níveis de progresso obtidos em 2005 sejam motivo de satisfação, para todos os que para eles contribuíram, temos consciência que, num mercado tão concorrencial e num contexto marcado pela agudização das di-

ficuldades estruturais, teremos que prosseguir com mais intensidade os esforços de melhoria da eficácia produtiva. Só as instituições muito eficientes, modernas e financeiramente sólidas terão condições para competir. Termina esta carta exprimindo o agradecimento, em meu nome e em nome dos restantes membros do Conselho de Administração, aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal, pela dedicação e apoio à gestão em todos os momentos da vida associativa, às autoridades e a

outras entidades com que a Instituição se tem relacionado neste último ano, aos trabalhadores e aos diversos colaboradores do Montepio Geral, pelo trabalho desenvolvido e pela dedicação e profissionalismo com que o fizeram, e, particularmente, e em especial, aos Associados e Clientes do Montepio Geral, pela confiança com que nos honraram.

Lisboa, Março de 2006.

4 — Indicadores globais

(Em milhares de euros)

Indicadores	2005	2004	2003
1 — Associação mutualista:			
1.1 — Dimensão:			
Activo Líquido	1 898 873	1 562 532	1 206 487
Varição	21,53 %	29,51 %	26,94 %
Capital próprio (fundos próprios, reservas e resultados)	302 092	334 822	327 591
Associados (unidades)	333 638	291 789	253 113
Pensionistas (unidades)	6 065	5 791	5 613
Trabalhadores da CEMG afectos à AM (unidades)	111	60	56
1.2 — Rendibilidade:			
Cash Flow do exercício	43 025	35 985	62 419
Resultado do exercício	38 198	31 840	58 326
Resultado do exercício/activo líquido médio	2,21 %	2,30 %	5,41 %
1.3 — Cobertura das responsabilidades:			
Fundos e reservas/provisões matemáticas e melhorias de benefícios	1,17	1,25	1,31
2 — Caixa económica:			
2.1 — Dimensão:			
Activo líquido	13 967 187	12 418 904	12 114 847
Varição	12,47 %	2,51 %	6,39 %
Recursos próprios (capital, reservas e resultados)	690 770	652 629	595 704
Trabalhadores — quadro de pessoal em Portugal (unidades)	2 853	2 863	2 890
Balcões e Outras Formas de Representação (unidades)	303	305	304
Balcões (unidades)	295	297	296
Escritórios de representação (unidades)	6	6	6
Sucursais financeiras (unidades)	2	2	2
Contas de depósitos à ordem activas (unidades)	1 174 187	1 141 383	1 122 456
Máquinas automáticas Chave 24 (unidades)	259	257	256
Máquinas automáticas multibanco (unidades)	588	505	467
Terminais de pagamentos automáticos (unidades)	5 863	4 837	4 392
2.2 — Rendibilidade:			
Cash flow do exercício	149 182	117 636	110 842
Resultado do exercício	45 312	33 043	21 492
Resultado do exercício/activo líquido médio (ROA)	0,35 %	0,27 %	0,19 %
Resultado do exercício/capitais próprios médios (ROE)	6,67 %	5,33 %	3,69 %
Produto bancário/activo líquido médio	2,63 %	2,50 %	2,45 %
2.3 — Risco de crédito:			
Rácio de crédito vencido a mais de 90 dias	2,57 %	3,09 %	4,12 %
Rácio de crédito com incumprimento	3,36 %	3,71 %	4,60 %
Rácio de crédito com incumprimento líquido de provisões	0,88 %	1,29 %	2,01 %
2.4 — Prudenciais:			
Rácio de solvabilidade e de mercado	10,74 %	11,44 %	11,41 %
Rácio adequação fundos próprios de base (Tier 1)	6,68 %	7,54 %	7,15 %
Rácio do imobilizado líquido (imobilizado/fundos próprios)	13,68 %	16,01 %	15,60 %
Provisões crédito total/crédito e juros vencidos	113,03 %	95,98 %	77,01 %
Provisões crédito total/crédito e juros vencidos + 3 meses	124,26 %	102,02 %	82,28 %
Valor fundo pensões/responsabilidades passadas	70,01 %	92,73 %	91,65 %
2.5 — Notações de rating (curto prazo: longo prazo):			
Fitch ratings	F2:A-	F2:A-	F2:A-
Moody's	P-1:A3	P-1:A3	P-1:A3

(Em milhares de euros)

Indicadores	2005	2004	2003
2.6 — Eficiência:			
Activo líquido médio/número médio de trabalhadores	4 583	4 321	4 157
Custos de funcionamento/activo líquido médio	1,53 %	1,54 %	1,52 %
Custos de Funcionamento + amortizações/produto bancário (<i>cost to income</i>)	61,44 %	65,85 %	67,22 %
Quadro de pessoal em Portugal/balcões (unidades)	9,67	9,64	9,76
Custos com pessoal/produto bancário	37,2 %	40,9 %	40,6 %
% Movimentos em canais alternativos	56,03 %	54,70 %	52,77 %
% Movimentos automáticos	85,99 %	85,60 %	84,49 %

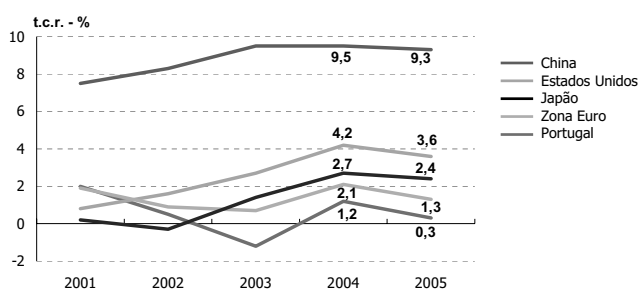
5 — Enquadramento das actividades

5.1 — Economia internacional

Em 2005, a actividade económica mundial manteve um comportamento robusto, tendo atingido um crescimento estimado de cerca de 4,3 %. Este bom desempenho da economia, não tendo sido homogéneo nas várias regiões do globo, resultou da evolução favorável dos mercados financeiros, do baixo nível de taxas de juro e da manutenção de políticas económicas acomodaticias nos principais países.

Contudo, este nível de crescimento foi ligeiramente inferior ao verificado em 2004, reflectindo, principalmente, o impacto da subida do preço do petróleo, o abrandamento do comércio mundial e a ocorrência de desastres naturais, com impacto negativo directo na economia norte-americana.

Taxas de crescimento reais do PIB



Fontes: OCDE, CE, INE, BP.

Por regiões, destaca-se o forte nível de actividade da China, com uma variação real do PIB estimada em 9,3 %, assente na boa dinâmica das exportações e do investimento, e o ritmo elevado de crescimento dos EUA, de 3,6 %, que vem beneficiando de fortes ganhos de produtividade. Salienta-se, também, a manutenção da recuperação da actividade económica no Japão, com um crescimento do Produto estimado em 2,4 %.

A economia da Zona Euro voltou a ser a menos dinâmica, de entre as principais economias mundiais, devendo o PIB atingir um crescimento real de, apenas, 1,3 %, em 2005. Esta fraca expansão da actividade é reflexo da falta de dinamismo da Procura Interna, associada ao elevado nível da taxa de desemprego (8,4 %, em Dezembro de 2005), à falta de confiança dos agentes económicos e às dificuldades de contenção dos défices orçamentais, nomeadamente na Alemanha, França, Itália, Grécia e Portugal.

Na Zona Euro, o ano de 2005 ficou também marcado pela dificuldade negocial na aprovação do novo Orçamento Comunitário, para o período 2007-2013, e pela não ratificação do Tratado Constitucional da União Europeia, por parte da França e da Holanda, dando origem à suspensão temporária do processo de ratificação comunitário da Constituição.

Globalmente, o ano de 2005 foi particularmente marcado pela forte volatilidade e elevado nível do preço do petróleo. O preço do barril de *brent* atingiu 56,8 USD, em Dezembro de 2005, mais 43,1 % do que o registado no início do ano. Este aumento continua a reflectir a manutenção de uma forte procura, principalmente por parte dos países asiáticos em expansão, associada à reduzida capacidade produtiva disponível, na qual se inclui a refinação.

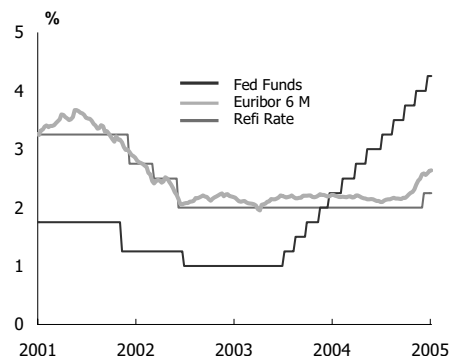
A evolução ascendente do preço do petróleo contribuiu para o agravamento dos desequilíbrios globais da economia mundial, com o aumento do excedente da balança comercial dos países produtores, por

contrapartida da deterioração das contas externas dos países importadores de petróleo.

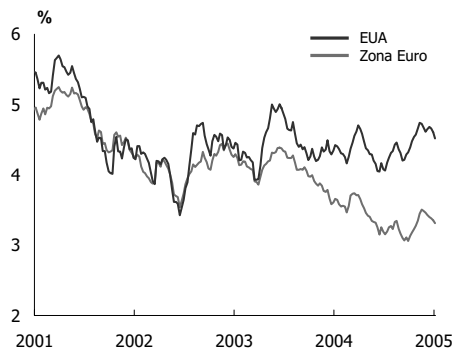
Contudo, o impacto da subida do preço do petróleo na inflação das principais economias tem sido parcialmente atenuado pela diminuição dos preços de importação de vários tipos de bens de consumo, produzidos a preços baixos, e pela moderação dos aumentos salariais.

O comportamento dos mercados financeiros internacionais manteve-se favorável, beneficiando do bom nível de crescimento da actividade económica mundial, da elevada liquidez do mercado accionista e do bom desempenho das empresas cotadas, não obstante a subida das taxas de juro directoras por parte dos Bancos Centrais.

Evolução das taxas de juro directoras vs. Euribor 6M



Evolução da taxa de rendibilidade das obrigações de dívida pública a 10 anos



Fontes: Bloomberg, Eurostat

Durante 2005, a Reserva Federal (*Fed*) dos EUA subiu a taxa de juro dos *fed funds* em 200 pontos base (p.b.), a qual se fixou em 4,25 %, no final do ano. O aperto da política monetária posto em prática pelo *Fed* teve por base o aumento da inflação e a necessidade de conter o crescimento económico a um nível de equilíbrio.

Na Zona Euro, a taxa de juro das principais operações de refinanciamento (*refi rate*) do Banco Central Europeu (BCE) também sofreu um aumento, no final do ano, de 25 p.b., fixando-se em 2,25 %. O menor aumento da principal taxa de juro directora do BCE, face à norte-americana, justificou-se pela fraca intensidade das pressões inflacionistas, demonstrada no decréscimo da taxa de variação homóloga do IHPC, de 2,4 %, em Dezembro de 2004, para 2,2 %, em Dezembro de 2005, e pelas dificuldades de retoma consistente da economia europeia.

As taxas de juro do mercado monetário da Zona Euro registaram tendências opostas nas duas metades de 2005. Enquanto que, no 1.º semestre, a Euribor a 6 meses evoluiu em sentido descendente, passando de 2,21 % em Dezembro de 2004, para 2,11 %, em Junho de 2005, na segunda metade do ano, com a perspectiva do BCE vir a aumentar as taxas de juro directoras (o que se veio a concretizar em Dezembro), inverteu-se a tendência descendente, tendo a Euribor a 6 meses subido para 2,60 %, no final do ano.

Os mercados obrigacionistas evoluíram de forma muito peculiar, durante o ano de 2005. Com o dinamismo da actividade económica global e a subida das taxas de juro directoras por parte do *Fed*, era expectável uma subida das taxas de juro de longo prazo nos EUA. Contudo, as taxas de rendibilidade das *Treasuries* a 10 anos aumentaram muito ligeiramente, de 4,23 %, para 4,46 %, entre Dezembro de 2004 e igual mês de 2005, mantendo-se em níveis muito baixos. Na Zona Euro, as *yields* das obrigações de dívida pública a 10 anos mantiveram, também, níveis muito baixos, verificando-se mesmo uma redução, em termos médios mensais, de 28 p.b., atingindo 3,41 %, em Dezembro de 2005.

Esta evolução das *yields* poderá dever-se à contenção das pressões inflacionistas, apesar da subida do preço do petróleo, e ao forte aumento da procura de obrigações de longo prazo para constituição de reservas, por parte dos países asiáticos com grandes excedentes externos.

Com a forte liquidez do mercado, num contexto de reduzidas taxas de juro, os mercados accionistas internacionais registaram um desempenho muito favorável, principalmente no Japão e na Zona Euro,

tendo os índices Nikkei 225 e Euro Stoxx 50 valorizado 41,3 % e 21,3 %, respectivamente. Nos EUA, apesar de positivo, o mercado de acções evoluiu mais moderadamente, com o índice Standard & Poor's 500 a valorizar, apenas, 5,2 %, reflexo dos sucessivos aumentos das taxas de juro de referência.

No mercado cambial, registou-se uma depreciação da taxa de câmbio efectiva do euro, em termos médios mensais, de 6 %, entre Dezembro de 2004 e igual mês de 2005. Este facto traduziu, em grande parte, a depreciação da moeda europeia, face ao dólar americano, em 11,6 %. Contudo, perspectiva-se que a moeda única europeia venha a valorizar-se face ao dólar, no decorrer de 2006, com a provável subida das taxas de juro europeias, associada a um maior crescimento da economia da Zona Euro e à persistência de um défice externo crescente na economia norte-americana.

5.2 — Economia portuguesa

De acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá apresentar, em 2005, um dos mais baixos níveis de crescimento do PIB do conjunto da Zona Euro, de apenas 0,3 %. Esta quase estagnação da actividade económica, que compara com um crescimento de 1,2 %, em 2004, é o reflexo do impacto da subida dos preços do petróleo, dada a situação de dependência energética do país, dos baixos níveis de confiança dos agentes económicos, das medidas de ajustamento orçamental tomadas e dos desequilíbrios existentes na economia portuguesa, provocados, em parte, pelo elevado nível de endividamento das Empresas e dos Particulares.

Principais indicadores macroeconómicos — Portugal

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado

	2002	2003	2004	2005
PIB	0,5	-1,2	1,2	0,3
Consumo privado	1,2	-0,4	2,4	1,8
Consumo público	2,3	0,3	2,4	1,1
Formação bruta de capital fixo	-4,8	-9,9	1,5	-3,1
Exportações	1,5	4,5	4,6	1,8
Importações	-0,5	-0,7	6,7	2,4
Inflação (IHPC)	3,7	3,3	2,5	2,1
Saldo orçamental (% PIB) *	-4,1	-5,4	-5,2	-6
Tx. desemprego (final 4.º trim.)	6,2	6,5	7,1	8
Saldo balanças corrente e capital (% PIB)	-6,0	-3,3	-5,9	-8,2

* Não inclui medidas temporárias.

Fontes: INE, BP.

A desaceleração da actividade económica deveu-se, sobretudo, à fraca progressão da Procura Interna, de apenas 0,6 %, destacando-se a quebra do Investimento (equivalente à Formação Bruta de Capital Fixo), em -3,1 %, generalizada a todos os sectores de actividade, e a desaceleração do Consumo Privado e do Consumo Público, esta última em virtude das medidas de consolidação orçamental tomadas.

O Consumo Privado, com um crescimento real de 1,8 %, que representou uma desaceleração face aos 2,4 %, observados em 2004, continuou, apesar de tudo, relativamente sustentado, tendo em conta o cenário de estagnação da actividade económica e a diminuição da confiança dos consumidores. Este aumento das despesas de consumo das famílias terá sido impulsionado pela manutenção das baixas taxas de juro e pelo alongamento dos prazos de amortização dos empréstimos bancários.

Em 2005, a Taxa de Poupança dos Particulares (em % do rendimento disponível) manteve o nível verificado em 2004, de cerca de 10 %, dado o aumento projectado do Consumo Privado ser semelhante à variação estimada para o rendimento disponível. Por seu turno, o rácio de endividamento dos particulares manteve um significativo ritmo de crescimento, estimando-se que se venha a situar 6 p.p. acima do valor verificado em 2004, ou seja, em 118 % do rendimento disponível. A continuada progressão do endividamento das famílias é explicada pelo dinamismo que o Crédito à Habitação evidenciou em 2005, o qual reflecte os níveis muito baixos das taxas de juro e a forte pressão concorrencial entre as instituições financeiras.

O contributo da Procura Externa Líquida para o crescimento do PIB foi menos negativo do que o verificado em 2004, em virtude da acentuada desaceleração do crescimento do volume das importações, de 6,7 % para 2,4 %, consistente com o menor crescimento da Procura Interna. As Exportações também registaram uma significativa desaceleração, de 4,6 % para 1,8 %, a preços constantes, embora menor do que a das importações. Houve, assim, perdas de quota de mercado e de competitividade das exportações nacionais, dado o fac-

to dos produtos exportados manterem um baixo conteúdo tecnológico e um alto de capital humano, estando, por isso, mais sujeitos à forte concorrência por parte dos países produtores baseados em baixos custos de mão de obra.

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa voltaram a subir, em virtude do novo aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital, tal como já tinha acontecido em 2004, o qual passou para 8,2 % do PIB. Esta evolução desfavorável reflecte, também, o efeito do aumento do preço do petróleo, que se tem vindo a registar desde 2003, provocando um agravamento dos termos de troca entre Portugal e o resto do mundo.

Num contexto de estagnação da actividade económica, a taxa de desemprego voltou a aumentar, de 7,1 %, em 2004, para 8,0 %, no final do 4.º trimestre de 2005.

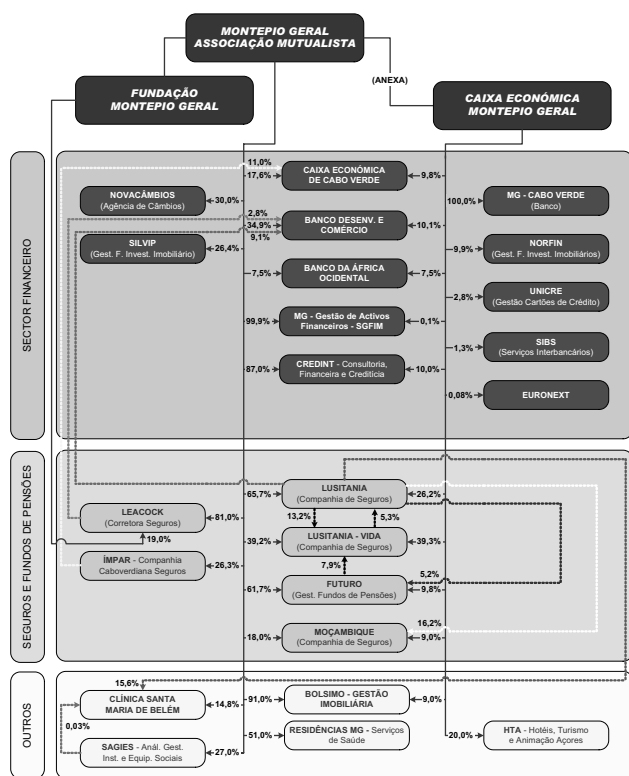
A taxa de inflação média anual, medida pelo IHPC, reduziu-se para 2,1 %, em 2005, face aos 2,5 % verificados no final do ano anterior. Esta evolução descendente do nível médio dos preços foi, em grande parte, baseada no comportamento favorável dos preços das importações (excluindo combustíveis). De facto, e tal como aconteceu noutras economias, o impacto da subida do preço do petróleo foi parcialmente compensado pela diminuição dos preços das importações de certos bens, produzidos a baixos custos no mercado mundial. Por outro lado, a quase estagnação do PIB em volume e o abrandamento do crescimento dos salários do sector privado, de 3,2 %, em 2004, para 2,8 %, em 2005, contribuíram, também, para a contenção das pressões inflacionistas em Portugal.

De acordo com o Orçamento de Estado para 2006, o défice público deverá situar-se em 6 % do PIB, no final de 2005. Este valor enquadra-se na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, elaborado na sequência da divulgação do Relatório da Comissão para a Análise da Situação Orçamental, o qual prevê uma redução gradual do défice público até 2009, sem o recurso a medidas extraordinárias

significativas. Como resultado dessa actualização, a Comissão Europeia lançou um procedimento de défices excessivos a Portugal, recomendando ao Estado português que adopte medidas para a correcção do desequilíbrio orçamental até 2008. Desta forma, e já em 2005, foram tomadas várias medidas estruturais, visando a redução sustentada do défice, das quais se destacam, do lado das receitas, a subida da taxa normal do IVA, de 19 % para 21 %, e os aumentos dos impostos sobre os produtos petrolíferos e sobre o tabaco e, do lado das despesas, a reforma do estatuto de aposentação dos funcionários públicos, a alteração das regras dos subsistemas de saúde de várias categorias profissionais da Administração Pública e a diminuição das participações dos medicamentos.

Para 2006, o Banco de Portugal prevê uma recuperação muito moderada da economia, com o PIB a aumentar 0,8 %. Esta previsão baseia-se, essencialmente, na perspectiva de um contributo positivo das Exportações, dado que a Procura Interna deverá manter o nível de crescimento verificado em 2005 (0,6 %). Por outro lado, a taxa de inflação deverá aumentar ligeiramente, para os 2,5 %, em resultado do crescimento acumulado dos preços dos bens energéticos, no 2.º semestre de 2005, enquanto que a taxa de desemprego deverá manter a trajectória de subida.

6 — O Grupo Montepio Geral



O Grupo Montepio Geral é um grupo financeiro de origem mutualista, que tem como entidade central a Associação Mutualista e como suporte fundamental e estratégico de desenvolvimento a Caixa Económica Montepio Geral. O Grupo actua ainda noutros domínios, dos quais se destacam os seguros, os fundos de pensões, a gestão de activos, o imobiliário e a saúde.

As empresas do Grupo Montepio Geral desenvolvem as suas actividades próprias, criando produtos e serviços e gerando resultados que asseguram o adequado benefício aos Associados, fortalecendo, deste modo, a identidade associativa e mutualista do Montepio Geral.

No ano de 2005, o Grupo Montepio Geral reforçou a sua presença no sector da saúde com a criação da empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde, S. A., e no sector financeiro com o Banco Montepio Geral Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A.

7 — Montepio Geral — Associação mutualista

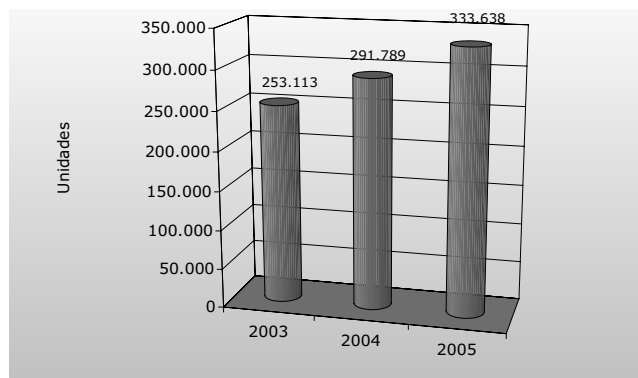
7.1 — Associados e beneficiários

7.1.1 — Movimento associativo

O ano de 2005 teve uma assinalável dinâmica associativa. O número de Associados cresceu em 41,8 milhares, contra 38,7 milhares, em 2004.

O reforço da proximidade com os Associados e o crescente interesse pelo Mutualismo, enquanto actividade de interesse público e complementar do sistema público de segurança social, contribuíram para elevar o número total de Associados para 333 638.

Evolução de Associados Efectivos Existentes



Os Balcões da Caixa Económica continuaram a desempenhar um papel fundamental na promoção, dinamização e distribuição das modalidades mutualistas. O potencial de mercado existente, dado o número de Clientes particulares da CEMG (em Dezembro de 2005, apenas 34,5 % eram Associados), dá a garantia de que muito poderá ainda ser feito na angariação de novos Associados e no estreitar de relações com o Montepio Geral.

Movimento de associados efectivos

(Unidades)

Designação	2005	2004	Variação	
			Número	%
Entradas:				
Admissões	57 596	51 763	+ 5 833	+ 11,3
Readmissões	1 038	1 046	- 8	- 0,8
Saídas:				
Falecimentos e habilitações	427	343	+ 84	+ 24,5
Cessões de direitos, desistências e anulações	16 358	13 790	+ 2 568	+ 18,6
Associados existentes	333 638	291 789	+ 41 849	+ 14,3

No final do ano de 2005, o universo associativo da Associação Mutualista era composto por cerca de 39 % de Associados abaixo dos 30 anos, 43 % encontravam-se na faixa etária dos 30 aos 50 anos e 18 % acima dos 50 anos. A idade média situa-se nos

33 anos (33 anos para os homens e 32 anos para as mulheres). O número de Associados do sexo feminino tem crescido nos últimos anos, encontrando-se, actualmente, equiparado ao número de homens.

O clube «Tio Pelicas», constituído por Associados com idade até aos 16 anos, registou, também, um crescimento do número de sócios, traduzido numa variação anual próxima dos 11 %. Em 31 de Dezembro de 2005, o número total de sócios atingiu 35 584, o que representava 10,7 % do total de Associados da Associação Mutualista.

Clube «Tio Pelicas»

Ano	2005	2004	2003	2002
Sócios	35 584	32 100	27 041	21 973

Com o intuito de consolidar e estreitar as ligações com os mais jovens, a Associação Mutualista continua a produzir e a divulgar, trimestralmente, a revista do clube, entre outras actividades. A proximidade com este segmento jovem de Associados é visível no número de sócios que já aderiram ao clube (41 981 entradas) desde a sua constituição, tendo-se registado, também, cerca de 6397 saídas, 47,6 % das quais foram motivadas pelo limite de idade, entretanto atingido pelos sócios.

7.1.2 — Subscrições de Modalidades e Receitas Associativas (Quotizações e Capitais)

O ano de 2005 terminou com um total de 506 321 subscrições, o que representa um crescimento de 21 % relativamente ao ano transacto.

O número de inscrições por Associado evoluiu de forma consistente ao longo deste ano, tendo atingido, no final de 2005, o valor de 1,518 (1,434, em 2004). Este comportamento reflecte, sobretudo, o esforço de fidelização junto dos actuais Associados, via oferta de Modalidades Actuarias, que permitem uma maior permanência na Associação Mutualista.

A preferência dos Associados consolidou-se em torno das modalidades de Capitais de Reforma, Garantia de Pagamento de Encargos (esta induzida pelo crédito à habitação) e Capitais de Previdência Diferidos com Opção. Estas modalidades representam cerca de 91,2 % do número actual de subscrições e cerca de 97 % das novas inscrições registadas durante o ano de 2005.

A modalidade de Capitais de Reforma continua a liderar as preferências dos Associados, representando cerca de 45,6 % do total de subscrições; a modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos representava, no final do ano, cerca de 27,6 %, os Capitais de Previdência Diferidos com Opção cerca de 18 %, seguindo-se os Capitais para Jovens e a Poupança Reforma, com cerca de 2,3 % e 2,1 %, respectivamente.

O total dos valores das quotizações e dos capitais (receitas associativas) entregues para gestão à Associação Mutualista, durante o ano de 2005, atingiu 361,6 milhões de euros. Esse montante, embora ligeiramente inferior ao do ano anterior, contribuiu decisivamente para um aumento de 21,5 % do Activo Líquido da Associação Mutualista.

Evolução do activo líquido da Associação Mutualista

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005		2004		2003		Variação			
							2005/2004		2004/2003	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	120 045	6,3	119 938	7,7	121 819	10,1	107	0,1	1 881	1,5
Títulos de crédito	635 446	33,5	434 881	27,8	288 280	23,9	200 565	46,1	146 601	50,9
Participação financeira institucional	485 000	25,5	445 000	28,5	405 000	33,6	40 000	9	40 000	9,9
Participações financeiras diversas	41 779	2,2	41 243	2,6	41 423	3,4	536	1,3	180	0,4
Disponibilidades	593 423	31,3	505 436	32,4	335 311	27,8	87 987	17,4	170 125	50,7
Outros	23 180	1,2	16 034	1,0	14 654	1,2	7 146	44,6	1 380	9,4
Total	1 898 873	100	1 562 532	100	1 206 487	100	336 341	21,5	356 045	29,5

A evolução das receitas associativas foi determinada, de forma significativa, pela variação nos capitais recebidos nas Modalidades de Capitalização (Capitais de Reforma e Poupança Reforma).

Nas Outras Modalidades, observaram-se, em termos homólogos, diferentes comportamentos na evolução das quotizações, como se constata pelo mapa seguinte:

Evolução das receitas associativas

Quotizações e capitais por modalidade

(Em milhares de euros)

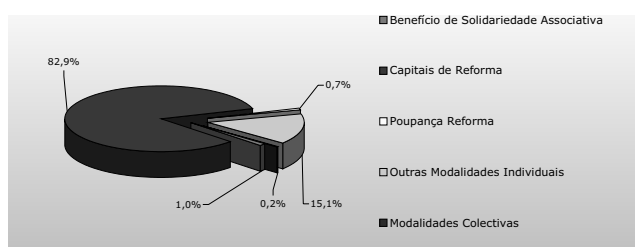
Modalidades	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 — Benefícios de solidariedade associativa	3 660	1,01	3 142	0,83	+ 518	+ 16,5
2 — Modalidades individuais	356 125	98,49	372 112	98,66	- 15 987	- 4,3
2.1 — Capitais de reforma	299 801	82,91	304 194	80,65	- 4 393	- 1,4
2.2 — Poupança de reforma	2 601	0,72	17 114	4,54	- 14 513	- 84,8
2.3 — Outras modalidades	53 723	14,86	50 804	13,47	+ 2 919	+ 5,7
Pensões de reforma	5 324	1,47	6 220	1,65	- 896	- 14,4
P.R. — Restituição de quotas	441	0,12	459	0,12	- 18	- 3,9
P.R. — Adicional de invalidez	13	0	15	0	- 2	- 13,3
Pensões p/ deficientes	25	0,01	24	0,01	+ 1	+ 4,2
Pensões sobrevivência e dotes	12	0	12	0	+ 0	+ 0
Rendas de sobrevivência	55	0,02	48	0,01	+ 7	+ 14,6
Capitais de previdência	664	0,18	634	0,17	+ 30	+ 4,7
Capitais previdência diferidos c/ opção	28 177	7,79	26 562	7,04	+ 1 615	+ 6,1
Capitais de previdência a prazo	181	0,05	288	0,08	- 107	- 37,2
Capitais p/ jovens	4 062	1,12	3 965	1,05	+ 97	+ 2,4
Capitais de garantia	55	0,02	38	0,01	+ 17	+ 44,7
Capitais diferidos c/ cobertura adicional	12	0	40	0,01	- 28	- 70

(Em milhares de euros)

Modalidades	2005		2004		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Capitais p/ estudos	682	0,19	596	0,16	+ 86	+ 14,4
Capital temporário de invalidez	14	0	14	0	+ 0	+ 0
Subsídio por morte	19	0,01	19	0,01	+ 0	+ 0
Garantia de pagamento de encargos	13 981	3,87	11 864	3,15	+ 2 117	+ 17,8
Modalidades diversas	6	0	6	0	+ 0	+ 0
3 — Modalidades colectivas	811	0,22	1 042	0,28	— 231	— 22,2
4 — Capitais transferidos para pensões	1 002	0,28	889	0,24	+ 113	+ 12,7
5 — Total (1) + (2) + (3) + (4)	361 598	100	377 185	100	— 15 587	— 4,1

As Modalidades de Capitalização continuam a ser responsáveis pela mais significativa parcela dos valores entregues pelos Associados.

Estrutura de quotizações e capitais



Na modalidade de Capitais de Reforma, os capitais recebidos foram os que mais contribuíram (82,9 %) para o total dos valores entregues em 2005. No segmento das Modalidades de Capitalização, ainda que

o seu peso seja ínfimo, são de referir as quebras no valor total de entregas aplicadas em Modalidades Colectivas (— 22,2 %) e na modalidade de Poupança Reforma (— 84,8 %), a que não é alheia, nesta última, a ausência de benefícios fiscais no ano de 2005.

No tocante às Outras Modalidades, é de realçar a importância das quotizações das modalidades de Capitais de Previdência Diferidos com Opção (com um peso de 7,8 %), de Garantia de Pagamento de Encargos (3,9 %), de Pensões de Reforma (1,5 %) e de Capitais para Jovens (1,1 %). Embora quase todas as modalidades tenham evidenciado um volume de quotizações superior ao do ano anterior (+5,7 % em média), outras houve em que a variação anual foi negativa, como foi o caso das Pensões de Reforma (— 14,4 %) e dos Capitais de Previdência a Prazo (— 37,2 %).

7.1.3 — Benefícios vencidos e reembolsos

O volume de Benefícios Vencidos e Reembolsos registado no ano de 2005 ascendeu a 96.884 milhares de euros. Comparativamente com o ano de 2004, observou-se um crescimento de 17 320 milhares de euros, ou seja, mais 21,8 %.

Benefícios vencidos e reembolsos

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	Porcentagem
Pensões e rendas	5 580	5 381	5 282	4 733	648	+ 13,7
Valores subscritos	5 580	1 917	5 282	1 509	408	27,1
Subvenções e melhorias		3 464		3 224	240	+ 7,4
Capitais e subsídios	8 526	21 348	7 510	18 292	3 056	+ 16,7
Valores subscritos	8 526	17 290	7 510	13 944	3 346	+ 24
Subvenções e melhorias		4 058		4 348	— 290	— 6,7
Reembolsos	28 338	59 833	22 134	47 891	11 942	+ 24,9
Outros custos	1 781	10 322	1 397	8 648	1 674	+ 19,4
Total	44 225	96 884	36 323	79 564	17 320	+ 21,8

Este comportamento explica-se pelos seguintes factores ocorridos durante o ano:

- Acréscimo de encargos com o pagamento de Pensões e Rendimentos e respectivas Melhorias (+13,7 %), decorrente, sobretudo, do maior número de Pensões a pagamento e da habilitação de novos beneficiários; as Pensões de Reforma e as Pensões de Sobrevivência e Dotes foram as modalidades que mais contribuíram para o volume total destes encargos, representando cerca de 44,5 % e 32,7 %, respectivamente;

- Maior volume de Capitais e Melhorias vencidos nas modalidades a termo certo (+16,7 %); a grande maioria destes valores refere-se ao vencimento de fracções nas subscrições das modalidades temporárias, como é o caso dos Capitais de Previdência Diferidos com Opção, responsáveis por 83,1 % do volume total destes benefícios pagos;

- Aumento do valor dos Reembolsos efectuados em Modalidades de Capitalização, concretamente nos Capitais de Reforma, onde se registaram 59.251 milhares de euros, cerca de 25 % acima do valor registado no ano de 2004;

- Subida de «Outros Custos com Associados», para um montante de 10 322 milhares de euros (+19,4 %), onde se destacam os pagamentos ocorridos na modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos (5796 milhares de euros), a dotação atribuída ao Prémio Decenal dos Capitais de Reforma (2313 milhares de euros) e as Cessões de Direitos em Capitais de Previdência Diferidos com Opção, que, em conjunto, justificam 88,5 % daquele montante global.

7.1.4 — Melhorias atribuídas aos benefícios em formação e em curso das modalidades actuariais

A Associação Mutualista atribuiu, em 2005, de acordo com o artigo 18.º dos Estatutos, conjugado com o artigo 53.º do Código Mutualista, uma taxa de melhorias de benefícios de 2 %, em função do volume das Reservas Matemáticas constituídas nas Modalidades Actuariais (com excepção das Pensões de Reforma com taxa técnica de 6 %), cuja proposta foi aprovada em Assembleia Geral.

No final, foram distribuídos aos Associados cerca de 3758 milhares de euros, sob a forma de melhorias.

7.1.5 — Rendibilidade das modalidades de capitalização

Aos subscritores das Modalidades de Capitalização foi distribuída uma rendibilidade anual global de 4,15 %, composta por uma componente de rendimento anual garantido (3 %) e uma parcela como participação nos resultados anuais (1,15 %). As subscrições de Capitais de Reforma efectuadas de 1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992 foi assegurado o rendimento anual garantido de 5,5 %.

7.1.6 — Rendas vitalícias

No ano de 2005 foram contabilizadas 866 rendas e 485 rendistas. O aumento significativo do número de rendas, relativamente a 2004 (437 rendas), deve-se ao facto de se terem passado a considerar os aumentos de rendas existentes como rendas novas.

O valor dos capitais recebidos durante o primeiro trimestre do ano totalizou 1382 milhares de euros. Dado que essas rendas estavam a

produzir prejuízos elevados para a Associação Mutualista, sobretudo por estarem a ser calculadas na base de tábuas de mortalidade bastante desactualizadas, a constituição de novas rendas foi suspensa desde então. Aguarda-se, agora, a aprovação de bases técnicas actualizadas, pelas entidades oficiais competentes, a fim de que essa modalidade possa ser reintroduzida com a maior brevidade possível. Por causa da suspensão, as rendas constituídas no ano foram somente 19 (em 2004, tinham sido constituídas 70 novas rendas).

O volume de encargos anuais com rendas vitalícias foi de 2822 milhares de euros, ligeiramente superior a 2004 (2653 milhares de euros).

7.2 — Rendibilidade líquida dos activos

A gestão dos activos financeiros, cujo valor médio se situou em 1 753 231 milhares de euros, proporcionou um rendimento acumulado de 82 177 milhares de euros, a que corresponde uma taxa média anual de rendibilidade (incluindo resultados extraordinários) de 4,69 %.

Rendibilidade líquida dos activos financeiros da associação mutualista

(Em milhares de euros)

Rubricas	Saldo médio		Rendimento		Taxa de rendibilidade (em percentagem)	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	2005	2004
Imóveis	119 183	6,8	13 106	15,9	11	9,37
Títulos de crédito	569 872	32,5	28 028	34,2	4,92	5,69
Participação financeira institucional	475 769	27,1	24 583	29,9	5,17	3,65
Participações financeiras diversas	41 977	2,4	2 148	2,6	5,12	6,13
Disponibilidades	526 064	30	14 248	17,3	2,71	2,55
Outros	20 366	1,2	64	0,1	0,31	0,81
<i>Total</i>	<i>1 753 231</i>	<i>100</i>	<i>82 177</i>	<i>100</i>	<i>4,69</i>	<i>4,50</i>

É de salientar a melhoria da rendibilidade associada à Participação Financeira Institucional e aos Imóveis e a quebra ligeira na rendibilidade dos Títulos de Crédito, explicada pela evolução em baixa das taxas de juro das obrigações a médio e longo prazo nos mercados financeiros do euro.

7.2.1 — Carteira de imóveis

A Carteira de Imóveis da Associação Mutualista apresentava, no final de 2005, um valor bruto de inventário de 159 617 milhares de euros. A variação homóloga ocorrida foi de 2775 milhares de euros, cerca de 1,8 %, relativamente ao ano de 2004. Ela resultou fundamentalmente de obras de remodelação e beneficiação em alguns imóveis e, sobretudo, das variações ocorridas em Terrenos para Construções (foi alienado um imóvel e houve uma transferência, de 2335 milhares de euros, proveniente de Construções em Curso).

Estrutura da carteira de imóveis

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Imóveis para rendimento	138 977	87,1	138 457	88,3	+ 520	+ 0,4
Edifícios para instalações próprias	18 173	11,4	18 139	11,6	+ 34	+ 0,2
Terrenos para construções	2 467	1,5	246	0,2	+ 2 221	+ 902,8
<i>Total a)</i>	<i>159 617</i>	<i>100</i>	<i>156 842</i>	<i>100</i>	<i>+ 2 775</i>	<i>+ 1,8</i>

a) Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 39 572 milhares de euros e 36 905 milhares de euros, em 2005 e 2004, respectivamente.

Neste período, o rendimento da carteira de imóveis foi de 13 106 milhares de euros, constituído da seguinte forma:

	Milhares de euros
Rendas pagas pela CEMG	9 538
Rendas pagas por terceiros	4 598
Despesas com imóveis	– 1 271
Amortizações do exercício	– 2 668
Mais valias	2 909

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um crescimento de 16,1 %, justificado pela actualização legal de rendas em 2005 (2,5 %), por menores despesas com a manutenção dos imóveis e, fundamentalmente, pelos proveitos resultantes da alienação de um Terreno.

7.2.2 — Empréstimos a associados

Durante o ano de 2005, foram celebrados 758 novos contratos de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas, mais 76 do que no ano anterior. O montante de crédito concedido foi de 1523 milhares de euros (1259 milhares de euros, em 2004), facto que contribuiu para um saldo acumulado de empréstimos de cerca de 969 milhares de euros (836 milhares de euros, em 2004). Este comportamento decorre das características dos empréstimos em questão, cujos prazos são, no máximo, de 18 meses, determinando um elevado grau de rotatividade.

7.2.3 — Carteira de títulos

A Carteira de Títulos apresentava, no final do ano de 2005, um valor bruto acumulado de 638 719 milhares de euros, equivalente a uma variação anual positiva de 45,3 % (+199 028 milhares de euros).

Os principais movimentos financeiros focalizaram-se em investimentos de dívida pública de longo prazo, em novas subscrições de fundos de investimento (mobiliários e imobiliários), em aplicações em produtos estruturados e na subscrição de obrigações de empresas nacio-

nais e estrangeiras. No último trimestre do ano, verificou-se, também, uma aplicação em fundos de investimento asiáticos.

A estrutura da carteira apresentava, no final do período, a seguinte composição:

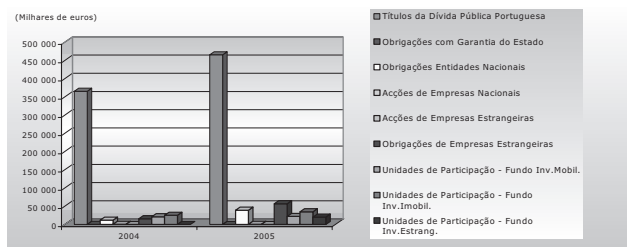
Evolução da carteira de títulos antes de provisões

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Títulos da Dívida Pública Portuguesa	465 419	72,9	365 572	83,1	+ 99 847	+ 27,3
Obrigações com garantia do Estado	118	0	205	0	- 87	- 42,4
Obrigações entidades nacionais	39 079	6,1	11 735	2,7	+ 27 344	+ 233,0
Acções de empresas nacionais	505	0,1	505	0,1	+ 0	+ 0
Acções de empresas estrangeiras	12	0	12	0	+ 0	+ 0
Obrigações de empresas estrangeiras	56 682	8,9	15 508	3,5	+ 41 174	+ 265,5
Unidades de Participação — Fundo Inv. Mobil.	22 060	3,4	21 074	4,8	+ 986	+ 4,7
Unidades de Participação — Fundo Inv. Imobil.	34 844	5,5	25 080	5,7	+ 9 764	+ 38,9
Unidades de Participação — Fundo Inv. Estrang.	20 000	3,1	0	0	+ 20 000	
Total a)	638 719	100	439 691	100	+ 199 028	+ 45,3

a) Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de provisões, nos valores de 3274 milhares de euros e 4810 milhares de euros, em 2005 e 2004, respectivamente.

O facto mais visível no comportamento da carteira de títulos assenta na diversificação dos investimentos efectuados ao longo do ano, tendo-se privilegiado aplicações alternativas (tais como produtos estruturados e fundos de investimento), em detrimento do reforço de posições em dívida pública nacional. A grande maioria dos investimentos, que constituem a carteira a vencimento da Associação Mutualista, é composta, maioritariamente, por títulos com maturidades de longo prazo.



A carteira de títulos de crédito proporcionou, durante o ano de 2005, um rendimento líquido acumulado de 28.028 milhares de euros (22,3 % superior a 2004), para o qual contribuíram os rendimentos financeiros originados pelas várias aplicações e, também, a recuperação de provisões associadas a investimentos financeiros, decorrente da melhoria da generalidade dos mercados financeiros.

Evolução do rendimento da carteira de títulos

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Títulos da Dívida Pública portuguesa	20 537	73,3	19 333	84,4	+ 1 204	+ 6,2
Obrigações com garantia do Estado	5	0	6	0	- 1	- 14,5
Obrigações entidades nacionais	1 036	3,7	207	0,9	+ 829	
Acções de empresas nacionais	16	0,1	27	0,1	- 11	- 40,4
Acções de empresas estrangeiras	9	0	9	0	- 0	- 2,5
Obrigações de empresas estrangeiras	1 490	5,3	532	2,3	+ 958	+ 180,3
Unidades de Participação — Fundo Inv. Mobil.	2 519	9	1 383	6	+ 1 136	+ 82,1
Unidades de Participação — Fundo Inv. Imobil.	2 209	7,9	1 423	6,2	+ 785	+ 55,2
Unidades de Participação — Fundo Inv. Estrang.	208	0,7	0	0	+ 208	
Total	28 028	100	22 920	100	+ 5 109	+ 22,3

7.2.4 — Carteira de participações financeiras

Evolução da carteira de participações financeiras e seus rendimentos

(Em milhares de euros)

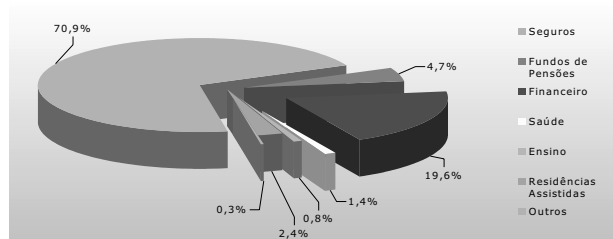
Designação	2005				2004				Variação						
	Investi- mento	Percen- tagem	Rendi- mento	Percen- tagem	Investi- mento	Percen- tagem	Rendi- mento	Percen- tagem	Investi- mento	Percen- tagem	Rendi- mento	Percen- tagem			
Estratégicas	33 036	76,7	1 391	64,8	33 073	78,4	2 131	83,8	—	37	—	0,1	—	34,7	
MG Gestão de Activos Financeiros	1 331	3,1	271	12,6	1 331	3,2	1 258	49,5	+	0	+	0,0	—	988	78,5
Futuro	1 963	4,6	241	11,2	3 019	7,2	279	11	—	1 056	—	35,0	—	38	13,6
Lusitania — Vida	4 954	11,5	247	11,5	4 954	11,8	176	6,9	+	0	+	0,0	+	71	40,0
Lusitania — Companhia de Seguros	23 769	55,2	632	29,4	23 769	56,4	417	16,4	+	0	+	0,0	+	215	51,5
Residências Montepio, Serv. de Saúde, S. A.	1 020	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	+	1 020			+	0	
Não Estratégicas	10 051	23,3	757	35,2	9 085	21,6	413	16,2	+	966	+	10,6	+	344	83,2
Leacock	242	0,6	770	35,8	242	0,6	122	4,8	+	0	+	0,0	+	648	
Silvip	308	0,7	187	8,7	308	0,7	269	10,6	+	0	+	0,0	—	82	30,5
B. A. O. — Banco da África Ocidental	153	0,4	35	1,6	153	0,4	42	1,6	+	0	+	0,0	—	6	15,1
Caixa Económica Cabo Verde	2 582	6	183	8,5	2 582	6,1	183	7,2	+	0	+	0,0	+	0	0,0
B. D. C. — Banco de Desenvolvimento e Comércio	2 943	6,8	0	0,0	2 943	7	0	0,0	+	0	+	0,0	+	0	
Previsão	50	0,1	1	0,1	50	0,1	2	0,1	+	0	+	0,0	—	1	31,2
Outras	3 772	8,8	— 420	— 19,6	2 806	6,7	— 205	— 8,1	+	966	+	34,4	—	215	105,1
Total a)	43 088	100,0	2 148	100,0	42 158	100,0	2 544	100,0	+	929	+	2,2	—	396	15,6

a) Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», na página 27, porque aqueles estão deduzidos de provisões, no valor de 1.310 milhares de euros e 915 milhares de euros, em 2005 e 2004, respectivamente.

A estrutura das Participações Financeiras Diversas da Associação Mutualista sofreu algumas alterações, no decurso do ano de 2005, provenientes da constituição de uma nova empresa participada no sector da Saúde (Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA), da aquisição das participações sociais de terceiros (excepto CEMG) na empresa Credint e, também, da diminuição do valor do investimento na Futuro, S.A., em virtude da redução do seu capital social.

O valor total de investimento apurado, no final do ano, era de 43 088 milhares de euros, representando uma taxa de crescimento anual de 2,2 %, fundamentalmente afecto ao sector das residências assistidas e serviços de apoio domiciliário.

Em termos gráficos, a estrutura das participações financeiras diversas passou a ser a seguinte:



A taxa de rentabilidade gerada por esta carteira (5,12 %) situou-se abaixo do valor do ano passado (6,13 %), tendo o rendimento líquido atingido cerca de 2.148 milhares de euros (2.544 milhares de euros, em 2004). Para esta quebra de rentabilidade contribuiu, principalmente, o facto de se ter verificado em 2004 a integração da actividade da MG Patrimónios na MG Gestão de Activos Financeiros, com a liquidação da primeira, que originou uma mais valia de 954 milhares de euros e que, obviamente, não se repetiu em 2005.

7.2.4.1 — Participação Financeira Institucional na Caixa Económica Montepio Geral

Na sequência da proposta apresentada em Assembleia Geral, de 30 de Março de 2005, a Participação Financeira Institucional na Caixa Económica foi reforçada em 40 000 milhares de euros (valor idêntico ao do ano de 2004), passando de 445 000 para 485 000 milhares de euros.

O valor dos resultados transferidos da CEMG foi de 24 783 milhares de euros, ou seja, mais 53,8 % do que no ano anterior (16 119 milhares de euros). Esta verba foi aplicada em Fundos Próprios (Bolsas de Estudo e Solidariedade Associativa), em Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas e, ainda, no Fundo de Reserva Geral.

7.2.5 — Disponibilidades

A baixa rentabilidade e a enorme volatilidade das taxas de juros das obrigações e os riscos muito elevados do mercado de acções, tendo sobretudo em vista o seu comportamento recente, conduziram a um nível elevado da parcela dos Activos da Associação Mutualista conservados sob a forma de disponibilidades. Espera-se por melhores taxas de rentabilidade e menores riscos de volatilidade, nos mercados financeiros, para reduzir essa parcela, em harmonia com as necessidades da Associação Mutualista. Foi por isso que o volume de capital recebido, ao longo do ano de 2005, reforçou a estrutura das Disponibilidades da Associação Mutualista no conjunto dos seus activos e, em particular, dos depósitos à ordem, que aumentaram, de 22,7 % para 23,1 %. Do montante acumulado em Disponibilidades (593.423 milhares de euros), foram recebidos juros no valor de 14.248 milhares de euros, que representaram uma taxa de rentabilidade de 2,71 %, ligeiramente superior à do ano anterior (2,55 %), em virtude da revisão das taxas de juro abonadas aos depósitos da Associação Mutualista constituídos na CEMG.

7.3 — Actividades associativas

7.3.1 — Benefícios complementares a associados

Com vista a alargar a rede de benefícios complementares ao dispor dos Associados do Montepio Geral, foram celebrados, em 2005, Acordos com 78 Instituições de todo o país, dos quais, 51 na área da Saúde, Bem-Estar e Protecção Social, 26 na área do Turismo, Consumo e Lazer e 1 na área da Formação e Cultura.

Os 78 acordos celebrados, em 2005, permitiram o acesso a mais 116 pontos de desconto.

A Associação Mutualista tinha em vigor, no final do ano de 2005, Acordos com 388 Entidades, os quais facultavam o acesso a 1073 Pontos de Desconto, em todo o país. Os Pontos de Desconto encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

Saúde, Bem-Estar e Protecção Social — 595 (55,4 %)
Turismo, Consumo e Lazer — 386 (36 %)
Formação e Cultura — 92 (8,6 %).

7.3.2 — Inauguração do espaço mutualista

No dia 4 de Outubro de 2005, inserida nas comemorações do 165.º aniversário do Montepio Geral — Associação Mutualista, procedeu-se à inauguração do primeiro Espaço Mutualista, no rejuvenescido Chiado lisboeta.

Situado na Rua do Carmo, n.º 62, este espaço, amplo, confortável e alegre, visa um acolhimento mais personalizado e a disponibilização de um local de encontro e de diálogo com os Associados.

Na oportunidade, num gesto pleno de simbolismo, foi distinguida a Associada número 300 mil, uma menina de 4 anos, ou seja, homenageou-se não só a juventude, como também a amplitude do movimento mutualista.

7.3.3 — Homenagem aos associados com 50 ou mais anos de vida associativa

Com vista a promover a vida associativa e o espírito mutualista, foram realizadas, ao longo do ano e em vários pontos do País, cerimónias de homenagem aos Associados que celebraram 50 e mais anos de ligação ao Montepio Geral — Associação Mutualista, tendo sido oferecidos a cada um, uma medalha comemorativa e um diploma, gesto que foi muito apreciado pelos 442 homenageados.

7.3.4 — Acções comemorativas institucionais

Para assinalar o 165.º aniversário do Montepio Geral — Associação Mutualista, foi promovido, no Coliseu de Lisboa, um concerto com a Orquestra Metropolitana de Lisboa e o artista Carlos do Carmo, com a presença de Associados, Clientes e Colaboradores.

Neste âmbito, destaca-se, ainda, a celebração do 161.º aniversário da Caixa Económica Montepio Geral, cuja comemoração, partilhada com Associados, Clientes e Colaboradores, teve lugar no Teatro Camões, em Lisboa, com um concerto da Orquestra Metropolitana de Lisboa.

7.4 — Fundos permanentes, fundos próprios e reservas

O montante de Fundos e Reservas da Associação Mutualista cresceu, em 2005, cerca de 331 440 milhares de euros (uma variação anual positiva de 21,8 %), atingindo, no final do ano, um volume global de 1 855 116 milhares de euros.

Evolução dos fundos e reservas

(Em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação	
			Valor	Porcentagem
Fundos permanentes	1 644 534	1 331 931	+ 312 603	+ 23,5
Provisões matemáticas	1 591 222	1 220 694	+ 370 528	+ 30,4
Reservas matemáticas estatutárias	1 414 287	1 102 706	+ 311 581	+ 28,3
Para rendas vitalícias	21 293	21 715	- 422	- 1,9
Provisões matemáticas actuariais	59 312	0	+ 59 312	
Subvenções e melhorias de benefícios	96 330	96 273	+ 57	+ 0,1
Excedentes técnicos	53 312	111 237	a) - 57 925	- 52,1
Fundos próprios	51 763	18 455	+ 33 308	+ 180,5
Fundo solidariedade associativa	20 096	17 227	+ 2 869	+ 16,7
Fundo p/bolsas de estudo	822	786	+ 36	+ 4,6
Fundo garantia de pagamento de encargos	30 411	0	a) + 30 411	
Fundo serv. clínicos — Montepio Egitanense	434	442	- 8	- 1,8
<i>Total fundos permanentes e próprios</i>	1 696 297	1 350 386	+ 345 911	+ 25,6
Reservas	158 819	173 290	- 14 471	- 8,4
<i>Total fundos e reservas</i>	1 855 116	1 523 676	+ 331 440	+ 21,8

a) Reclassificação contabilística da GPE/88 (30 411 milhares de euros).

O quadro anterior permite observar que grande parte do montante já acumulado decorre das Provisões Matemáticas constituídas pela Associação Mutualista (85,8 %), em função das suas responsabilidades futuras para com os Associados. De referir, também, que a Associação, aproveitando as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas com o objectivo da convergência para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou a política contabilística no que respeita às reservas matemáticas, passando a efectuar, adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e à taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades. Nesta base, foi necessário proceder ao provisionamento adicional das reservas matemáticas, no montante de 59.312 milhares de euros. Os Fundos Próprios registaram a variação anual mais assinalável, por via da reclassificação contabilística da modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos 1988, que transitou da rubrica de Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes.

De um modo geral, a interpretação para os vários comportamentos ocorridos durante o ano é a seguinte:

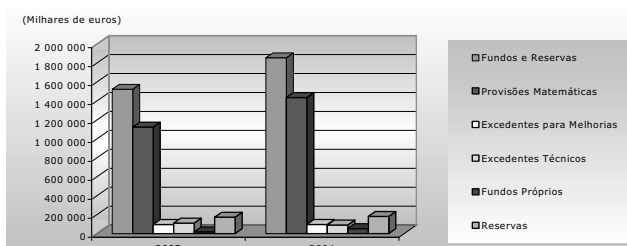
- **Provisões Matemáticas** — referem-se a responsabilidades futuras assumidas com as modalidades associativas; o acréscimo verificado nesta rubrica (+30,4 %) é sobretudo justificado pelas responsabilidades constituídas na modalidade de Capitais de Reforma (cerca de 79,4 % do total das Provisões Matemáticas), mas também pela constituição de «Provisões Matemáticas Actuariais», no valor de 59.312 milhares de euros, que corresponde ao reforço determinado de acordo com um teste de adequação das responsabilidades;

- **Excedentes Técnicos** — traduzem o remanescente dos Fundos Permanentes em relação às Reservas Matemáticas das modalidades asso-

ciativas, acumulado ao longo dos anos; excluindo o efeito da reclassificação contabilística da GPE/88, esta rubrica apresentou uma variação anual negativa de 27 514 milhares de euros, em virtude de os reforços das dotações para Reservas Matemáticas implicarem a utilização do remanescente dos Fundos Permanentes das respectivas modalidades;

- **Fundos Próprios** — são constituídos para cada modalidade cujos benefícios não obriguem à existência de reservas matemáticas; no período em análise (isolando uma vez mais o efeito da GPE/88), esta rubrica evidenciou um crescimento de 2.897 milhares de euros, devido, sobretudo, ao Fundo de Solidariedade Associativa;

- **Reservas** — incorporam as Reservas de Reavaliação, Gerais e Livres e revelaram, durante o ano de 2005, uma variação anual negativa, no valor de - 14 471 milhares de euros (- 8,4 %, relativamente ao ano anterior), encerrando o exercício com 158 820 milhares de euros; esta evolução negativa ficou a dever-se à necessidade de recorrer ao Fundo de Reserva Geral para complementar os Excedentes Técnicos, que se mostraram insuficientes para fazer face à constituição das «Provisões Matemáticas Actuariais» acima referidas.



O grau de cobertura das responsabilidades da Associação Mutualista atingiu, no final do ano, o valor de 1,17. Embora ligeiramente inferior ao indicador de 2004 (1,25), mantém-se em nível seguro a solidez financeira e a capacidade para responder aos compromissos futuros.

7.5 — Resultados

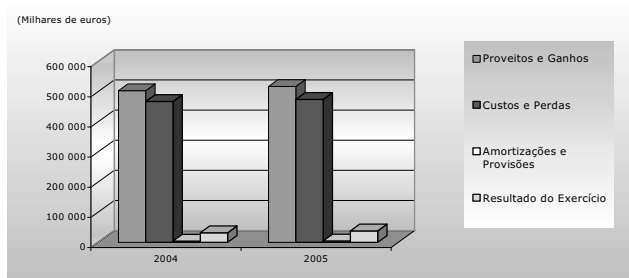
O Resultado Líquido acumulado da Associação Mutualista, no ano de 2005, atingiu 38 198 milhares de euros, ou seja, um acréscimo anual de 20 % (6358 milhares de euros).

No quadro seguinte, podem observar-se os movimentos que contribuíram para esse acréscimo:

Demonstração de resultados da associação mutualista

(Em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
1 — Proveitos e ganhos:				
Proveitos inerentes a associados	429 137	435 590	– 6 453	– 1,5
Proveitos suplementares	4	20	– 16	– 80
Comparticipações e subsídios à exploração	24 583	15 919	+ 8 664	+ 54,4
Proveitos e ganhos financeiros	57 694	43 355	+ 14 339	+ 33,1
Proveitos e ganhos extraordinários	6 143	8 599	– 2 456	– 28,6
Total	517 561	503 483	+ 14 078	+ 2,8
2 — Custos e perdas:				
Custos inerentes a associados	462 435	460 143	+ 2 292	+ 0,5
Fornecimentos e serviços externos	2 169	1 977	+ 192	+ 9,7
Custos com o pessoal	7 594	2 874	+ 4 720	+ 164,2
Outros custos operacionais	689	629	+ 60	+ 9,5
Custos e perdas financeiras	1 385	1 637	– 252	– 15,4
Custos e perdas extraordinárias	264	238	+ 26	+ 10,9
Total	474 536	467 498	+ 7 038	+ 1,5
3 — Meios libertos	43 025	35 985	+ 7 040	+ 19,6
4 — Amortizações do imobilizado	2 668	2 673	– 5	– 0,2
5 — Amortizações e provisões de aplicações e inv. financeiros	2 159	1 472	+ 687	+ 46,7
6 — Resultado do exercício (3–4–5)	38 198	31 840	+ 6 358	+ 20



De uma forma geral, o comportamento dos resultados, ao longo do exercício de 2005, fica marcado pelos seguintes factos:

- Aumento dos resultados transferidos da Caixa Económica (+ 53,8 %), que trouxeram uma contribuição decisiva para a rubrica de Proveitos e, naturalmente, para a formação dos próprios resultados;
- Melhoria apreciável dos Proveitos e Ganhos Financeiros, em quase todas as suas componentes (+ 33,1 %), mas, de forma mais pronunciada, nos juros obtidos com os depósitos bancários e nos rendimentos auferidos com a carteira de títulos de crédito;
- Elevados montantes suportados com Custos Administrativos, sobretudo em custos com o pessoal, cujo valor mais do que duplicou relativamente ao ano anterior, sobretudo por se ter passado a imputar à Associação Mutualista os encargos com o pessoal afecto aos serviços da Associação, que, em anos anteriores, vinham sendo registados como custos da Caixa Económica;

- Agravamento da relação entre os Proveitos e os Custos Inerentes a Associados, por via, essencialmente, dos encargos suportados com o rendimento garantido das Modalidades de Capitalização (+ 8895 milhares de euros) e dos maiores pagamentos efectuados com a modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos;

- Diminuição do montante de Proveitos Extraordinários, integralmente justificada pela ausência de rendimentos provenientes de operações de trading, apenas realizadas no ano de 2004.

7.6 — Proposta de aplicação dos resultados e de recurso aos excedentes técnicos e ao fundo de reserva geral

Considerando os Resultados do Exercício, constituídos pelos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas e pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, conforme anexo II deste relatório, no valor de 38 198 364,98 euros;

Considerando a possibilidade de recurso aos Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes das respectivas Modalidades para cobertura do saldo anual negativo dos Fundos Disponíveis de algumas Modalidades Mutualistas, no valor de 27 752,06 euros;

Considerando a possibilidade de recurso ao Fundo de Reserva Geral para complementar a cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível das modalidades Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte e Pensões de Reforma (Estatutos de 1922), por virtude do esgotamento dos Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes das respectivas modalidades, no valor de 13 521,04 euros;

Considerando que, assim, fica disponível para aplicação o somatório dos Resultados do Exercício da Associação Mutualista do ano de 2005, com o Recurso aos Excedentes Técnicos dos Fundos Permanentes e ao Fundo de Reserva Geral, que se cifra em 38 239 638,08 euros.

Propõe-se:

7.6.1 — Recurso aos excedentes técnicos dos fundos permanentes e ao fundo de reserva geral

Que seja feito o recurso, nos termos do artigo 59.º dos Estatutos, aos seguintes Fundos:

(Euros)

7.6.1.1 — Fundos permanentes das respectivas modalidades

Excedentes técnicos:

(O necessário para a cobertura do saldo anual negativo do fundo disponível da modalidade)

Pensões de Invalidez e Reforma	186,1		
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	1 462,15		
Pensões de Capitais de Reforma	18 009,66		
Pensões das Modalidades Colectivas	38,22	19 696,04	

(O existente nos respectivos excedentes técnicos para a cobertura parcial do saldo anual negativo do respectivo fundo disponível da modalidade)

Pensões de Reforma (Estatutos de 1922)	11,26		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	8 044,76	8 056,02	27 752,06

7.6.1.2 — Fundo de reserva geral

(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respectivo fundo disponível)

Pensões de Reforma (Estatutos de 1922)	172,28		
Capitais de Previdência Temporários por Invalidez ou Morte	13 348,76	13 521,04	

<i>Total (1)</i>			41 273,10
------------------------	--	--	-----------

7.6.2 — Saldo dos Fundos Disponíveis e Rendimento do Fundo de Reserva Geral adicionados do Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral

Que lhe seja dada a seguinte aplicação:

(Euros)

7.6.2.1 — Para o Fundo de Reserva Geral

Rendimento do Fundo, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 56.º dos estatutos 10 685 099,54

Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 60.º dos estatutos

(5 % dos saldos anuais dos fundos disponíveis das respectivas modalidades mutualistas):

Modalidades individuais:

Benefício de solidariedade associativa	206 219		
Serviços clínicos Montepio Egitaniense	1 311,04		
Pensões de sobrevivência e dotes	41 527,34		
Capitais de previdência	72 531,26		
Capitais de previdência diferidos com opção	153 782,65		
Capitais de previdência a prazo	5 067,67		
Capitais de previdência a favor de pessoas certas	40,95		
Capitais para jovens	54 311,09		
Capital temporário de invalidez	1 544,02		
Capitais de reforma	320 925,73		
Poupança reforma	7 000,83		
Capitais de garantia	3 035,72		
Capitais para estudos	6 593,01		
Subsídio por morte	3 984,94		
Subsídio por morte — Lutuosa Nacional	73,86		
Pensões de reforma	36 499,74		
Pensões para deficientes	1 033,24		
Rendas de sobrevivência	312,81		
Garantia de pagamento de encargos (Estatutos de 1983)	77,77		
Inscrição de propriedade resolúvel	109,92		
Pensões de reforma — Restituição de quotas	16 643,18		
Pensões de reforma — Adicional de invalidez	1 369,23		
Capitais diferidos com cobertura adicional	124,84		
Invalidez — Modalidades colectivas	59,57		

Modalidades colectivas	1 890,57		
Rendas vitalícias	6 741,34	942 811,32	

Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2, do artigo 60.º dos Estatutos (52 % do saldo anual do fundo disponível da respectiva modalidade mutualista):

Garantia de pagamento de encargos	4 523 122,55	16 151 033,41	
---	--------------	---------------	--

(Euros)

7.6.2.2 — Para os fundos permanentes das respectivas modalidades

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 60.º dos estatutos)

Excedentes técnicos:

Pensões de sobrevivência e dotes	789 019,45	
Capitais de previdência	1 378 093,86	
Capitais de previdência diferidos com opção	2 921 870,32	
Capitais de previdência a prazo	96 285,65	
Capitais de previdência a favor de pessoas certas	778,10	
Capitais para jovens	1 031 910,65	
Capital temporário de invalidez	29 336,43	
Capitais para estudos	125 267,09	
Subsídio por morte	75 713,91	
Subsídio por morte — Lutuosa Nacional	1 403,26	
Pensões de reforma	693 495,20	
Pensões para deficientes	19 631,48	
Rendas de sobrevivência	5 943,36	
Garantia de pagamento de encargos (Estatutos de 1983)	1 477,63	
Inscrição/liberação de propriedade resolúvel	2 088,44	
Pensões de reforma - Restituição de quotas	316 220,51	
Pensões de reforma - Adicional de invalidez	26 015,37	
Capitais diferidos com cobertura adicional	2 371,89	
Quotas para invalidez — Modalidades colectivas	1 131,46	
Rendas Vitalícias	128 085,53	7 646 139,59

7.6.2.3 — Para os fundos próprios das respectivas modalidades

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 60.º dos Estatutos)

Modalidades de capitalização

Modalidades individuais

Capitais de reforma	6 097 588,88
Poupança reforma	133 015,77
Capitais de garantia	57 678,59

Modalidades colectivas	35 921,13	6 324 204,37
------------------------------	-----------	--------------

Fundo de solidariedade associativa	3 918 160,91	
Fundo de serviços clínicos Montepio Egitanense	24 909,75	
Fundo de garantia de pagamentos de encargos	4 175 190,05	14 442 465,08
<i>Total (2)</i>		<u>38 239 638,08</u>
<i>Total (3) = Total (2) – Total (1)</i>		38 198 364,98

7.7 — Proposta de atribuição de melhorias de benefícios

(Euros)

(Dotação nos termos dos artigos 18.º dos Estatutos e 53.º do Código Mutualista)

Considerando a impossibilidade de atribuir Melhorias:

Às Modalidades com fundo disponível negativo:

Capitais de previdência temporários por invalidez ou morte
Pensões de reforma (Estatutos de 1922)
Pensões de invalidez e reforma
Pensões de capitais de reforma
Rendas vitalícias a favor de pessoas certas

Às Modalidades cujas Reservas Matemáticas, calculadas nos termos do n.º 4 do artigo 54.º dos Estatutos, isto é, de acordo com as bases técnicas oficialmente aprovadas, se mostram insuficientes para a cobertura das respectivas responsabilidades, calculadas de acordo com as bases técnicas definidas por um consultor independente, tendo em conta Tábuas de mortalidade e taxas técnicas actualizadas, sendo também insuficientes os Excedentes Técnicos existentes, pelo que se tornou indispensável o recurso ao Fundo de Reserva Geral, a fim de ser dado cumprimento ao n.º 5 do acima referido artigo 54.º dos Estatutos:

Pensões de reforma e respectivo adicional de invalidez (taxas técnicas de 6 % e de 4 %)

Propõe-se que sejam atribuídas melhorias de benefícios (1,5 % das reservas matemáticas referentes aos benefícios em formação e em curso), por utilização parcial dos excedentes técnicos dos respectivos fundos permanentes, às seguintes modalidades:

Pensões de sobrevivência e dotes	357 927
Capitais de previdência	494 587,50
Capitais de previdência diferidos com opção	1 420 621,50
Capitais de previdência a prazo	25 236
Capitais de previdência a favor de pessoas certas	229,50
Capitais para jovens	498 466,50
Capital temporário de invalidez	1 117,50

(Euros)

Capitais para estudos	51 186
Subsídio por morte	24 555
Subsídio por morte — Lutuosa Nacional	270
Pensões para deficientes	4 978,50
Rendas de sobrevivência	4 338
Capitais diferidos com cobertura adicional	927
Total	2 884 440

7.8 — Proposta de reposição no fundo de reserva geral dos valores utilizados para completar os fundos disponíveis

Dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral — Associação Mutualista, deveriam as rendas vitalícias ressarcir o Fundo de Reserva Geral no montante de 404 804,56 euros, valor utilizado, no ano de 2004, para completar o seu Fundo Disponível (n.º 3 do artigo 64.º dos Estatutos), pelo que se propõe que o Fundo de Reserva Geral seja ressarcido de 128 085,53 euros, valor do remanescente do saldo do Fundo Disponível do ano de 2005 das Rendas Vitalícias, após a dotação para o Fundo de Reserva Geral.

7.9 — Proposta de atribuição da rentabilidade dos capitais de reforma, da poupança reforma e das modalidades colectivas

Considerando o rendimento anual gerado pelos capitais de reforma, poupança reforma e modalidades colectivas, que, após a cobertura das taxas garantidas, se traduz nos valores das dotações para os respectivos fundos próprios, constantes do anterior número 7.6.2.3., propõe-se que a estas modalidades de capitalização seja atribuída a rentabilidade anual global de 3,5 %, sendo, assim, assegurado o rendimento anual garantido de 3 %, nos termos dos respectivos Regulamentos, ao qual acresce 0,5 % como participação nos resultados anuais das modalidades. Às subscrições de Capitais de Reforma efectuadas de 1 de Março de 1990 a 31 de Agosto de 1992 é assegurado o rendimento anual garantido de 5,5 %.

7.10 — Proposta de aplicação da verba a transferir da Caixa Económica

Considerando o valor da verba a transferir da Caixa Económica, propõe-se que, de acordo com o artigo 62.º dos estatutos, lhe seja dada a seguinte aplicação:

	Milhares de euros
Para o fundo de solidariedade associativa	70
Para o fundo de bolsas de estudo	30
Para os fundos disponíveis, fundo de administração e reserva geral	11 497
Total	11 597

7.11 — Proposta de aumento da participação financeira institucional na Caixa Económica

Considerando que continua a ser indispensável proceder ao reforço do Capital Institucional da Caixa Económica e que a Associação Mutualista disporá de fundos que poderão ser afectos a este tipo de aplicação, o Conselho de Administração, após deliberação do Conselho Geral, propõe:

Efectuar uma dotação à Caixa Económica, no montante de 100 milhões de euros, para aumento do seu Capital Institucional.

A ser aprovada a referida proposta, a Participação Financeira Institucional na Caixa Económica passará para 585 milhões de euros.

7.12 — Proposta de dotação para a Fundação Montepio Geral

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, fundada pelo Montepio Geral — Associação Mutualista, dar satisfação aos seus fins estatutários, o Conselho de Administração propõe à assembleia geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 500 mil euros.

7.13 — Balanço e demonstração de resultados

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

Activo	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas	23 143	5 173	17 970	16 228
Terrenos e recursos naturais	3 040		3 040	819
Edifícios e outras construções	17 600	5 173	12 427	12 745
Outras imobilizações corpóreas	77		77	77
Imobilizações em curso	2 426		2 426	2 587
Investimentos financeiros	1 307 616	38 981	1 268 635	1 029 349
Participação financeira institucional	485 000		485 000	445 000
Participações financeiras diversas	43 088	1 309	41 779	41 243
Partes de capital — Acções diversas	517		517	517
Obrigações e títulos de participação	95 879	622	95 257	27 286
Empréstimos de financiamento	1 832		1 832	1 851
Investimento em imóveis	138 977	34 399	104 578	106 374
Outras aplicações financeiras	542 323	2 651	539 672	407 078
Dívidas de terceiros	1 636	152	1 484	721
Associados	448		448	442
Estado e outros entes públicos	186		186	134
Devedores diversos	1 002	152	850	145
Títulos negociáveis				20 000
Outros títulos				20 000

(Em milhares de euros)

Activo	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa	593 423		593 423	485 436
Depósitos bancários	593 423		593 423	485 436
Acréscimos e diferimentos	17 361		17 361	10 798
Acréscimos de proveitos	17 361		17 361	10 798
Total de amortizações		39 572		
Total de provisões		4 734		
<i>Total do activo</i>	1 943 179	44 306	1 898 873	1 562 532

1 de Março de 2006. — O Responsável pela Contabilidade, *Armindo Marques Matias*.

(Em milhares de euros)

Capital próprio e passivo	2005	2004
Capital próprio		
Fundo social:		
Fundos próprios	51 763	18 455
Excedentes técnicos	53 312	110 847
Rendas vitalícias — Excedentes técnicos		390
Reservas de reavaliação	32 910	32 910
Reservas legais	124 577	139 211
Outras reservas	1 332	1 169
Resultado líquido do exercício	38 198	31 840
<i>Total do capital próprio</i>	302 092	334 822
Passivo		
Provisões para riscos e encargos	1 591 222	1 220 694
Provisões matemáticas para encargos com mod. associativas	1 494 891	1 124 421
Subvenções e melhorias de benefícios	96 331	96 273
Dívidas a terceiros	4 578	7 014
Beneficiários	1 363	1 063
Dívidas a instituições de crédito	2 760	4 037
Estado e outros entes públicos	37	28
Fornecedores	87	156
Outros Credores	331	1 730
Acréscimos e diferimentos	981	2
Acréscimos de custos	981	2
<i>Total do passivo</i>	1 596 781	1 227 710
<i>Total de capital próprio e passivo</i>	1 898 873	1 562 532

Contas extrapatrimoniais

Administração de fundações	1 426	1 382
Responsabilidades assumidas por terceiros	5 112	4 253
Responsabilidades assumidas perante terceiros	670	265
<i>Total</i>	7 208	5 900

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, Presidente. — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.**Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

Débito	2005	2004
Custos e perdas		
Custos inerentes a associados	462 435	460 144
Aumento das provisões matemáticas	362 729	377 926
Outros custos das modalidades associativas:		
Prestações	1 917	1 509

(Em milhares de euros)

Débito	2005	2004
Capitais vencidos	77 123	61 835
Subvenções e melhorias de benefícios	7 522	7 572
Rendas vitalícias	2 822	2 653
Outros custos inerentes a associados	10 322	8 648
Fornecimentos e serviços externos	2 169	1 977
Custos com o pessoal	7 594	2 874
Amortizações do imobilizado	352	351
Provisões	90	74
Outros custos e perdas operacionais	689	629
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	4 385	3 719
Juros e custos similares	1 385	1 637
(A)	479 099	471 405
Custos e perdas extraordinárias:		
Donativos	88	68
Perdas em imobilizações	33	42
Correcções relativas a exercícios anteriores		128
Outras perdas extraordinárias	143	
Total dos custos (C)	479 363	471 643
Resultado do exercício	38 198	31 840
Total do débito	517 561	503 483

1 de Março de 2006. — O Responsável pela Contabilidade, *Armindo Marques Matias*.

(Em milhares de euros)

Crédito	2005	2004
Proveitos e ganhos		
Proveitos inerentes a associados	429 137	435 590
Redução das provisões matemáticas	64 414	51 804
Outros proveitos das modalidades associativas	364 723	383 786
Jóias	515	464
Quotizações	57 382	53 946
Capitais recebidos	304 216	323 239
Rendas vitalícias	1 382	4 558
Outros proveitos inerentes a associados	1 228	1 579
Proveitos suplementares	4	20
Comparticipações e subsídios à exploração	24 583	15 919
Dotação da Caixa Económica	24 583	15 919
Proveitos e ganhos financeiros	57 694	43 355
Juros obtidos	38 502	24 232
Rendimento de imóveis	14 136	13 540
Rendimento de participações de capital	2 593	1 802
Diferenças de câmbio favoráveis	208	
Outros proveitos e ganhos financeiros	2 247	3 781
Proveitos de operações de cobertura	8	
(B)	511 418	494 884
Proveitos e ganhos extraordinários:		
Ganhos em imobilizações	2 915	5 904
Redução de amortizações e provisões	3 211	2 651
Correcções relativas a exercícios anteriores		44
Outros proveitos e ganhos extraordinários	17	
Total do crédito (D)	517 561	503 483

2005

2004

Resumo:

Resultados correntes (B) — (A)	32 319	23 480
Resultado líquido (D) — (C)	38 198	31 840

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, Presidente. — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.

7.14 — Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais:		
Pagamento/(Recebimento) de fornecedores	(43)	(1 173)
Devedores e credores	(1 483)	(88)
Custos inerentes a associados	(97 393)	(80 227)
Proveitos inerentes a associados	364 465	383 786
Associados e beneficiários	297	261
Outros proveitos operacionais	31	47
Outros custos operacionais	(9 479)	(5 480)
Fundos próprios	(446)	(366)
Excedentes técnicos	(689)	(679)
Custos e proveitos extraordinários	(80)	(56)
Impostos	(43)	174
	255 137	296 199
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento:		
Participações financeiras diversas	839	2 704
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros — imóveis	13 007	13 721
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros — títulos de crédito	(177 442)	(125 957)
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros — títulos negociáveis	—	2 323
Depósitos a prazo	(21 852)	(57 944)
Papel comercial	20 590	(20 000)
Juros de depósitos à ordem	8 979	3 881
Aquisição de imobilizações corpóreas	315	430
	(155 564)	(180 842)
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento:		
Participação institucional	(40 000)	(40 000)
Resultados transferidos da CEMG	24 783	16 119
Empréstimos de financiamento	(16)	(25)
Empréstimos bancários	(1 353)	(1 326)
	(16 586)	(25 232)
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	82 987	90 125
Caixa e Equivalentes no início do período	355 436	265 311
Caixa e Equivalentes no fim do período	438 423	355 436

7.15 — Notas às demonstrações financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

	Notas	2005		2004	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Activo					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	7	3 040	—	3 040	819
Edifícios e outras construções	7	17 600	5 173	12 427	12 745
Outras imobilizações corpóreas	7	77	—	77	77
Imobilizações em curso	7	2 426	—	2 426	2 587
Investimentos financeiros:					
Participação financeira institucional	9	485 000	—	485 000	445 000
Participações financeiras diversas	9	43 088	1 309	41 779	41 243
Ações diversas	8	517	—	517	517
Obrigações e títulos de participação	8	95 879	622	95 257	27 286
Empréstimos de financiamento		1 832	—	1 83	1 851
Investimento em imóveis	7	138 977	34 399	104 578	106 374
Outras aplicações financeiras	8	542 323	2 651	539 672	407 078
Dívidas de terceiros:					
Associados		448	—	448	442
Estado e outros entes públicos	17	186	—	186	134
Outros devedores		1 002	152	850	145
Títulos negociáveis		—	—	—	—
Outros títulos		—	—	—	20 000

(Em milhares de euros)

	Notas	2005		2004	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	35	593 423	—	593 423	485 436
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	32	17 361	—	17 361	10 798
<i>Total de amortizações</i>		—	39 572	—	—
<i>Total de provisões</i>		—	4 734	—	—
<i>Total do activo</i>		1 943 179	44 306	1 898 873	1 562 532

O Responsável pela contabilidade, *Armindo Marques Matias*.**Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Capital Próprio			
Fundo social:			
Fundos próprios	23	51 763	18 455
Excedentes técnicos	20 e 23	53 312	110 847
Rendas vitalícias — excedentes técnicos	20 e 23	—	390
Reservas de reavaliação	10 e 23	32 910	32 910
Reservas gerais	23	124 577	139 211
Outras reservas	23	1 332	1 169
Resultado líquido do exercício		38 198	31 840
<i>Total de capitais próprios</i>		302 092	334 822
Passivo			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	20 e 23	1 494 891	1 124 421
Subvenções e melhorias de benefícios	20 e 23	96 331	96 273
Dívidas a terceiros:			
Beneficiários		1 363	1 063
Dívidas a instituições de crédito	33	2 760	4 037
Estado e outros entes públicos	17	37	28
Fornecedores		87	156
Outros credores		331	1 730
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	32	981	2
<i>Total do passivo</i>		1 596 781	1 227 710
<i>Total de capital próprio e passivo</i>		1 898 873	1 562 532
Contas extrapatrimoniais:			
Administração de fundações	18	1 426	1 382
Responsabilidades assumidas por terceiros	18	5 112	4 253
Responsabilidades assumidas perante terceiros	18	670	265

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, Presidente — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.**Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Custos e perdas			
Custos inerentes a associados:			
Aumento das provisões matemáticas		362 729	377 926

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Outros custos das modalidades associativas:			
Prestações		1 917	1 509
Capitais vencidos	36	77 123	61 835
Subvenções e melhorias de benefícios		7 522	7 572
Rendas vitalícias		2 822	2 653
Outros custos inerentes a associados		10 322	8 648
Fornecimentos e serviços externos		2 169	1 977
Custos com o pessoal	26	7 594	2 874
Amortizações do imobilizado	7	352	351
Provisões diversas		90	75
Outros custos e perdas operacionais		689	629
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27	4 385	3 719
Juros e custos similares	27	1 385	1 637
Custos e perdas extraordinárias:			
Donativos	29	88	68
Perdas em imobilizações	29	33	42
Correcções relativas a exercícios anteriores	29	—	128
Outros custos e perdas extraordinários	29	143	—
<i>Total dos custos</i>		479 363	471 643
<i>Resultado do exercício</i>		38 198	31 840
		517 561	503 483

O Responsável pela Contabilidade, *Armindo Marques Matias*.**Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Proveitos e ganhos			
Proveitos inerentes a associados:			
Redução das provisões matemáticas		64 414	51 804
Outros proveitos das modalidades associativas:			
Jóias		515	464
Quotizações		57 382	515
Capitais recebidos		304 216	323 239
Rendas vitalícias		1 382	4 558
Outros proveitos inerentes a associados		1 228	1 579
Proveitos suplementares		4	20
Comparticipações e subsídios à exploração:			
Dotação da Caixa Económica	23	24 583	15 919
Proveitos e ganhos financeiros:			
Juros obtidos	27	38 502	24 232
Rendimento de imóveis	27 e 28	14 136	13 540
Rendimento de participações de capital	27	2 593	1 802
Outros proveitos e ganhos financeiros	27	2 463	3 781
Proveitos e ganhos extraordinários:			
Ganhos em imobilizações	29	2 915	5 904
Redução de amortizações e provisões	29	3 211	2 651
Correcções relativas a exercícios anteriores	29	—	44
Outros proveitos e ganhos extraordinários	29	17	—
		517 561	503 483

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, Presidente — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2005 e 2004

Introdução.

O Montepio Geral — Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de Outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver acções de protecção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação

O Montepio Geral — Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1840 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não reflectem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas das Associações Mutualistas, o qual se rege pelos princípios do Plano Oficial de Contabilidade, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de Dezembro.

3.2 — Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis. O efeito das reavaliações realizadas pela Associação foi registado na rubrica de «Reservas de reavaliação» (notas 10, 11, e 23). As restantes imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, sobre o valor de custo ou reavaliado, tendo-se aplicado as taxas máximas indicadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Investimento em imóveis	50

Os imóveis registados na rubrica de «Investimento em imóveis» (nota 7), não estão afectos à actividade operacional da Associação, destinando-se a rendimento.

3.3 — Participações financeiras

As participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição e correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à actividade da Associação e da sua Caixa Económica e que simultaneamente tenham um carácter duradouro. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

A participação financeira institucional diz respeito ao capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral («Caixa»), encontrando-se valorizada ao custo de aquisição.

3.4 — Carteira de títulos e outras aplicações financeiras

As Obrigações do Tesouro são registadas ao custo de aquisição. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o seu valor nominal é reconhecida contabilisticamente como custo ao longo do período compreendido entre a data de aquisição e a data de vencimento das Obrigações do Tesouro através da constituição de provisões.

Os demais títulos em carteira são valorizados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado (valor estimado de realização no que respeita a títulos não cotados), dos dois o menor.

Com excepção das Obrigações do Tesouro, as menos-valias potenciais apuradas na valorização dos títulos e outras aplicações financeiras ao valor de mercado ou ao valor estimado de realização, quando não cotados, são integralmente provisionadas.

3.5 — Provisões para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efectuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.6 — Reconhecimento de custos e proveitos

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.7 — Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Em 31 de Dezembro de 2005, a Associação, aproveitando as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou a política contabilística no que respeita às provisões matemáticas passando a efectuar, adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos actuariais mais adequados face à realidade actual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

Considerando que o teste à adequação das responsabilidades constitui uma alteração às políticas contabilísticas em vigor, o respectivo impacto determinado com referência a 31 de Dezembro de 2005, foi registado por contrapartida do fundo permanente — excedentes técnicos da respectiva modalidade até à concorrência do seu valor e do fundo de reserva geral, de acordo com o estabelecido no artigo 59.º dos estatutos da Associação.

O teste de adequação das responsabilidades será efectuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detectada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.8 — Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Caixa incorre em despesas por conta da Associação relativas, nomeadamente no que respeita a custos com o pessoal e a alguns gastos de natureza corrente. Até ao final do exercício de 2003 a Caixa não imputou quaisquer custos à Associação. Em 2004 a Caixa procedeu à imputação à Associação das despesas incorridas por sua conta.

No ano de 2005, a Associação passou a suportar, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Núcleo de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.9 — Lucros distribuídos pela Caixa Económica Montepio Geral

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e participações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

6 — Número de associados

Em 31 de Dezembro de 2005, a Associação possuía 333 638 (2004: 291 789) associados efectivos, que efectuaram 506 321 inscrições (2004: 418 504). Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2005	2004
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	182 767	149 005
Garantia de pagamento de encargos	122 509	108 487
Capitais de previdência diferidos com opção	67 932	56 605
Poupança reforma	10 812	9 785
Capitais para jovens	7 937	7 367
Capitais de previdência	7 524	7 722
Pensões de reforma	5 885	5 809
Pensões de sobrevivência e dotes	1 976	2 046
Outros	3 123	3 049
	410 465	349 875
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma — restituição de quotas	5 756	5 670
Capital temporário de invalidez	306	336
Pensões de reforma — adicional de invalidez	305	305
Quotas para capitais de garantia	31	30
	6 398	6 341

7 — Imobilizações

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Custo:		
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 040	819
Edifícios e outras construções	17 600	17 566
Outras imobilizações corpóreas	77	77
Imobilizações em curso	2 426	2 587
	23 143	21 049
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	138 977	138 457
	162 120	159 506
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 668)	(2 673)
Relativas a exercícios anteriores	(36 904)	(34 231)
	(39 572)	(36 904)
	122 548	122 602

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 94 000 (2004: Euros 57 000) relativo a custos incorridos, aquisição e obras, com instalações destinadas ao funcionamento de futuros balcões da Caixa Económica Montepio Geral.

Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica incluía ainda, o montante de Euros 2 204 000 referente aos custos incorridos com a constru-

ção de um complexo habitacional na cidade das Caldas da Rainha, designado de «Residências assistidas». Durante o ano de 2005, a Associação decidiu não prosseguir com a construção do referido complexo habitacional, pelo que este terreno foi transferido para a rubrica Terrenos e recursos naturais (Euros 2 335 000).

Os movimentos da rubrica Imobilizações, durante o exercício de 2005, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Transferências	Abates/ regularizações	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	819	—	2 335	(114)	3 040
Edifícios e outras construções	17 566	34	—	—	17 600
Outras imobilizações corpóreas	77	—	—	—	77

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Transferências	Abates/ regularizações	Saldo em 31 de Dezembro
Imobilizações em curso	2 587	2 673	(2 834)	—	2 426
	21 049	2 707	(499)	(114)	23 143
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	138 457	21	499	—	138 977
	159 506	2 728	—	(114)	162 120
Amortizações acumuladas:					
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4 821	352	—	—	5 173
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	32 083	2 316	—	—	34 399
	36 904	2 668	—	—	39 572

8 — Carteira de títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Acções diversas:		
Acções de entidades nacionais	505	505
Acções de entidades estrangeiras	12	12
	517	517
Obrigações e títulos de participação:		
Obrigações de entidades nacionais:		
Obrigações com garantia do Estado	118	205
Outras obrigações de entidades nacionais	39 079	11 735
Obrigações de entidades estrangeiras	56 682	15 508
	95 879	27 448
Provisões para títulos	(622)	(162)
	95 257	27 286
Outras aplicações financeiras:		
Títulos da dívida pública Portuguesa	465 419	365 572
Fundos de investimento:		
Mobiliários nacionais	22 060	21 074
Mobiliários estrangeiros	20 000	—
Imobiliários	34 844	25 080
	542 323	411 726
Provisões para títulos	(2 651)	(4 648)
	539 672	407 078
	635 446	434 881

No anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de Dezembro de 2005.

A Associação regista as Obrigações do Tesouro como se de uma carteira a vencimento se tratasse. Decorrente da política contabilística indicada na nota 3.4, em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de títulos, se avaliada a valores de mercado, apresentaria mais-valias

potenciais no montante de euros 37 502 000 (2004: euros 28 172 000).

A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação em Bolsa de Valores ou valor estimado de realização para os títulos não cotados), em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, pode ser analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005			
	Acções diversas	Obrigações e títulos de participação	Outras aplicações financeiras	Total
Custo de aquisição	517	95 879	542 323	638 719
Provisões constituídas	—	(622)	(2 651)	(3 273)

(Em milhares de euros)

	2005			
	Acções diversas	Obrigações e títulos de participação	Outras aplicações financeiras	Total
Valor de balanço	517	95 257	539 672	635 446
Mais-valias potenciais	224	893	36 385	37 502
Valor de mercado	741	96 150	576 057	672 948

(Em milhares de euros)

	2004			
	Acções diversas	Obrigações e títulos de participação	Outras aplicações financeiras	Total
Custo de aquisição	517	27 448	411 726	439 691
Provisões constituídas	—	(162)	(4 648)	(4 810)
Valor de balanço	517	27 286	407 078	434 881
Mais-valias potenciais	285	574	27 313	28 172
Valor de mercado	802	27 860	434 391	463 053

O movimento ocorrido na rubrica «Provisões para títulos», durante o exercício de 2005, é apresentado como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Reforços	Reposições	Saldo em 31 de Dezembro
Acções, obrigações e outras aplicações financeiras	4 810	1 674	(3 211)	3 273

9 — Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Participação financeira institucional	485 000	445 000
Participações financeiras diversas	43 088	42 158
	528 088	487 158
Provisões para participações financeiras diversas	(1 309)	(915)
	526 779	486 243

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2005					
	Capital social	Número de acções	Percentagem de Participação	Custo aquisição (em milhares de euros)	Capitais próprios (*) (em milhares de euros)	Provisões constituídas (em milhares de euros)
Caixa Económica Montepio Geral	485 000	—	100	485 000	690 770	—
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	19 250	2 529 816	65,710	23 769	21 915	—
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	9 000	141 192	39,220	4 954	8 254	—
Impar — Comp. Cabo Verdiana de Seguros, S. A. R. L. (CVE) ...	400 000	105 250	26,313	1 183	783	—
MCS — Moçambique, Comp. de Seguros, S. A. R. L. (MZM)	24 000 000	43 200	18	379	179	95
Silvip, S. A.	750	3 960	26,400	308	795	—
Futuro — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	2 567	52 822	61,737	1 963	3 640	—
MG Gestão de Activos Financeiros — S. G. F. I. M., S. A.	1 200	239 655	99,856	1 331	2 168	—
MG Investimento Imobiliário, S. A.	50	10 000	100	50	34	—
Previsão — Soc. Gest. F. P., S. A.	3 500	10 000	1,429	50	69	—
Clínica de Santa Maria de Belém, S. A.	2 240	66 240	14,786	493	388	178
Hospital do Coração, S. A.	25	50	10	2	N/D	—
Sagies, S. A.	500	27 000	27	97	151	—
Leacock (Seguros), L.ª	300	a)	81	242	2 150	—
E. I. A. — Soc. de Ensino, Investigação e Adm., S. A.	1 825	70 000	3,836	349	89	279
Soficatra, S. A.	7 859	1 500	0,473	37	32	—
Bolsimo, L.ª	50	a)	91	45	59	—
Banco de África Ocidental, S. A. (CFA)	1 343 200	10 074	7,500	153	287	—

	2005					
	Capital social	Número de acções	Percentagem de Participação	Custo aquisição (em milhares de euros)	Capitais próprios (*) (em milhares de euros)	Provisões constituídas (em milhares de euros)
Credint, S. A.	50	4 350	87	986	(301)	394
BDC — Banco de Desenv. e Com. Moçambique, S. A. R. L. (MZM)	190 331 900	663 224	34,846	2 943	1 659	363
Caixa Económica de Cabo Verde, S. A. R. L. (CVE)	348 000	61 272	17,607	2 582	2 535	—
Nova Câmbios, S. A.	500	3 000	30	152	209	—
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S. A.	3 000	1 529 700	50,990	1 020	N/D	—
				528 088		1 309

a) Representada por quotas.

* Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100 %) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	207 707	236 653
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	94 396	46 573
Outros créditos sobre instituições de crédito	910 890	1 067 201
Créditos sobre clientes	11 500 659	10 391 117
Obrigações, acções e outros títulos	706 701	274 237
Participações financeiras	31 352	39 821
Imobilizações incorpóreas	5 551	3 927
Imobilizações corpóreas	80 402	84 263
Outros activos	124 213	133 110
Contas de regularização	305 316	142 002
	13 967 187	12 418 904
Passivo		
Débitos para com instituições de crédito	893 129	792 310
Débitos para com clientes	7 562 599	7 504 239
Débitos representados por títulos	4 070 415	2 912 270
Outros passivos	236 406	44 517
Contas de regularização	119 217	104 143
Provisão para riscos e encargos	84 675	78 869
Passivos subordinados	309 976	329 928
<i>Total do passivo</i>	13 276 417	11 766 276
Situação Líquida		
Capital	485 000	445 000
Reservas	182 846	174 585
Resultados transitados	(22 388)	—
Resultado líquido do exercício	45 312	33 043
<i>Total da situação líquida</i>	690 770	652 628
	13 967 18	12 418 904

10 — Critérios de reavaliação do imobilizado

O Montepio Geral — Associação Mutualista procedeu, em anos anteriores, à reavaliação do imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis e respectivas amortizações acumuladas, ao abrigo dos vários Decretos-Lei, da qual resultou uma reserva de reavaliação no montante de euros 32 910 000 (nota 23).

De acordo com a Directriz Contabilística n.º 16, n.º 2.4 a referida reavaliação só se considera realizada, pelo uso ou alienação dos bens a que respeita.

11 — Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)		
	Custo histórico	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	2 580	460	3 040
Edifícios e outras construções	12 344	5 256	17 600
	14 924	5 716	20 640

(Em milhares de euros)

	Custo histórico	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	102 604	36 373	138 977
	117 528	42 089	159 617

17 — Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Activo:		
IRS retenções na fonte	4	4
IVA a recuperar	110	78
IVA — reembolsos pedidos	72	52
	186	134
Passivo:		
IRS retenções na fonte	30	22
IVA apuramento	7	6
	37	28

18 — Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Responsabilidades assumidas perante terceiros:		
Credores por empreitadas adjudicadas	670	265
Valores recebidos em depósito e administração	1 426	1 382
Responsabilidades assumidas por terceiros	5 112	4 253

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», inclui o património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

20 — Fundos permanentes

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Prestações:				
Capitais de reforma	1 186 741	—	8 644	1 195 385
Poupança reforma	28 914	—	—	28 914
Capitais de previdência	8 857	24 311	10 000	43 168
Capitais de previdência diferidos com opção	89 397	13 636	22 419	125 452
Pensões de reforma	92 643	25 252	—	117 895
Capitais para jovens	27 863	7 220	8 698	43 781
Pensões de sobrevivência e dotes	7 926	23 315	321	31 562
Outros	23 607	2 597	3 230	29 434
	1 465 948	96 331	53 312	1 615 591
Rendas Vitalícias:				
Estatutos de 1966	28 943	—	—	28 943
	1 494 891	96 331	53 312	1 644 534

A repartição do património líquido da Associação pelas diferentes modalidades associativas tem subjacente uma repartição entre:

- (i) Capitais de reforma, poupança reforma e modalidades colectivas; e
- (ii) Restantes modalidades.

Em 31 de Dezembro de 2005, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 101,4 % (2004: 101,5 %) no caso dos capitais de reforma, modalidades colectivas e poupança reforma, é de 167,2 % (2004: 192,6 %) no caso das restantes modalidades.

As provisões matemáticas incluem o montante de euros 59 312 000, relativo ao incremento das responsabilidades das diversas modalidades

decorrentes da introdução do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.7. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2005 foi de 3,5 %.

23 — Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

(Em milhares de euros)

	Distribuição de resultados			Varição líquida das provisões matemáticas	Transf. e dotações	Outros	Saldos em 31 Dezembro
	Saldos em 1 Janeiro	da Associação	da Caixa				
Fundos próprios e fundos permanentes:							
Fundos próprios	18 455	3 143	200	—	30 011	(46)	51 763
Excedentes técnicos	110 847	8 509	—	—	(30 411)	(35 633)	53 312
Rendas vitalícias:							
Excedentes técnicos	390	—	—	—	—	(390)	—
	<u>129 692</u>	<u>11 652</u>	<u>200</u>	<u>—</u>	<u>(400)</u>	<u>(36 069)</u>	<u>105 075</u>
Reservas:							
Reservas de reavaliação	32 910	—	—	—	—	—	32 910
Reservas gerais	139 211	7 856	—	—	—	(22 490)	124 577
Outras reservas	1 169	—	—	—	163	—	1 332
	<u>173 290</u>	<u>7 856</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>163</u>	<u>(22 490)</u>	<u>158 819</u>
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões matemáticas	1 124 421	9 400	—	302 015	—	59 055	1 494 891
Subvenções e melhorias de benefícios	96 273	3 758	—	(3 700)	—	—	96 331
	<u>1 220 694</u>	<u>13 158</u>	<u>—</u>	<u>298 315</u>	<u>—</u>	<u>59 055</u>	<u>1 591 222</u>
	<u>1 523 676</u>	<u>32 666</u>	<u>200</u>	<u>298 315</u>	<u>(237)</u>	<u>496</u>	<u>1 855 116</u>

Em 31 de Dezembro de 2005, o movimento evidenciado como «Outros» na rubrica provisões matemáticas inclui o montante de euros 59 312 000 relativo ao incremento das responsabilidades das diversas modalidades, decorrente da introdução do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.7. A alteração desta política contabilística foi registada por contrapartida de Excedentes técnicos no montante de euros 37 226 000 e das Reservas gerais no montante de euros 22 086 000, num total de euros 59 312 000.

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui ainda a dotação anual para o prémio decenal a pagar aos subscritores da modalidade «Capitais de reforma», o qual foi registado por contrapartida da rubrica «Outros custos inerentes a associados» da demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Associação procedeu à reclassificação das rubricas Subvenções e melhorias de benefícios, com saldos de diversas modalidades mutualistas, de Fundos próprios para o Passivo, ao nível da rubrica Provisões para riscos e encargos, por expressarem responsabilidades assumidas para com associados e beneficiários, embora ainda não vencidas. Esta reclassificação originou um acréscimo da rubrica Provisões para outros riscos e encargos no montante de euros 96 330 000 e euros 96 273 000, à data de 31 de Dezembro de 2005 e 2004, respectivamente. Os Fundos próprios da Associação diminuíram por idêntico montante nas mesmas datas.

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante referido como «Transferências e dotações» em termos do movimento das Outras reservas, refere-se à dotação das reservas para obras em prédios.

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante referido como «Transferências e dotações» em termos do movimento dos Fundos próprios e dos Excedentes técnicos, refere-se à reclassificação dos Excedentes técnicos do produto «Garantia de pagamento de encargos» para os Fundos próprios.

Durante os exercícios de 2005 e 2004, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efectuado o seu registo nas seguintes rubricas:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Comparticipações e subsídios à exploração	24 583	15 919
Fundos próprios	200	200
	<u>24 783</u>	<u>16 119</u>

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades assumidas para com os beneficiários, referentes a subvenções e melhorias atribuídas e excedentes técnicos, nomeadamente:

- a) Excedentes técnicos — Parte dos fundos permanentes, não afectos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.
- b) Subvenções e melhorias de benefícios.

i) Excedentes para subvenções — Destinam-se a satisfazer os encargos por melhoria de benefícios dos pensionistas e Associados existentes à data do balanço. Os benefícios são calculados de acordo com percentagens aprovadas pela assembleia geral.

ii) Excedentes para melhorias de benefícios — Estes excedentes destinam-se, de acordo com os Estatutos da Associação, a melhorar os benefícios em formação e em curso. O cálculo destes benefícios

efectua-se com bases actuariais. A distribuição efectua-se no momento em que os benefícios se vencem.

Reservas gerais — Estas reservas são dotadas com pelo menos 5 % dos saldos dos fundos apurados no final de cada ano, após a constituição das respectivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respectivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

Reservas de reavaliação — Provém da reavaliação do imobilizado ao abrigo da legislação em vigor (nota 3.2).

Provisões matemáticas — Encontram-se reflectidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas actuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.7.

26 — Custos com o pessoal

No ano de 2005, a Associação passou a suportar, para além dos custos com os trabalhadores afectos à Direcção e ao Núcleo de Desenvolvimento da Associação, na dependência da Direcção Informática, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direcção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Esta situação originou o acréscimo do montante de custos com pessoal suportado pela Associação, que à data de 31 de Dezembro de 2005 ascende a euros 7 594 000 (2004: euros 2 874 000).

27 — Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	38 502	24 232
Rendimento de imóveis	14 136	13 540
Rendimentos de participações de capital	2 593	1 802
Outros proveitos e ganhos financeiros ...	2 463	3 781
	<u>57 694</u>	<u>43 355</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados	114	135
Conservação e reparação de edifícios	1 271	1 502
Juros e custos similares	<u>1 385</u>	<u>1 637</u>
Amortizações de investimentos em imóveis	2 316	2 322
Provisões para aplicações financeiras	2 069	1 397
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	<u>4 385</u>	<u>3 719</u>
	<u>5 770</u>	<u>5 356</u>
Resultado financeiro	<u>51 924</u>	<u>37 999</u>

28 — Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)			
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação	Rendimento dos imóveis
Imóveis	159 617	1 271	14 136

29 — Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	2 915	5 904
Redução de provisões e amortizações	3 211	2 651
Correcções relativas a exercícios anteriores	—	44
Outros proveitos e ganhos extraordinários	17	—
	<u>6 143</u>	<u>8 599</u>
Custos e perdas:		
Donativos	88	68
Perdas em imobilizações	33	42
Correcções relativas a exercícios anteriores	—	128
Outros custos e perdas extraordinários ...	<u>143</u>	<u>—</u>
	<u>264</u>	<u>238</u>
Resultado extraordinário	<u>5 879</u>	<u>8 361</u>

32 — Acréscimos e diferimentos

A rubrica Acréscimos de proveitos é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber:		
Títulos	13 508	8 976
Outros	1 746	209
Outros proveitos a receber:		
Fundos imobiliários	2 098	1 610
Outros	9	3
	<u>17 361</u>	<u>10 798</u>
Acréscimos de custos	981	2

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de euros 838 000, relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

33 — Dívidas a instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o saldo desta rubrica é constituído por um empréstimo obtido junto da Caixa (nota 35), destinado a financiar a reconstrução do Edifício Grandella, nos montantes de euros 2 760 000 e euros 4 037 000, respectivamente. Este financiamento vence juros semestrais e no âmbito da alínea b) do n.º 2 do Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 355/88 que institucionaliza o FEARC (Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado), adicionalmente beneficia de uma bonificação suportada pela Direcção Geral do Tesouro sobre 50 % da taxa de juro respectiva. Em 31 de Dezembro de 2005 a taxa de juro em vigor ascendia a 5 % (2004: 5,5 %).

Em 31 de Dezembro de 2005, a amortização deste empréstimo obedece ao seguinte plano financeiro:

	Milhares de euros
2006	1 343
2007	1 417
	<u>2 760</u>

34 — Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social — associação de socorros mútuos, a qual beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da

alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do respectivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

35 — Transacções com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os saldos e as principais transacções efectuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Depósitos à ordem	438 423	355 436
Depósitos a prazo	155 000	130 000
Empréstimos obtidos (nota 33)	2 760	4 037
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	9 538	9 140
Lucros recebidos relativos ao exercício anterior (nota 23)	24 783	16 119
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	40 000	40 000

O acréscimo verificado na rubrica «Depósitos à ordem» (euros 82 987 000), está relacionado essencialmente com subscrições da

modalidade «Capitais de reforma» ocorridas ao longo do ano, cujos montantes recebidos ainda não foram investidos pela Associação (à data de 31 de Dezembro de 2005, o montante total de depósitos à ordem referente a esta modalidade ascende a euros 333 673 000).

O montante de euros 155 000 000 registado na rubrica «Depósitos a prazo» é relativo a aplicações das modalidades de capitalização.

36 — Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Capitais de reforma	59 251	47 396
Capitais de previdência diferidos com opção	14 941	11 633
Capitais para jovens	1 907	1 818
Outros	1 024	988
	77 123	61 835

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

Inventário de títulos em 31 de Dezembro de 2005

ANEXO I

Natureza e espécie dos títulos	Valor nominal (Euros)	Valor de balanço		Valor de mercado	
		Valor unitário Porcentagem	Total (em milhares de euros)	Valor unitário Porcentagem	Total (em milhares de euros)
Títulos — investimento			638 719		672 948
Dívida pública portuguesa			465 419		495 377
Certificado de Renda Perpétua n.º 118	377,57	198,16	1	100	0
Consolidado 1941	649,44	65,85	—	85,60	1
Consolidado 1942	278 668,42	94	262	71,50	199
Consolidado 1943	2 209,67	47,18	1	65,25	1
Consolidado — Centenários 1940	409 842,28	99,84	409	91,74	376
O. T's Setembro 98/2013	72 200 000,97	100,72	72 723	112,02	80 879
O. T's Julho 99/2009	19 205 000	97,54	18 732	100,65	19 330
O. T's Maio 2000/2010	1 300 000	99,42	1 292	112,20	1 459
O. T's Junho 2001/2011	90 000 000	101,66	91 495	105,20	94 680
O. T's Junho 2002/2012	105 000 000	101,88	106 972	110	115 500
O. T's Junho 2003/2014	73 000 000	100,94	73 685	111,58	81 453
O. T's Abril 2005/2021	100 000 000	99,85	99 847	101,50	101 500
Obrigações			95 879		96 150
Emitidas por residentes			39 197		39 444
Lisnave — Série A — 1991	7 464,03	100	7	99,75	7
Lisnave — Série A — 1991/1995/2006	13 924,43	100	14	99,75	14
Lisnave — 1992/1997/2007	96 966,25	100	97	98,01	95
Somec/94	149 700	99,46	149	0	—
ESSI/96	748 200	99,60	745	99,90	747
E. D. P. — 25.ª emissão — 1998/2006/2008	1 995 191,59	99,82	1 992	99,97	1 994
C. E. M. G./2001 — Prazo indeterminado	74 900	100	75	99,50	75
C. G. D. Hedge Funds 2012	1 000 000	97	970	100	1 000
MG Aforro em Caixa 2005 — 1.ª Série	262 500	97,72	257	100	263
MG Aforro em Caixa 2005 — 2.ª Série	366 800	96,98	356	100	367
MG Aforro em Caixa 2005 — 3.ª Série	21 000	96,61	20	100	21
MG Caba Top	1 550	94,45	1	100	2
MG Aforro em Caixa 2005 — 4.ª Série	17 700	96,37	17	100	18
MG Especial Poupança	38 350	97,21	37	100	38
MC Busines Invest	11 500	98,52	11	100	12
Mundicenter	1 000 000	100	1 000	100	1 000
Portucel 2005/2010	5 000 000	100	5 000	100	5 000
Celulose do Caima, SGPS	5 000 000	100	5 000	100	5 000
Portucel 2005/2012	4 500 000	100	4 500	100	4 500
C. G. D. Tripla Garantia	3 000 000	99,75	2 993	100	3 000
B. P. I. 2017	10 000 000	99,90	9 990	100	10 000
Parpublica	5 000 000	100	5 000	105,53	5 276
C. E. M. G. — Obrig. Cx. Sub. — 1996	726 000,34	98,78	717	99,95	726
C. G. D. — Obrig. Cx. Sub. — 1998	249 398,95	99,82	249	115,90	289

Natureza e espécie dos títulos	Valor nominal (Euros)	Valor de balanço		Valor de mercado	
		Valor unitário Porcentagem	Total (em milhares de euros)	Valor unitário Porcentagem	Total (em milhares de euros)
Emitidas por não residentes			56 682		56 706
Council Europa Fund/97	498 800	100	499	100	499
Citicorp/2007	299 278,80	100	299	100	299
Zurich Financial Services	500 000	100	500	101,09	505
Sun Life Canada Funding	750 000	99,92	749	110,10	826
Nationwide	500 000	99,75	499	112,49	562
B. P. N. Paribas	500 000	99,96	500	115,41	577
TELE Danmark	250 000	99,79	249	101,33	253
Atlanteo Capital Limited (Tx. Fixa) — 2,5 %	250 000	99,00	248	100	250
Atlanteo Capital Limited (Cup 0)	650 000	97,54	634	100	650
NIB Capital — 6 %	1 497 500	100	1 498	100	1 498
NIB Triplo 5 — 5 %	1 300 000	100	1 300	100	1 300
Atlanteo 2019 — 7 %	1 000 000	100	1 000	100	1 000
Golden 2 Series	2 500 000	100	2 500	100	2 500
BNP Paribas — 7 %	5 000 000	99	4 950	100	5 000
Brisa /2003	500 000	100	500	107,58	538
Finantia	2 500 000	100	2 500	100	2 500
Caja Sevilla Monpis	5 000 000	100	5 000	99,75	4 988
Barclays Bank	3 000 000	100	3 000	100	3 000
Atlanteo 2020	5 000 000	99,75	4 988	100	5 000
BEI 2016	5 000 000	98,50	4 925	94,26	4 713
Pyramid 2005	4 000 000	100	4 000	100	4 000
KBC Ifima	750 000	99,90	749	100	750
J.P. Morgan	150 000	182,94	274	100	274
B.E.I. 2017	15 000 000	99,60	14 940	97,96	14 694
B.E.I. 96/2016	379 240	100,43	381	139,73	530
Acções			517		741
Emitidas por residentes			505		729
Imobiliária Construtora — Grão Pará	118 715	3,18	75	4,45	106
Sociedade Portuguesa de Administrações	653,69	1	—	1	—
SODIMUL — Sociedade Portuguesa de Comércio e Turismo	1 496	2,49	—	2 49	—
Estoril Sol — Portador	335 125	5,51	370	7,75	519
Fomento — Sociedade de Gestão, S. A., S.G.P.S. em liquidação	51,25	0,96	—	0,96	—
Companhia Produtora de Malte e Cerveja, Portugal	286,35	1,13	—	1,13	—
BES — Nominativas	6 105	7,27	9	13,60	17
Portugal Telecom	10 200	4,96	51	8,55	87
J. Pimenta	49,90	0	—	0	—
Emitidas por não residentes			12		12
Sociedade Agrícola do Casseque	3 286,80	0	—	—	—
Five Arrows	181,75	0,64	12	0,64	12
Fundos de Investimento			76 904		80 680
Emitidos por residentes			55 149		56 896
Fundo VIP		8,60	27 273	9,04	28 651
Fundo Vision Escritórios		5,46	5 459	6,26	6 255
Fundo Logística Distribuição		5,28	2 112	5,36	2 144
MG Acções		106,15	10 084	107,10	10 175
MG Acções Europa		50	2 000	39,40	1 576
MG Obrigações Agressivo		50	500	53,46	535
MG Multi Gestão Dinâmica		46,27	2 638	39,83	2 270
MG Multi Gestão Equilibrada		48,54	1 165	47,74	1 146
MG Multi Gestão Prudente		49,28	1 183	50,11	1 203
MG Euro Telcos		48,91	489	51,37	514
MG Euro Utilities		49,76	498	58,54	585
Fundo Alves Ribeiro (A.R. Médias Empresas Portugal)		49,88	748	74,79	1 122
Fundo Alves Ribeiro Acções Europa		50	1 000	36,02	720
Emitidos por não residentes			21 755		23 784
Global High Yield Bond Fund		11,70	1 755	9,58	1 437
Fundo Asia Ex Japan		24,40	6 666	27,14	7 415
Fundo Indian Equity		71,54	6 667	83,26	7 759
Fundo Chinese Equity		30,02	6 667	32,30	7 173
Total			638 719		672 948

7.16 — Relatório dos auditores independentes**Introdução.**

1 — Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral — Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 1 898 873 milhares de euros, e um total de capital próprio de 302 092 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 38 198 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por natureza e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades.

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Associações Mutualistas, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito.

4 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião.

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral — Associação Mutualista, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Associações Mutualistas, conforme nota 3.

10 de Março de 2006. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por: *Ana Cristina Soares Valente Dourado* (ROC n.º 1011).

8 — Caixa Económica Montepio Geral — Individual**8.1 — Evolução dos principais agregados do balanço**

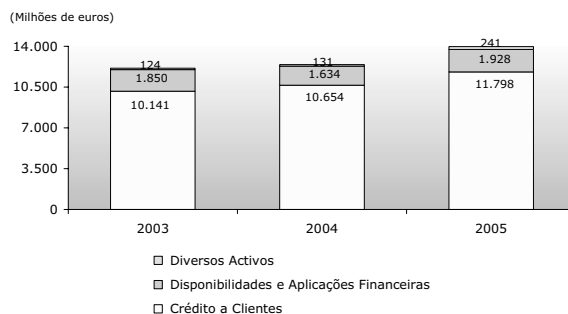
A Caixa Económica Montepio Geral finalizou o exercício de 2005 com um activo líquido de 13 967 milhões de euros, registando um aumento nos activos de negócio de 1548 milhões de euros (+12,5 %), crescimento muito superior ao verificado em 2004, de 304 milhões de euros (+2,5 %).

Evolução do activo líquido

(Em milhares de euros)

Tipo de activos	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Crédito a clientes	11 798 174	84,5	10 653 708	85,8	1 144 466	10,7
Crédito a clientes sem a titularização	12 771 770		11 785 535		986 235	8,4
Disponibilidades e aplicações financeiras	1 927 871	13,8	1 634 310	13,2	293 561	18
Diversos activos	241 142	1,7	130 886	1	110 256	84,2
Total do activo	13 967 187	100	12 418 904	100	1 548 283	12,5

A estrutura do activo não sofreu uma alteração substancial, mas, ao contrário da evolução registada em 2004, observou-se uma diminuição do peso do crédito no total do activo líquido, situando-se nos 84,5 % (-1,3 p.p., face à situação homóloga), e um ligeiro aumento do peso das disponibilidades e aplicações financeiras, que passaram a representar 13,8 % do activo total líquido (+0,6 p.p., face ao peso que detinham há um ano atrás).

Estrutura do activo

Os recursos alheios totais, no valor de 13.191,7 milhões de euros, registaram um crescimento de 12,9 %, aumentando o seu peso no total do passivo, recursos próprios e provisões, para 94,4 % (+0,3 p.p., face a 2004).

Evolução do passivo e capitais próprios

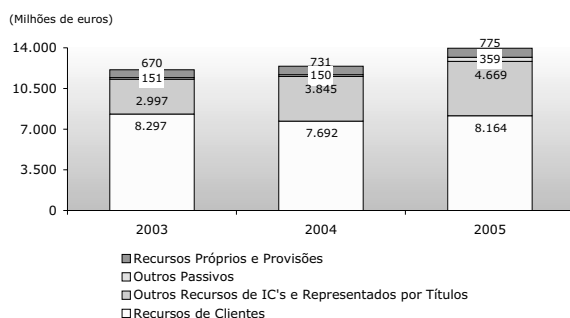
(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Total dos depósitos de clientes e de instituições de crédito	7 929 060	56,8	7 692 391	61,9	236 669	3,1
Títulos colocados em clientes (Obrigações de Caixa)	235 000	1,7	0	0,0	235 000	n. d.
1 — Total dos Recursos de clientes	8 164 060	58,5	7 692 391	61,9	471 669	6,1
Empréstimos Subordinados e não Subordinados e Certif. de Dívida	4 663 391	33,4	3 735 198	30,1	928 193	24,8
Outros recursos de instituições de crédito	5 322	0	110 110	0,9	- 10 788	- 95,2
2 — Total dos outros recursos de IC's e representados por títulos	4 668 713	33,4	3 845 308	31	823 405	21,4
3 — Outros passivos	358 969	2,5	149 708	1,2	209 261	139,8
4 — Total de recursos alheios (1+2+3)	13 191 742	94,4	11 687 407	94,1	1 504 335	12,9
5 — Recursos próprios e provisões	775 445	5,6	731 497	5,9	43 948	6,0
Total do passivo e dos recursos próprios e provisões (4+5)	13 967 187	100	12 418 904	100	1 548 283	12,5

Os recursos de clientes continuaram a representar a maior fatia, 58,5 %, do Passivo e Capitais Próprios, tendo, no entanto, perdido peso na estrutura, em detrimento dos Outros Recursos de Instituições de Crédito e Representados por Títulos, cuja posição, no final de 2005, era de 33,4 % (+2,4 p.p., face ao final de 2004) e, dos Outros Passivos, que representavam apenas 2,5 % (+1,3 p.p., face ao ano anterior).

Os Recursos Próprios e Provisões ascenderam a 775.445 milhares de euros (+6,0 %, face a 2004), representando 5,6 % do Passivo e Capitais Próprios (- 0,3 p.p., face a 2004).

Estrutura do passivo e capitais próprios



8.2 — Actividade comercial

8.2.1 — Canais de Distribuição

A rede comercial da Caixa Económica Montepio Geral dispunha, no final de 2005, de:

- 295 balcões;
- 6 Escritórios de representação; e
- 2 sucursais financeiras (*off-shore*).

No ano de 2005, a rede comercial doméstica passou a dispor de menos dois pontos de distribuição, devido ao encerramento, a partir de 1 de Dezembro de 2005, das Lojas de Metais e Pedras Preciosas, que estavam exclusivamente dedicadas à actividade de empréstimos caucionados por estes produtos.

Tendo como pressupostos uma maior aproximação ao mercado e as estratégias de segmentação, desenvolvimento e diversificação de negócio, foi implementada uma nova estrutura comercial, com a subdivisão da rede comercial em duas redes: a rede de Particulares, Micro-Empresas e Construção e a rede de Empresas.

A Rede Comercial de Particulares, Micro-Empresas e Construção, composta por 6 Direcções Comerciais (Norte, Grande Porto, Centro, Lisboa e Regiões Autónomas, Grande Lisboa e Sul), compreendendo 32 Departamentos Regionais e a totalidade dos Balcões (295), permanece como dinamizadora da actividade dos Balcões e respectivas equipas.

A Rede de Empresas não dispõe de Balcões específicos, utilizando o apoio dos Balcões da Rede de Particulares, Micro-Empresas e Construção para a concretização das operações. É composta pela Direcção Comercial de Empresas, que integra 4 Departamentos Regionais de Empresas, responsáveis pelo fomento e dinamização do negócio. A Direcção compreende ainda o Departamento de Análise de Risco de Crédito e o Departamento de Leasing e Factoring.

A actividade complementar dos restantes canais de distribuição tem vindo a ser fundamental no incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos Clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 65 %, em termos de número total de operações processadas, face a 61 % em 2004, tendo o número de aderentes aos serviços multi-canal crescido 18,4 % nos segmentos de particulares e 47,4 % nos segmentos de empresas.

O site do Montepio Geral registou um aumento muito significativo de utilização, ultrapassando os 6 milhões de visitas em 2005, a que correspondeu um crescimento homólogo de +50,3 %. Também o portal Casa Habinet surge com importância crescente no complemento à actividade comercial do Crédito à Habitação, já que, na sua missão de prospecção e de proactividade na marcação de entrevistas, esteve associado a 66 milhões de euros em novos contratos.

O novo serviço de Banca On-Line, que permite a realização de transacções bancárias através de telemóveis, por *short message service* (SMS24), atingiu as 90 mil mensagens nos primeiros seis meses de actividade.

No domínio do *Self Service* e Meios de Pagamento, em 2005, acentuou-se o crescimento já registado nos anos anteriores, tendo o Montepio Geral atingido uma quota de mercado, em número de Caixas Automáticas da rede SIBS, de 5,47 % (face a 5,01 %, em 2004). No que diz respeito aos Terminais de Pagamento Automático, a quota de mercado atingiu os 4,34 % (face aos 4,07 % do período homólogo).

A rede Chave24 não sofreu alterações no número de máquinas instaladas, continuando a política de diversificação do tipo de máquinas desta rede, com a disponibilização de dispensadores de cheques, que permitem a realização de operações de depósito inteligente de cheques, e de actualizadores de cadernetas.

Ao longo do segundo semestre, a actividade no Exterior foi reorganizada, nomeadamente com a abertura do Banco Montepio Geral Cabo Verde, IFI, SA., que substituiu o MG Cayman, passando a concentrar a gestão de recursos de Clientes Residentes no Exterior.

No suporte às necessidades dos clientes que integram as Comunidades Portuguesas Residentes no Exterior, o Montepio Geral mantém 6 escritórios de representação, distribuídos pelos países onde aquelas comunidades têm mais expressão, na Europa e na América do Norte.

8.2.2 — Novos Produtos de Poupança

Numa óptica de diversificação da oferta de produtos e serviços, no sentido de corresponder às necessidades do mercado e dos Clientes, o Montepio Geral lançou novas soluções de poupança, destinadas aos segmentos de particulares e de empresas. A partir do segundo semestre do ano, a CEMG passou a emitir produtos estruturados em forma de Obrigações de Caixa, permitindo maior flexibilidade na captação e gestão dos Recursos de Clientes. Em consequência, o ano de 2005 fica marcado pela diversificação de produtos de poupança.

A diversificação de produtos estruturados operou-se, junto dos Clientes, através das soluções ajustadas aos diversos perfis de risco, garantindo o capital investido. Foram, assim, lançados produtos para particulares ou empresas, incluindo obrigações de caixa, com estruturas *equity linked*, *range accrual* ou *non callable step up*. Foram comercializados seis novos Seguros de Capitalização concebidos pela Lusitania Vida e dois Produtos Mistos que combinam depósitos a prazo com fundos de investimento e depósitos a prazo com seguro de capitalização. Foram, ainda, lançados dois fundos sectoriais da MG Gestão de Activos Financeiros, um composto por uma carteira diversificada de acções de empresas europeias de telecomunicações e outro composto por uma carteira diversificada de acções de empresas europeias do sector de *utilities* (nomeadamente auto-estradas, rede eléctrica, rede de distribuição de água e de gás natural).

A oferta para Clientes de idade inferior a sete anos (Oferta MG Mini) foi completamente reformulada, criando-se um pacote de pro-

ductos específico para as necessidades de poupança a médio-longo prazo. Associando a personagem infantil Noddy à oferta, foi criado um programa de fidelização, tendo por objectivo a continuidade da política de rejuvenescimento etário da base de clientes.

8.2.3 — Novas modalidades no crédito a particulares

No domínio do crédito a particulares, os principais lançamentos estão relacionados com o crédito ao consumo, nomeadamente através da criação de linhas de crédito específicas para aquisição de automóvel, férias e realização de obras. A reformulação da oferta, para dar resposta às necessidades de financiamento dos particulares, foi determinante para o desenvolvimento da actividade da CEMG nos créditos de curto e médio prazos, como forma de diversificar a composição dos Activos e de aumentar o seu nível de remuneração.

8.2.4 — Síntese da actividade comercial

A actividade comercial da Caixa Económica Montepio Geral, durante o ano de 2005, caracterizou-se por um aumento generalizado do negócio, nas suas vertentes activas e passivas. Esta evolução positiva apostou, por um lado, na captação de recursos, através de planos de acção implementados pelas direcções comerciais e dirigidos para a pequena poupança e para os produtos estruturados, com o objectivo de aumentar a estabilidade da carteira de recursos e, por outro lado, no crédito direccionado para particulares, área em que, no decurso de 2005, foram lançadas várias campanhas promocionais.

Indicadores globais de negócio

(Em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação
	Valor	Valor	Percentagem
Recursos totais de clientes	11 956 890	11 208 908	6,7
Recursos com expressão no balanço (a)	8 164 060	7 692 391	6,1
Recursos com expressão fora do balanço (b)	3 792 830	3 516 517	7,9
Carteira de crédito	11 798 174	10 653 708	10,7
Rácio de crédito vencido	2,8	3,3	- 15,2

(a) Depósitos e títulos colocados em clientes.

(b) Títulos depositados, seguros de capitalização e fundos de investimento. Não estão incluídas as modalidades mutualistas.

Se houvesse consolidação de contas com a Associação Mutualista, haveria que acrescentar aos valores do quadro anterior os activos da Associação financiados pelas subscrições (nos balcões da Caixa Económica) das diversas Modalidades Mutualistas, sem incluir o que está representado pelas aplicações da Associação Mutualista na Caixa Económica (Depósitos e Obrigações). O montante de tais contas consolidadas aumentou 8 %, em 2005, atingindo 12.797,6 milhões de euros, no final do ano.

8.2.4.1 — Recursos de Clientes

O ano de 2005 ficou caracterizado pela evolução crescente da actividade de captação de recursos, tendo o conjunto dos Depósitos Totais e Outros Recursos de Clientes com expressão no Balanço registado um aumento de 471.669 milhares de euros (+6,1 %).

Evolução dos recursos financeiros de clientes

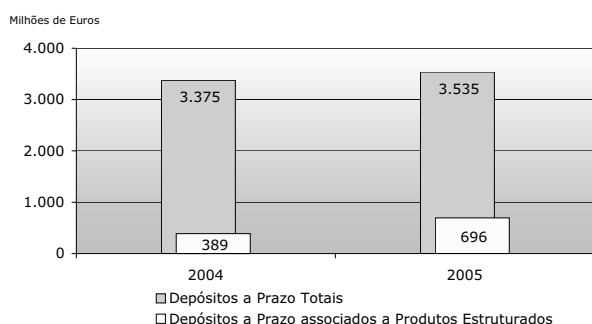
(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Depósitos à ordem de clientes	2 241 727	27,5	2 153 298	28	88 429	4,1
Depósitos a prazo de clientes	3 534 636	43,3	3 374 812	43,9	159 824	4,7
Depósitos de poupança de clientes	1 742 890	21,3	1 935 081	25,2	- 192 191	- 9,9
Depósitos de instituições de crédito	409 807	5	229 200	3	180 607	78,8
Total dos depósitos de clientes e de instituições de crédito	7 929 060	97,1	7 692 391	100	236 669	3,1
Títulos colocados em clientes (Obrigações de Caixa)	235 000	2,9	0	0	235 000	n. d.
Total dos recursos financeiros de clientes	8 164 060	100,0	7 692 391	100,0	471 669	6,1

Os Depósitos Totais apresentaram um crescimento de 236.669 milhares de euros (+3,1 %), invertendo a tendência descendente verificada no exercício anterior. Os Depósitos a Prazo, principal componente dos Depósitos de Clientes, registaram o crescimento mais acentuado nesta rubrica (+4,7 %). Contudo, os Depósitos de Poupança diminuíram 9,9 %, sobretudo por causa da sua transformação em aplicações em produtos estruturados, em obrigações de caixa (títulos colocados em clientes) e em produtos mutualistas.

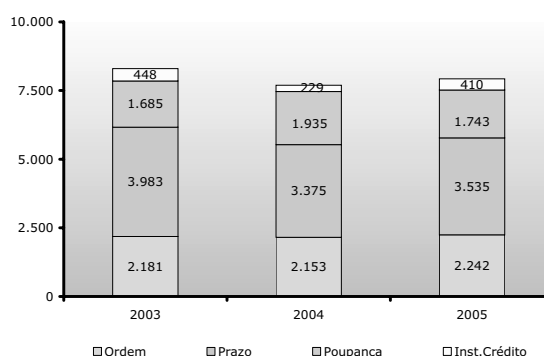
Do total dos Depósitos a Prazo, 19,7 % eram depósitos associados a produtos estruturados, os quais registaram um crescimento homólogo de 79,2 %, ganhando 8,2 p.p. no seu peso estrutural no conjunto dos Depósitos a Prazo.

Depósitos a Prazo



Evolução dos depósitos

(Milhões de euros)



Em termos de distribuição dos depósitos por segmentos de clientes, verifica-se que os depósitos de Particulares apresentaram um decréscimo de 262 675 milhares de euros (-4,6 %), ainda a reflectirem o efeito da política, implementada em 2004, de contenção das taxas de juro mais elevadas, o efeito da fraca dinâmica da actividade económica e as transferências para obrigações de caixa e produtos estruturados.

Evolução dos depósitos por tipo de clientes

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Particulares	5 413 008	68,3	5 675 683	73,8	- 262 675	- 4,6
Residentes	5 208 373	65,7	5 327 034	69,3	- 118 661	- 2,2
Emigrantes	190 205	2,4	326 860	4,2	- 136 655	- 41,8
Outros não residentes	14 430	0,2	21 789	0,3	- 7 359	- 33,8
Instituições sem fins lucrativos	757 540	9,6	680 833	8,9	76 707	11,3
Comerciantes e profissões liberais	34 423	0,4	31 083	0,4	3 340	10,7
Instituições de crédito	409 807	5,2	229 200	3	180 607	78,8
Empresas não monetárias	1 017 131	12,8	926 142	12	90 989	9,8
Sector público administrativo	297 151	3,7	149 450	1,9	147 701	98,8
<i>Total</i>	7 929 060	100	7 692 391	100	236 669	3,1

O segmento dos Particulares, que passou a representar 68,3 % dos Depósitos Totais (-5,5 p.p., face ao ano anterior), perdeu posição relativa para os restantes segmentos, nomeadamente para os depósitos de Empresas Não Monetárias, de Instituições Sem Fins Lucrativos e do Sector Público Administrativo, que representavam, em 31 de Dezembro de 2005, 12,8 % (+0,8 p.p.), 9,6 % (+0,7 p.p.) e 3,7 % (+1,8 p.p.) do total dos depósitos, respectivamente.

Evolução dos recursos de intermediação e desintermediação

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Intermediação	8 164 060	68,3	7 692 391	68,6	471 669	6,1
Depósitos de clientes	7 519 253	62,9	7 463 191	66,6	56 062	0,8
Depósitos de instituições de crédito	409 807	3,4	229 200	2	180 607	78,8
Títulos colocados em clientes	235 000	2	0	0	235 000	
2 — Desintermediação	3 792 830	31,7	3 516 517	31,4	276 313	7,9
Títulos depositados	2 871 644	24	2 702 979	24,1	168 665	6,2
Seguros de capitalização	110 922	0,9	51 226	0,5	59 696	116,5
Fundos de pensões abertos	177 836	1,5	178 145	1,6	- 309	- 0,2
Fundos de investimento mobiliários *	366 530	3,1	346 827	3,1	19 703	5,7
Fundos de investimento imobiliário *	265 898	2,2	237 340	2,1	28 558	12
<i>Total</i>	11 956 890	100	11 208 908	100	747 982	6,7

* Valores de cotação.

Globalmente, os recursos com registo no Balanço e fora do Balanço atingiram 11.956.890 milhares de euros (+6,7 %). Os Recursos de Desintermediação continuaram a aumentar a um ritmo superior ao dos Recursos de Intermediação, apesar destes últimos terem registado crescimento absoluto superior.

Os Títulos Depositados são a maior componente dos recursos fora do Balanço (75,7 % do total dos Recursos de Desintermediação).

Os Fundos de Investimento, Mobiliários e Imobiliários, mantiveram a tendência crescente, que já vinham demonstrando, tendo acentuado as variações positivas (+5,7 % e +12,0 %, respectivamente).

Gestão de Activos

A evolução do volume de activos de terceiros comercializados pela CEMG reflectiu o alargamento da oferta de soluções de poupança em 2005, com especial destaque para o lançamento de dois novos fundos de acções sectoriais e de seis novos seguros de capitalização, já atrás mencionados. Globalmente, estes activos cresceram 13,2 %, em 2005, totalizando 921 milhões de euros. Em 2005, a carteira de fundos de investimento comercializados pela CEMG era constituída por treze fundos de investimento mobiliário, dos quais dois de tesouraria, quatro de obrigações, quatro de acções e três de fundos de fundos, geridos pela MG Gestão de Activos Financeiros, e por um fundo imobiliário, gerido pela SILVIP. O montante sob gestão dos fundos de investimento mobiliário cresceu 5,7 %, em 2005, fixando-se em 367 milhões de euros, no final do ano. Este crescimento foi suportado pela

evolução francamente positiva dos fundos de acções e fundos de fundos, que no seu conjunto passaram a representar 22,3 % do total dos fundos mobiliários (13,2 %, no final de 2004). Destaca-se, ainda, o alargamento da oferta de fundos de renda variável, bem como o desempenho dos fundos de fundos, com rendibilidades acima das médias do sector nas suas categorias. O Fundo de Valores e Investimentos Prediais - VIP manteve, em 2005, um crescimento de dois dígitos (12,0 %) do volume de activos sob gestão, à semelhança do já observado em anos anteriores, revelando uma forte resistência ao ciclo negativo que o sector imobiliário tem vindo a atravessar nos últimos anos. Para este facto têm contribuído as excelentes rendibilidades atingidas pelo fundo que, em 2005, foi o mais rendível do mercado, entre todos os fundos imobiliários abertos, com uma rendibilidade anualizada de 5,5 %. Na sequência dos bons resultados alcançados, em 2004, com o lançamento dos seguros de capitalização da Lusitania Vida, a CEMG prosseguiu, em 2005, a aposta neste tipo de produto de poupança, tendo comercializado, com enorme sucesso, seis novos produtos. Consequentemente, a carteira de seguros de capitalização mais do que duplicou, em 2005, com um grande crescimento relativo (116,5 %), passando a representar cerca de 12,0 % (6,3 %, em 2004) do total de activos de terceiros comercializados pela CEMG. O volume de activos sob gestão de fundos de pensões abertos, da FUTURO, comercializados pela CEMG, estagnou em 2005, em consequência da eliminação dos benefícios fiscais tradicionalmente associados a este tipo de produtos.

Activos de terceiros comercializados pela CEMG

(Em milhares de euros)

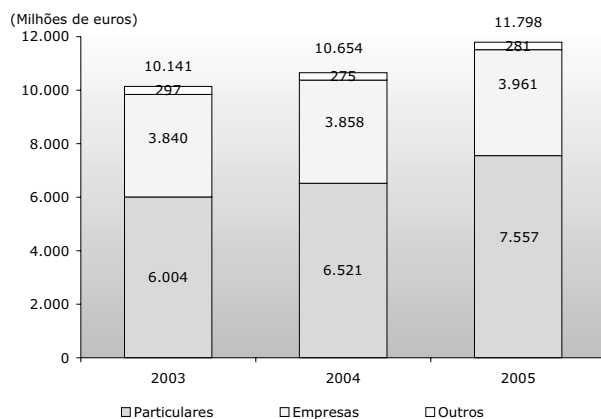
	2005	2004	Variação	Estrutura
Fundos de investimento mobiliário	366 530	346 827	5,7	39,8
Fundos de tesouraria	263 431	274 216	- 3,9	28,6
Fundos de obrigações	21 198	26 792	- 20,9	2,3
Fundos de acções	55 313	31 501	75,6	6
Fundos de fundos	26 588	14 318	85,7	2,9
Fundo de investimento imobiliário	265 898	237 340	12	28,9
Fundos de pensões abertos	177 836	178 145	- 0,2	19,3
Seguros de capitalização	110 922	51 226	116,5	12,0
<i>Total</i>	<i>921 186</i>	<i>813 538</i>	<i>13,2</i>	<i>100</i>

8.2.4.2 — Crédito a Clientes

O saldo da carteira de Crédito a Clientes ascendeu a 11 798 174 milhares de euros, registando um crescimento de 10,7 % (+5,6 p.p. do que o registado em 2004).

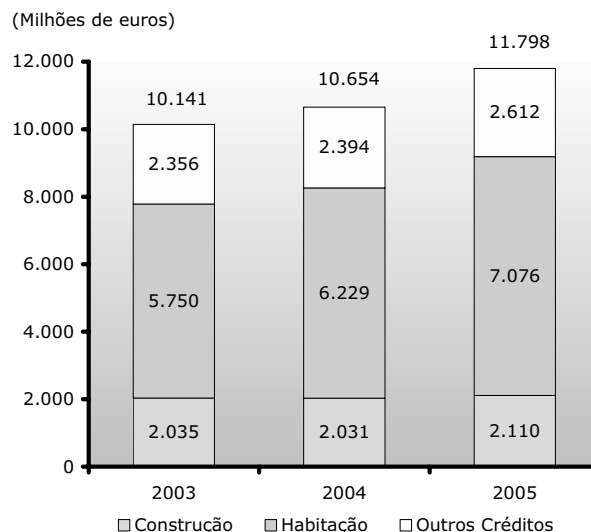
A análise do crédito total por segmentos de clientes permitiu identificar que o principal contributo para o crescimento global teve origem no segmento de Particulares, com uma taxa de variação de +15,9 %. O segmento de Empresas apresentou uma taxa de crescimento de 2,7 %.

Evolução do crédito por segmentos



Com o acentuado crescimento do Crédito a Particulares, este segmento passou a representar 64,1 % do crédito total (+2,9 p.p., face ao período homólogo). Os restantes segmentos reduziram o seu peso na estrutura do crédito, designadamente as Empresas, que passaram a representar 33,5 % da carteira (-2,7 p.p., face a 2004).

Evolução do crédito por finalidades



Por finalidades, o Crédito à Habitação continuou a representar a maior componente (60,0 % do crédito total), posição reforçada durante o ano de 2005, com +1,5 p.p., face à posição do ano anterior. O saldo total deste tipo de crédito aumentou 847,4 milhões de euros (+13,6 %), reflectindo o resultado das acções promocionais efectuadas (campanha MG Habitação).

O crédito à construção manteve-se na segunda posição, embora tivesse reduzido o seu peso, de 19,1 %, em 2004, para 17,9 %, em 2005. O crescimento do seu saldo, em valor absoluto, cifrou-se em 78,4 milhões de euros (+3,9 %).

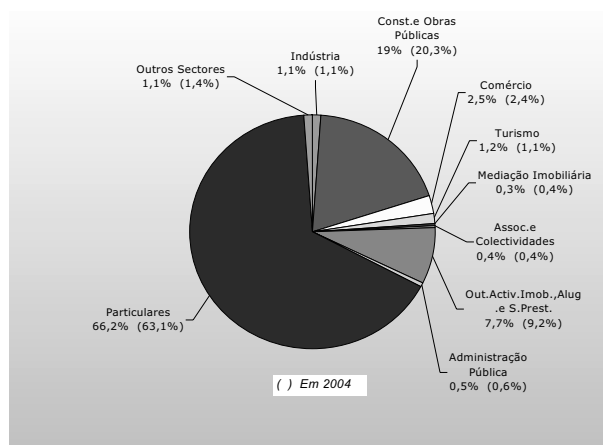
Evolução do crédito a clientes por tipo de segmentos e finalidades

(Em milhares de euros)

Finalidades	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Empresas	3 960 754	33,5	3 857 913	36,2	102 841	2,7
Construção	2 109 587	17,9	2 031 165	19	78 422	3,9
Investimento	970 214	8,2	930 122	8,7	40 092	4,3
Tesouraria	818 388	6,9	837 962	7,9	- 19 574	- 2,4
Outras Finalidades	62 565	0,5	58 664	0,6	3 901	6,7
2 — Particulares	7 556 533	64,1	6 520 745	61,2	1 035 788	15,9
Habitação	7 076 337	60	a) 6 228 969	58,5	847 368	13,6
Individual	162 559	1,4	140 192	1,3	22 367	16
Individual — Revolving	36 454	0,3	33 406	0,3	3 048	9,1
Outras finalidades	281 183	2,4	a) 118 178	1,1	163 005	137,9
3 — Instituições sem fins lucrativos	51 402	0,4	51 175	0,5	227	0,4
4 — Comerciantes e profissões liberais	170 925	1,5	162 999	1,5	7 926	4,9
5 — Sector público administrativo	58 560	0,5	60 876	0,6	- 2 316	- 3,8
<i>Total do crédito (1+2+3+4+5)</i>	<i>11 798 174</i>	<i>100</i>	<i>10 653 708</i>	<i>100</i>	<i>1 144 466</i>	<i>10,7</i>

a) Estes valores diferem dos valores que constam no Relatório e Contas de 2004 devido à reclassificação, efectuada em 2005, do Crédito a Particulares por novas finalidades.

Distribuição sectorial do crédito em 2005



Garantias da Carteira de Crédito a Clientes

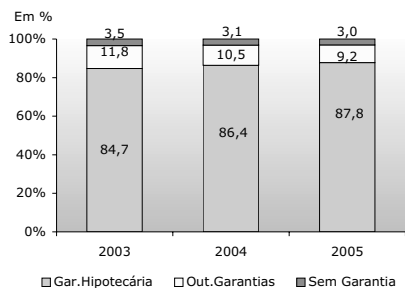
Os Créditos com Garantia Real aumentaram o seu peso na carteira, de 88,9 % para 90,4 %.

Carteira de crédito por tipo de garantias

(Em milhares de euros)

Tipo de garantias	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Garantia real — Hipotecária	10 361 052	87,8	9 203 270	86,4	1 157 782	12,6
Garantia real — Outras	302 083	2,6	262 165	2,5	39 918	15,2
Sector público administrativo	58 560	0,5	60 876	0,5	- 2 316	- 3,8
Outras garantias	718 929	6,1	794 553	7,5	- 75 624	- 9,5
Sem garantia	357 550	3	332 844	3,1	24 706	7,4
<i>Total</i>	<i>11 798 174</i>	<i>100</i>	<i>10 653 708</i>	<i>100</i>	<i>1 144 466</i>	<i>10,7</i>

Carteira de crédito por tipo de garantias



Crédito e juros vencidos

O valor registado em Crédito e Juros Vencidos desceu 16,3 milhões de euros (−4,7 %), tendo atingido os 333,6 milhões de euros. Para esta evolução contribuiu essencialmente o decréscimo do Crédito e Juros Vencidos à Habitação, no valor de 33,4 milhões de euros (−20,4 %), tendo o respectivo rácio diminuído para 1,8 % (−0,8 p.p., face ao ano anterior).

Considerando as operações de write off, o valor do crédito vencido foi de 495,9 milhões de euros (+1,5 %, face ao período homólogo), tendo-se apurado um rácio de crédito e Juros Vencidos de 4,1 % (−0,4 p.p., face ao ano anterior).

Evolução do crédito e juros vencidos por tipo de clientes e finalidades

(Em milhares de euros)

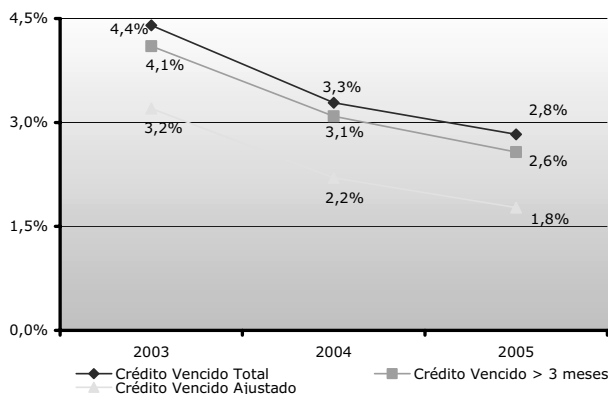
Finalidades	2005		2004		Variação	
	Valor	Rácio Crédito Vencido a)	Valor	Rácio Crédito Vencido a)	Valor	Percentagem
1 — Empresas	141 622	3,6	119 763	3,1	21 859	18,25
Construção	72 292	3,4	58 088	2,9	14 204	24,5
Investimento	39 878	4,1	27 941	3	11 937	42,7
Tesouraria	28 946	3,5	32 529	3,9	− 3 583	− 11
Outras Finalidades	506	0,8	1 205	2,1	− 699	− 58
2 — Particulares	179 028	2,4	219 022	3,4	− 39 994	− 18,3
Habitação	130 653	1,8	b) 164 082	2,6	− 33 429	− 20,4
Individual	1 739	1,1	1 706	1,2	33	1,9
Individual — Revolving	703	1,9	2 856	8,5	− 2 153	− 75,4
Outras Finalidades	45 933	16,3	b) 50 378	42,6	− 4 445	− 8,8
3 — Instituições sem fins lucrativos	998	1,9	1 982	3,9	− 984	− 49,6
4 — Comerciantes e profissões liberais	11 837	6,9	9 073	5,6	2 764	30,5
5 — Sector público administrativo	100	0,2	83	0,1	17	20,5
6 — Total de crédito e juros vencidos	333 585	2,8	349 923	3,3	− 16 338	− 4,7

a) Calculado em relação ao total do crédito (vencido + vincendo) do respectivo agregado.

b) Estes valores diferem dos valores que constam no Relatório e Contas de 2004 devido à reclassificação, efectuada em 2005, do Crédito a Particulares por novas finalidades.

Globalmente, o rácio de Crédito e Juros Vencidos sofreu uma diminuição de 0,5 p.p., tendo-se situado nos 2,8 %, enquanto que o rácio de Crédito Vencido Ajustado (valor do Crédito e Juros Vencidos deduzido da quota-parte que está provisionada a 100 %) observou uma descida de 0,4 p.p., situando-se em 1,8 %, no final de 2005.

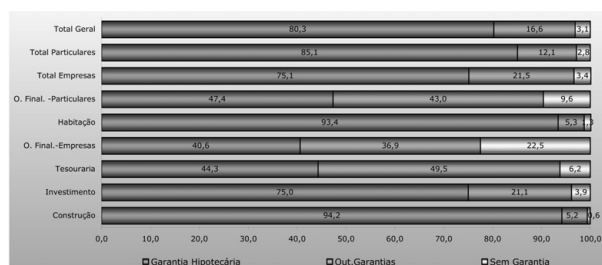
Evolução do rácio do crédito e juros vencidos



O rácio de crédito em incumprimento (somando o crédito vencido há mais de 90 dias com o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido, a dividir pelo crédito total), calculado de acordo com as recomendações do Banco de Portugal, situou-se em 3,4 %, que compara com 3,7 %, no final do ano anterior. Este mesmo rácio, calculado para valores líquidos de provisões, baixou para 0,9 % (−0,4 p.p., face ao período homólogo).

A predominância de garantias hipotecárias na actividade nuclear da CEMG atenua o risco associado, porque, normalmente, permite recuperar, em grande medida, através da venda da caução, o crédito concedido. A Habitação e a Construção, principais finalidades do Crédito e Juros Vencidos, que representavam, em 31 de Dezembro de 2005, 60,8 % da carteira de crédito vencido, são operações caucionadas por garantias reais, periodicamente reavaliadas.

Distribuição do crédito e juros vencidos por garantias



A estrutura da carteira de crédito vencido, por escalões de atraso, alterou-se favoravelmente, com a redução do peso dos créditos de maior atraso.

A evolução favorável dos rácios de incumprimento foi devida à resolução de processos de recuperação de crédito, com realce para a acção conjunta da Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito e da Rede Comercial, que têm vindo a conseguir uma actuação cada vez mais eficaz neste domínio. Esta evolução favorável constituiu um dos aspectos mais relevantes do reforço da solidez financeira da Caixa Económica e da melhoria dos seus resultados.

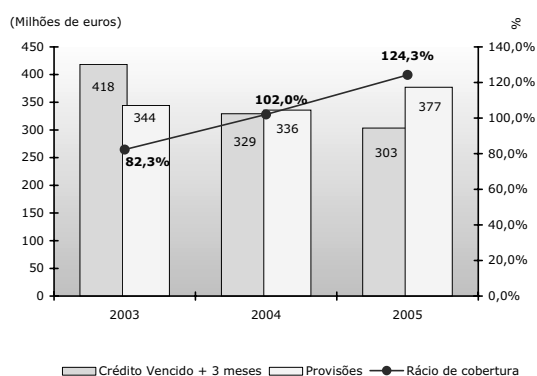
Evolução dos principais indicadores de crédito e juros vencidos

(Em milhares de euros)

Indicadores	2005	2004	Variação homóloga	
			Valor	Percentagem
Crédito a clientes	11 798 174	10 653 708	1 144 466	10,7
Crédito vencido	333 585	349 923	– 16 338	– 4,7
Crédito vencido há menos de 3 meses	30 147	20 724	9 423	45,5
Crédito vencido há mais de 3 meses	303 438	329 199	– 25 761	– 7,8
Crédito vencido há mais de 12 meses	273 095	298 306	– 25 211	– 8,5
Crédito cobrança duvidosa reclassificado como vencido	93 235	67 788	25 447	37,5
Crédito vencido sem as operações de <i>Write Off</i>	495 887	488 600	7 287	1,5
Crédito vencido até 3 meses de atraso face ao crédito vencido total (percentagem)	9	5,9	3,1 p.p.	52,5
Crédito vencido há mais de 3 meses face ao crédito vencido total (percentagem)	91	94,1	– 3,1 p.p.	– 3,3
Crédito vencido há mais de 12 meses face ao crédito vencido total (percentagem)	81,9	85,2	– 3,3 p.p.	– 3,9
Provisões totais para crédito	377 037	335 846	41 191	12,3
Riscos gerais de crédito	79 522	73 255	6 267	8,6
Crédito vencido e cobrança duvidosa	297 515	262 591	34 924	13,3
Rácios de crédito vencido em percentagem do crédito total				
Rácio de crédito e juros vencidos	2,8	3,3	– 0,5 p.p.	– 15,2
Rácio crédito e juros vencidos há mais de 3 meses	2,6	3,1	– 0,5 p.p.	– 16,1
Rácio crédito e juros vencidos há mais de 12 meses	2,3	2,8	– 0,5 p.p.	– 17,9
Rácio do crédito com incumprimento	3,4	3,7	– 0,3 p.p.	– 8,1
Rácio do crédito com incumprimento líquido de provisões	0,9	1,3	0,4 p.p.	– 30,8
Cobertura do crédito vencido por provisões (percentagem)				
Crédito vencido	113	96	17 p.p.	17,7
Crédito vencido há mais de 3 meses	124,3	102	22,3 p.p.	21,9
Crédito vencido há mais de 12 meses	138,1	112,6	25,5 p.p.	22,6

O grau de cobertura do Crédito e Juros Vencidos com mais de 3 meses de atraso por Provisões melhorou substancialmente, ao passar de 102,0 %, em 2004, para 124,3 %, em 2005. Esta evolução das provisões é um dos melhores indicadores do reforço da estrutura financeira da Caixa Económica, sobretudo se se atender a que os riscos, numa percentagem elevada do crédito vencido, são significativamente limitados pela existência de garantias hipotecárias.

Cobertura por provisões do crédito e juros vencidos com mais de 3 meses de atraso



8.2.5 — Actividade internacional

O conjunto de transacções englobadas nesta área de actividade registou um crescimento de 16,5 %, passando de 901 milhões de euros, em 2004, para 1049 milhões de euros, em 2005 (+10 p.p., face ao crescimento registado em 2004).

Evolução das principais operações de estrangeiro

(Em milhares de euros)

Operações	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Operações gerais	1 005 001	95,8	849 443	94,3	155 558	18,3
Cheques emitidos	19 757	1,9	24 875	2,8	– 5 118	– 20,6

(Em milhares de euros)

Operações	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Ordens de pagamento emitidas	191 296	18,2	164 181	18,2	27 115	16,5
Cheques comprados	62 547	6	55 905	6,2	6 642	11,9
Ordens de pagamento recebidas	715 683	68,2	592 611	65,8	123 072	20,8
Ordens Money Gram	15 718	1,5	11 871	1,3	3 847	32,4
2 — Operações documentárias	44 337	4,2	51 540	5,7	- 7 203	- 14
Remessa documentos de exportação	2 596	0,2	3 010	0,3	- 414	- 13,8
Remessa documentos de importação	14 530	1,4	18 063	2	- 3 533	- 19,6
Créditos documentários à exportação	7 989	0,8	13 928	1,5	- 5 939	- 42,6
Créditos documentários à importação	5 773	0,5	5 555	0,6	218	3,9
Financiamentos em moeda estrangeira ...	5 139	0,5	3 978	0,5	1 161	29,2
Descontos sobre o estrangeiro	5 487	0,5	5 214	0,6	273	5,2
Garantias	2 823	0,3	1 792	0,2	1 031	57,5
Total (1+2)	1 049 338	100	900 983	100	148 355	16,5

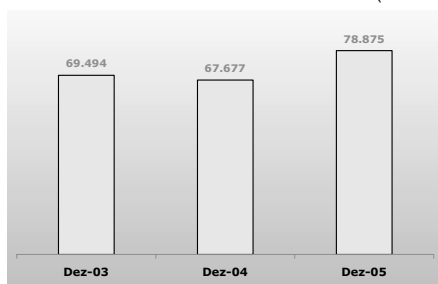
Por necessidade de adequação e ajustamento a novas regras de mercado, e no intuito de melhorar a prestação de serviços, assinala-se a constituição e entrada em funcionamento do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, S.A.. Procedeu-se ao encerramento do Montepio Geral – Cayman.

8.2.6 — Seguros

A actividade da CEMG na área de seguros abrange os ramos vida e não vida e resulta das parcerias com as companhias de Seguros do Grupo Montepio Geral, Lusitania Companhia de Seguros e Lusitania Vida.

Novas apólices

(Quantidades)



Durante o ano de 2005, foi desenvolvido um projecto, partilhado pelas três empresas, de simplificação de procedimentos e desenvolvimento de novas ferramentas de apoio à venda, que possibilitou alcançar melhorias significativas de produtividade e rentabilidade.

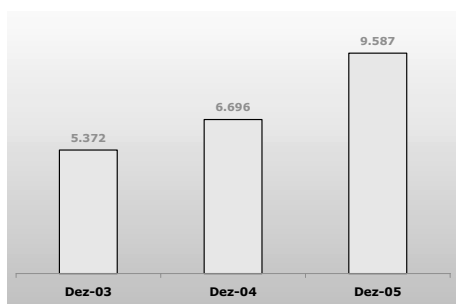
Foi desenvolvido e lançado um novo produto, o MG Auto, resultado do trabalho conjunto da CEMG e da Lusitania Companhia de Seguros.

Como resultado do trabalho acima indicado e do bom desempenho da rede de Balcões, a colocação de novos seguros traduziu-se num aumento significativo das vendas e das comissões auferidas pela comercialização de seguros no decurso do ano:

- As novas vendas aumentaram, de forma significativa, +16,5 %, tendo totalizado 78 875 novas apólices vida e não vida;

- As comissões registaram, também, uma evolução muito positiva, com um crescimento homólogo de 43,2 %, tendo atingido 9 587 m € (incluem-se neste montante as comissões relativas aos seguros de capitalização, no valor de 733 m €).

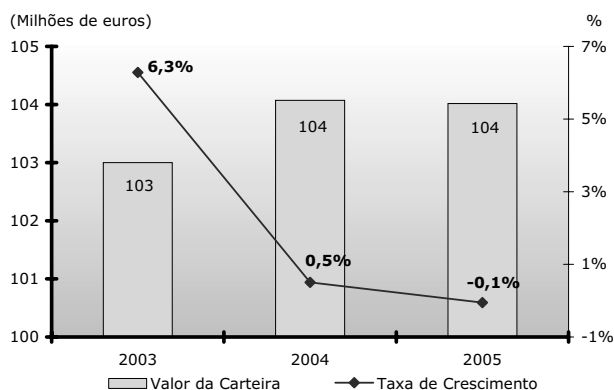
Comissões



8.3 — Actividade em imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio

O valor de inventário da carteira foi, em 31 de Dezembro de 2005, de 104 016 milhares de euros, ou seja, -0,1 %, face ao valor registado no ano anterior.

Evolução do saldo de imóveis para negociação



As empresas de Mediação Imobiliária continuaram a assegurar a maior parte das vendas de imóveis para negociação (+2,7 p.p. do que em 2004).

Decomposição do saldo de imóveis para negociação

(Em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Saldo inicial	104 071	103 551	520	0,5
2 — Entradas	29 024	25 871	3 153	12,2
3 — Saídas	29 079	25 351	3 728	14,7
4 — Saldo final (1+2-3)	104 016	104 071	- 55	- 0,1

O valor de venda realizado proporcionou mais valias contabilísticas, superando o respectivo valor de inventário, em 7,2 %.

Na maioria dos casos, na data da entrada dos imóveis na carteira, os mesmos não reúnem condições de venda imediata. De 1 720 imóveis que compunham a carteira em 31 de Dezembro de 2005, 55,0 % encontravam-se indisponíveis para venda, por carecerem de alguma diligência ou regularização de carácter legal e/ou permanecerem ocupados, arrastando-se as pendências nos Tribunais, normalmente por muitos anos, com grave prejuízo para a Instituição.

8.4 — Actividade financeira e de investimentos

No plano de gestão financeira da CEMG, destaca-se, especialmente, o desenvolvimento das acções de captação de fundos necessários

para assegurar o financiamento da actividade e o cumprimento, em permanência, do limite mínimo, fixado pelo Banco de Portugal, para o rácio de liquidez. O instrumento fundamental para atingir esses objectivos foi, de novo, a realização de empréstimos obrigacionistas, organizados e colocados no mercado financeiro externo, sendo de realçar 6 emissões de Floating Rate Notes (FRN), no total de 1.555 milhões de euros. As liquidações/amortizações de FRN e Obrigações de Caixa de Prazo Determinado ascenderam a 655 milhões de euros, pelo que o saldo da dívida externa teve um acréscimo de

925 milhões de euros. As condições vigentes no mercado permitiram o alongamento dos prazos da dívida emitida, que se situaram entre 5 e 10 anos. A redução do custo total (all-in cost) das novas operações, comparativamente com operações semelhantes realizadas em exercícios anteriores, traduziu-se na diminuição do custo médio do montante dos financiamentos. A diversificação de líderes das emissões, que se registou em 2005, facilitou o acesso a um leque mais alargado de investidores, elemento relevante para o sucesso das colocações.

Fluxos da carteira de obrigações

(Em milhares de euros)

Títulos	2005		2004	
	Ocorrência	Valor	Ocorrência	Valor
1 — Entradas:				
Débitos representados por títulos e certificados de dívida	Emissão	1 580	Emissão	1 319
<i>Total 1</i>		<u>1 580</u>		<u>1 319</u>
2 — Saídas:				
Débitos representados por títulos	Vencimento	635	Vencimento	300
Passivos subordinados de prazo determinado	Amortização	20	Amortização	20
<i>Total 2</i>		<u>655</u>		<u>320</u>
<i>Total (1-2)</i>		<u>925</u>		<u>999</u>

Como resultado, as obrigações e certificados da dívida representavam, no final do exercício, 33,4 % do passivo total (+3,3 p. p., face ao exercício de 2004).

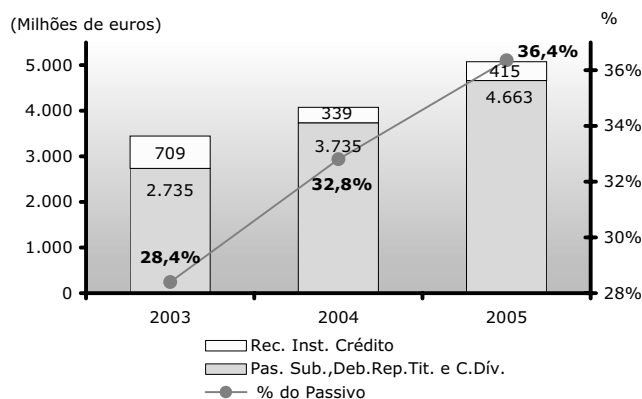
Evolução dos recursos das instituições de crédito e representados por títulos

(Em milhares de euros)

Operações	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Recursos de instituições de crédito	415 129	8,2	339 310	8,3	75 819	22,3
Percentagem do passivo	3		2,7		0,3	
2 — Obrigações e certificados de dívida:						
Obrigações subordinadas	309 976	6,1	329 928	8,1	- 19 952	- 6,0
Obrigações não subordinadas	3 835 415	75,5	2 912 270	71,5	923 145	31,7
Certificados de dívida	518 000	10,2	493 000	12,1	25 000	5,1
<i>Total 2</i>	<u>4 663 391</u>	<u>91,8</u>	<u>3 735 198</u>	<u>91,7</u>	<u>928 193</u>	<u>24,8</u>
Percentagem do passivo	33,4		30,1		3,3	
<i>Total (1+2)</i>	<u>5 078 520</u>	<u>100,0</u>	<u>4 074 508</u>	<u>100</u>	<u>1 004 012</u>	<u>24,6</u>
Percentagem do passivo	36,4		32,8		3,6	

Os Recursos de instituições de crédito registaram um crescimento global de +75 819 milhares de euros (+22,3 %), por via do aumento dos depósitos, de +180 607 milhares de euros, que compensou a quebra, de -104 788 milhares de euros, registada nos Outros Recursos, rubrica que, em 31 de Dezembro de 2005, era constituída, essencialmente, por recursos de Organismos Financeiros Internacionais (Banco Europeu de Investimento).

Evolução dos rec. de inst. de crédito e de obrigações e certificados de dívida



O conjunto da actividade financeira e de investimento (aplicações em Instituições de Crédito e investimentos em Títulos) registou um

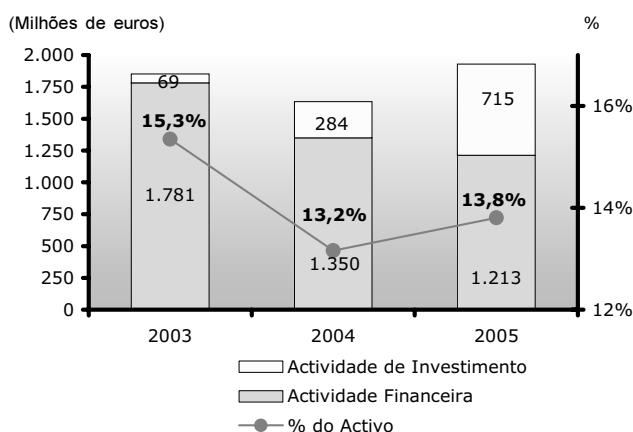
crescimento de 293,6 milhões de euros (+18,0 %), passando a representar 13,8 % do activo total (+0,6 p. p., face ao exercício de 2004).

Evolução das aplicações em instituições de crédito e investimentos em títulos

(Em milhares de euros)

Operações	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Actividade financeira:						
Caixa e disponibilidades	302 103	15,7	283 226	17,3	18 877	6,7
Aplicações em instituições de crédito	910 890	47,2	1 067 201	65,3	-156 311	-14,6
Total 1	1 212 993	62,9	1 350 427	82,6	-137 434	-10,2
Percentagem do activo	8,7		10,9		-2,2	
2 — Actividade de investimento:						
Obrigações	696 895	36,2	264 552	16,2	432 343	163,4
Acções e outros títulos	17 983	0,9	19 331	1,2	-1 348	-7,0
Total 2	714 878	37,1	283 883	17,4	430 995	151,8
Percentagem do activo	5,1		2,3		2,8	
Total (1+2)	1 927 871	100,0	1 634 310	100,0	293 561	18
Percentagem do activo	13,8		13,2		0,6	

Evolução das actividades financeira e de investimento



8.5 — Gestão dos riscos

Actividade de gestão dos riscos

Em matéria de gestão dos riscos prosseguiram trabalhos que vinham do antecedente, visando a introdução de melhorias impostas por enquadramentos negociais cada vez mais exigentes, de que é exemplo mais evidente o Acordo de Basileia II. A gestão dos riscos compreende a análise global dos riscos, numa óptica de Grupo, acompanhando, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos (ALCO). No quadro da gestão dos riscos, importa destacar as seguintes actividades:

- medição, análise e controlo dos riscos globais, com reporte de informação e apresentação de propostas de actuação, no sentido da gestão eficaz de balanço;
- aplicação da metodologia de Value-at-Risk (VaR) na definição de limites de actuação na Sala de Mercados;
- prosseguimento dos trabalhos com vista à aplicação do Acordo de Basileia II, designadamente, a estimação de probabilidades de incumprimento (PD), simulação de cálculo de requisitos de fundos próprios e exercícios de stress testing, medição do desempenho dos modelos de avaliação de risco existentes e selecção de soluções informáticas mais adequadas;
- desenvolvimento de modelos de cálculo da imparidade de crédito e de activos financeiros, no âmbito das novas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS);
- continuação dos trabalhos de revisão dos modelos de risco de crédito (rating interno e scorings), no sentido de os alinhar com as melhores práticas internacionais e com as imposições de Basileia II;

- prossecução dos trabalhos de desenvolvimento de um modelo de risco de crédito para o segmento corporate;
- desenvolvimento de um modelo de risco de crédito para pequenos negócios;
- ajustamento ao risco do pricing da generalidade dos créditos a particulares.

Prosseguindo o esforço de alinhamento com as recomendações de melhores práticas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, reálçam-se as seguintes acções:

- análise e acompanhamento regular da evolução da carteira de crédito;
- análise, acompanhamento regular e reporte das carteiras de crédito em situação de atraso;
- monitorização regular dos modelos de scoring e análise do processo de tomada de decisão;
- adaptação do processo de avaliação de imóveis (colaterais);
- introdução de melhorias na avaliação dos riscos de mercado, nomeadamente pela integração de metodologias de VaR na análise das carteiras;
- implementação de modelos de gestão do risco operacional.

No acompanhamento dos riscos de mercado, taxa de juro e cambial procede-se à identificação e avaliação das posições de risco global da CEMG.

A avaliação e acompanhamento do risco cambial é feita com regularidade similar à efectuada para o risco de taxa de juro.

A monitorização e análise do risco de liquidez, realizada diariamente pela CEMG, é discutida em sede do comité ALCO. Neste âmbito, são consideradas diversas métricas para o risco de liquidez e realizados exercícios de stress testing.

As políticas e metodologias de aplicação enquadram-se nos princípios recomendados pelo Bank for International Settlements (BIS).

Risco de Crédito

O Departamento de Risco de Crédito assegura a capacidade dos modelos de avaliação utilizados internamente e procede regularmente à análise da qualidade da carteira de crédito, definindo normativos e outros instrumentos de apoio à decisão de crédito, em articulação com outros órgãos internos.

A avaliação do risco de crédito baseia-se em processos e modelos ajustados ao perfil de risco específico de cada um dos diferentes segmentos de clientes (rating interno e scorings); utiliza-se um instrumento de apoio à análise e decisão de crédito denominado MARE — Modelo de Análise de Risco de Empresas, para o segmento de empresas/empresários em nome individual e são utilizados outros instrumentos e mecanismos de acompanhamento preventivo, de controlo e de recuperação de crédito.

Riscos de Mercado

O Departamento de Riscos de Mercado integra a gestão dos riscos de liquidez, de mercado e de taxa de juro. No âmbito das suas funções, compete-lhe, nomeadamente, analisar e implementar as medidas decorrentes da legislação comunitária e nacional sobre as diferentes actividades, designadamente, em matéria de regulamentação dos fundos próprios, de cálculo de provisões e de regras de controlo de risco em gestão de activos.

A CEMG tem vindo, em termos gerais, a observar os princípios recomendados pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia e utiliza uma gama diversificada de instrumentos de medição dos riscos em função do factor de risco, privilegiando o VaR (Value-at-Risk), como medida fundamental para o controlo da exposição a riscos de mercado, complementada por análises de sensibilidade e de simulações para os vários tipos de risco.

Em colaboração com a Sala de Mercados, procede-se à medição e ao controlo do risco das operações e das carteiras, bem como ao adequado acompanhamento das posições de risco globais da CEMG. Relativamente ao risco de liquidez, cabe à Direcção de Planeamento e Estudos -Departamento de Orçamento e Controlo divulgar, a toda a estrutura da Instituição, a informação inerente à sua evolução.

Ao nível do risco da taxa de juro, é efectuada uma gestão de adequação entre a estrutura de negócio da CEMG e o nível de risco de taxa de juro assumido. Os limites globais de risco para exposição no activo e em elementos extrapatrimoniais são estabelecidos pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) e revistos periodicamente, ou sempre que se justifique. Periodicamente, são também produzidos relatórios no âmbito da análise do risco de taxa de juro.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional enquadra-se no âmbito das funções atribuídas ao Departamento de Risco Operacional. Compete-lhe, entre outras, a recolha, junto dos vários órgãos internos, dos elementos necessários à identificação da exposição ao risco operacional; a definição de normativos de análise, recolha, tratamento e acompanhamento deste tipo de riscos.

Com o objectivo de adaptar as estratégias internas às exigências de Basileia II, foi elaborada uma proposta de projecto de implementação de modelo de gestão de risco operacional, sendo da responsabilidade deste Departamento coordenar as actividades necessárias à definição do modelo de gestão apropriado, para identificar, avaliar

qualitativa e quantitativamente, monitorizar, controlar/mitigar os diversos eventos de risco operacional.

Refira-se que o desenvolvimento dos trabalhos conducentes à implementação do modelo de gestão de risco operacional — em fase inicial — abrange todas as unidades da estrutura orgânica, tendo sido nomeados, no âmbito das respectivas Direcções/Departamentos, Interlocutores Responsáveis de Risco Operacional. No entanto, a CEMG já está dotada de mecanismos e instrumentos que controlam este tipo de risco.

Risco de Compliance

Na sequência da revisão da estrutura organizativa, introduziram-se, na Direcção de Análise e Gestão de Riscos, as adaptações necessárias a fim de se implementar e desenvolver a gestão do risco de compliance. A gestão deste risco enquadra-se nas funções atribuídas ao Departamento de Risco Operacional, com a missão de assegurar o cumprimento de regras legais e regulamentares, por parte da CEMG e dos seus colaboradores.

8.6 — Campanhas promocionais

Impacto das campanhas de publicidade na actividade

Em 2005, o Montepio Geral deu continuidade à sua estratégia de comunicação, contribuindo activamente para o incremento da notoriedade das campanhas de publicidade e da marca. A notoriedade das campanhas de publicidade atingiu os maiores níveis de sempre, considerando os indicadores de Notoriedade Espontânea (14,8 %) e Notoriedade Total (35,7 %), medidos nos estudos desenvolvidos por empresas da especialidade.

Os resultados das campanhas de publicidade são bem visíveis na evolução das carteiras de crédito à habitação, de crédito individual, do número de cartões de crédito do Montepio Geral em circulação e dos produtos de poupança para menores.

8.7 — Recursos humanos

Foi prosseguida, em 2005, a política de contenção de admissões de pessoal, sendo as saídas naturais apenas parcialmente compensadas com a admissão de quadros especializados e qualificados. Constatou-se, assim, durante 2005, uma ligeira diminuição no número de trabalhadores efectivos da CEMG, que passou de 2.863, em 31 de Dezembro de 2004, para 2.853, em 31 de Dezembro de 2005.

Evolução e composição do quadro de pessoal

(Em milhares de euros)

Distribuição	2005		2004		Variação	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Quadro de pessoal	2 866	100	2 891	100	- 25	- 0,9
Impedimentos prolongados	37	1,3	51	1,8	- 14	- 27,5
<i>Efectivo permanente</i>	2 829	98,7	2 840	98,2	- 11	- 0,4
Contratados a termo	24		23		1	4,3
<i>Efectivo total</i>	2 853		2 863		- 10	- 0,3

Desenvolveram-se os estudos necessários à implementação, em 2006, do novo Modelo de Gestão Integrada de Recursos Humanos, o qual acolherá uma gestão alinhada com as melhores práticas do sector, assente essencialmente na melhoria de desempenho e resultados, com efeitos na política retributiva.

O ano de 2005 foi, assim, caracterizado pela prossecução de medidas que possibilitem o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Humanos, que, de modo sustentado, permitem prosseguir a política já iniciada e que visa o aumento das qualificações, competências e desenvolvimento dos trabalhadores, como factor chave de competitividade, face às novas exigências do mercado e à alteração permanente das variáveis do negócio.

Para tal, a formação profissional, entendida como instrumento fundamental e privilegiado para o desenvolvimento e implementação das políticas de qualificação e enriquecimento de competências profissionais, prosseguiu com os PDIF — Planos de Desenvolvimento Integrados por Funções, tendo-se incrementado, com o recurso a metodologias de ensino à distância, as acções de formação técnica e comportamental. Foram realizadas 317 acções formativas, as quais envolveram 3259 participações, totalizando 82 274 horas de formação.

A rede comercial viu reforçada, entre outras, a sua formação em Técnicas de Venda, para todos os trabalhadores, enquanto que, nos serviços centrais, adquiriu particular visibilidade a implementação do PDIF, para todas as chefias, na componente Liderança e Gestão de Equipa.

8.8 — recursos tecnológicos

Recursos tecnológicos e informáticos.

Proseguiu-se durante o exercício a consolidação e melhoria dos Sistemas de Informação, tendo sido investidos 6 390 milhares de euros na introdução de novas aplicações informáticas e na melhoria das existentes. Uma das áreas que concentrou recursos significativos foi a do desenvolvimento de estruturas técnicas para responder a exigências decorrentes das alterações a que o negócio esteve sujeito e que se relacionam, entre outras, com:

- Implementação das normas internacionais de contabilidade;
- Desenvolvimentos informáticos no âmbito da Directiva da Poupança;
- Implementação de uma nova estrutura técnica para tratamento automático de produtos estruturados;

• Desenvolvidos informáticos de suporte a novas direcções da CEMG e a novas empresas do Grupo.

Procedeu-se à conclusão da parte 2 do MG-SINE (Sistema Integrado de Negócio), tendo sido escolhida a solução técnica para a plataforma de Datawarehouse a implementar. Foram continuados ou iniciados projectos cuja conclusão se prevê para 2006, de que se destacam:

- Desenvolvidos informáticos no âmbito de Basileia II;
- Conclusão da fase 3 do projecto MGSINE;
- Melhoria do sistema de Workflow;
- Renovação tecnológica da infra-estrutura de sistemas da rede de balcões (Hardware e Software).

Reengenharia e Qualidade.

No domínio da reengenharia e qualidade, dando continuidade à estratégia de redução de custos administrativos, de racionalização de processos e circuitos e tendo em vista o aumento da eficácia e da produtividade, foram desenvolvidas diversas acções, evidenciando-se, pelo seu impacto na actividade:

- Sistema de Workflow de Depósitos a Prazo;
- Sistema de arquivo por recurso à digitalização de documentos;
- Centralização de actividades de balcão em estruturas de back-office (a prosseguir em 2006);
- Implementação de um sistema, global e partilhado, de Gestão de Reclamações de Clientes (a prosseguir em 2006).

8.9 — Resultados, eficiência e rentabilidade

Resultados por Funções.

O Resultado do Exercício de 2005 foi de 45.312 milhares de euros, valor superior, em 12.269 milhares de euros (+37,1 %), ao registado

no ano anterior (33 043 milhares de euros). Para esta evolução favorável contribuíram diferentes factores:

— Positivamente:

- Aumento das operações activas de negócio, nomeadamente do saldo do crédito concedido a clientes;
- Aumento da taxa média das aplicações, nomeadamente ao nível da remuneração das aplicações interbancárias;
- Baixa das taxas de juro médias das operações de depósitos, com aumento da actividade de captação de recursos de clientes;
- Aumento dos proveitos de Comissões e Equiparados líquidos;
- Aumento dos resultados registados pelas operações de mercado;
- Controlo do aumento dos custos administrativos;
- Redução do impacto das amortizações, em consequência da política adoptada de aluguer de software e equipamento;
- Acréscimo do resultado da actividade de venda de Imóveis para Negociação, associado ao aumento das mais valias geradas nas vendas;
- Acréscimo dos resultados extraordinários;

— Negativamente:

- Aumento da taxa média de captação de recursos financeiros nos mercados, que determinou o aumento da taxa média global de remuneração das operações passivas;
- Aumento das Provisões Globais, Líquidas de Reposições, para crédito e outros activos, nos termos dos regulamentos impostos pela supervisão e da política interna posta em prática com o objectivo de reforçar a solidez financeira da Caixa Económica.

Evolução dos resultados

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
+ Juros e proveitos equiparados	595 326		559 282		36 044	6,4
– Juros e custos equiparados	328 376		312 119		16 257	5,2
= Margem financeira	266 950	77,7	247 163	79,8	19 787	8
+ Resultado do serviço prestado a clientes	71 440	20,8	65 149	21	6 291	9,7
Proveitos de comissões e equiparados	86 093	25,1	76 513	24,7	9 580	12,5
Custo de comissões e equiparado	14 653	4,3	11 364	3,7	3 289	28,9
+ Resultado de operações nos mercados	2 112	0,6	– 3 683	– 1,2	5 795	157,3
Capitais	– 112	0,0	– 2 169	– 0,7	2 057	94,8
Cambial	2 224	0,6	– 1 514	– 0,5	3 738	246,9
+ Rendimento de participações financeiras	3 013	0,9	1 033	0,4	1 980	191,7
= Produto bancário de exploração	343 515	100	309 662	100	33 853	10,9
– Custos administrativos	199 965	58,2	190 652	61,6	9 313	4,9
Custos com o pessoal	127 690	37,2	126 692	40,9	998	0,8
Fornecimentos e serviços de terceiros	72 275	21	63 960	20,7	8 315	13
= Resultado operacional	143 550	41,8	119 010	38,4	24 540	20,6
– Amortizações (Am)	11 085		13 252		– 2 167	– 16,4
– Provisões líquidas de reposições (PI)	92 785		71 341		21 444	30,1
– Constituição de provisões para crédito	193 578		174 950		18 628	10,6
+ Reposições de provisões para crédito	108 635		106 865		1 770	1,7
– Constituição de provisões para títulos	1 358		1 581		– 223	– 14,1
+ Reposições de provisões para títulos	1 373		2 850		– 1 477	– 51,8
– Constituição de provisões para outros activos	10 753		5 847		4 906	83,9
+ Reposições de provisões para outros activos	2 896		1 322		1 574	119,1
= Resultados da exploração	39 680		34 417		5 263	15,3

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
+ Resultados extraordinários — imóveis de Negociação	2 350		1 830		520	28,4
+ Resultados extraordinários — outros	3 282		— 3 204		6 486	202,4
= Resultado do exercício (Re)	45 312		33 043		12 269	37,1
Por memória:						
Cash flow do exercício (Am+PI+Re)	149 182		117 636		31 546	26,8

No quadro seguinte apresentam-se as variações numéricas em relação ao ano anterior e que, globalmente, justificam o aumento do resultado:

Decomposição da variação dos resultados

(Em milhares de euros)

Variação de impacto positivo		
Designação	Valor	Variação (Percentagem)
Margem financeira	19 787	8
Resultado do serviço prestado a clientes ...	6 291	9,7
Resultado de operações nos mercados	5 795	157,3
Resultado de participações financeiras	1 980	191,7
Reposições de provisões	1 867	1,7
Amortizações	2 167	16,4
Resultados extraordinários-imóveis negociação	520	28,4
Resultados extraordinários-outros	6 486	202,4
Total	44 893	

(Em milhares de euros)

Variação de impacto negativo		
Designação	Valor	Variação (Percentagem)
Custos com o pessoal	998	0,8
Fornecimentos e serviços de terceiros	8 315	13,0
Constituição de provisões	23 311	12,8
Total	32 624	

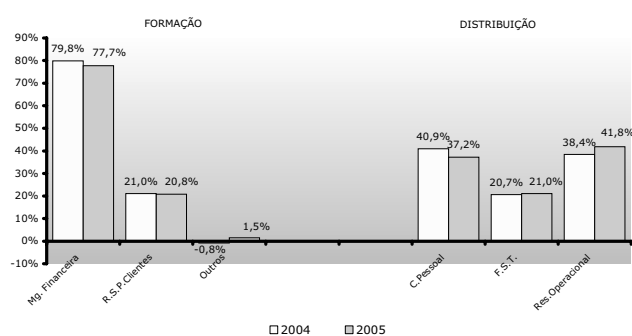
Variação total = 44 893 – 32 624 = 12 269

A variação ocorrida nos gastos com pessoal reflecte também a contenção seguida durante o exercício no número de trabalhadores, já que as saídas só parcialmente foram compensadas por novas admissões. Mas a principal razão que explica um aumento tão reduzido foi a transferência para a Associação Mutualista dos encargos com os trabalhadores que lhe estão afectos, que, em anos anteriores, eram registados como despesa da Caixa Económica. A variação ocorrida

na rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros é explicada essencialmente pelo acrescido recurso a campanhas publicitárias e pelo lançamento ou continuação de projectos informáticos estruturantes. O acréscimo das provisões reflecte a política seguida de aumentar as coberturas de crédito e riscos gerais, aumentando os pertinentes rácios e melhorando a solidez da Instituição.

Produto Bancário.

O Produto Bancário atingiu o valor de 343 515 milhares de euros, o que corresponde a uma variação positiva de 33.853 milhares de euros (+10,9 %), face a 2004, com os contributos, essencialmente, da Margem Financeira (77,7 % do Produto Bancário, contra 79,8 %, em 2004), e das receitas líquidas das comissões, isto é, do Resultado do Serviço Prestado a Clientes (20,8 %, contra 21,0 %, em 2004).



Na formação do Produto Bancário, evidencia-se a diminuição do peso da Margem Financeira, como resultado da desconcentração dos proveitos. Na sua distribuição, observa-se a subida do peso do Resultado Operacional.

Margem Financeira

O incremento dos negócios proporcionou uma variação da Margem Financeira de 20 517 milhares de euros (103,7 % do total) e, por outro lado, a gestão adequada das taxas de juro produziu um acréscimo da Margem Financeira de 5 616 milhares de euros (28,4 % do total), impulsionando ligeiramente a subida da Taxa de Intermediação Financeira (TIF). O valor destes aumentos foi diminuído, em 6 346 milhares de euros, pelo efeito estrutural dos Activos e Passivos e pelo efeito de cobertura de risco de juro, associado às emissões de empréstimos obrigacionistas e aos produtos estruturados para colocação junto de clientes, para o que se recorreu, por norma, à contratação de swaps.

Decomposição da variação da margem financeira

(Em milhares de euros)

Designação	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
1 — Aumento da margem financeira resultante do incremento da base de negócios (actividade)	20 517	103,7	4 566	37,2	15 951	349,3
2 — Aumento da margem financeira resultante da variação das taxas de juro	5 616	28,4	5 034	41	582	11,6
3 — Efeito cobertura de risco	— 4 573	— 23,1	2 960	24	— 7 533	— 254,5
4 — Efeito estrutural dos activos e passivos	— 1 773	— 9	— 271	— 2,2	— 1 502	554,2
5 — Variação final da margem financeira (1+2+3+4)	19 787	100	12 289	100	7 498	61

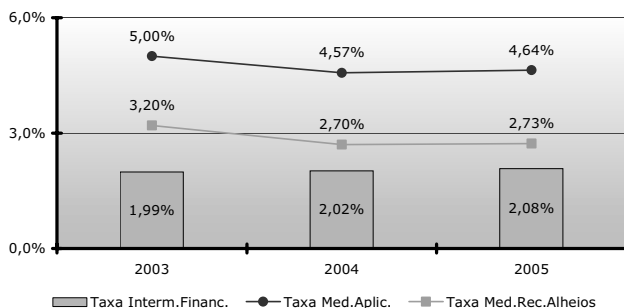
Rendibilidade por margens

(Em milhares de euros)

Variáveis	2005			2004		
	Capitais médios	Taxa média	Proveitos/ /custos	Capitais médios	Taxa média	Proveitos/ /custos
	Valor	Percentagem	Valor	Valor	Percentagem	Valor
1 — Aplicações	12 836 504	4,64	595 326	12 251 518	4,57	559 282
Disponibilidades	249 282	1,21	3 022	301 953	1,09	3 285
Aplicações interbancárias	940 995	2,19	20 606	1 433 389	1,96	28 076
Crédito a clientes	11 171 358	4,24	473 360	10 387 071	4,28	444 562
Aplicações em títulos	474 869	3,36	15 945	129 105	4,99	6 436
Swaps			82 393			76 923
2 — Recursos alheios	12 049 876	2,73	328 376	11 543 789	2,70	312 119
Depósitos	7 602 712	1,77	134 532	7 713 097	1,78	137 372
Recursos interbancários	81 870	2,31	1 889	453 179	2,46	11 149
Outros recursos	4 365 294	2,98	129 978	3 377 513	3,22	108 891
Swaps			61 977			54 707
3 — Recursos próprios afectos à exploração	786 628	0,17		707 729	0,16	
4 — Taxa intermediação financeira	12 836 504	2,08	266 950	12 251 518	2,02	247 163

A gestão das taxas de juro permitiu que a variação da média das taxas das operações activas, de + 0,07 p. p., condicionada, essencialmente, por via da redução da taxa de juro média das Aplicações em Títulos (– 1,63 p. p.), fosse, ainda assim, suficiente para compensar o aumento das taxas passivas, de +0,03 p.p., influenciando a tendência ascendente da Taxa de Intermediação Financeira, que passou de 2,02 %, em 2004, para 2,08 %, em 2005.

Evolução da taxa de intermediação financeira



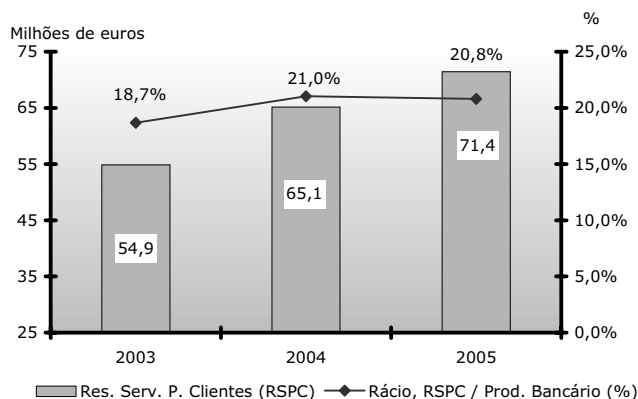
A diferença entre as taxas médias de aplicações e as dos recursos alheios não é igual à taxa de intermediação financeira, devido ao efeito positivo na actividade induzido pelos capitais próprios.

Resultado dos Serviços Prestados a Clientes e das Operações nos Mercados

Em sintonia com a evolução da Margem Financeira, os Outros Proveitos Bancários Líquidos, que agregam o Resultado do Serviço Prestado a Clientes, o Resultado de Operações nos Mercados e o

Rendimento das Participações Financeiras, apresentaram um acréscimo de 14 066 milhares de euros (+ 22,5 %). Este acréscimo está, porém, muito influenciado pelo resultado negativo que teve de ser registado em 2004, sobretudo, por causa da contabilização de prejuízos cambiais que ocorreram em anos anteriores.

Evolução do resultado do serviço prestado a clientes



A evolução do Resultado dos Serviços Prestados a Clientes foi essencialmente influenciada pelo aumento das comissões da venda cruzada de produtos de empresas participadas (+23,7 %), de operações de crédito (+20,4 %), da venda de cartões (+16,4 %), de manutenção de contas de depósito (+57,7 %) e do serviço de avaliações (+16,5 %). As comissões decorrentes de operações sobre títulos e da gestão dos contratos de crédito integrados nas operações de titularização registaram decréscimos, homólogos, de 14,8 % e 11,9 %, respectivamente.

Principais rubricas do resultado de comissões e equiparados

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005		2004 (a)		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Venda cruzada empresas participadas	15 143	21,2	12 245	18,8	2 898	23,7
Titularização	1 196	1,7	1 358	2,1	– 162	– 11,9
Manutenção de contas de depósitos	2 381	3,3	1 510	2,3	871	57,7
Operações sobre Títulos	626	0,9	735	1,1	– 109	– 14,8
Operações de estrangeiro	1 623	2,3	1 714	2,6	– 91	– 5,3
Serviço de avaliações	4 748	6,6	4 076	6,3	672	16,5
Cartões	6 181	8,7	5 309	8,2	872	16,4

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005		2004 (a)		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Transacções com a SIBS	13 657	19,1	13 020	20	637	4,9
Operações de crédito	18 591	26	15 444	23,7	3 147	20,4
Outras rubricas	7 294	10,2	9 738	14,9	- 2 444	- 25,1
<i>Total</i>	71 440	100	65 149	100	6 291	9,7

a) Algumas parcelas diferem dos valores que constam no Relatório e Contas de 2004, devido a reclassificações efectuadas em 2005, nomeadamente a sub-divisão das «Outras Rubricas» em comissões de «Operações de Crédito» e «Outras Rubricas». Também as rubricas de «Operações de Estrangeiro», «Cartões» e «Transacções com a SIBS» sofreram pequenos ajustamentos. O total final mantém-se.

Nas comissões resultantes da venda ou colocação de produtos de algumas participadas, através da rede comercial da CEMG (venda cruzada), mantem-se o destaque das comissões provenientes da actividade seguradora, quer de produtos vida, quer não vida, que geraram 63,1 % daquelas comissões.

Evolução das comissões recebidas das empresas participadas

(Em milhares de euros)

Empresas	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
MG Gestão de Activos Financeiros	2 322	2 181	141	6,5
Lusitania — Seguros	3 476	640	2 836	443,1
Lusitania — Vida	6 076	219	5 857	2 674,4
Leacock — Corretora de Seguros	35	5 838	- 5 803	- 99,4
Fundo VIP	633	718	- 85	- 11,8
Futuro — Soc. Gest. F. Pensões	1 791	1 933	- 142	- 7,3
CREDINT	521	485	36	7,4
NORFIN	289	231	58	25,1
<i>Total</i>	15 143	12 245	2 898	23,7

Rendimento das Participações Financeiras

O aumento do Rendimento das Participações Financeiras, no valor de 1980 milhares de euros, deveu-se, essencialmente, ao resultado gerado pelo encerramento da participada MG Cayman.

Evolução dos dividendos das empresas participadas

(Em milhares de euros)

Empresas	2005		2004		Variação	
	Percentagem da participação da CEMG *	Valor da participação	Valor dos dividendos	Valor dos dividendos	Valor	Percentagem
MG Cayman	a)		2 046	0	2 046	
Caixa Económica de Cabo Verde	9,8	1 444	102	102	0	0,0
Banco da África Ocidental	7,5	174	35	23	12	51,3
MG Patrimónios	0	0	0	0,7	-0,7	-100
MG Gestão Activos Financeiros	0,1	1	0,34	0,07	0,27	385,7
Lusitania Comp ^a Seguros Vida	39,3	5 202	248	177	71	40,1
Lusitania Comp ^a Seguros	26,2	10 816	253	167	86	51,5
Futuro — Soc. Gestora de F. Pensões	9,8	419	33	42	-9	-21,4
UNICRE	2,8	311	92	92	0	0,0
SIBS	1,3	1 074	113	380	-267	-70,3
EURONEXT	0,1	1 841	51	49	2	4,1
NORFIN	9,9	50	40			
<i>Total</i>		21 332	3 013	1 033	1 980	191,7

* O Montepio Geral — Associação Mutualista, participa, também, no capital da Caixa Económica de Cabo Verde, da MG Patrimónios, da MG Gestão Activos Financeiros, da Lusitania Seguros, da Lusitania Vida, da Futuro e do Banco da África Ocidental.

a) A participação no MG Cayman foi liquidada devido ao encerramento da Instituição.

Provisões

O efeito negativo das Provisões Líquidas de Reposições na Demonstração de Resultados foi de 21 444 milhares de euros, em consequência, sobretudo, do reforço das provisões para o crédito.

Como já atrás ficou referido, o aumento das provisões resultou, numa parte, das regulamentações da Supervisão e, noutra parte, da

política adoptada internamente de reforço da solidez da estrutura financeira da Caixa Económica. Sem os resultados muito positivos conseguidos na contenção e mesmo diminuição do crédito vencido, que permitiu recuperações de provisões muito substanciais, o efeito negativo das provisões sobre o resultado do exercício teria sido bastante mais pesado.

Decomposição do impacto da variação das provisões nos resultados

(Em milhares de euros)

Provisões	Impacto nos resultados		
	Positivos (1)	Negativos (2)	Líquidos (3) = (1)-(2)
Riscos gerais de crédito			— 2 355
Constituição de provisões		1 423	
Reposição de provisões		932	
Crédito vencido			— 11 882
Constituição de provisões		15 040	
Reposição de provisões	3 158		
Cobrança duvidosa			— 2 717
Constituição de provisões		2 166	
Reposição de provisões		551	
Títulos (Carteira de Investimentos)			— 1 254
Constituição de Provisões	223		
Reposição de Provisões		1 477	
Imóveis para negociação			— 3 681
Constituição de provisões		5 270	
Reposição de provisões	1 589		
Outros activos			445
Constituição de provisões	363		
Reposição de provisões	82		
Total	5 415	26 859	— 21 444

Cash Flow

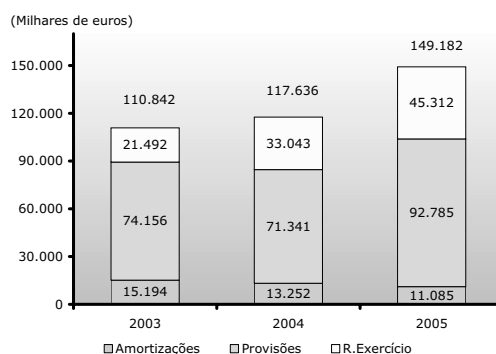
O *cash flow* do exercício, no montante de 149 182 milhares de euros, representa um aumento de 31 546 milhares de euros (+26,8 %), em relação ao ano anterior.

Decomposição do cash flow

(Em milhares de euros)

Componentes	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Amortizações	11 085	7,4	13 252	11,3	— 2 167	— 16,3
Provisões líquidas	92 785	62,2	71 341	60,6	21 444	30,1
Resultado do exercício	45 312	30,4	33 043	28,1	12 269	37,1
Total	149 182	100	117 636	100	31 546	26,8

Das componentes com contributos positivos para o *cash-flow*, o resultado do exercício é a que tem maior significado económico, pela sua relação directa com a capacidade de autofinanciamento da Instituição, tendo sido a que registou taxa de crescimento mais elevada.

Evolução do cash flow e das suas componentes**Resultados extraordinários**

O contributo dos resultados extraordinários para o resultado do exercício foi positivo e bastante distanciado do verificado no ano anterior, como é possível observar no quadro seguinte.

Desdobramento dos resultados extraordinários

(Em milhares de euros)

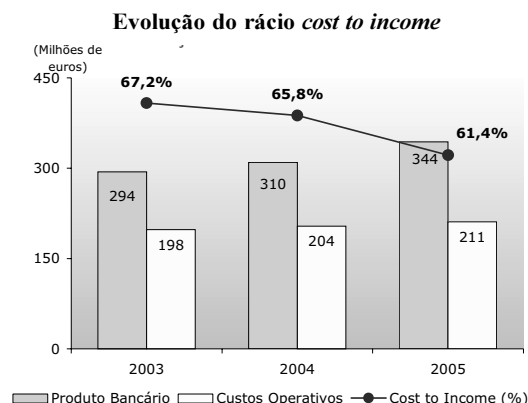
Resultados extraordinários	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
Imóveis para negociação	2 350	1 830	520	28,4
+ Lucros da venda de imóveis provenientes de recuperação de crédito	4 138	3 294	844	25,6
– Prejuízos na venda de imóveis provenientes de recuperação de crédito	1 788	1 464	324	22,1
Fundo de pensões	– 678	– 1 713	1 035	– 60,4
– Contribuições do pessoal no activo em 31/12/94	678	678	0	0
– Perdas actuariais	0	1 035	– 1 035	– 100
+ Mais valias na venda de imobilizações financeiras	3 420	2	3 418	170 900
Outros	540	– 1 493	2 033	136,2
+ Outros ganhos extraordinários	1 434	327	1 107	338,5
– Outras perdas extraordinárias	894	1 820	– 926	– 50,9
<i>Total</i>	<i>5 632</i>	<i>– 1 374</i>	<i>7 006</i>	<i>509,9</i>

Ainda que pressionadas pela conjuntura menos favorável do mercado habitacional, as vendas de imóveis para negociação proporcionaram mais-valias contabilísticas de 2.350 milhares de euros (+28,4 %, face ao ano anterior).

Os Outros Ganhos Extraordinários apresentaram uma variação positiva bastante acentuada, essencialmente relacionada com mais-valias na venda de imobilizações financeiras (MG Cayman) e ganhos diversos relativos a exercícios anteriores. As Outras Perdas Extraordinárias registaram um decréscimo de 50,9 %.

Eficiência

O exercício de 2005 foi caracterizado pela evolução favorável da eficiência operacional da Instituição. O rácio *cost to income* (Custos Operativos/Produto Bancário, em percentagem) apresentou uma variação favorável de –4,4 p.p., tendo passado de 65,8 %, em 2004, para 61,4 %, em 2005.



O desagrevamento do rácio *cost to income* está relacionado, por um lado, com a melhoria registada no Produto Bancário (+10,9 %) e, por outro, com a diminuição das Amortizações (– 16,4 %) e com a redução do peso dos Custos Administrativos no Produto Bancário (– 3,4 p.p.). A diminuição das amortizações não representa qualquer alteração de política na matéria, decorrendo do maior recurso que tem vindo a ser feito, nos últimos anos, a equipamentos alugados, com diminuição da base de incidência das mesmas.

Evolução dos custos operacionais

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Custos com o pessoal	127 690	126 692	998	0,8
Órgãos de gestão e fiscalização	1 061	2 265	– 1 204	– 53,2
Empregados	93 623	90 784	2 839	3,1
Encargos sociais obrigatórios	31 730	32 174	– 444	– 1,4
Outros custos	1 276	1 469	– 193	– 13,1
2 — Fornecimentos e serviços de terceiros	72 275	63 960	8 315	13
Fornecimentos de terceiros	4 857	4 890	– 33	– 0,7
Rendas e alugueres	19 579	18 303	1 276	7
Mão de obra eventual	3 024	2 035	989	48,6
Consultadoria e auditoria	3 076	590	2 486	421,4
Despesas com ATMs pagas à SIBS	3 207	3 224	– 17	– 0,5
Transporte de valores	2 163	1 707	456	26,7

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
Formação	1 359	1 159	200	17,3
Outras	35 010	32 052	2 958	9,2
3 — Amortizações	11 085	13 252	– 2 167	– 16,4
Software	2 886	3 277	– 391	– 11,9
Imóveis	4 021	4 193	– 172	– 4,1
Equipamento	4 178	5 782	– 1 604	– 27,7
4 — Total custos operativos (1+2+3)	211 050	203 904	7 146	3,5
5 — Produto bancário	343 516	309 662	33 854	10,9
Margem financeira	266 950	247 163	19 787	8,0
Comissões e equiparados	76 566	62 499	14 067	22,5
6 — Rácio <i>cost to income</i> (4/5)	61,4 %	65,8 %	4,4 p.p.	6,7

A migração de movimentos de Balcão para canais automáticos, associada às novas funcionalidades nestes canais de distribuição, no sentido da generalização da utilização das novas tecnologias, tem contribuído para o resultado conseguido com as medidas de redução dos custos, traduzindo-se na desaceleração do crescimento dos Custos Operativos.

Eficiência relativa (percentagem)

Rátios	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Custos com o pessoal/produto bancário	37,2	40,9	– 3,7 p.p.	– 9
2 — Fornecimentos e serviços de terceiros/produto bancário	21	20,7	0,3 p.p.	1,4
3 — Amortizações/produto bancário	3,2	4,3	– 1,1 p.p.	– 25,6
4 — Rácio <i>cost to income</i> (1+2+3)	61,4	65,8	– 4,4 p.p.	– 6,7

O rácio de custos com pessoal/produto bancário diminuiu, tendo passado de 40,9 %, em 2004, para 37,2 %, em 2005, sendo de notar que, como atrás foi assinalado, uma parte destamelhoria é explicada pela transferência, da Caixa Económica para a Associação Mutualista, dopesoal que trabalha directamente para esta última. O produto bancário por trabalhador teve uma variação positiva (+12,0 %).

Indicadores de funcionamento

Indicadores	Unidade de medida	2005	2004	Variação em percentagem
Activo líquido médio/número médio de trabalhadores	(mil euros)	4 583	4 321	6,1
Custos administrativos/activo líquido médio	(percentagem)	1,5	1,5	0 p.p.
Produto bancário/número médio de trabalhadores	(mil euros)	121	108	12,0
Custos de funcionamento + amortizações/produto bancário (<i>cost in income</i>)	(percentagem)	61,4	65,8	– 4,4 p.p.
Custos com o pessoal/produto bancário	(percentagem)	37,2	40,9	– 3,7 p.p.
Total de trabalhadores/número de balcões	(em número)	9,7	9,6	1,0
Percentagem de movimento automáticos	(percentagem)	86,0	85,6	0,4 p.p.
Percentagem de movimentos em canais alternativos	(percentagem)	56,0	54,7	1,3 p.p.

A proporção de transacções automáticas associadas às contas à ordem aumentou 0,4 p.p., passando de 85,6 %, em 2004, para 86,0 %, em 2005. Esta situação traduz a apetência dos clientes para continuarem a privilegiar os canais automáticos (Chave24, Phone24/Net24/NetMóvel24), em detrimento da tradicional deslocação ao Balcão.

Rendibilidade

Os indicadores de rendibilidade evidenciaram a melhoria verificada nas condições de exploração de actividade, principalmente a Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE), com uma subida de 5,33 % para 6,67 % (+1,34 p.p.), e o Produto Bancário / Activo Líquido Médio, que melhorou, ao passar de 2,5 %, em 2004, para 2,6 %, em 2005.

Rendibilidade (percentagem)

Rátios	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Resultados/Activo Líquido Médio (ROA)	0,35	0,27	0,08 p.p.	29,6
2 — Resultados/Capitais Próprios Médios (ROE)	6,67	5,33	1,34 p.p.	25,1
3 — Produto Bancário/Activo Líquido Médio (percentagem)	2,63	2,50	0,13 p.p.	5,2

As principais componentes que influenciaram positivamente os rácios de rendibilidade foram o aumento dos Juros e Proveitos Equiparados, o aumento dos resultados do serviço prestado a clientes e de outros proveitos bancários e a contenção nos Custos com Pessoal.

Decomposição dos rácios de rentabilidade

Indicadores	2005	2004	Variação	
			Valor	Percentagem
1 — Rácio juros e proveitos equiparados / ALM	4,56	4,50	0,06	1,3
2 — Rácio resultado serviço prestado a clientes / ALM	0,55	0,52	0,03	5,8
3 — Rácio recuperação de provisões / ALM	0,86	0,89	- 0,03	- 3,4
4 — Rácio outros proveitos / ALM	0,09	0	0,09	
5 — Rácio proveitos totais / ALM (1+2+3+4)	6,06	5,91	0,15	2,5
6 — Rácio juros e custos equiparados / ALM	2,51	2,51	0	0
7 — Rácio custos com pessoal / ALM	0,98	1,02	- 0,04	- 3,9
8 — Rácio FST e amortizações / ALM a)	0,64	0,62	0,02	3,2
9 — Rácio constituição de provisões / ALM	1,47	1,47	0,10	6,8
10 — Rácio outros custos / ALM	0,01	0,02	- 0,01	- 50
11 — Rácio custos totais / ALM (6+7+8+9+10)	5,71	5,64	0,07	1,2
12 — ROA = (5-11)	0,35	0,27	0,08	29,6
13 — Alavancagem financeira (número de vezes) b)	19,06	19,74	- 0,68	- 3,4
14 — ROE (12 x 13)	6,67	5,33	1,34	25,1

ALM = Activo líquido médio.

a) FST = Fornecimentos e serviços de terceiros.

b) Activo líquido médio / recursos próprios médios.

A diminuição do indicador de alavancagem financeira está associada ao crescimento dos Recursos Próprios médios (+8,2 %), proporcionalmente superior ao do Activo Líquido médio (+5,3 %).

8.10 — Transição para as IFRS (International Financial Reporting Standards)

No âmbito do disposto no regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas da CEMG devem cumprir as normas internacionais de reporte financeiro (IFRS) para os exercícios com início após 1 de Janeiro de 2005.

Durante o ano de 2005, a CEMG procedeu à adopção dos procedimentos contabilísticos necessários à conversão para as IAS, com vista à apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com aquelas normas.

Considerando a complexidade das mudanças nas normas internacionais de contabilidade, justificou-se o estabelecimento de um plano de transição, tendo a CEMG optado por, no exercício de 2005, ainda apresentar as demonstrações financeiras de acordo com as normas locais, ou seja, o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

Considerando que o maior impacto decorrente das alterações às normas contabilísticas incide nas responsabilidades para com o Fundo de Pensões, para harmonizar a relevação destas responsabilidades nas contas consolidadas com as contas individuais, a CEMG invocou a aplicação do n.º 2 do Aviso n.º 12/2005, que prevê a possibilidade das instituições que anteciparem o cálculo de algumas das alterações contabilísticas resultantes das novas normas de contabilidade poderem beneficiar do período de transição, o que foi aceite pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras em base individual de 2005 já reflectem, em resultados transitados, a quota parte do impacto das alterações das responsabilidades para com o Fundo de Pensões, que foi de 117 498 942 euros e que, nos termos do n.º 13.º-A do Aviso n.º 12/2001, com a redacção que lhe foi dada pelo Aviso n.º 12/2005, ambos do Banco de Portugal, pode ser diferido por um período de 5 ou de 7 anos, consoante os impactos tenham sido originados por:

— Alterações decorrentes da transição para as normas de contabilidade aplicáveis: 5 anos;

— Benefícios de cuidados médicos pós emprego aos empregados: 7 anos;

— Alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade: 7 anos.

8.11 — Rating

A avaliação da Caixa Económica Montepio Geral tem estado a cargo de duas das principais agências de rating internacionais, a Fitch Ratings e a Moody's, que mantiveram, em 2005, a notação de *rating* anteriormente atribuída.

As notações atribuídas têm registado estabilidade, traduzindo, no essencial, o baixo risco da actividade e a boa qualidade geral dos activos, de entre os quais se destaca o crédito hipotecário, devido à garantia real associada.

As últimas notações atribuídas, relativas a 2005, foram as seguintes:

Agências de Rating	Curto prazo	Longo prazo
Fitch Ratings	F2	A-
Moody's	P-1	A3

Cumpram-se alguns aspectos relevados pelas Agências de Rating nos relatórios de análise efectuados:

Fitch Ratings:

- Manteve-se a classificação A-, com *Outlook* negativo. No seu relatório de Agosto de 2005, a empresa de rating acrescenta que «o *Outlook* poderá ser revisto para estável se a rentabilidade continuar a melhorar, na continuação da tendência iniciada em 2004»;

- Baixo risco de crédito, nomeadamente na principal vertente de negócio, o crédito hipotecário;

- Aumento dos proveitos de comissões, resultante do aumento do *cross-selling* dos produtos do Grupo Montepio Geral;

- Melhoria do rácio *cost to income*, proporcionada pelo aumento do produto bancário de exploração e pelo esforço de gestão no controlo de custos.

Moody's:

- Classificação igual à do ano anterior, que reflecte o posicionamento da Instituição no mercado do crédito hipotecário (construção e habitação) e bons indicadores financeiros;

- Estratégia de aumento das comissões, através da aposta no *cross-selling* e de melhoria da eficiência operacional;

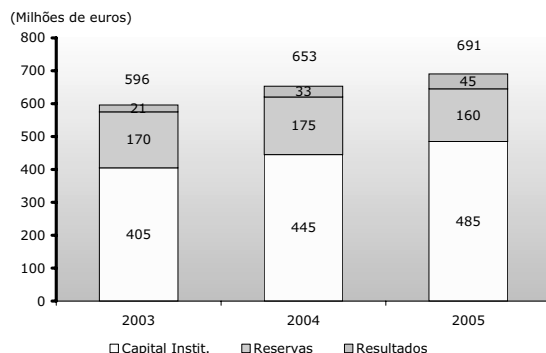
- Manutenção da qualidade dos activos e da adequação da liquidez estrutural;

- Benefícios ao nível do *funding*, provenientes da consolidação da carteira de clientes;

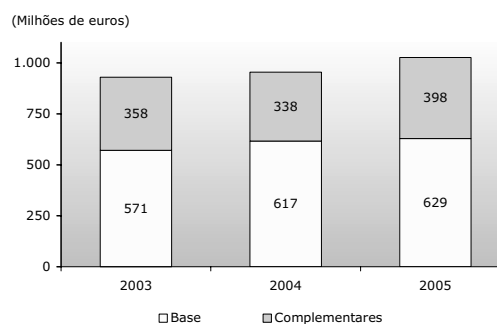
- Capitalização económica adequada, considerando o baixo risco do negócio.

8.12 — Capitalização e rácios prudenciais

O reforço do Capital Institucional da CEMG, em 40 milhões de euros, efectuado no primeiro semestre de 2005, acrescido da afectação a Reservas, nos termos estatutários, de parte dos resultados do ano anterior, possibilitou que os Recursos Próprios, constituídos pelo Capital Institucional, Reservas e Resultados do Exercício, ascendessem a 691 milhões de euros, no fim do exercício.

Situação líquida

Os Fundos Próprios Elegíveis (Fundos Próprios de Base + Fundos Próprios Complementares – Deduções) passaram de 935.827 milhares de euros, em 2004, para 1 010 926 milhares de euros, em 2005, evidenciando um acréscimo de 75 099 milhares de euros (+8,0 %).

Evolução dos fundos próprios elegíveis positivos

O valor dos Fundos Próprios Elegíveis ultrapassou largamente o dos Fundos Próprios Mínimos (753 364 milhares de euros), determinando um montante de Fundos Próprios Disponíveis, de 257 562 milhares de euros, que assegura a solidez financeira da instituição e a capacidade para continuar a suportar o crescimento da actividade.

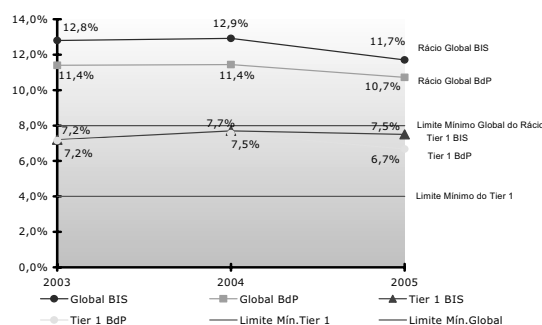
Adequação dos fundos próprios na óptica do Banco de Portugal

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Fundos próprios elegíveis				
1.1 — Fundos próprios de base	629 001	616 801	12 200	2
1.2 — Fundos próprios complementares	397 902	338 332	59 570	17,6
1.3 — Deduções	15 977	19 306	— 3 329	— 17,2
Total 1	1 010 926	935 827	75 099	8
2 — Activos e extrapat. ponderados líquidos	9 266 462	8 000 126	1 266 336	15,8
3 — Requisitos de fundos próprios	753 364	654 321	99 043	15,1
4 — Fundos próprios disponíveis (1–3)	257 562	281 506	— 23 944	— 8,5
5 — Rácio de solvabilidade e de mercado [1 / (3x12,5)]	10,7 %	11,4 %	— 0,7 p.p.	— 6,1
6 — Rácio de adequação dos fundos próprios de base (1.1 / 3 x 12,5) (Tier 1)	6,7 %	7,5 %	— 0,8 p.p.	— 10,7

Do conjunto dos principais rácios, importa destacar o de Solvabilidade e de Mercado, na óptica do Banco de Portugal, que, no final do ano de 2005, se fixou em 10,7 %, consideravelmente acima do mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8 %). A variação no rácio de Solvabilidade e de Mercado ficou a dever-se tanto ao impacto do acréscimo dos resultados do exercício relativamente ao período anterior como ao acréscimo de responsabilidades para com o Fundo de Pensões, devido à adesão da CEMG às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's).

O Rácio de Solvabilidade, na óptica do BIS (Bank for International Settlements), fixou-se em 11,7 % e o Tier 1 em 7,5 % (12,9 % e 7,7 %, respectivamente, em 2004).

Rácio de solvabilidade e de mercado

O rácio de liquidez, apurado em conformidade com as exigências do Banco de Portugal, mantém-se em níveis superiores ao valor mínimo exigido:

Evolução do rácio de liquidez

(Valores em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação	
	Valor	Valor	Valor	Percentagem
1 — Activos ponderados	2 779 699	2 446 452	333 247	13,6
2 — Passivos ponderados	2 482 058	2 400 614	81 444	3,4
3 — Mismatch não compensado	— 331 927	— 13 146	— 318 781	2 425
4 — Rácio [1. / (2.–3. se 3.<0) x 100]	98,8	101,4	— 2,6 p.p.	— 2,5

8.13 — Proposta de aplicação de resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados gerados em 2005 (45 312 milhares de euros), corrigidos do valor dos Resultados Transitados (–22.387 milhares de euros):

(Em milhares de euros)	
Designação	Valor
Para reserva legal	9 062
Para reserva especial	2 266
A transferir para o Montepio Geral — Associação Mutualista	11 597
<i>Total</i>	22 925

O valor dos Resultados Transitados corresponde à primeira prestação do plano de amortização a que se refere o n.º 13-A do Aviso 12/2001, relativo ao Fundo de Pensões, com as alterações introduzidas pelo Aviso 4/2005, do Banco de Portugal. Este plano de amortização resulta do impacte apurado com referência a 31.12.2004, decorrente da transição para as NCA-Normas de Contabilidade Ajustadas, o qual contempla a anulação dos valores contabilizados no Corredor e em Custos Diferidos, para além do efeito do acréscimo de responsabilidades provocadas pela alteração de pressupostos actuariais entre os quais se incluem os cuidados médicos pós-emprego que anteriormente eram reconhecidos no momento do seu pagamento.

8.14 — Balanço e demonstração de resultados**8.14.1 — Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Em milhares de euros)				
Activo	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	207 707		207 707	236 653
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	94 396		94 396	46 573
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	910 890		910 890	1 067 201
4 — Créditos sobre clientes	11 798 174	297 515	11 500 659	10 391 117
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	696 896	7 854	689 042	256 939
a) de emissores públicos	34 238	2	34 236	33 397
b) de outros emissores	662 658	7 852	654 806	223 542
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	17 982	323	17 659	17 298
7 — Participações	24 548	197	24 351	24 514
8 — Partes de capital em empresas coligadas	7 001		7 001	15 307
9 — Imobilizações incorpóreas	19 675	14 124	5 551	3 927
10 — Imobilizações corpóreas	163 370	82 968	80 402	84 263
(Das quais: Imóveis)	(98 227)	(32 509)	(65 718)	(69 690)
13 — Outros activos	138 530	14 317	124 213	133 110
15 — Contas de regularização	305 316	305 316		142 002
<i>Total do activo</i>	14 384 485	417 298	13 967 187	12 418 904

Lisboa, 1 de Março de 2006.

Rubricas extrapatrimoniais

1 — Passivos eventuais	313 901	306 358
Dos quais: Cauções e activos dados em garantia	32 873	31 109
2 — Compromissos	1 318 348	1 182 831

O Responsável pela Contabilidade, *Armando Marques Matias*.

(Em milhares de euros)		
Passivo	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito	893 129	792 310
a) À vista	26 029	24 510
b) A prazo ou com pré-aviso	867 100	767 800
2 — Débitos para com clientes	7 562 599	7 504 239
a) Depósitos de poupança	1 742 890	1 935 081
b) Outros débitos	5 819 709	5 569 158
ba) À vista	2 241 727	2 153 298
bb) A prazo	3 577 982	3 415 860
3 — Débitos representados por títulos	4 070 415	2 912 270
a) Obrigações em circulação	4 070 415	2 912 270

(Em milhares de euros)

Passivo	2005	2004
4 — Outros passivos	236 406	44 517
5 — Contas de regularização	119 216	104 143
6 — Provisões para riscos e encargos	80 992	74 604
b) Outras provisões	80 992	74 604
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	3 683	4 265
8 — Passivos subordinados	309 976	329 928
9 — Capital institucional	485 000	445 000
11 — Reservas	174 442	166 181
12 — Reservas de reavaliação	8 404	8 404
13 — Resultados transitados	— 23 387	
14 — Resultado do exercício	45 312	33 043
<i>Total do passivo</i>	<i>13 967 187</i>	<i>12 418 904</i>

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes* — Presidente. — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.

8.14.2 — Demonstração de resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

Débito	2005	2004
A — Custos		
1 — Juros e custos equiparados	328 376	312 119
2 — Comissões	9 414	8 644
3 — Prejuízos em operações financeiras	5 129	24 874
4 — Gastos gerais administrativos	199 965	190 652
a) Custos com pessoal	127 690	126 692
Dos quais:		
(salários e vencimentos)	(94 684)	(93 049)
(encargos sociais)	(32 942)	(33 500)
Dos quais:		
(com pensões)	(19 528)	(20 239)
b) Outros gastos administrativos	72 275	63 960
5 — Amortizações do exercício	11 085	13 252
6 — Outros custos de exploração	5 032	2 676
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	205 690	182 378
8 — Provisões para imobilizações financeiras		
10 — Resultado da actividade corrente	(39 887)	(34 461)
11 — Perdas extraordinárias	3 360	4 997
14 — Outros impostos	207	44
15 — Resultado do exercício	45 312	33 043
<i>Total do débito</i>	<i>813 570</i>	<i>772 679</i>

(Assinaturas ilegíveis.)

(Em milhares de euros)

Crédito	2005	2004
B — Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	595 326	559 282
Dos quais:		
(de títulos de rendimento fixo)	(15 939)	(6 428)
2 — Rendimento de títulos	3 013	1 033
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável		
b) Rendimento de participações	3 013	1 033
3 — Comissões	67 428	60 642
4 — Lucros em operações financeiras	7 241	21 191
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	112 905	111 037

(Em milhares de euros)

Crédito	2005	2004
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a parte de capital em empresas coligadas		
7 — Outros proveitos de exploração	18 665	15 871
9 — Ganhos extraordinários	8 992	3 623
<i>Total do crédito</i>	<i>813 570</i>	<i>772 679</i>

1 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes* — Presidente. — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*. — O Responsável pela Contabilidade, *Armindo Marques Matias*.

8.14.3 — Demonstração de resultados por funções em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004
1 — Juros e proveitos equiparados	595 326	559 282
De disponibilidades	3 022	3 285
De aplicações	504 220	475 669
De outros juros e proveitos	88 084	80 328
2 — Juros e custos equiparados	328 376	312 119
De recursos alheios	254 177	244 801
De capitais próprios e equiparados	10 632	10 996
De outros juros e custos	63 567	56 322
3 — Margem financeira (1–2)	266 950	247 163
4 — Comissões e outros proveitos e lucros	86 093	76 513
Comissões	67 428	60 642
Outros proveitos e lucros	18 665	15 871
5 — Comissões e outros custos e prejuízos	14 653	11 364
Comissões	9 414	8 644
Outros custos e prejuízos	5 239	2 720
6 — Resultado de serviços prestados a clientes (4–5)	71 440	65 149
7 — Lucros em operações financeiras	7 241	21 191
8 — Prejuízos em operações financeiras	5 129	24 874
9 — Rendimento de aplicações de títulos	0	0
10 — Resultado gerado por operações de mercado (7–8+9)	2 112	– 3 683
11 — Rendimento de participações financeiras	3 013	1 033
12 — Produto bancário de exploração (3+6+10+11)	343 515	309 662
13 — Custos administrativos	199 965	190 652
Custos com o pessoal	127 690	126 692
Fornecimentos de terceiros	4 857	4 890
Serviços de terceiros	67 418	59 070
14 — Dotação p/amortizações	11 085	13 252
15 — Resultado bruto operacional (12–13–14)	132 465	105 758
16 — Dotação para provisões	92 785	71 341
Dotações	205 690	182 378
Reposições	112 905	111 037
17 — Ganhos extraordinários	8 992	3 623
Mais-valias na realização de valores imobilizados	3 464	5
Ganhos relativos a exercícios anteriores	1 053	65
Outros ganhos extraordinários	4 475	3 553
18 — Perdas extraordinárias	3 360	4 997
Perdas relativas a exercícios anteriores	725	692
Outras perdas extraordinárias	2 635	4 305
19 — Resultado líquido (15–16+17–18)	45 312	33 043

(Assinaturas ilegíveis.)

8.15 — Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005	2004
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Recebimento de juros e comissões	664 280	617 088
Pagamento de juros e comissões	(339 437)	(326 996)
Despesas com pessoal e fornecedores	(186 215)	(198 995)
Recuperação de crédito e juros	985	499
Outros pagamentos e recebimentos	16 554	9 152
	<u>156 167</u>	<u>100 748</u>
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(1 032 902)	(318 118)
Outros activos e contas de regularização	11 557	5 954
	<u>(1 021 345)</u>	<u>(312 164)</u>
(Aumentos)/diminuições de passivos operacionais:		
Débitos para com clientes	58 360	(386 278)
Débitos para com instituições de crédito	100 819	(316 951)
	<u>159 179</u>	<u>(703 229)</u>
	<u>(705 999)</u>	<u>(914 645)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Dividendos recebidos	3 013	1 033
(Compra)/Venda de títulos de negociação	—	—
(Compra)/Venda de títulos de investimento	(398 278)	(214 821)
(Compra)/Venda de títulos a vencimento	(34 171)	—
(Compra)/Venda de participações	8 968	2 913
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	33 751	63 865
Alienação de imobilizações	194	—
Aquisição de imobilizações	(8 261)	(4 136)
	<u>(394 784)</u>	<u>(151 146)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(24 782)	(16 119)
Aumento de capital	40 000	40 000
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	1 793 145	1 266 843
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(654 952)	(319 952)
	<u>1 153 411</u>	<u>970 772</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	52 628	(95 019)
Caixa e equivalentes no início do período	97 284	192 303
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>149 912</u>	<u>97 284</u>

8.16 — Anexo às demonstrações financeiras

Anexo às demonstrações financeiras 31 de Dezembro de 2005

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e das Normas do Banco de Portugal, no âmbito do anexo à instrução n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17.06.96) – VI:

1 — Em conformidade com a autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa procedeu à antecipação da aplicação, com referência a 31 de Dezembro de 2005, das alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, conforme referido na nota 21 às Demonstrações Financeiras.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, na nota 1 às Demonstrações Financeiras. Os elementos contidos nas Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira foram convertidos às seguintes taxas de câmbio:

	Euros
Dólar Americano	1,1797
Dólar Australiano	1,6109
Dólar Canadiano	1,3725
Libra esterlina	0,6853
Coroa Checa	29,0000
Coroa Dinamarquesa	7,4605
Coroa Norueguesa	7,9850

	Euros
Coroa Sueca	9,3885
Franco Suíço	1,5551
Franco da Comunidade Financeira Africana	656,2200
Iene	138,9000
Pataca de Macau	9,4218
Rand da África do Sul	7,4642
Escudo de Cabo Verde	110,2650
Metical de Moçambique	2 7911,7000

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e o seu valor de mercado.

6 — As participações financeiras detidas directamente pela Caixa Económica Montepio Geral («Caixa») numa percentagem do capital igual ou superior a 20 %, à data de 31 de Dezembro de 2005, assim como os respectivos capitais próprios, encontram-se apresentadas na nota 7 às Demonstrações Financeiras e no final deste anexo às demonstrações financeiras.

7 — O valor das Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2006, encontram-se referidos na nota 6 às Demonstrações Financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2005, os créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas com ligação de participação,

incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, encontram-se apresentados na nota 36 às Demonstrações Financeiras.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2005 não existiam créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas coligadas, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e de participações, à data de 31 de Dezembro de 2005, é apresentado no final deste Anexo às Demonstrações Financeiras.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas 8 e 9, respectivamente, às Demonstrações Financeiras.

12 — Os activos com carácter de subordinação, incluídos na rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são apresentados na nota 6 às Demonstrações Financeiras.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existem activos cedidos com acordo de recompra firme no balanço da Caixa.

14 — A decomposição por prazos residuais dos créditos constantes das rubricas 3 e 4 do activo é apresentada nas notas 4 e 5 às Demonstrações Financeiras.

15 — Em 31 de Dezembro de 2005, o valor da reserva de reavaliação registado pela Caixa é de Euros 8 404 000.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota 8 às Demonstrações Financeiras.

17 — Não existem situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos para com instituições de crédito e sobre clientes em função do prazo residual encontra-se apresentada nas notas 12 e 13 às Demonstrações Financeiras.

19 — A decomposição dos débitos representados por títulos com vencimento no decurso do ano de 2006, consta da nota 14 às Demonstrações Financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2005, os débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da Caixa, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação, encontram-se apresentados na nota 35 às Demonstrações Financeiras.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2005, os débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da Caixa, sobre empresas com as quais existe uma ligação de coligação, encontram-se apresentados na nota 37 às Demonstrações Financeiras.

22 — Em 31 de Dezembro de 2005, os passivos subordinados são apresentados na nota 18 às Demonstrações Financeiras.

23 — Os compromissos assumidos pela Caixa em 31 de Dezembro de 2005, são apresentados na nota 34 às Demonstrações Financeiras.

24 — Os movimentos das contas de provisões da Caixa estão desenvolvidos nas notas 5, 6, 7, 10, 17, 24 e 31 às Demonstrações Financeiras.

25 — Os critérios utilizados para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota 1.8 às Demonstrações Financeiras.

26 — A 31 de Dezembro de 2005, a Caixa não procedeu à alienação ou transferência para títulos de negociação ou títulos de investimento antes da data de vencimento dos títulos registados na carteira a vencimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas 11 e 16 às Demonstrações Financeiras, respectivamente.

28 — a) *Montantes ainda não imputados a resultados*

Os montantes ainda não imputados a custos ou proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos por valor diferente do seu valor de reembolso não são significativos.

b) *Valor de mercado dos títulos de investimento*

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente a diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentada na nota 6 às Demonstrações Financeiras.

c) *Títulos de negociação*

A 31 de Dezembro de 2005, a Caixa não detém títulos de negociação.

d) *Lucros e prejuízos não realizados*

Os montantes dos lucros e dos prejuízos não realizados são apresentados na nota 6 às Demonstrações Financeiras.

29 — Os aumentos de capital social da Caixa ocorridos durante o ano encontram-se expressos na nota 19 às Demonstrações Financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2005, não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas 10 e 15 às Demonstrações Financeiras, respectivamente.

32 — Os fundos administrados pela Caixa por conta de outrem e não reflectidos no Balanço, em 31 de Dezembro de 2005 ascendem a Euros 973 068 000 e encontram-se expressos na nota 5 às Demonstrações Financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota 34 às Demonstrações Financeiras e destinam-se à cobertura dos efeitos de flutuação de taxa de câmbio.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Caixa durante o exercício de 2005, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota 29 às Demonstrações Financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pela Caixa aos Órgãos de Administração, Fiscalização e Direcção está expresso na nota 29 às Demonstrações Financeiras. O montante dos compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos Órgãos de Administração, Fiscalização e Direcção é de Euros 12 331 000.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5 % do total de proveitos.

37 — A decomposição dos contravalores do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Activo	84 800	77 546
Passivo	125 185	110 288

38 — Os proveitos registados na demonstração de resultados e os elementos do balanço foram gerados exclusivamente em Portugal.

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício, encontra-se apresentada nas notas 32 e 28 às Demonstrações Financeiras, respectivamente.

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados constam na nota 18 às Demonstrações Financeiras.

41 — A Caixa está isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) conforme referido na nota 1.15 às Demonstrações Financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — O capital institucional da Caixa é detido na sua totalidade pelo Montepio Geral — Associação Mutualista que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 238/91, está dispensado de apresentar contas consolidadas. No entanto, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a Caixa está obrigada à publicação de contas consolidadas, conforme o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

44 — A Caixa não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — A Caixa não detém operações de locação financeira na óptica do locatário à data de 31 de Dezembro de 2005. A Caixa detém operações de locação financeira na óptica do locador no montante de Euros 14 606 000, conforme mencionado na nota 5 às Demonstrações Financeiras.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas internas e de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados da Caixa provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP N.º 5, 15.05.98), totalizaram Euros 4 364 000 registados em custos.

48 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre as operações de titularização efectuadas no exercício, são apresentadas na nota 5 às Demonstrações Financeiras.

49 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência estão apresentadas na nota 39 e na política contabilística descrita na nota 1.14.

50 — As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras são apresentadas na nota 7 às Demonstrações Financeiras.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas Demonstrações Financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da Caixa.

Inventário de títulos e participações financeiras 31 de Dezembro de 2005

O inventário de títulos e de participações financeiras da Caixa, à data de 31 de Dezembro de 2005 é analisado como segue:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição (Euros)	Valor de cotação (Euros)	Valor de balanço (Euros)
B. Títulos — Investimento						680 706 911
<i>De rendimento fixo - de emissores públicos</i>						66 771
<i>De dívida pública portuguesa</i>						66 771
<i>A médio e longo prazos</i>						66 771
<i>Obrigações</i>						
O.T. - Fevereiro 1996/2006 - 9,5 %	189	EUR	0,01	0,01	0,01	2
O.T. - Junho 1998/2008 - 5,375 %	5 819 123	EUR	0,01	0,01	0,01	62 929
O.T. - Setembro 1998/2013 - 5,45 %	55	EUR	0,01	0,02	0,01	1
O.T. - Julho 1999/2009 - 3,95 %	35	EUR	0,01	0,00	0,01	
Consolidado 1943 - 2,75 %	276 334	EUR	0,01	0,00	0,00	1 326
Consolidado 1942-3 %	299 279	EUR	0,01	0,01	0,01	2 257
Consolidado certificado C/C - 3 %	33 918	EUR	0,01	0,01	0,01	256
<i>De rendimento fixo-de outros emissores</i>						648 556 579
<i>Emitidos por residentes</i>						57 705 958
<i>A curto prazo</i>						36 934 134
<i>Papel comercial</i>						
Bento Pedroso Construções, S. A. - 155.ª Emissão	126 562 500	EUR	0,01	0,01	0,01	1 265 625
Sumolis-Comp, Lnd, Frutas e Bebidas, S. A. - 26.ª Emissão	250 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	2 500 000
SAG Gest - Sol., Aut., Globais, SGPS, S. A. - 17.ª Emissão	508 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	5 080 000
Altri SGPS, S.A. - 18.ª Emissão	2 300 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	23 000 000
Mota Engil, SGPS, B. A. - 45.ª Emissão	409 090 909	EUR	0,01	0,01	0,01	4 090 909
ECOP	20	EUR	—	49 880	—	997 600
<i>A médio e longo prazos</i>						20 771 824
<i>Obrigações de caixa</i>						
Banco Invest 2005/2008 - 1.ª Emissão	5 000	EUR	1 000	1 000	1 000	5 000 000
<i>Outras obrigações</i>						
Lisnave - 1992/1997/2007	35 459 942	EUR	0,01	0	0,01	96 709
Lisnave - Série B - 1991/1995/2006	318 233	EUR	0,01	0	0,01	678
E.D.P. - 25.ª emissão - 1998/2006/2008	174 579 264	EUR	0,01	0,01	0,01	1 742 738
Sagres STC, S.A. 2005/2039	200	EUR	10 000	10 000	10 000	2 000 000
Banco Itau Europa, SA 05/22-06-2010	4 932	EUR	1 000	1 000,79	1 001,12	4 935 899
Sagres STC SA/Douro Mortgages IA 05/21-06-2056	30	EUR	50 000	50 000	50 000	1 500 000
Banco Itau BI Europa S.A. 05/22-12-2015	3 000	EUR	1 000	998,60	998,60	2 995 800
Banif Banco Interr. do Funchal SA 05/28-09-2010	2 500	EUR	1 000	1 000	1 000	2 500 000
<i>Emitidos por não residentes</i>						590 850 621
<i>Por outros não residentes</i>						590 850 621
<i>A médio e longo prazos</i>						590 850 621
<i>Obrigações</i>						
F Van Lanschot Bankiers 2004/2008	100	EUR	50 000	49 980	50 038	4 998 000
Landsbanki Islands HF 2004/2009	3 000	EUR	1 000	998,47	999,65	2 995 400
Banco BPl, S.A., Cayman 2004/2009	4 000	EUR	1 000	998,45	1 000,68	3 993 800
BES Finance LTD 2004/2009	2 000	EUR	1 000	997,65	1 000,08	1 995 300
BCP Finance Bank LTD 2004/2009	2 000	EUR	1 000	998,73	1 000,13	1 997 450
Cassa Risparmio di Forli 2004/2009	3 000	EUR	1 000	997,80	1 000,17	2 993 400
Kaupthing Bank HF 2004/2009	5 000	EUR	1 000	997,61	995,34	4 988 050
Anglo Irish Bank Corp, 2004/2009	2 000	EUR	1 000	997,60	1 000,60	1 995 200
Friesland Bank 2004/2011	2 000	EUR	1 000	999,35	1 006,06	1 998 700
Bradford & Bingley PLC 2003/2008	50	EUR	10 000	9 982	10 007,45	499 100
Sparebanken Rogaland 2004/2007	2 000	EUR	1 000	999,20	1 000,55	1 998 400
EBS Building Society 2004/2007	350	EUR	10 000	9 992,70	10 009,44	3 497 445
Household Finance Cote, 2004/2007	1 300	EUR	1 000	998,83	1 001,13	1 298 479
Lansforsakringar Bank 2004/2007	1 000	EUR	1 000	999,40	1 000,45	999 400
Banca Pop di Vicenza 2004/2007	2 000	EUR	1 000	999,12	1 000,74	1 998 240
Banco Desfio Della Brianz 2002/2007	1 236	EUR	1 000	1 005,20	1 003,39	1 242 427
Yorkshire Building Soc, 2004/2009	2 000	EUR	1 000	998,57	1 000,17	1 997 140
Northern Rock PLC 2004/2009	2 000	EUR	1 000	998,80	1 001,34	1 997 600

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição (Euros)	Valor de cotação (Euros)	Valor de balanço (Euros)
Banco Desfio Della Brianz 2004/2009	1 000	EUR	1 000	999	1 000,42	999 000
Banca Lombarda SPA 2004/2011	250	EUR	10 000	10 003,60	10 025,20	2 500 900
Alliance & Leicester PLC 2004/2009	2 000	EUR	1 000	997,61	1 000,30	1 995 220
Portman Building Society 2004/2009	2 000	EUR	1 000	997,37	999,71	1 994 740
Banhe Popolari Unite 2004/2009	2 000	EUR	1 000	998,57	999,64	1 997 140
Hypo Real Estate fnt, 2004/2009	2 500	EUR	1 000	996,67	1 001,93	2 491 675
Wuerttembergische Hypobk 2004/2008	2 000	EUR	1 000	1 000,15	1 001,67	2 000 300
Deut Apotheke Aerztebank 2004/2007	30	EUR	100 000	100 120	100 153,70	3 003 600
SNS Bank Nederland 2004/2011	300	EUR	10 000	9 990	10 027,75	2 997 000
ABN AMRO Bank NV 2004/2011	10 000	EUR	1 000	997,25	999,93	9 972 500
Volkswagen Bank GMBH 2003/2007	2 000	EUR	1 000	999,47	1 000,43	1 998 940
Banca Agrileasing 2002/2007	2 000	EUR	1 000	1 004,50	1 002,65	2 009 000
Banco Bilbao Vizcaya Arg, 2004/2009	70	EUR	100 000	100 010	99 993	7 000 700
Allied Irish Banks PLC 2004/2007	1 000	EUR	1 000	999	999,86	999 000
Banca Popolare di Milano 2004/2007	150	EUR	10 000	9 994,10	9 997,90	1 499 115
Allied Irish Banks 2004/2009	5 000	EUR	1 000	999,04	1 000,24	4 995 200
Caisse Cent, Credit Immob 2000/2010	500	EUR	10 000	10 041,90	10 024,20	5 020 950
Hansabank 2004/2009	2 000	EUR	1 000	1 001,20	1 003,98	2 002 400
Bk Austria Creditanstalt 2004/2009 ...	5 000	EUR	1 000	999,39	1 000,62	4 996 928
Bradford & Bingley BS 2004/2009	2 000	EUR	1 000	999,05	1 003	1 998 100
EKG Banking PLC 2004/2006	1 000	EUR	1 000	999,50	1 000,56	999 500
Chelsea Bldg Society 2004/2009	3 000	EUR	1 000	998,20	1 000,23	2 994 600
Banco Espanol de Credito 2004/2009	30	EUR	100 000	99 990	100 069,90	2 999 700
Banque Fed, Cred, Mutuel 2004/2014 ...	2 000	EUR	1 000	1 000,20	1 000,76	2 000 400
Caixa D' Estalvis Catalun 2004/2009	40	EUR	100 000	99 905	100 079,80	3 996 200
Delphinus BV 2004/2010	2 000	EUR	1 000	1 000	1 000	2 000 000
Irish Nationwide BLDG S 2004/2009	30	EUR	100 000	99 785	100 025,20	2 993 550
Banco de Sabadell SA 2004/2007	29	EUR	100 000	100 014,48	100 028,30	2 900 420
BBVA FTIPYME Fondo de Titulariza- cion de Activo 2004/2028	2 000	EUR	1 000	1 000	1 000	2 000 000
Islandsbanki FBA HF 2004/2007	20	EUR	100 000	99 927	99 803,50	1 998 540
Caja Rural Intermedi 2004/2009	20	EUR	100 000	100 000	100 000,00	2 000 000
BCP Finance Bank LTD 2005/2010 ...	6 000	EUR	1 000	999,43	999,45	5 996 550
Cassa di Risparmio Bolzano 2005/2012	1 500	EUR	1 000	998,37	1 000,15	1 497 555
Irish Nationwide Bldg, S, 2005/2008	4 000	EUR	1 000	999,55	1 000,10	3 998 200
Banco Pastor, S.A. 2005/2010	45	EUR	100 000	100 033,33	100 082,40	4 501 500
Monte dei Paschi di Sien 2005/2010 ...	1 750	EUR	1 000	998,81	999,40	1 747 918
Bank Austria Creditanstalt 2005/2010	2 000	EUR	1 000	999,22	1 000,46	1 998 440
Caisse Nationale des Caisses d' Epargne 2005/2009	2 000	EUR	1 000	999,03	999,28	1 998 060
Kaupthing Bank HF 2005/2008	2 000	EUR	1 000	999,56	997,67	1 999 120
Bes Finance LTD 2005/2010	4 500	EUR	1 000	999,53	999,88	4 497 900
Leaseplan Corporation NV 2005/2007	40	EUR	50 000	49 975,50	49 975,50	1 999 020
Anglo Irish Bank Corp 2005/2010	3 500	EUR	1 000	999,31	998,32	3 497 600
SNS Bank Nederland 2004/2014	200	EUR	10 000	9 998	10 021,26	1 999 600
Banca Intesa SPA 2005/2010	2 000	EUR	1 000	997,61	998,61	1 995 220
Santander INTL DEBT AS 2005/2010	3 000	EUR	1 000	998	997,81	2 994 000
Islandsbanki HF 2005/2010	60	EUR	50 000	49 950	49 773,20	2 997 000
Crédito Emiliano 2005/2010	1 500	EUR	1 000	999,05	999,94	1 498 575
Banhe Popolari Unite 2005/2008	30	EUR	50 000	49 956	49 986,75	1 498 680
Britannia Bldg Society 2005/2010	4 000	EUR	1 000	1 000,10	1 000,81	4 000 400
Caja Ahorro Monte Madrid 2005/2008	3 000	EUR	1 000	999,27	999,12	2 997 810
Caja Valencia Castel & A 2005/2010	20	EUR	100 000	100 000	99 908,10	2 000 000
Cassa Risparmio Firenze 2005/2010 ...	100	EUR	50 000	49 995,75	49 994,55	4 999 575
EBS Building Society 2005/2008	20	EUR	100 000	100 031,45	100 002,40	2 000 629
Caixa D'Estalvis Catalun 2005/2010	20	EUR	100 000	99 976	99 909,90	1 999 520
Banco Pop Verona Novara 2005/2010	50	EUR	100 000	99 863,50	99 881,30	4 993 175
Caja Municipal de Burgos 2005/2009	30	EUR	100 000	99 903	99 799,90	2 997 090
Unicredito Italiano SPA 2004/2005 ...	80	EUR	50 000	50 000	49 913,60	4 000 000
Hypo Real Estafe Int, 2005/2009	250	EUR	1 000	999,60	1 000,23	2 499 000
FIH Erhvervsbank 2005/2010	7 000	EUR	1 000	998,95	994,98	6 992 620
Lansforsakringar Bank 2005/2010	5 000	EUR	1 000	998,01	997,32	4 990 070
RaiffZentralbk Oest AG 2005/2010	5 000	EUR	1 000	999,70	999,89	4 998 500
A / S Jyske Bank 2005/2012	3 000	EUR	1 000	998,69	999,27	2 996 070
IKB Deutsche Industriebk 2005/2009	4 000	EUR	1 000	999,42	999,63	3 997 680
Banca Italease 2005/2012	3 000	EUR	1 000	998,30	1 000,09	2 994 900
Caja Santander Cantabria 2005/2010	20	EUR	100 000	100 000	100 000	2 000 000
BBVA Senior Finance AS 2005/2008	30	EUR	100 000	99 883	99 928,50	2 996 490
Crédito Emiliano 2005/2012	7 000	EUR	1 000	998,04	999,55	6 986 280
Allied Irish Banks LTD 2005/2010	2 000	EUR	1 000	999,52	999,88	1 999 040
Coventry Bldg, Society 2005/2010	5 000	EUR	1 000	997,13	998,05	4 985 650
Banca Intesa SPA 2005/2012	5 000	EUR	1 000	997,43	999,02	4 987 130
F Van Lanschot Bankiers 2005/2012	7 000	EUR	1 000	998,05	999,98	6 986 350
Leaseplan Corporation NV 2005/2010	100	EUR	50 000	49 940,50	49 991,40	4 994 050
Rural Hipotecário Fondo de Titulizacion 2005/2038	50	EUR	89 805,55	89 805,54	89 805,55	4 490 277
Sabadell Intl Finance BV 2003/2008	2 000	EUR	1 000	1 001,80	1 001,21	2 003 600

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição (Euros)	Valor de cotação (Euros)	Valor de balanço (Euros)
Banca Lombarda e Piemont 2004/2007	250	EUR	10 000	10 005	10 003,50	2 501 250
BPE Financiaciones SA 2004/2009	50	EUR	100 000	99 990	99 959,20	4 999 500
Hipocat Hipo Hipo - 8 A2 2005/2038	30	EUR	100 000	100 000	100 000,00	3 000 000
Hipocat Hipo Hipo-8 A1 2005/2038	20	EUR	38 425,09	38 425,10	38 425,09	768 502
Landsbanki Islands 2005/2008	2 000	EUR	1 000	999,41	997,04	1 998 820
Banca Italease 2005/2008	2 000	EUR	1 000	998,83	1 000,70	1 997 660
Kaupthing Bank HF 2005/2010	5 000	EUR	1 000	997,61	992,08	4 988 050
Banca Agrileasing 2005/2012	3 000	EUR	1 000	998,05	998,76	2 994 150
Caja Valencia Castel & A 2005/2012	50	EUR	100 000	99 739	99 829,70	4 986 950
Caja Ahorro Monte Madrid 2005/2012	40	EUR	100 000	99 836	99 970,50	3 993 440
Bradford & Bingley BS 2005/2010	250	EUR	10 000	9 990,40	10 006,22	2 497 600
Geldilux Limited - TS 3A 2005/2012	30	EUR	50 000	50 000	50 000	1 500 000
Fortis Bank 2005/2008	5 000	EUR	1 000	999,60	999,74	4 998 000
Mediocredito Trento Alto 2005/2015	3 000	EUR	1 000	999,13	998,27	2 997 390
BBVA Hipotecario Fondo de Titulizacion A2 2005/2038	15	EUR	100 000	100 000	100 000	1 500 000
BBVA Senior Finance S.A. 2005/2012	40	EUR	100 000	99 836	99 990,70	3 993 440
Landsbanki Islands 2005/2008	5 000	EUR	1 000	996,74	987,58	4 983 700
Cam Global Finance S.A. 2005/2012	50	EUR	100 000	99 903	99 841,00	4 995 150
Santander INTL DEBT SA 2005/2009	50	EUR	100 000	99 739	99 969,80	4 986 950
Magellan Mortgages PLC 2005/2058	30	EUR	97 515,60	97 515,60	97 515,60	2 925 468
Dresdner Bank AG 2005/2011	20	EUR	100 000	100 020	100 050,10	2 000 400
Banque Federative du Credit Mutuel 2005/2012	40	EUR	50 000	50 017	50 036,85	2 000 680
Caixa D'Estalvis Catalun 2005/2012	40	EUR	100 000	99 738	99 875,10	3 989 520
Banco Pastor, S.A. 2004/Perpetual	20	EUR	100 000	101 300	100 961,30	2 026 000
West Bromwich Bldg. Society 2005/2008	2 000	EUR	1 000	999,70	999,53	1 999 400
Merrill Lynch & Co, 2005/2012	2 000	EUR	1 000	999,60	1 000,75	1 999 200
DNB Norbank ASA, 2005/2010	5 000	EUR	1 000	997,90	997,70	4 989 500
Portman Building Society 2005/2010	3 000	EUR	1 000	997,61	998,19	2 992 830
Morgan Stanley 2005/2012	200	EUR	50 000	49 922,50	49 951,75	9 984 500
Sparebanken Nord - Norge 2005/2015	2 000	EUR	1 000	999,10	999,10	1 998 200
Dresdner Bank AG 2005/2012	50	EUR	100 000	100 000	100 024,70	5 000 000
Lehman Brothers Holdings 2001/2011	20	EUR	100 000	98 430	98 494,20	1 968 600
SNS Reaal Groep NV 2005/2012	425	EUR	10 000	9 959,71	9 966,91	4 232 875
Alpha Credit Group PLC 2005/2010	5 000	EUR	1 000	998,50	997,78	4 992 500
Banca Pop di Vicenza 2004/2011	3 000	EUR	1 000	1 000,20	999,98	3 000 600
Banche Popolari Unite 2005/2012	30	EUR	50 000	49 930	49 946,40	1 497 900
SLM CORP 2005/2009	5 000	EUR	1 000	998,60	996,76	4 993 000
Caja Ahorro Monte Madrid 2005/2010	30	EUR	100 000	99 729	99 763,90	2 991 870
Banesto Banco Emisiones 2005/2010	30	EUR	100 000	99 917	99 902,60	2 997 510
Lehman Brothers Holdings 2005/2012	300	EUR	10 000	9 974,30	9 972,89	2 992 290
Banif Finance LTD 2004/2009	2 000	EUR	1 000	1 001,50	1 001,15	2 003 000
HSBC Finance Corp, 2005/2010	7 500	EUR	1 000	998,18	998,66	7 486 350
RCI Banque, S.A. 2005/2008	30	EUR	100 000	100 020	99 906,00	3 000 600
Alpha Credit Group PLC 2005/2008	3 000	EUR	1 000	1 000,45	1 000,06	3 001 350
Bear Stearns Co, Inc, 2005/2012	5 000	EUR	1 000	999,10	998,45	4 995 500
Citigroup Inc, 2005/2012	5 000	EUR	1 000	999,50	999,17	4 997 500
Unicredito Italiano SPA 2005/2013 ...	30	EUR	50 000	49 932	49 906,15	1 497 960
Banco de Sabadell SA 2005/2010	70	EUR	100 000	99 917,29	99 871,90	6 994 210
Compagnie Fin du Credit 2005/2010	100	EUR	50 000	49 976,00	49 976,00	4 997 600
Alliance & Leicester PLC 2005/2010	5 000	EUR	1 000	998,80	998,10	4 994 000
Banca Pop Emilia Romagna 2005/2010	30	EUR	50 000	49 904,50	49 933,75	1 497 135
DNB Norbank Asa 2005/2010	2 000	EUR	1 000	997,61	997,06	1 995 220
Caja Rural del Mediterra 2005/2010 ...	30	EUR	100 000	99 976	99 976	2 999 280
RCI Banque 2005/2010	40	EUR	50 000	49 952,50	49 926,20	1 998 100
Lusitano Mortgages PLC - 4A - 2005/2048	1 000	EUR	983,26	983,26	983,26	983 261
Banca Pop di Vicenza 2005/2012	2 000	EUR	1 000	997,39	996,28	1 994 780
BBVA Pyme Fondo de Titulizacion de Activos-4A2- 2005/2038	30	EUR	50 000	50 000	50 000	1 500 000
F Van Lanschot Bankiers 2005/2016	4 000	EUR	1 000	998,99	997,27	3 995 960
Landsbanki Islands 2005/2010	5 000	EUR	1 000	999,05	993,30	4 995 250
Caja San Fernando 2005/2010	35	EUR	100 000	99 993,63	99 993,63	3 499 777
City of Rome 1996/2016	1 000	EUR	1 420,26	1 453,49	1 420,26	1 453 490
Deut Apotheke Aerztebank 2005/2010	3 000	EUR	1 000	999,52	999,41	2 998 560
JP Morgan Chase & Co, 2005/2015 ...	60	EUR	50 000	49 920	49 900,45	2 995 200
Sydbank AIS 2005/2013	2 000	EUR	1 000	999,05	999,05	1 998 100
Banif Finance LTD 2005/2008	5 000	EUR	1 000	998,83	998,01	4 994 150
Banca Intesa 2005/2015	60	EUR	50 000	49 843	49 793,30	2 990 580
Banco Pop Verona Novara 2005/2010	40	EUR	50 000	49 940,50	49 873,45	1 997 620
Merrill Lynch SA 2005/2011	4 000	EUR	1 000	998,31	998,02	3 993 240
Sydbank A/S 2005/2010	4 000	EUR	1 000	998,57	998,78	3 994 280
Bankinter S.A 2005/2011	50	EUR	100 000	99 952	99 882	4 997 600
Caja Municipal de Vigo 2005/2010	50 000	EUR	100	99,95	99,95	4 997 600
Celtic Residential Irish Mortgage Securitization-9A2-2005/2047	20	EUR	50 000	50 000	50 000	1 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição (Euros)	Valor de cotação (Euros)	Valor de balanço (Euros)
Celtic Residencial Irish Mortgage Securitization-9A1-2005/2047	40	EUR	50 000	50 000	50 000	2 000 000
Monte dei Paschi di Siena 2005/2017	40	EUR	50 000	49 839,50	49 818,35	1 993 580
Caja General Canárias 2005/2010	50	EUR	100 000	99 905	99 905	4 995 250
Rural Hipotecário Global A 2005/2039	20	EUR	100 000	100 000	100 000	2 000 000
Caja de Ahorros Galicia 2005/2010	40	EUR	100 000	99 905	99 920	3 996 200
EBS Building Society 2005/2010	4 000	EUR	1 000	998,82	998,47	3 995 280
Caja MP Huelva Sevilla 2005/Perpetual	30	EUR	100 000	100 000	100 000	3 000 000
Achmea Hypotheekbank NV 2005/2010	60	EUR	50 000	49 881,50	49 881,50	2 992 890
Wuerttembergische Hypobk 2005/2010	4 000	EUR	1 000	999,58	998,45	3 998 320
Provida PLC A05-IB-2005/2048	20	EUR	100 000	100 000	100 000	2 000 000
Santander INTL DEBT, S.A. 2005/2008	2 000	EUR	1 000	998,58	997,82	1 997 160
Caja Castilla La Mancha 2005/2007	2 000	EUR	1 000	996,80	996,80	1 993 600
Shield BV - IB - 2005/2014	30	EUR	100 000	100 000	100 000	3 000 000
Countrywide Home Loan 2004/2008	60	EUR	50 000	50 200	50 211,60	3 012 000
NIB Capital Bank NV 2005/2008	3 000	EUR	1 000	999,20	999,05	2 997 600
Veneto Banca 2004/2009	3 000	EUR	1 000	1 001,03	1 001,08	3 003 100
Banco PSA Finance 2005/2010	60	EUR	50 000	49 955	49 920,55	2 997 300
Hypo Alpe - Adria Bank AG 2005/2015	1 500	EUR	1 000	996	996	1 494 000
Macquarie Bank LTD 2005/2010	25	EUR	100 000	100 130	100 039,10	2 503 250
St. George Bank LTD 2005/2010	50	EUR	50 000	50 015	49 994,30	2 500 750
Pelican Mortgages N° 1 Classe D	325	EUR	10 000	10 000	—	3 250 000
Pelican Mortgages N° 2 Classe D	560	EUR	10 000	10 000	—	5 600 000
<i>Valores de rendimento variável</i>						17 982 545
<i>Emitidos por residentes</i>						11 460 558
<i>Acções</i>						5 607 130
SIAC	120	EUR	4,99	4,99	4,99	599
Boavista F. C., Futebol, SAD	21 950	EUR	5	5,00	5	109 750
Belenenses - Soc. Desportiva de Futebol, SAD	15 991	EUR	4,99	4,99	4,99	79 763
Beira Vouga	8	EUR	4,99	4,99	0,80	40
Nova C.ª Grande Hotel Caldas da Felgueira, S. A.	7 270	EUR	4,99	12,37	4,99	89 931
Salvor-Soc. Inv. Hoteleiro	601 000	EUR	5	8,86	8,86	5 327 047
<i>Unidades de participação</i>						5 853 428
M.G. Acções	22 000	EUR	49,88	101,26	5 366,62	2 227 779
Multi Gestão Prudente	14 000	EUR	50	48,85	2 504,06	683 906
Multi Gestão Equilibrada	14 000	EUR	50	47,57	2 384,91	665 959
Multi Gestão Dinâmica	47 000	EUR	50	45,50	1 988,48	2 138 632
M.G. Acções Europa	4 000	EUR	0	34,29	0	137 152
<i>Emitidos por não residentes</i>						6 521 987
<i>Unidades de participação</i>						6 521 987
Fundo de Capital de Risco Baring Iberia	28	EUR	300 506,05	234 010,01	289 740	6 521 987
<i>Títulos subordinados</i>						14 101 016
<i>A médio e longo prazos</i>						14 101 016
BES - Obrig. Cx. Sub. - 1997/2007	559 651 241	EUR	0,01	0,01	0,01	5 596 512
BPI - Obrig. Cx. Sub. - 1996/2006	850 450 415	EUR	0,01	0,01	0,01	8 504 504
C. Carteira a Vencimento						34 170 891
<i>De rendimento fixo - de emissores públicos ...</i>						34 170 891
<i>De dívida pública portuguesa</i>						34 170 891
<i>Obrigações</i>						6 827 702
O.T. - Junho 1998/2008 - 5,375 %	645 408 000	EUR	0,01	0,01	0,01	95 559
O.T. - Setembro 1998/2013 - 5,45 %	9 455 400	EUR	0,01	0,01	0,01	6 315 569
O.T. - Julho 1999/2009-3,95 %	614 270 200	EUR	0,01	0,01	0,01	105 020
O.T. - Junho 2002/2012 - 5,00 %	10 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	6 498 549
O.T. - Julho 2003/2006 - 3,00 %	650 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	6 767 577
O.T. - Maio 2000/2010 - 5,85 %	611 811 900	EUR	0,01	0,01	0,01	6 360 100
O.T. - Julho 2004/2008 - 3,25 %	630 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	1 100 772
O.T. - Junho 2001/2011 - 5,15 %	100 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	100 043
O.T. - Outubro 2005/2015 - 3,35 % ...	10 000 000	EUR	0,01	0,01	0,01	
D. Imobilizações Financeiras						32 749 419
<i>Participações</i>						24 548 103
<i>Em instituições de crédito no País</i>						62 500

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Moeda	Valor nominal	Valor médio de aquisição (Euros)	Valor de cotação (Euros)	Valor de balanço (Euros)
<i>Acções</i>						62 500
GARVAL - Sociedade de Garantia Mútua, S. A.	62 500	EUR	1	1	1	62 500
<i>Em outras empresas no País</i>						19 908 704
<i>Acções</i>						19 904 215
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S. A.	48 260	EUR	5	6,45	—	311 449
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	65 558	EUR	5	16,38	—	1 073 976
Norfin - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S. A.	9 900	EUR	5	5	—	49 500
MG Gestão de Activos Financeiros - SGFIM, S. A.	300	EUR	5	4,99	—	1 498
Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S. A.	400	EUR	50	49,88	—	19 952
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	8 400	EUR	50	49,87	—	418 880
Margueira - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento	1 098	EUR	5	4,99	—	5 477
Lusitana Vida - Companhia de Seguros, S. A.	141 631	EUR	25	36,73	—	5 202 423
Lusitana - Companhia de Seguros, S. A.	1 010 564	EUR	5	10,70	—	10 815 993
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	400 000	EUR	5	5	—	2 000 000
Residências Montepio Serviços de Saúde, S. A.	100	EUR	1	0,67	—	67
Credint - Consultoria Financeira e Crediticia, S. A.	500	EUR	10	10	—	5 000
<i>Quotas</i>						4 489
Bolsimo- Gestao Imobiliária, L.ª	1	EUR	—	4 489,00	—	4 489
<i>Em instituições de crédito no estrangeiro</i>						2 530 455
<i>Acções</i>						2 530 455
Banco da África Ocidental, S. A.	10 074	XOF	10 000	17,32	—	174 448
Caixa Económica de Cabo Verde	34 204	CVE	1 000	42,22	—	1 443 956
Banco Desenvolvimento e Comércio, S. A.	191 339	MZM	100 000	4,77	—	912 051
<i>Em outras empresas no estrangeiro</i>						2 046 444
<i>Acções</i>						2 046 444
MCS — Moçambique Companhia de Seguros, S. A. R. L.	21 600	MZM	100 000	8,80	—	190 174
Euronext N.V.	94 973	EUR	1	19,38	—	1 840 577
S.W.I.F.T., S.C.R.L.	8	EUR	124	1 961,63	—	15 693
<i>Partes de capital em empresas coligadas</i>						7 001 316
<i>Em instituições de crédito no estrangeiro</i>						7 001 316
<i>Acções</i>						7 001 316
Montepio Geral - Cabo Verde, S. A.	77 200	CPV	1	90,69	—	7 001 316
<i>Outras imobilizações financeiras</i>						1 200 000
<i>Prestações suplementares de capital</i>						1 200 000
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	400 000	EUR	—	—	—	1 200 000
<i>Total</i>						747 627 221

Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	207 707	236 653
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	94 396	46 573
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	910 890	1 067 201

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Créditos sobre clientes	5	11 500 659	10 391 117
Obrigações, acções e outros títulos	6	706 701	274 237
Participações financeiras	7	31 352	39 821
Imobilizações incorpóreas	8	5 551	3 927
Imobilizações corpóreas	9	80 402	84 263
Outros activos	10	124 213	133 110
Contas de regularização	11	305 316	142 002
		<u>13 967 187</u>	<u>12 418 904</u>
Passivo			
Débitos para com instituições de crédito			
À vista		26 029	24 510
A prazo	12	867 100	767 800
Débitos para com clientes			
À vista	13	2 241 727	2 153 298
A prazo	13	5 320 872	5 350 941
Débitos representados por títulos	14	4 070 415	2 912 270
Outros passivos	15	236 406	44 517
Contas de regularização	16	119 216	104 143
Provisão para riscos e encargos	17	84 675	78 869
Passivos subordinados	18	309 976	329 928
<i>Total do Passivo</i>		<u>13 276 416</u>	<u>11 766 276</u>
Situação líquida			
Capital	19	485 000	445 000
Reservas e resultados transitados	20 e 21	160 459	174 585
Resultado do exercício		45 312	33 043
<i>Total da situação líquida</i>		<u>690 771</u>	<u>652 628</u>
		<u>13 967 187</u>	<u>12 418 904</u>

Contas extrapatrimoniais (Nota 34)O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Demonstração de Resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	22	595 326	559 282
Juros e custos equiparados	23	328 376	312 119
Margem financeira		<u>266 950</u>	<u>247 163</u>
Provisões para riscos de crédito	24	85 956	68 085
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		<u>180 994</u>	<u>179 078</u>
Outros proveitos:			
Rendimento de títulos	25	3 013	1 033
Comissões	26	67 428	60 642
Lucros em operações financeiras	27	7 241	21 191
Outros proveitos	28	27 657	19 494
		<u>105 339</u>	<u>102 360</u>
Outros custos:			
Comissões	26	9 414	8 644
Prejuízos em operações financeiras	27	5 129	24 874
Custos com o pessoal	29	127 690	126 692
Outros gastos administrativos	30	72 275	63 960
Impostos		207	44
Amortizações do período	8 e 9	11 085	13 252
Outras provisões	31	6 829	3 256
Outros custos	32	8 392	7 673
		<u>241 021</u>	<u>248 395</u>
Resultado do exercício		45 312	33 043

(*Assinaturas ilegíveis.*)

Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral	Reserva especial	Reserva de reavaliação	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	595 704	405 000	111 229	49 579	8 404	21 492
Constituição de reservas						
Reserva geral	—	—	4 298	—	—	(4 298)
Reserva especial	—	—	—	1 075	—	(1 075)
Aumento de capital	40 000	40 000	—	—	—	—
Distribuição de resultados	(16 119)	—	—	—	—	(16 119)
Resultado líquido do exercício	33 043	—	—	—	—	33 043
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	652 628	445 000	115 527	50 654	8 404	33 043
Constituição de reservas						
Reserva geral	—	—	6 609	—	—	(6 609)
Reserva especial	—	—	—	1 652	—	(1 652)
Aumento de capital	40 000	40 000	—	—	—	—
Distribuição de resultados	(24 782)	—	—	—	—	(24 782)
Ajustamento - Pensões de reforma (ver nota 11)	(22 387)	—	—	—	—	(22 387)
Resultado líquido do exercício	45 312	—	—	—	—	45 312
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	690 771	485 000	122 136	52 306	8 404	22 925

Notas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2005 e 2004

1 — Políticas contabilísticas

1.1 — Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «Caixa») é uma instituição de crédito, anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

Até 31 de Dezembro de 2004, a Caixa Económica Montepio Geral não estava obrigada à publicação de Demonstrações Financeiras Consolidadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março. A partir de 1 de Janeiro de 2005, a Caixa Económica Montepio Geral está obrigada à publicação de contas consolidadas, conforme o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As contas individuais agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As Demonstrações Financeiras da Caixa Económica Montepio Geral, foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e em conformidade com a regulamentação emanada pelo Banco de Portugal na sua qualidade de entidade de supervisão bancária, que contempla o Plano de Contas para o Sistema Bancário e a 4.ª Directiva – n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras.

1.2 — Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.3 — Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A avaliação da adequabilidade desta provisão é efectuada periodicamente pela Caixa tomando em consideração a existência de garantias

reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira dos clientes.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro, n.º 7/00, de 27 de Outubro e n.º 8/03, de 30 de Janeiro.

1.4 — Provisão para outras aplicações

A provisão para outras aplicações corresponde às diferenças positivas entre o valor dos activos registados em balanço e o respectivo valor de avaliação com base em critérios de mercado, de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

1.5 — Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir os riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/03, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

1.6 — Provisão para risco-país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

1.7 — Operações de titularização

Os créditos cedidos pela Caixa no âmbito da operação de titularização («securitização»), são eliminados do activo pelo seu valor contabilístico.

Os títulos adquiridos pela Caixa na sequência destas operações são contabilizados, como títulos de investimento, de acordo com a política contabilística aplicável aos títulos de rendimento fixo, descrita na nota 1.8.

De acordo com as Instruções n.º 27/00, de 15 de Dezembro e n.º 18/03, de 18 de Agosto, do Banco de Portugal, as provisões constituídas nas contas da Caixa para os títulos adquiridos, correspondem ao montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos cedidos caso estes se mantivessem no activo.

Caso as instituições cedentes sejam detentoras de clean-up calls que não prevejam explicitamente que os créditos são recomprados pelo seu valor de mercado, o limite máximo para a constituição de provisões é o maior dos seguintes valores:

— O valor de aquisição dos títulos ou de outros valores adquiridos no âmbito de operações de titularização;

— O montante dos créditos a que corresponde o exercício da *clean-up call*.

1.8 — Obrigações, acções e outros títulos

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício.

Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no Balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que a Caixa pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto no parágrafo 10.º do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor pelo qual se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

1.9 — Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguardar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio indicativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a essas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em Euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em Euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de swap de moeda

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de swap de taxas de juro

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Opções

As posições de negociação em contratos de Opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício. Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a Opção for exercida ou reflectidos em custos, se a Opção não for exercida. Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

1.10 — Participações e partes de capital em empresas coligadas

As participações e partes de capital em empresas coligadas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo constituída uma provisão para fazer face a eventuais prejuízos futuros quando se verifica uma desvalorização de carácter permanente do seu valor.

As partes de capital em empresas coligadas e as participações denominadas em moeda estrangeira são convertidas ao câmbio de aquisição, sendo as variações cambiais reconhecidas, de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, na rubrica Contas de regularização — Flutuação de valores.

Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em Sociedades com participação inferior a 20 % do capital social e em que a Caixa não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o Aviso n.º 4/02 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

— A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15 % do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40 % do valor que exceder os 15 % do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

— De acordo com o referido Aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40 % do valor de menos valias que exceda os 15 % do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das Sociedades participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Percentagem
Sociedades financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10 % por ano
Sociedades não financeiras	2002 a 2004	25 % por ano
	2005	15 %
	2006	10 %

— As provisões constituídas nos exercícios de 2002 a 2004 relativas a participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

1.11 — Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se contabilizadas ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10

1.12 — Imobilizações incorpóreas

Despesas de estabelecimento

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento são amortizadas durante um período de três anos.

Custos plurianuais

Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projectos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- O produto ou processo esteja claramente definido e os custos atribuíveis ao produto ou processo possam ser identificados separadamente;
- Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- Exista a intenção de comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

1.13 — Locação financeira

Como locador

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como crédito concedido pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.14 — Pensões de reforma

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez e sobrevivência nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário («ACTV»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A Caixa financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Até 31 de Dezembro de 2004 as responsabilidades da Caixa incluídas nas demonstrações financeiras individuais foram determinadas tendo em consideração o Aviso n.º 12/01 do Banco de Portugal.

Em 2005, no seguimento da autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa aplicou retrospectivamente os Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, através do reconhecimento de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo, de acordo com os anteriores princípios contabilísticos, por contrapartida de resultados transitados.

De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período de diferimento do impacto decorrente desta alteração com referência a 1 de Janeiro de 2004, sendo neste caso aplicado um diferimento de cinco anos ou sete anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios.

A responsabilidade da Caixa com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da Caixa relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de «rating» AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10 % do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 25 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos ao fundo são efectuados pela Caixa de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100 % para as pensões em pagamento e 95 % para os serviços passados do pessoal no activo.

1.15 — Fiscalidade

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea *a*) do número 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Caixa	55 516	50 711
Banco de Portugal	152 191	185 942
	207 707	236 653

A rubrica Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2 % sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Em instituições de crédito no país	16	121
Em instituições de crédito no estrangeiro	7 450	5 915
Valores a cobrar	86 930	40 537
	<u>94 396</u>	<u>46 573</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Mercado monetário interbancário	—	15 000
Aplicações sobre instituições de crédito no país	30 258	26 356
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	880 632	1 025 845
	<u>910 890</u>	<u>1 067 201</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Até 3 meses	890 175	1 045 468
3 meses até 1 ano	20 001	11 829
1 ano até 5 anos	714	9 904
	<u>910 890</u>	<u>1 067 201</u>

5 — Créditos sobre clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Crédito com garantias reais	10 410 170	9 223 192
Crédito com outras garantias	652 810	713 665
Crédito sem garantias	328 037	288 675
Crédito ao sector público	58 460	60 793
Crédito sobre o estrangeiro	506	3 319
Capital em locação	14 606	14 141
	<u>11 464 589</u>	<u>10 303 785</u>
Crédito e juros vencidos - menos de 90 dias	30 147	20 724
Crédito e juros vencidos - mais de 90 dias	303 438	329 199
	<u>333 585</u>	<u>349 923</u>
	<u>11 798 174</u>	<u>10 653 708</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(297 515)	(262 591)
	<u>11 500 659</u>	<u>10 391 117</u>

A análise da rubrica Créditos sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Crédito interno:		
Crédito a curto prazo		
Crédito descontado titulado por efeito	119 437	121 869

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Crédito em conta corrente	626 450	642 635
Descobertos em depósitos à ordem ...	22 468	20 474
Empréstimos	144 078	127 337
	<u>912 433</u>	<u>912 315</u>
Crédito a médio e longo prazo		
Empréstimos hipotecários		
Financiamento à habitação	6 952 140	6 078 204
Fomento à construção	2 974 809	2 882 129
Capital em locação	14 606	14 141
Outros créditos	610 095	413 677
	<u>10 551 650</u>	<u>9 388 151</u>
Crédito ao exterior:		
Crédito a curto prazo	506	819
Crédito a médio e longo prazo	—	2 500
	<u>506</u>	<u>3 319</u>
	<u>11 464 589</u>	<u>10 303 785</u>
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	30 147	20 724
Mais de 90 dias	303 438	329 199
	<u>333 585</u>	<u>349 923</u>
	<u>11 798 174</u>	<u>10 653 708</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(297 515)	(262 591)
	<u>11 500 659</u>	<u>10 391 117</u>

A rubrica crédito e juros vencidos inclui os valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas.

A rubrica crédito e juros vencidos há mais de 90 dias inclui, os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6 813 000 (2004: Euros 7 113 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A análise da rubrica créditos sobre clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Empresas:		
Construção/produção	2 109 587	2 031 165
Investimento	970 214	930 122
Tesouraria	818 388	837 962
Outras finalidades	62 565	58 664
Particulares:		
Habitação	7 076 337	6 260 473
Crédito ao consumo	199 013	169 534
Outras finalidade	503 510	304 912
Sector público administrativo	58 560	60 876
	<u>11 798 174</u>	<u>10 653 708</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(297 515)	(262 591)
	<u>11 500 659</u>	<u>10 391 117</u>

A análise das rubricas crédito interno e crédito ao exterior, excluindo crédito e juros vencidos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Até 3 meses	902 104	854 306
3 meses até 1 ano	1 520 670	1 523 814

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
1 ano até 5 anos	2 272 923	2 109 980
Mais de 5 anos	6 768 892	5 815 685
	11 464 589	10 303 785

A análise da rubrica crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Crédito com garantias reais	252 965	242 242
Crédito com outras garantias	51 156	63 210
Crédito sem garantias	29 007	44 170
Capital em locação	457	301
	333 585	349 923

A análise da rubrica crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Empresas:		
Construção/produção	72 292	58 088
Investimento	39 878	27 941
Tesouraria	28 946	32 529
Outras finalidades	506	1 205
Particulares:		
Habitação	130 653	164 519
Crédito ao consumo	10 682	17 808
Outras finalidades	50 528	47 750
Sector público administrativo	100	83
	333 585	349 923

A provisão específica para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Crédito com garantias reais	250 061	204 934
Crédito com outras garantias	39 125	38 781
Crédito sem garantias	8 171	18 588
Capital em locação	158	288
	297 515	262 591

A provisão específica para riscos de crédito destina-se a fazer face a riscos específicos de crédito, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	262 591	273 916
Provisão do exercício	181 608	164 403
Reposições	(101 919)	(99 313)
Utilização de provisões	(44 765)	(76 415)
Saldo em 31 de Dezembro	297 515	262 591

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota 1.2, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Crédito com garantias reais	28 804	46 841
Crédito com outras garantias	3 323	23 716
Crédito sem garantias	12 638	5 858
	44 765	76 415

Em 31 de Dezembro de 2005, existem duas operações de titularização celebradas entre a Caixa e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um Special Purpose Vehicle («SPV») — Pelican Mortgages No. 1 PLC — sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (Aggregate Principal Amount Outstanding) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016 % do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um Special Purpose Vehicle («SPV») — Pelican Mortgages No. 2 PLC — sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (Aggregate Principal Amount Outstanding) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286 % do par.

O servicer das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o Pelican Mortgages No. 1 PLC e para o Pelican Mortgages No. 2 PLC.

A data de 31 de Dezembro de 2005, as operações de titularização efectuadas pela Caixa são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
Pelican Mortgages No.1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
Pelican Mortgages No.2	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
				1 350 000 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no activo da Caixa, na rubrica Crédito sobre clientes, pode ser analisado como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Pelican Mortgages No. 1	404 285	503 608
Pelican Mortgages No. 2	568 783	627 936
	973 068	1 131 544

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2005, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal (euros)	Moeda	Data de reembolso	Rating das obrigações (Moody's)
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	Euros	2037	Aaa
	Classe B	16 250 000	Euros	2037	A2
	Classe C	22 750 000	Euros	2037	Baa2
	Classe D	3 250 000	Euros	2037	—
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	Euros	2036	Aaa
	Classe B	17 500 000	Euros	2036	A1
	Classe C	22 750 000	Euros	2036	Baa2
	Classe D	5 600 000	Euros	2036	—

O valor dos títulos residuais adquiridos, bem como das respectivas provisões, registado no balanço da Caixa em 31 de Dezembro de 2005, é analisado como segue:

Emissão	(Em milhares de euros)			
	2005		2004	
	Valor contabilístico	Provisões	Valor contabilístico	Provisões
Pelican Mortgages No. 1	3 250	3 250	3 250	2 704
Pelican Mortgages No. 2	5 600	3 251	5 600	3 172
	8 850	6 501	8 850	5 876

6 — Obrigações, acções e outros títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	34 238	33 397
De outros emissores	661 660	229 542
	695 898	262 939
Títulos vencidos	998	1 613
Acções e outros títulos de rendimento variável	17 982	19 331
	18 980	20 944
Provisão específica para títulos	(8 177)	(9 646)
	706 701	274 237

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.7 os títulos adquiridos pela Caixa na sequência de operações de titularização são contabilizados como títulos de investimento. Conforme referido na nota 5, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os títulos detidos ascendem a Euros 8 850 000 e a provisão associada é de Euros 6 501 000 (2004: Euros 5 876 000).

As valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Mais-valias realizadas	342	25
Menos-valias realizadas	(378)	(1 500)
	36	(1 475)

Os títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2006 ascendem a Euros 21 084 000.

A análise da carteira de títulos, por tipo de títulos, é a seguinte:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Títulos de investimento:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	67	33 397
Obrigações de outros emissores		
Nacionais	34 872	17 649
Estrangeiros	590 851	167 896
Papel comercial	36 935	45 610
Acções de empresas nacionais	5 607	6 971
Unidades de participação	12 375	11 959
Títulos de participação	—	401
	680 707	283 883
Títulos a vencimento:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	34 171	—
	714 878	283 883
Provisão específica para títulos	(8 177)	(9 646)
	706 701	274 237

A rubrica Obrigações de outros emissores nacionais inclui(2004: Euros 15.128.000) referente a títulos subordinados. o montante de Euros 14 101 000

À data de 31 de Dezembro de 2005, não existiam títulos contabilizados na carteira de negociação.

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2005, são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)					
	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos nacionais	34 236	2	34 238	—	(2)	34 236
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	34 843	29	34 872	4	(29)	34 847
Estrangeiros	584 026	6 825	590 851	355	(6 825)	584 381

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Papel comercial	35 937	998	36 935	—	(998)	35 937
Acções de empresas nacionais	5 553	54	5 607	893	(54)	6 446
Unidades de participação	12 106	269	12 375	180	(269)	12 286
	706 701	8 177	714 878	1 432	(8 177)	708 133

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2004, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos nacionais	33 397	—	33 397	127	—	33 524
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	16 938	711	17 649	1	(711)	16 939
Estrangeiros	161 992	5 904	167 896	84	(5 904)	162 076
Papel comercial	44 612	998	45 610	—	(998)	44 612
Acções de empresas nacionais	6 085	886	6 971	—	(886)	6 085
Unidades de participação	10 815	1 144	11 959	—	(1 144)	10 815
Títulos de participação	398	3	401	—	(3)	398
	274 237	9 646	283 883	212	(9 646)	274 449

Os movimentos da provisão específica para títulos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	(Em milhares de euros)			2005	2004
	2005	2004			
Saldo em 1 de Janeiro	9 646	10 915	Participações financeiras em associadas e outras:		
Provisão do exercício	1 358	1 581	Instituições de crédito residentes	63	63
Reposições	(1 373)	(2 850)	Instituições de crédito não residentes	2 530	2 530
Utilização de provisões	(1 454)	—	Outras subsidiárias residentes	19 909	20 077
Saldo em 31 de Dezembro	8 177	9 646	Outras subsidiárias não residentes	2 046	2 041
				24 548	24 711
				31 549	40 018

7 — Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004		2005	2004
Participações financeiras em subsidiárias:			Provisão específica para participações financeiras:		
Instituições de crédito não residentes	7 001	15 307	Instituições de crédito não residentes	(149)	(149)
			Outras subsidiárias não residentes	(48)	(48)
				(197)	(197)
				31 352	39 821

As participações financeiras das empresas detidas directamente pela Caixa à data de 31 de Dezembro de 2005, eram as seguintes:

(Em milhares de euros)

Participação	Valor Balanço	Provisões	Valor Contabil.	Valor Mercado (¹)	Mais / (Menos) Valias
Banco MG - Cabo Verde	7 001	—	7 001	10 340	3 339
Lusitania Companhia de Seguros, S. A.	10 816	—	10 816	13 131	2 315
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	5 202	—	5 202	12 420	7 218
HTA – Hotéis, T. e A. Açores, S. A.	2 000	—	2 000	3 995	1995
Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL	763	149	912	718	(194)
Norfin – Sociedad Gestora de FIM, S. A.	50	—	50	459	409
Credint – Consult. Financeira e Creditícia, S. A.	5	—	5	—	(5)
Caixa Económica de Cabo Verde	1 444	—	1 444	2 122	678
Futuro – Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	419	—	419	975	556
Moçambique Companhia de Seguros, SARL	143	48	191	134	(57)
Bolsimo – Gest. Imob., Lda.	4	—	4	9	5
Margueira	5	—	5	7	2
Banco de África Ocidental	174	—	174	431	257
SIBS – Soc. Int. Serviços, S. A.	1 074	—	1 074	1 290	216
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	311	—	311	1 502	1 191
Euronext NV	1 841	—	1 841	1 933	92
S.W.I.F.T., S.C.R.L.	16	—	16	18	2
Ambelis	20	—	20	—	(20)

(Em milhares de euros)

Participação	Valor Balanço	Provisões	Valor Contabil.	Valor Mercado (¹)	Mais / (Menos) Valias
Garval – Soc. de Garantia Mútua	63	—	63	94	31
MG Gestão Activos Financeiros – SGFIM, S. A.	1	—	1	6	5
	31 352	197	31 549	49 584	18 035

(¹) O valor de mercado considerado para efeitos do apuramento das mais ou menos-valias latentes decorre dos critérios definidos no n.º 4 do n.º 10 do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, ou no ponto 1.1 do Anexo ao Aviso n.º 4/02, de 11 de Junho.

Em 30 de Novembro de 2005, o Montepio Geral – Cayman encerrou a sua actividade.

Durante o exercício de 2005, a Caixa subscreveu integralmente o capital do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI) no montante de Euros 7 001 000.

Durante o exercício de 2004, a Caixa adquiriu a participação na S.W.I.F.T., S.C.R.L. pelo montante de Euros 11 000, representativa de 0,07 % do capital.

Durante o exercício de 2005, não ocorreram movimentos na provisão específica para participações financeiras.

A Caixa detém um conjunto de participações em empresas associadas cujos investimentos são considerados de carácter duradouro e em relação aos quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade com as actividades da Caixa.

Em 31 de Dezembro de 2005, a estrutura do grupo de empresas nas quais a Caixa detém uma participação directa ou indirecta, superior a 20 %, pode ser resumida da seguinte forma:

Subsidiária	Sede	Actividade económica	Capital social	Moeda	Percentagem	Resultado líquido do exercício	Situação líquida atribuível
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	Seguros, e resseguros ramos não vida	19 250 000	Euros	26 %	2 911	8 754
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	Seguros	9 00 000	Euros	39 %	2 192	8 230
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	Cidade da Praia	Banca	772 000 000	ECV	100 %	(108)	6 894

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 6 de Junho de 1986 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos, com excepção do ramo vida, e tem um capital social de Euros 19 250 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania, o Montepio Geral – Associação Mutualista (65,71 %) e a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A. (3,32 %).

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 15 de Maio de 1987 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para as diversas modalidades do ramo vida e um capital social de Euros 9 000 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania Vida, S. A., o Montepio Geral – Associação Mutualista (39,22 %) e a Lusitania, Companhia de Seguros, S. A. (11,17 %).

Para além das suas dependências e de uma rede de mediadores, as Sociedades indicadas, contam com os balcões da Caixa para a angariação de negócio.

O Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI) foi constituído em Agosto de 2005 e tem como objectivo a internacionalização da Caixa, permitindo a captação e respectiva domiciliação de fundos, assim como proporcionar aos clientes alternativas de aplicações fora do contexto doméstico. Tem um capital social de Escudos de Cabo Verde 772 000 000, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

8 — Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Custo:		
Trespases	33	33
Software	19 618	15 132
Adiantamentos por conta de imobilizações	24	—
	19 675	15 165
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 886)	(3 277)
Relativas a exercícios anteriores	(11 238)	(7 961)
	(14 124)	(11 238)
	5 551	3 927

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2005, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)			
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:			
Trespases	33	—	33
Software	15 132	4 486	19 618
Adiantamentos por conta de imobilizações	—	24	24
	15 165	4 510	19 675
Amortizações acumuladas:			
Software	11 238	2 886	14 124

9 — Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	66 304	66 567
Obras em imóveis arrendados	31 841	31 563
Imobilizado em curso	82	82
Equipamento:		
Mobiliário e material	9 271	9 417
Máquinas e ferramentas	2 737	2 875
Equipamento informático	26 967	41 453
Instalações interiores	20 385	19 552
Equipamento de transporte	1 464	1 655

(Em milhares de euros)			(Em milhares de euros)		
	2005	2004		2005	2004
Equipamento de segurança	2 621	2 752	Amortizações acumuladas:		
Património artístico	419	404	Relativas ao exercício corrente	(8 199)	(9 975)
Outras imobilizações corpóreas	30	30	Relativas a exercícios anteriores	(74 769)	(82 667)
Imobilizações em curso	1 249	735		(82 968)	(92 642)
	163 370	176 905		80 402	84 263

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o ano de 2005, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	66 567	—	(263)	—	66 304
Obras em imóveis arrendados	31 563	155	—	123	31 841
Imobilizado em curso	82	—	—	—	82
	98 212	155	(263)	123	98 227
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 417	74	(220)	—	9 271
Máquinas e ferramentas	2 875	50	(188)	—	2 737
Equipamento informático	41 453	1 905	(16 387)	(4)	26 967
Instalações interiores	19 552	519	—	314	20 385
Equipamento de transporte	1 655	37	(228)	—	1 464
Equipamento de segurança	2 572	49	—	—	2 621
	77 524	2 634	(17 023)	310	63 445
Equipamento:					
Património artístico	404	15	—	—	419
Outras imobilizações corpóreas	30	—	—	—	30
Imobilizações em curso	735	947	—	(433)	1 249
	176 905	3 751	(17 286)	—	163 370
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	11 457	1 043	(34)	—	12 466
Obras em imóveis arrendados	17 065	2 978	—	—	20 043
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 909	698	(212)	—	7 395
Máquinas e ferramentas	2 368	190	(190)	—	2 368
Equipamento informático	40 016	1 254	(17 205)	10	24 075
Instalações interiores	11 282	1 766	—	(10)	13 038
Equipamento de transporte	1 490	98	(228)	—	1 360
Equipamento de segurança	2 055	172	(4)	—	2 223
	92 642	8 199	(17 873)	—	82 968

10 — Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Aplicações por recuperação de crédito	112 948	108 913
Bonificações a receber do Estado Português	21 222	29 906
Outras imobilizações financeiras	1 218	1 218
Outros devedores	3 142	2 257
	138 530	142 294
Provisão para outras aplicações	(13 382)	(8 966)
Provisão específica para risco-país	(935)	(218)
	(14 317)	(9 184)
	124 213	133 110

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui os imóveis recebidos pela Caixa por arrematação ou dação em cumprimento de créditos no montante de euros 104 016 000 (2004: Euros 104 071 000), os quais não são reavaliados nem depreciados, sendo registados pelo valor de arrematação. As menos-valias resultantes do diferencial entre este valor e o correspondente valor estimado de venda são integralmente provisionadas.

Esta rubrica inclui, também em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante de euros 4 804 000 referente a 963 316 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado — Margueira Capital, que resultaram do acordo de regularização das dívidas da Lisnave. Estas aplicações encontram-se garantidas pelo Estado Português.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de euros 21 222 000 (2004: euros 29 906 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Esta rubrica inclui também o montante de euros 2 904 000 (2004: euros 3 724 000) referente às bonificações a receber de contratos objecto de securitização em 2004 a entregar ao fundo Pelican Mortgages No. 2 e encontra-se registado na rubrica Outros credores, conforme mencionado na nota 15.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 526	17 039
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	10 479	12 486
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	6 217	381
	21 222	29 906

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, um montante de euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Provisões para riscos bancários gerais, conforme nota 17.

A rubrica Outras imobilizações financeiras inclui o montante de Euros 1 200 000 relativo a prestações suplementares atribuídas à HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.

A rubrica Provisão para outras aplicações regista a totalidade das diferenças negativas verificadas entre o valor estimado de venda dos imóveis e os montantes registados na rubrica de Aplicações por recuperação de crédito, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.4. Os movimentos da provisão para outras aplicações são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	8 966	6 701
Provisão do exercício	8 624	3 354
Reposições	(2 677)	(1 089)
Utilizações	(1 531)	—
Saldo em 31 de Dezembro	13 382	8 966

(Em milhares de euros)				
	Período de diferimento	Impacto total	Amortização 2005	Valor a amortizar
Responsabilidades com benefícios de saúde	7	19 470	2 782	16 688
Abatimento de perdas actuariais diferidas, valor do corredor e decrementos de invalidez	5	47 450	9 490	37 960
Outros aumentos de responsabilidades	5	50 579	10 116	40 463
Total		117 499	22 388	95 111

Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui também os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de euros 25 514 000 (2004: euros 21 114 000), cujo reconhecimento em resultados do exercício, será efectuado de forma linear durante um período de 25 anos, correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo, conforme referido na nota 39.

A rubrica Flutuação de valores refere-se ao valor do corredor no montante de euros 87 692 000 (2004: euros 26 336 000), calculado de acordo com a política contabilística apresentada na nota 1.14 e cujo detalhe é divulgado na nota 39.

Os movimentos da provisão específica para risco-país são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	218	160
Provisão do exercício	937	196
Reposições	(220)	(138)
Saldo em 31 de Dezembro	935	218

11 — Contas de regularização do activo

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Juros de crédito concedido	35 712	34 105
Juros de aplicações em IC's	617	609
Proveitos a receber de operações de swap	27 269	30 410
Outros proveitos a receber	5 072	4 246
Despesas com custo diferido	137 035	39 436
Flutuação de valores (Fundo de pensões)	87 692	26 336
Outras contas de regularização	11 919	6 860
	305 316	142 002

A rubrica Proveitos a receber de operações de swap, refere-se a operações de swap sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada à actividade da Caixa.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui o montante de euros 11 298 000 (2004: Euros 14 443 000) referente a juros antecipados das obrigações de caixa CEMG/03, emitidas em Agosto de 2003.

Conforme a política contabilística apresentada na nota 1.14, em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui ainda o montante de euros 95 111 000 relativo à aplicação das alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005, do Banco de Portugal, cujo registo será efectuado por contrapartida de resultados transitados, por um período de sete ou cinco anos, consoante se trate do reconhecimento das responsabilidades com benefícios de saúde ou reconhecimento de benefícios dos empregados, respectivamente.

A demonstração do impacto total resultante da adopção das alterações introduzidas pelo Banco de Portugal através dos referidos avisos é apresentada como segue:

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Banco Central Europeu	—	100 000
Recursos de instituições de crédito no País	141 300	66 569
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	725 800	601 231
	867 100	767 800

A rubrica Débitos para com instituições de crédito a prazo, tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Até 3 meses	241 722	270 808
3 meses até 6 meses	141 300	32 733
6 meses a 1 ano	4 145	6 878
1 ano até 5 anos	440 000	439 381
Mais de 5 anos	39 933	18 000
	867 100	767 800

13 — Débitos para com clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Débitos para com clientes à vista:		
Depósitos à ordem	2 241 727	2 153 298
Débitos para com clientes a prazo:		
Depósitos a prazo	3 577 982	3 415 860
Depósitos de poupança	1 742 890	1 935 081
	5 320 872	5 350 941
	7 562 599	7 504 239

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Débitos para com clientes a prazo, pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Até 3 meses	3 167 466	2 962 151
3 meses até 6 meses	811 065	1 230 441
6 meses até 1 ano	617 219	692 459
1 ano até 5 anos	677 461	405 703
Mais de 5 anos	47 661	60 187
	5 320 872	5 350 941

14 — Débitos representados por títulos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Empréstimos obrigacionistas	4 070 41	2 912 270
A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:		
(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Até 6 meses	550 000	305 000
6 meses até 1 ano	200 000	330 000
1 ano até 5 anos	2 525 415	2 112 270
Mais de 5 anos	795 000	165 000
	4 070 415	2 912 270

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Empréstimos obrigacionistas é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (Percentagem)	2005 (em milhares de euros)
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG/01 1.ª Emissão	Mar.2001	Mar.2006	Euribor 3 meses + 0,35	250 000
Obr. CEMG/01 2.ª Emissão	Jun.2001	Jun.2006	Taxa fixa de 5,25	300 000
Obr. CEMG/02 1.ª Emissão	Jan.2002	Jan.2012	Euribor 6 meses + 1	50 000
Obr. CEMG/03	Mar.2003	Mar.2008	Taxa fixa de 3,8	100 000
Obr. CEMG/03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 3,548	100 000
Obr. CEMG/03	Nov.2003	Nov.2008	Pribor 6 meses + 0,18	17 241
Obr. CEMG/03	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30	200 000
Obr. CEMG/03	Jan.2004	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30	100 000
Obr. CEMG/04	Fev.2004	Ago.2007	Taxa fixa de 3,25	120 000
Obr. CEMG/04	Mar.2004	Mar.2007	Euribor 3 meses + 0,20	400 000
Obr. CEMG/04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26	10 933
Obr. CEMG/04	Jul.2004	Jul.2006	Euribor 3 meses + 0,125	200 000
Obr. CEMG/04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25	15 000
Obr. CEMG/04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31	50 000
Obr. CEMG/04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31	50 000
Obr. CEMG/04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6	17 241
Obr. CEMG/04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25	300 000
Obr. CEMG/04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25	300 000
Obr. CEMG/05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa fixa de 3,5	125 000
Obr. CEMG/05	Mar.2005	Mar.2015	Euribor 3 meses + 0,25	5 000
Obr. CEMG/05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa anual de 1,85	19 000
Obr. CEMG/05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20	500 000
Obr. CEMG/05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa anual de 1,85	62 000
Obr. caixa MG Cabaz TOP 1.ª Emissão	Out.2005	Out.2007	Taxa fixa anual de 2	8 500
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa anual de 1,85	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa anual de 1,85	23 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa anual de 1,85	52 000
Obr. caixa MG Business Invest	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 2	26 500
Obr. caixa MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 5	30 000
				4 070 415

Em 31 de Dezembro de 2005, os Empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 1,85 % e 5,25 %. As obrigações CEMG/02 1.ª Emissão apresentam um cap de 6 %. As obrigações de caixa MG Cabaz Top 1.ª Emissão apresentam um floor de 2 %.

Os reembolsos dos Empréstimos obrigacionistas ocorridos no exercício de 2005 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (Percentagem)	Montante de reembolso (em milhares de euros)
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG/04	Abr.2004	Abr.2005	Euribor 3 meses + 0,07	5 000
Obr. CEMG/02 2.ª Em	Mai.2002	Mai.2005	Taxa fixa de 5	300 000
Obr. CEMG/00 1.ª Em	Jul.2000	Jul.2005	Euribor 3 meses + 0,30	130 000
Obr. CEMG/00 2.ª Em	Out.2000	Out.2005	Euribor 3 meses + 0,325	200 000
				635 000

Os Débitos representados por títulos com vencimento no decurso do exercício de 2006 ascendem a euros 750 000 000.

15 — Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Fornecedores	5 046	2 958
Outros credores	30 945	8 540
Sector público administrativo	7 534	7 240
Contas diversas	192 881	25 779
	236 406	44 517

A rubrica Outros credores inclui o montante de euros 2 904 000 (2004: euros 3 724 000) referente aos valores de bonificações a receber do Estado a serem entregues no âmbito da operação de titularização de créditos hipotecários Pelican Mortgages No. 2, celebrada em 2003, conforme mencionado na nota 10.

A rubrica Contas diversas inclui o montante de euros 140 415 000 (2004: euros 8 835 000) e euros 39 860 000 (2004: euros 16 353 000) relativos às responsabilidades com pensões de reforma dispensadas de financiamento e contribuições adicionais a entregar ao Fundo em 2006 com data valor de 2005, respectivamente, conforme referido na nota 39.

16 — Contas de regularização do passivo

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Juros a pagar	58 827	62 411
Juros a pagar de operações de <i>swap</i> ...	9 369	7 432
Férias e subsídio de férias a pagar	13 948	14 156
Outros custos a pagar	6 341	101
Receitas antecipadas	1 459	1 492
Flutuação de valores em participações	—	2 921
Outras contas de regularização	29 272	15 630
	119 216	104 143

A rubrica Juros a pagar inclui o montante de euros 24 650 000 (2004: euros 27 421 000) referente a juros a pagar das obrigações emitidas pela CEMG.

A rubrica Juros a pagar de operações de *swap*, refere-se operações de *swap* sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada à actividade da Caixa.

A rubrica Outros custos a pagar, inclui o montante de euros 6 001 000 relativo à estimativa de bónus a atribuir aos colaboradores referente ao exercício de 2005.

A rubrica Outras contas de regularização inclui um montante de euros 15 883 000 (2004: euros 8 613 000) relativo a movimentos efectuados por clientes a regularizar no período subsequente.

17 — Provisão para riscos e encargos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Provisão para riscos gerais de crédito	79 522	73 255
Provisão para outros riscos e encargos	1 470	1 349
Provisão para riscos bancários gerais	3 683	4 265
	84 675	78 869

A provisão para riscos bancários gerais inclui o montante de euros 3 473 000 que se destina a cobrir o risco relativo a Bonificações reclamadas ao Estado e não reconhecidas pela Direcção Geral do Tesouro, conforme referido na nota 10.

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados, como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	73 255	70 260
Provisão do exercício	11 970	10 547
Reposições	(5 703)	(7 552)
	Saldo em 31 de Dezembro	79 522
	79 522	73 255

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída no âmbito dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/03, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.5.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados, como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	1 349	50
Provisão do exercício	1 193	2 297
Reposições	(982)	(95)
Utilizações	(90)	(903)
	Saldo em 31 de Dezembro	1 470
	1 470	1 349

Os movimentos da provisão para riscos bancários gerais são analisados, como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Saldo em 1 de Janeiro	4 265	4 265
Reposições	(31)	—
Utilizações	(551)	—
	Saldo em 31 de Dezembro	3 683
	3 683	4 265

18 — Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Obrigações de caixa	9 976	29 928
Obrigações de prazo determinado	150 000	150 000
Obrigações perpétuas	150 000	150 000
	309 976	329 928

Em 31 de Dezembro de 2005, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (Percentagem)	Número de obrigações	2005 (em milhares de euros)
Obrigações de caixa:					
CEMG/96	Dez. 1996	Dez. 2006	Euribor 6meses + 0,20	4 987 978 972	9 976
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/03 1ª emissão	Fev. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3	10 000	100 000
CEMG/03 2ª emissão	Mai. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3	5 000	50 000
					150 000
Obrigações perpétuas:					
CEMG/99	Mai. 1999	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1	1 000 000	50 000
CEMG/01	Jul. 2001	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1	2 000 000	100 000
					150 000
					309 976

O prazo máximo das Obrigações de caixa CEMG/96 é de 10 anos. Todavia a amortização será efectuada de forma faseada nos últimos 5 anos, por dedução de 20 % ao valor nominal em cada ano.

No final do sétimo ano de vida das obrigações perpétuas CEMG/99 e CEMG/01, e, posteriormente, em cada data de vencimento de juros, a Caixa poderá reembolsar os empréstimos na sua globalidade, ao par, após autorização do Banco de Portugal. Caso os empréstimos não sejam reembolsados nestas datas o spread sobre a taxa de juro passará para 210 pontos base. Esta emissão foi submetida à cotação na Euronext.

As obrigações de caixa subordinadas CEMG/03 têm uma opção de reembolso antecipado a vencer em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,88 % e 3,75 %.

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Até 1 ano	9 976	9 976
1 ano até 5 anos	—	19 952
Mais de 5 anos	300 000	300 000
	309 976	329 928

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Encargos imputados com passivos subordinados	10 632	10 996
Encargos pagos com passivos subordinados	10 681	11 112

Os reembolsos de passivos subordinados ocorridos no exercício de 2005 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (Percentagem)	Número de obrigações	2005 (em milhares de euros)
CEMG/95	Jan. 1995	Jan. 2005	Euribor 6meses + 0,25	3 990 383 174	9 976
CEMG/96	Dez. 1996	Dez. 2006	Euribor 6meses + 0,20	4 987 978 972	9 976
					19 952

19 — Capital

A 30 Março de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Caixa, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de euros 40 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da Caixa, passou a ser de Euros 485 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral — Associação Mutualista.

20 — Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20 % dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25 % da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5 % dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

21 — Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Reserva geral	122 136	115 527
Reserva especial	52 306	50 654
Reservas de reavaliação	8 404	8 404
Resultados transitados	(22 387)	—
	160 459	174 585

As reservas de reavaliação resultam das reavaliações do imobilizado, efectuadas ao abrigo de disposições legais. A referida reavaliação só se considera realizada, pelo uso ou alienação dos bens a que respeita.

Em 30 de Março de 2005, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a Caixa distribuiu resultados ao Montepio Geral — Associação Mutualista no montante de euros 24 782 000 (2004: euros 16 119 000).

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.14, em 31 de Dezembro de 2005, na sequência da autorização formal do Banco de Portugal, a Caixa adoptou as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, dos quais resultou um aumento de responsabilidades no montante de euros 117 499 000. O referido montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados transitados por um período de cinco ou sete anos, conforme nota 11.

22 — Juros e proveitos equiparados

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Juros de crédito	467 566	441 052
Juros de operações de <i>swap</i>	82 290	76 818
Juros de outras aplicações	26 50	31 691
Juros de depósitos	3 022	3 285
Juros de títulos de investimento	14 666	5 839
Juros de títulos de negociação	—	97
Juros de títulos a vencimento	1 278	—
	595 326	559 282

23 — Juros e custos equiparados

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Juros de depósitos	130 168	137 372
Juros de títulos emitidos	112 966	93 305
Juros de operações de <i>swap</i>	61 967	54 696
Juros de outros recursos	23 275	26 746
	328 376	312 119

24 — Provisões para riscos de crédito

As provisões para riscos de crédito do exercício, líquidas de anulações e reposições, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)			
2005			
	Provisões de exercício	Anulações/reposições	Movimento líquido
Específica para riscos de crédito	181 608	(101 919)	79 689
Riscos gerais de crédito	11 970	(5 703)	6 267
	193 578	(107 622)	85 956

(Em milhares de euros)			
2004			
	Provisões de exercício	Anulações/reposições	Movimento líquido
Específica para riscos de crédito	164 403	(99 313)	65 090
Riscos gerais de crédito	10 547	(7 552)	2 995
	174 950	(106 865)	68 085

25 — Rendimento de títulos

A rubrica Rendimento de títulos no montante de euros 3 013 000 (2004: euros 1 033 000) refere-se a rendimentos de participações financeiras em associadas.

26 — Comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Comissões recebidas:		
Por serviços bancários prestados ...	41 057	43 658
Por garantias prestadas	4 488	4 558
Por operações realizadas com títulos	793	879
Por compromissos perante terceiros	3	8
Outras comissões	21 087	11 539
	67 428	60 642
Comissões pagas:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7 234	6 330
Por operações realizadas com títulos	241	439
Outras comissões	1 939	1 875
	9 414	8 644
Resultados líquidos de comissões	58 014	51 998

27 — Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Lucros em operações financeiras:		
Operações cambiais	6 896	12 925
Operações com títulos	345	8 266
	7 241	21 191
Prejuízos em operações financeiras:		
Operações cambiais	4 672	14 438
Operações com títulos	378	10 436
Contratos de opções	79	—
	5 129	24 874
Resultados líquidos de operações financeiras	2 112	(3 683)

28 — Outros proveitos

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	7 307	6 382
Reembolso de despesas	5 268	4 050
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3 760	3 698
Recuperação de créditos e de juros vencido	985	499
Proveitos na negociação de empréstimos	108	154
Outros proveitos de exploração	1 237	1 088
	18 665	15 871

Ganhos extraordinários:

Ganhos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	4 138	3 294
Ganhos na venda de imobilizado	44	3
Ganhos na venda de participações financeiras	3 420	2
Outros ganhos extraordinários	1 390	324
	8 992	3 623
	27 657	19 494

A rubrica Ganhos na venda de participações financeiras, em 31 de Dezembro de 2005, refere-se à mais-valia gerada no âmbito da liquidação do Montepio Geral — Cayman.

29 — Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Remunerações	94 684	93 049
Encargos sociais obrigatórios	31 730	32 174
Encargos sociais facultativos	1 212	1 326
Outros custos	64	143
	127 690	126 692

O valor total de remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, registado na rubrica Remunerações, foi de euros 1 061 000 (2004: euros 2 265 000).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Caixa durante os exercícios de 2005 e 2004, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2005	2004
Direcção e coordenação	115	111
Chefia e gerência	656	623
Técnicos	276	262
Específicos	236	261
Administrativos	1 545	1 574
Auxiliares	94	96
	2 922	2 927

30 — Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Rendas e alugueres	19 579	18 303
Serviços especializados	14 031	10 070
Publicidade	10 591	7 819
Comunicações	6 975	7 697
Água, energia e combustíveis	3 409	3 169
Trabalho independente	3 590	2 901
Conservação e reparação	2 814	2 620
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 340	1 856
Seguros	1 920	1 614
Material de consumo corrente	1 083	1 273
Formação	1 359	1 159
Outros fornecimentos e serviços	5 584	5 479
	72 275	63 960

31 — Outras provisões

As outras provisões do exercício, líquidas de anulações e reposições, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)			
	2005		
	Provisões de exercício	Anulações/reposições	Movimento líquido
Títulos	1 358	(1 373)	(15)
Risco-país	937	(220)	717
Outras aplicações	8 624	(2 677)	5 947
Outros riscos e encargos	1 193	(982)	211
Riscos bancários gerais	—	(31)	(31)
	12 112	(5 283)	6 829

(Em milhares de euros)

	2004		
	Provisões de exercício	Anulações/reposições	Movimento líquido
Título	1 581	(2 850)	(1 269)
Risco-país	196	(138)	58
Outras aplicações	3 354	(1 089)	2 265
Outros riscos e encargos	2 297	(95)	2 202
	7 428	(4 172)	3 256

32 — Outros custos

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Outros custos de exploração:		
Despesas com operações de crédito	1 805	590
Quotizações e donativos	264	415

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Despesas com imóveis para negociação	2 136	914
Outros custos de exploração	827	757
	<u>5 032</u>	<u>2 676</u>
Perdas extraordinárias:		
Amortização de ganhos e perdas actuariais	—	1 036
Amortização de decrementos de invalidez	678	678
Prejuízos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	1 788	1 464
Perdas na venda de imobilizado	78	—
Outras perdas extraordinárias	816	1 819
	<u>3 360</u>	<u>4 997</u>
	<u>8 392</u>	<u>7 673</u>

33 — Impostos sobre lucros

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

34 — Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Garantias e avales prestados	281 027	275 249
Garantias e avales recebidos	2 224 651	2 266 722
Compromissos perante terceiros	1 318 348	1 182 831
Compromissos assumidos por terceiros	34 396	132 257
Operações cambiais à vista:		
Compras	823	476
Vendas	823	475

Empresa	(Em milhares de euros)			
	Débitos IC's	Débitos clientes	Passivos subordinados	Total
Lusitania Companhia de Seguros, S. A.	—	20 818	1 499	22 317
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S. A.	—	17 795	2 048	19 843
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	—	2 556	—	2 556
Caixa Económica de Cabo Verde	3 615	—	—	3 615
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	—	355	—	355
MG Gestão de Activos Financeiros — S. G. F. I. M., S. A.	—	46 385	—	46 385
Futuro — Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S. A.	—	50 811	100	50 911
Banco de África Ocidental, S. A.	253	—	—	253
Norfin — Sociedade Gestora de FIM, S. A.	—	11 082	—	11 082
Credint — Consultoria Financeira e Creditícia, S. A.	—	153	—	153
Bolsimo — Gest. Imob., L.ª	—	58	—	58
	<u>3 868</u>	<u>150 013</u>	<u>3 647</u>	<u>157 528</u>

36 — Créditos detidos pela Caixa sobre empresas participadas

À data de 31 de Dezembro de 2005, os Créditos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica de Créditos sobre clientes são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)	
		Mais de 1 ano
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.		20 600

	(Em milhares de euros)	
	2005	2004
Operações cambiais a prazo:		
Compras	216 186	169 512
Vendas	216 150	169 506
Contratos de <i>swap</i> de moeda	97 320	101 710
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro	5 530 315	5 255 763
Opções compradas	12 000	—
Activos cedidos em operações de titularização	973 068	1 131 544
Créditos abatidos ao activo	214 706	176 381
Juros e despesas de crédito vencido anulados	27 624	31 797
Valores recebidos em depósito	4 556 235	4 267 236
Activos recebidos em garantia	29 152 270	26 817 939
Rendas vincendas	15 128	14 511
Valores residuais	736	744

Os instrumentos financeiros são registados no Balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

A Caixa gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos (*hedging*) numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta no quadro seguinte:

	(Em milhares de euros)	
		Mais de 1 ano
Operações de cobertura de riscos:		
<i>Swap</i> de moeda	97 320	
<i>Swap</i> de taxa de juro	5 530 315	
Opções compradas	12 000	
	<u>5 639 635</u>	

35 — Débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas

À data de 31 de Dezembro de 2005, os Débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Débitos representados por títulos e Passivos subordinados são analisados como segue:

	(Em milhares de euros)	
		Mais de 1 ano
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.		830
Futuro — Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S. A.		274
Credint — Consultoria Financeira e Creditícia, S. A.		660
		<u>22 364</u>

37 — Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas

À data de 31 de Dezembro de 2005, os Débitos detidos pela Caixa sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica de Débitos para com instituições de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)	
	Mais de 1 ano
Banco MG — Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI)	226 880

38 — Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

39 — Pensões de reforma

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2005	2004
Número de participantes:		
Reformados e pensionistas	451	426
Pessoal no activo	2 938	2 952
	3 389	3 378

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.14, as responsabilidades da Caixa por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	2005	2004
Responsabilidades por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	115 393	91 920
Pessoal no activo	352 743	188 233
	468 136	280 153
Valor do fundo	(327 721)	(259 798)
Responsabilidades não financiadas	140 415	20 355
Decrementos de invalidez	—	(11 520)
Responsabilidades dispensadas de financiamento	(140 415)	(8 835)
	—	—
Responsabilidades por serviços futuros	355 026	173 310

Em 31 de Dezembro de 2005 não existem imóveis utilizados pela Caixa ou títulos emitidos por esta registados nas Demonstrações Financeiras do Fundo.

A evolução das responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2005 e 2004, é analisada conforme segue:

(Em milhares de euros)		
	Dezembro 2005	Dezembro 2004
Valores em 31 de Dezembro	20 355	—
Ajustamento relativo aos avisos n.º 6/05 e n.º 12/05 (ver nota 1.14)	72 599	—

(Em milhares de euros)

	Dezembro 2005	Dezembro 2004
Valores em 1 de Janeiro	92 954	19 957
Custo dos serviços correntes	14 206	19 728
Custo dos juros	18 639	13 148
Rendimento esperado dos activos	(12 675)	(12 406)
Ganhos e perdas actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressu- postos	(6 829)	3 672
Resultantes de alterações de pressu- postos		
Alteração de pressupostos	15 437	11 795
Alteração na taxa de desconto	38 107	—
Alteração das tábuas de mortali- dade	43 585	—
Contribuições para o fundo	(62 198)	(36 813)
Encargos suportados pelo fundo	(811)	1 274
Valores em 31 de Dezembro	140 415	20 355

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2005 é analisada conforme segue:

(Em milhares de euros)

	Justo valor dos activos
Valores em 1 de Janeiro	259 798
Rendimento esperado dos activos	12 675
Ganhos e perdas actuariais	1 124
Contribuições para o fundo	61 073
Pagamentos	(8 074)
Contribuições de colaboradores	1 125
Valores em 31 de Dezembro	327 721

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de Euros 39 860 000, efectuada pela Caixa em Janeiro de 2006 com data-valor de 2005. As contribuições efectuadas ao Fundo pela Caixa durante o exercício de 2005 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Os títulos emitidos por empresas da Caixa existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Títulos de rendimento variável	3 485	942

Em 31 de Dezembro de 2005, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

Perdas actuariais		
	Corredor	Acima do corredor
Valores em 31 de Dezembro	26 336	21 114
Ajustamento relativo aos Avisos n.º 6/05 e n.º 12/05 (ver nota 1.14)	(3 430)	(21 114)
Valores em 1 de Janeiro de 2005	22 906	—
Ganhos e perdas actuariais do exercício:		
Não decorrentes de alterações de pres- supostos	—	(6 829)
Resultantes de alterações de pressu- postos		
Alteração de pressupostos	—	15 437
Alteração na taxa de desconto	—	38 107
Alteração das tábuas de mortali- dade	—	43 585
Variação do corredor	64 786	(64 786)
Valores em 31 de Dezembro de 2005	87 692	25 514

O valor do Fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2005, calculado de acordo com o n.º 2 do Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, ascendia a Euros 87 692 000 (2004: Euros 26 336 000), e encontra-se registado na rubrica Contas de regularização, conforme referido na nota 11.

Com referência a 31 de Dezembro de 2005, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 25 514 000 serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 25 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.14.

Em 2005, a Caixa contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 20 170 000 (2004: Euros 22 183 000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dezembro 2005	Dezembro 2004
Custo dos serviços correntes	14 206	19 728
Custo dos juros	18 639	13 148
Rendimento esperado dos activos	(12 675)	(12 406)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	—	1 036
Amortização de decrementos de invalidez	—	677
Custo do exercício	20 170	22 183

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a Caixa alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é analisada como segue:

	2005	2004
Taxa de crescimento salarial	3 %	2,50 %
Taxa de crescimento das pensões	2 %	2 %
Taxa de rendimento do fundo	4,75 %	5,25 %
Taxa de desconto	4,75 %	5,25 %
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	SOA Trans Male	SOA Trans Male

As alterações ao nível da taxa de desconto e das tábuas de mortalidade ocorridas no exercício de 2005, implicaram um acréscimo de responsabilidades para a Caixa de Euros 38 107 000 e Euros 43 585 000, respectivamente, valores que serão amortizados por um período de 25 anos de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.14.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

8.17 — Certificação legal das contas e relatório de auditoria

Certificação legal das contas e relatório de auditoria

Introdução

1 — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da Caixa Económica Montepio Geral, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 13 967 187 milhares de euros e um total de capital próprio de 690.771 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 45 312 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa, e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e nas correspondentes notas explicativas.

2 — As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 — É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para

o Sector Bancário, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e

4 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

5 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

— A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

— A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

— A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

— A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e

— A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

7 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica Montepio Geral, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Março de 2006. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vitor Manuel da Cunha Ribeiro* (ROC n.º 1081).

8.18 — Relatório sobre o Governo da Instituição

De harmonia com o estabelecido no Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (alterado pelos Regulamentos n.ºs 11/2003 e 10/2005), em paralelo com as recentes alterações às Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades, procedeu-se à elaboração do presente relatório, com uma descrição dos aspectos considerados relevantes quanto ao grau de adaptação das referidas recomendações e de acordo com a especificidade da sua natureza jurídica.

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), na prossecução de uma estratégia de melhoria permanente da qualidade dos serviços prestados, tem vindo a cumprir as orientações globais da CMVM e os deveres de informação, a que aderiu voluntariamente, designadamente, no que concerne ao avanço da divulgação da informação para o mercado, para os clientes e para o público em geral, utilizando novas e adequadas tecnologias, visando melhorar a visibilidade, a qualidade e a rendibilidade da actividade.

CAPÍTULO I

1 — Divulgação de informação

1.1 — Órgãos e repartição de competências

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) contempla nos seus estatutos os seguintes órgãos institucionais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Conselho Geral.

Assembleia geral

A assembleia geral é constituída pelos associados efectivos do Montepio Geral — Associação Mutualista, admitidos há mais de 2 anos. A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários, sendo o presidente substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º secretário e nas faltas ou impedimentos deste, pelo 2.º secretário.

As principais competências da assembleia geral são:

- Eleger ou destituir os titulares dos órgãos;
- Deliberar sobre o relatório de gestão do conselho de administração (CA), contas do exercício e parecer do conselho fiscal e, ainda, apreciar o relatório do conselho geral;
- Deliberar sobre o programa de acção e orçamento apresentados pelo CA, e sobre o parecer do conselho fiscal;
- Deliberar sobre a aplicação de resultados;
- Autorizar a constituição de fundos próprios não previstos, expressamente, nos estatutos e o aumento de quaisquer fundos, quando tal não se inscreva na competência do conselho de administração;
- Deliberar sobre a alteração dos estatutos;
- Eleger trienalmente e mandar uma comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos órgãos.

Em 2005, a assembleia geral reuniu por duas vezes em sessão ordinária e uma vez em sessão extraordinária.

A assembleia geral é convocada com a antecedência mínima de quinze dias e disponibilizados os seguintes elementos obrigatórios por lei ou regulamento:

- A convocatória, segundo obrigação legal e estatutária, é publicada nos *media*, além disso é disponibilizada na página *web* do Montepio Geral (www.montepiogeral.pt). Por ocasião da prestação de contas anuais é publicada igualmente no site da CMVM;
- Os documentos, discriminados na ordem de trabalhos da convocatória, para consulta dos associados, e enviados igualmente à CMVM, quando se trata de prestação de contas anuais.

A assembleia geral não poderá reunir, em primeira data da convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos associados. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar com qualquer número de associados.

As deliberações sobre a reforma ou alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica, exige a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus associados, em primeira convocação, podendo funcionar com qualquer número de associados, em segunda convocação, devendo neste caso a assembleia ter lugar dentro de vinte dias mas não antes de quinze.

Conselho de Administração

A CEMG é gerida pelo conselho de administração, que é composto por cinco membros (um presidente e quatro vogais). Os estatutos prevêem que o número de vogais seja alterado por maioria qualificada de dois terços da assembleia geral, sob proposta do conselho de administração e parecer do conselho geral.

Compete ao conselho de administração exercer a administração da CEMG e nomeadamente:

- Deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação;
- Deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- Deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- Elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de acção e orçamento para o ano seguinte.

Conselho fiscal

O Conselho fiscal é composto por um presidente e dois vogais, devendo um dos seus elementos ser Revisor Oficial de Contas. Reúne, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o presidente direito a voto de qualidade.

As principais competências do conselho fiscal são as seguintes:

- Fiscalizar a administração da Instituição;
- Vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Elaborar, anualmente, um relatório sobre a sua acção e dar parecer sobre o relatório, as contas, as propostas, o orçamento e o programa de acção apresentados pelo conselho de administração.

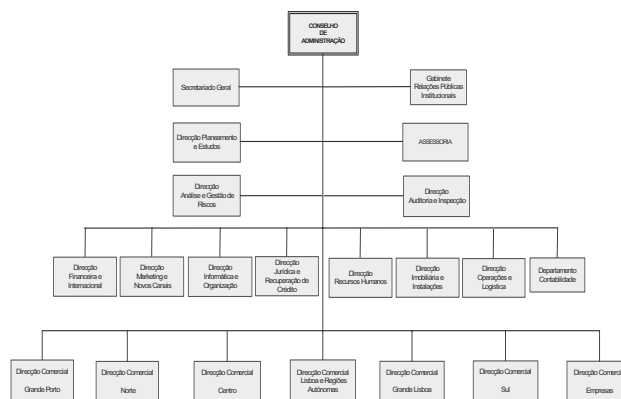
Conselho geral

O conselho geral é composto pelos titulares da mesa da assembleia geral, do conselho de administração, do conselho fiscal e por vogais eleitos entre os membros da assembleia geral. Compete ao conselho geral a orientação estratégica da CEMG e, sob proposta do conselho de administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de acção e suas actualizações. É, ainda, da sua competência: deliberar sobre a política de implantação geográfica; sobre o relatório das participadas a apresentar pelo conselho de administração e dar parecer sobre as matérias que qualquer dos Órgãos submeta à sua apreciação. Anualmente, elabora um relatório da sua actividade, a ser apreciado pela assembleia geral.

1.2 — Organograma Funcional da CEMG

Na sequência do processo de alteração da estrutura orgânica ocorrida em 2004, foi introduzido um novo reajuste, em 2005, dotando a Instituição de um conjunto de unidades diferenciadas pelo tipo de actividade que desenvolvem, e tendo em vista proporcionar instrumentos consonantes com as exigências, tanto do mercado bancário como das demais áreas de negócio.

Estas unidades agrupam órgãos de primeira linha, departamentos e direcções, que funcionam de forma descentralizada na tomada de decisões, pelos diferentes níveis hierárquicos, cuja atribuição de funções e responsabilidades são da competência do conselho de administração.



Nesta reorganização salientam-se a implementação de uma nova estrutura comercial; a integração de serviços e a criação de novas unidades orgânicas.

Neste contexto, procedeu-se à redistribuição de Pelouros afectos aos membros do Conselho de Administração, como se segue:

José da Silva Lopes — Secretariado Geral, Direcção de Planeamento e Estudos, Direcção de Auditoria e Inspecção, Direcção de Análise e Gestão de Riscos, Gabinete de Relações Públicas Institucionais, Participadas das áreas financeira e de seguros e fundos de pensões.

Alberto José dos Santos Ramalheira — Direcção da Associação Mutualista, Departamento de Contabilidade, Participadas em África.

Ludovico Morgado Cândido — Direcção de Recursos Humanos, Direcção de Operações e Logística, Participadas da área de seguros e outras.

José de Almeida Serra — Direcção Comercial — Rede de Empresas, excepto micro-empresas e empresas do sector de construção, Direcção Financeira e Internacional, Direcção de Informática e Organização, Direcção Imobiliária e Instalações, Participadas das áreas financeira e fundos de pensões.

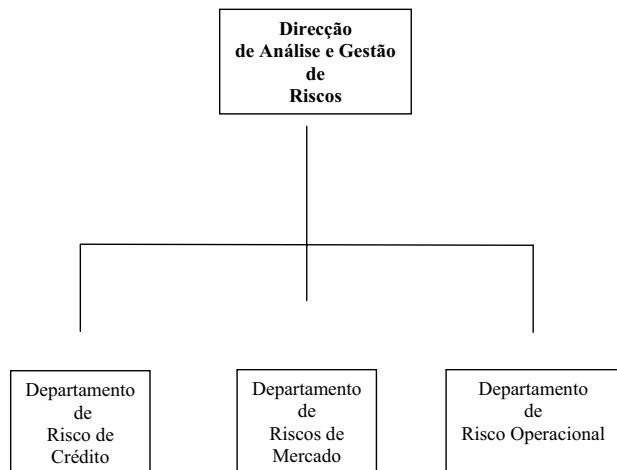
António Tomás Correia — Direcção Comercial -Rede de Particulares, micro-empresas e empresas do sector de construção, Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito, Direcção de Marketing e Novos Canais.

2 — Controlo e Gestão dos Riscos

O conselho de administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adoptar pela Instituição relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direcção de Análise e Gestão de Riscos, que elabora periodicamente relatórios, numa perspectiva consolidada (empresas do Grupo Montepio Geral), sobre a avaliação da eficácia da gestão dos vários tipos de risco.

Na dependência directa desta Direcção, foram estabelecidos 3 Departamentos, assentes em funções bem definidas e em interligação com as restantes entidades e órgãos envolvidos.

Direcção de análise e gestão de riscos



Os princípios, metodologias e instrumentos adoptados pela CEMG na gestão dos riscos encontram-se pormenorizadamente descritos em capítulo próprio, no Relatório de Gestão, e consideram-se parte integrante deste relatório, por referência.

3 — Capital Institucional e Aplicação de Resultados

O capital institucional da CEMG é permanente, não é exigível e não dá origem ao pagamento de juros ou dividendos, conforme o estipulado no artigo 7.º dos seus Estatutos.

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital institucional era de 485 milhões de euros, cujo valor estava integralmente realizado.

Sendo a CEMG uma instituição anexa ao Montepio Geral — Associação Mutualista, os resultados dos seus exercícios, após as deduções estatutariamente previstas, são colocados à disposição do seu fundador, o Montepio Geral — Associação Mutualista.

4 — Remuneração anual paga ao auditor

Durante o exercício de 2005, os honorários relativos aos serviços de Auditoria prestados pela KPMG & Associados — SROC, S. A., foram de 178,9 milhares de euros.

CAPÍTULO II

Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto

Nos termos previstos nos Estatutos, terão direito a participar na assembleia geral todos os associados que tenham sido admitidos há mais de 2 anos, e estejam no pleno gozo dos seus direitos. Cada associado tem direito a um voto.

A votação normalmente usada é pública.

A eleição dos órgãos associativos e institucionais faz-se mediante voto directo e secreto ou por correspondência, de acordo com as condições estipuladas nos estatutos.

Ainda não existe um sistema que proporcione o exercício do direito de voto por meios electrónicos, prevendo-se para breve estudos com vista à análise de tal possibilidade.

CAPÍTULO III

Regras Institucionais

1 — Regulamentos Internos

A CEMG cumpre as regras de conduta específicas da sua actividade, designadamente as constantes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, do Código dos Valores Mobiliários, e as estipuladas no Código de Conduta elaborado pela Associação Portuguesa de Bancos.

As actividades desenvolvidas pela CEMG regem-se por determinadas regras e procedimentos de controlo interno, designadamente, no que respeita às matérias de conflito de interesses, de sigilo e de incompatibilidades.

As regras fundamentais do sistema de controlo interno encontram-se consubstanciadas no Normativo Interno, que define um conjunto de directrizes de cumprimento obrigatório, divulgado aos trabalhadores e colaboradores da Instituição.

No portal interno, *Intranet*, são dados a conhecer, a todos os trabalhadores, a estrutura orgânica da Instituição, a sua organização e funcionamento, bem como o regulamento interno relativo à actividade de intermediação financeira da CEMG, que institui as normas e procedimentos fundamentais, bem como as regras deontológicas a observar na actividade prosseguida pela Instituição enquanto intermediário financeiro.

2 — Procedimentos internos para o controlo dos riscos na actividade da CEMG

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

Nas actividades de controlo são delineadas políticas e procedimentos adequados, apoiadas pelas várias unidades orgânicas, e a monitorização, mantida numa base de continuidade, é da responsabilidade da Direcção de Análise e Gestão de Riscos.

A Direcção de Auditoria e Inspecção tem como principal função o apoio à gestão na concepção, implementação e monitorização de um sistema de controlo interno adequado à prossecução dos objectivos de eficiência e eficácia operacionais estabelecidos, de acordo com a legislação em vigor e com as normas e critérios definidos.

CAPÍTULO IV

Órgão de administração

1 — Caracterização do conselho de administração

O conselho de administração, constituído por membros independentes, é composto por um presidente e quatro vogais, com um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição.

O conselho de administração funciona colegialmente, podendo deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares e reúne, em regra, duas vezes por semana, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos seus membros, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

O conselho de administração tem a seguinte composição: presidente: José da Silva Lopes; vogais: Alberto José dos Santos Ramalheira Ludovico Morgado Cândido José de Almeida Serra António Tomás Correia.

2 — Funções exercidas em empresas participadas

A 31 de Dezembro de 2005, vários membros do Conselho de Administração eram também membros de órgãos de empresas participadas:

Presidente: José da Silva Lopes.

Presidente do conselho de administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.

Presidente do conselho de administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.

Presidente do conselho de administração da Futuro — Soc. Gestora de Fundos e Pensões, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Caixa Económica de Cabo Verde, S. A. (CECV).

Vogal do conselho de administração da MG Gestão de Activos Financeiros — SGFIM, S. A.

Vogal: Alberto José dos Santos Ramalheira.

Presidente do conselho de administração da Caixa Económica de Cabo Verde, S. A. (CECV).

Vice-Presidente da Moçambique, Companhia de Seguros, SARL (MCS).

Vogal do conselho de administração do Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL (BDC), em Moçambique.

Vogal: Ludovico Morgado Cândido.

Presidente do conselho de gerência da Leacock, Corretora de Seguros, L.^{da}

Vogal do conselho de administração da SAGIES, Soc. de Análise e Gestão de Instalações e Equipamentos Sociais, S. A.

Vogal do conselho de administração da Clínica de Santa Maria de Belém, S. A.

Vogal do conselho de administração da SIBS.

Vogal do conselho de administração do HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.

Vogal do conselho de administração da Norfin — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.

Vogal: José de Almeida Serra.

Presidente do conselho de administração da MG Investimentos Imobiliários, S. A.

Presidente do conselho de gerência da Bolsimo — Gestão Imobiliária, L.^{da}

Presidente do conselho de administração do Banco Montepio Geral — Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI)

Vogal do conselho de administração da MG Gestão de Activos Financeiros — GFIM, S. A.

Vogal do conselho de administração da Futuro — Soc. Gestora de Fundos e Pensões, S. A.

3 — Remuneração do órgão de administração

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o montante total de remunerações auferidas pelo conjunto dos membros do órgão de administração foi de 1 718,6 milhares de euros.

9 — Caixa Económica Montepio Geral — Consolidado

9.1 — Introdução

No Relatório de Gestão correspondente à actividade individual da CEMG apresenta-se uma descrição detalhada dos aspectos relevantes relativos à evolução dos diversos negócios desenvolvidos pelas entidades do Grupo MG, pelo que, sobre estas matérias, se remete para a leitura do referido relatório. No presente relatório referem-se os aspectos principais relacionados com a consolidação de contas e com a transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/NIC).

Perímetro de consolidação

O perímetro de consolidação, definido de acordo com as regras estabelecidas para este efeito, compreende as seguintes entidades:

1 — Consolidadas pelo método da consolidação integral:

— CEMG

— MG Cabo Verde

— Veículos de titularização de crédito («Pelican Mortgages No.1» e «Pelican Mortgages No.2»); estas entidades, através das quais foram realizadas as operações de securitização, são incluídas na consolidação em virtude de ser possível inferir que a CEMG exerce, de acordo com os critérios definidos pelas NIC, controlo sobre as suas actividades.

2 — Consolidadas pelo método da equivalência patrimonial — são consolidadas por este método as empresas associadas, nas quais a CEMG detém um investimento duradouro mas não existe uma relação de domínio. Estão nesta situação as seguintes participadas:

— Lusitania, Companhia de Seguros S. A. (*)

— Lusitania Vida, Companhia de Seguros S. A. (*)

— HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.

— Norfin — Soc. Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA No decurso de 2005, o perímetro de consolidação sofreu uma alteração, por via do encerramento do MG Cayman e da abertura do MG Cabo Verde, em Novembro de 2005.

* É considerada nesta consolidação apenas a posição accionista da CEMG na Lusitania (26,2 %) e na Lusitania Vida (39,3 %). As posições accionistas da MG-AM nestas participadas estratégicas (65,7 % e 39,2 %, respectivamente) não são consideradas neste perímetro de consolidação.

Recálculo das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de Dezembro de 2004

A CEMG apresenta contas consolidadas pela primeira vez em 2005, pelo que, para efeitos comparativos, são apresentadas contas consolidadas para 2004, calculadas de acordo com a norma anteriormente vigente, o PCSB — Plano de Contas para o Sistema Bancário (Instrução 71/96 do Banco de Portugal). Por forma a realizar a transição para o novo normativo contabilístico, as demonstrações financeiras consolidadas de 2004 foram adaptadas, através da contabilização de ajustamentos de transição, dos quais resultou o recálculo dos resultados e da Situação Líquida. Os ajustamentos de transição foram registados em dois momentos:

— 31 de Dezembro de 2004: ajustamentos relacionados com a contabilização, na Situação Líquida, do efeito das alterações dos pressupostos actuariais e das normas de contabilização do Fundo de Pensões, bem como com o registo do impacto da valorização dos investimentos em associadas.

— 1 de Janeiro de 2005: para além dos ajustamentos anteriores, foram realizados os restantes ajustamentos relacionados com a alteração dos métodos contabilísticos induzida pelas NIC.

Ajustamentos de transição

(Em milhares de euros)

	1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2004
	Situação líquida	Situação líquida
Normas do Banco de Portugal	653 096	653 096
Ajustamentos NIC		
Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados	(117 499)	(117 499)
Valorização de investimentos	(745)	(2 289)
Imparidade do crédito	4 698	—
Taxa efectiva	(13 693)	—
Efeito de consolidação dos SPE (*)	(2 724)	—
Contabilidade de cobertura	1 639	—
Activos ou passivos financeiros ao justo valor	3 610	—
Total dos ajustamentos de transição	(124 714)	(119 788)
NIC	528 382	533 308

(*) Veículos de titularização do crédito.

Diferencial entre Resultados Individuais e Consolidados de 2005

A análise do diferencial, em 2005, entre os Resultados Líquidos e Situação Líquida individuais (calculados de acordo com as regras do PCSB – Plano de Contas para o Sistema Bancário) e os consolidados (calculados de acordo com as NIC), revela um impacto restrito da consolidação das participadas, dada a sua dimensão relativamente reduzida, face à da CEMG. Os ajustamentos com impacto nas contas consolidadas referentes a 2005, foram realizados em dois momentos:

— Na data de transição para as NIC (1 de Janeiro de 2005), foram apurados os valores referentes aos exercícios anteriores e registados em Resultados Transitados;

— No encerramento do exercício de 2005, foram realizados os ajustamentos de conversão respeitantes ao impacto das NIC nas contas de 2005, nas rubricas relevantes, os quais foram relevados em Resultados do Exercício.

A partir do exercício de 2006, inclusive, dado que se encontra concluída a transição para asNIC, já não haverá lugar ao registo de mais ajustamentos. Os principais aspectos a destacar no apuramento dos ajustamentos de transição/conversão são os seguintes:

— A libertação dos valores reconhecidos, nas contas individuais da CEMG, como provisões excedentárias para riscos de crédito, no valor de 9024 milhares de euros, face ao valor da imparidade apurado

para o exercício, e uma correcção de 4698 milhares de euros à Situação Líquida;

— A correcção da valorização dos passivos financeiros, nomeadamente os Empréstimos Obrigacionistas e os Depósitos Estruturados, que totalizou um valor de 18 895 milhares de Euros, a acrescer ao resultado, e um valor de 21 815 milhares de euros, a deduzir à Situação Líquida;

— O reconhecimento, em contas patrimoniais, dos Derivados, como sejam os *Swaps* de cobertura associados a Empréstimos Obrigacionistas e a Depósitos Estruturados, que significou uma dedução de 14 591 milhares de euros aos resultados e um acréscimo de 24 341 milhares de euros à Situação Líquida;

— Os impactos do acréscimo de responsabilidades provocado pela alteração dos pressupostos actuariais, do acréscimo de responsabilidades relativo ao custo com os cuidados médicos pós-emprego (que eram anteriormente reconhecidos no momento do seu pagamento) e da alteração dos métodos contabilísticos originaram uma dedução à Situação Líquida, de 95 112 milhares de euros (dedução esta que acresce à dedução, realizada nas contas individuais de 2005, através dos Resultados Transitados, no valor de 22 387 milhares de euros);

— O diferimento das comissões e custos externos associados a contratos de crédito, e o seu efeito na taxa efectiva originou um diferencial, a deduzir à Situação Líquida do final do ano, de 13 693 milhares de euros, e uma diferença entre os resultados individuais e consolidados de – 1990 euros.

Impacto nos resultados e na situação líquida da consolidação das participações financeiras e dos ajustamentos de transição para as NIC

(Em milhares de euros)

Rubricas	Resultados líquidos	Situação líquida
CEMG — Contas Individuais 31 de Dezembro de 2005	45 312	713 158
Impacto da Consolidação das Participações Financeiras	903	— 2 345
Consolidação Integral	— 108	—
MG Cabo Verde	— 108	—
Equivalência Patrimonial	1 011	— 2 345
Lusitania	738	— 2 442
Lusitania Vida	919	232
NORFIN	124	172
HTA Hotéis Turismo A Açores	— 230	— 307
Rendimentos de Participações Financeiras	— 540	—
Impacto provocado pelos Ajustamentos de Transição (NIC)	11 528	— 123 122
Carteira de Títulos — Ajustamentos IAS relativos à diferença entre o Valor de Mercado e o Custo Amortizado	— 435	846
Imparidade da Carteira de Crédito	9 024	4 698
Taxa Efectiva / Linearização	— 1 990	— 13 693
Passivos Financeiros	18 895	— 21 815
Derivados	— 14 591	24 341
Ajustamento PM (Pelican Mortgage)/CEMG	625	—
Fundo de Pensões	—	— 117 499
Impacto da Consolidação das Participações Financeiras e Ajustamentos de Transição (NIC) nos Resultados	—	12 431
CEMG — Contas Consolidadas 31 de Dezembro de 2005	57 743	600 122

Nota. — O valor da situação líquida apresentado nas contas individuais não inclui os Resultados Transitados.

Síntese de Indicadores

A análise dos principais indicadores relativos às contas consolidadas da CEMG, para 2004 e 2005, permite-nos concluir o seguinte:

— Os Resultados Líquidos registaram um crescimento de 65,7 %, entre 2004 e 2005, embora o valor de 2005 seja positivamente influenciado pelos ajustamentos de conversão.

— A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) atingiu um valor de 10,2 %, em 2005.

— O rácio de solvabilidade apresentou um valor de 10,68 % e um Tier 1 de 6,53 %.

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	2005	2004
1 — Dimensão		
Activo Líquido	14 671 864	12 261 237
Variação	19,66 %	n. d.
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	600 122	533 308

(Em milhares de euros)

Indicadores consolidados	2005	2004
2 — Rendibilidade e eficiência		
Cash Flow do Exercício	151 391	118 952
Resultado do Exercício	57 743	34 858
Resultado do Exercício/Activo Líquido Médio (ROA)	0,43 %	n. d.
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	10,19 %	n. d.
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	2,58 %	n. d.
Custos com o Pessoal / Produto Bancário	36,90 %	41,39 %
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	56,93 %	62,01 %
Amortizações / Produto Bancário	3,19 %	4,27 %
Cost to Income	60,12 %	66,28 %
3 — Risco de crédito		
Rácio de Crédito Vencido a mais de 90 dias	2,39 %	n. d.
Rácio de Crédito com incumprimento	2,62 %	n. d.
4 — Prudenciais		
Rácio de Solvabilidade e de Mercado	10,68 %	n. d.
Rácio Adequação Fundos Próprios de Base (Tier 1)	6,53 %	n. d.

* n.d. = não disponível.

9.2 — Síntese da actividade do grupo

O Grupo Montepio Geral, no perímetro de consolidação considerado, finalizou o exercício de 2005 com um activo líquido consolidado de 14 671,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 19,7 % face ao valor apresentado no final de 2004.

Evolução do activo líquido

(Em milhares de euros)

Tipo de activos	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Crédito a clientes	12 415 395	84,6	10 349 675	84,4	2 065 720	20
Disponibilidades e aplicações financeiras	2 008 171	13,7	1 632 622	13,3	375 549	23
Diversos activos	248 298	1,7	278 940	2,3	— 30 642	— 11
<i>Total do activo</i>	<i>14 671 864</i>	<i>100</i>	<i>12 261 237</i>	<i>100</i>	<i>2 410 627</i>	<i>19,7</i>

A estrutura do activo não sofreu alterações substanciais, observando-se que os aumentos registados no Crédito e nas Disponibilidades e Aplicações Financeiras, de 2065,7 milhões de euros (+20,0 %) e de 375,5 milhões de euros (+23,0 %), respectivamente, resultaram em ligeiros aumentos do peso de cada uma das rubricas na estrutura do activo. O Crédito a Clientes e as Disponibilidades e Aplicações Financeiras representavam, em 31 de Dezembro de 2005, 84,6 % (+0,2 p.p.) e 13,7 % (+0,4 p.p.) do Activo Total Líquido, respectivamente.

Os recursos alheios totais, no valor de 14.066,6 milhões de euros, registaram um crescimento de 20,0 %, aumentando o seu peso no total do passivo, recursos próprios e provisões, para 95,9 % (+0,3 p.p., face a 2004).

Evolução do passivo e capitais próprios

(Em milhares de euros)

Tipo de activos	2005		2004		Variação	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Recursos de clientes	7 779 526	53	7 623 286	62,2	156 240	2
Recursos de outras IC's	706 601	4,8	689 215	5,6	17 386	2,5
Empréstimos subordinados e não subordinados e certif. de dívida	5 377 390	36,7	3 254 030	26,5	2 123 360	65,3
Outros passivos	203 072	1,4	155 784	1,3	47 288	30,4
<i>Total de recursos alheios totais</i>	<i>14 066 589</i>	<i>95,9</i>	<i>11 722 315</i>	<i>95,6</i>	<i>2 344 274</i>	<i>20</i>
Provisões	5 153	0	5 614	0	— 461	— 8,2
Recursos próprios	600 122	4,1	533 308	4,4	66 814	12,5
<i>Total de recursos próprios e provisões</i>	<i>605 275</i>	<i>4,1</i>	<i>538 922</i>	<i>4,4</i>	<i>66 353</i>	<i>12,3</i>
<i>Total do passivo e dos recursos próprios e provisões</i>	<i>14 671 864</i>	<i>100</i>	<i>12 261 237</i>	<i>100</i>	<i>2 410 627</i>	<i>19,7</i>

Os Recursos de Clientes continuaram a representar a maior fatia (53,0 %) do Passivo e Capitais Próprios, tendo, no entanto, perdido peso na estrutura, em detrimento dos Outros Recursos de Instituições de Crédito e Representados por Títulos, cuja posição, no final de 2005, era de 36,7 % (+10,2 p.p., face ao final de 2004) e, dos Outros Passivos, que representavam apenas 1,4 % (+0,1 p.p., face ao ano anterior). Os Recursos de Outras Instituições de Crédito, no valor de 706,6 milhões de euros, registaram um crescimento de 2,5 %, vendo o seu peso no total do Passivo e Recursos Próprios passar de 5,6 %, em 2004, para 4,8 %, em 2005.

Os Recursos Próprios e Provisões ascenderam a 605,3 milhões de euros (+12,3 %, face a 2004), representando 4,1 % do Passivo e Capitais Próprios (— 0,3 p.p., face a 2004).

Recursos de Clientes

O ano de 2005 ficou caracterizado pela evolução crescente da actividade de captação de recursos, tendo o Total dos Recursos de Clientes com expressão no Balanço atingido 7779,5 milhões de euros, após um aumento de 156,2 milhões de euros (+2,0 %).

Recursos financeiros de clientes

(Em milhares de euros)

Designação	2005	
	Valor	Percentagem
Depósitos à ordem de clientes	2 241 727	28,8
Depósitos a prazo de clientes	3 780 142	48,6
Depósitos de poupança de clientes	1 756 528	22,6
Outros recursos de clientes	2 498	0
Correcções de valor por operações de cobertura	— 1 369	0
<i>Total dos recursos de clientes</i>	<i>7 779 526</i>	<i>100</i>

Os Depósitos a Prazo são a principal componente dos Depósitos de Clientes e representavam 48,6 % do total desta rubrica, no final de 2005. Os restantes depósitos encontravam-se distribuídos entre Depósitos à Ordem (28,8 %) e Depósitos de Poupança (22,6 %).

Aplicações de crédito

O saldo da carteira de Crédito a Clientes consolidado (incluindo o crédito titularizado) ascendeu a 12 785,2 milhões de euros, distribuídos da seguinte forma:

Crédito vincendo e crédito vencido

(Em milhares de euros)

Designação	2005	
	Valor	Percentagem
Crédito vincendo	12 453 721	97,4
Crédito vencido	331 490	2,6
<i>Total do crédito</i>	<i>12 785 211</i>	<i>100</i>
Rácio de crédito vencido/crédito total		2,6

O Crédito a Particulares representava 68,3 % do crédito total, sendo os restantes 31,7 % referentes a Crédito concedido a Empresas e a Administração Pública.

Por finalidades, o Crédito à Habitação representava a maior componente (63,1 %), seguido do Crédito à Construção (16,5 %).

Crédito por segmentos e finalidades

(Em milhares de euros)

Designação	2005	
	Valor	Percentagem
Empresas e administrações publicas	4 051 239	31,7
Construção	2 103 836	16,5
Outras finalidades	1 947 403	15,2
Particulares	8 733 973	68,3
Habitação	8 066 976	63,1
Outras finalidades	666 996	5,2
<i>Total do crédito</i>	<i>12 785 211</i>	<i>100</i>

Crédito e Juros Vencidos

O valor registado em Crédito e Juros Vencidos atingiu os 331,5 milhões de euros, o que permitiu apurar um rácio de Crédito e Juros Vencidos de 2,6 %. O Crédito e Juros Vencidos > 3 meses representava, em 31 de Dezembro de 2005, 91,7 % do Crédito e Juros Vencidos Totais.

9.3 — Resultados, eficiência e rentabilidade**Resultados por funções**

O Resultado Consolidado do Exercício de 2005 foi de 57 743 milhares de euros, valor superior, em 22 885 milhares de euros (+65,7 %), ao registado no ano anterior (34 858 milhares de euros). Para esta evolução favorável, para além dos ajustamentos de transição e de conversão, contribuíram diferentes factores como: o aumento das operações activas de negócio, nomeadamente do saldo do crédito concedido a clientes, o aumento dos proveitos operacionais, o controlo do aumento dos custos administrativos e a redução do impacto das amortizações.

No quadro seguinte apresentam-se as variações numéricas que, globalmente, justificam o aumento do resultado, em relação ao ano anterior:

Demonstração de resultados consolidados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Percentagem		Percentagem		Valor	Percentagem
Juros e proveitos equiparados	602 808		559 282		43 526	7,8
Juros e custos equiparados	328 449		310 984		17 465	5,6
Margem financeira	274 359	78,9	248 298	80	26 061	10,5
Rendimentos de instrumentos de capita	2 193	0,6	689	0,2	1 504	218,3
Resultados de serviços e comissões	53 113	15,3	51 998	16,8	1 115	2,1
Resultados em operações financeiras disp. para venda	6 002	1,7	(3 737)	— 1,2	9 739	— 260,6
Resultados de activos financeiros disp. para venda	390	0,1	—		390	
Outros resultados de exploração	11 847	3,4	12 989	4,2	(1 142)	— 8,8
Total de proveitos operacionais	73 545	21,1	61 939	20	11 606	18,7
Produto Bancário	347 904	100	310 237	100	37 667	12,1
Custos com o pessoal	128 368	36,9	128 405	41,4	(37)	0,0
Outros gastos administrativos	69 696	20,0	63 965	20,6	5 731	9,0
Amortizações do exercício	11 086	3,2	13 252	4,3	(2 166)	— 16,3
Total de custos operativos	209 150	60,1	205 622	66,3	3 528	1,7

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Percentagem		Percentagem		Valor	Percentagem
Imparidade do crédito	76 664	22	67 644	21,8	9 020	13,3
Imparidade de outros activos	5 718	1,6	996	0,3	4 722	474,1
Outras provisões	180	0,1	2 202	0,7	(2 022)	– 91,8
Resultado operacional	(218 167)	– 62,7	(214 525)	– 69,1	(3 642)	1,7
Resultados por equivalência patrimonial	1 551	0,4	1 085	0,3	466	42,9
Resultado consolidado do exercício	57 743	16,6	34 858	11,2	22 885	65,7
Cash Flow	151 391		118 952		32 439	27,3

Cash Flow

O *Cash Flow* do exercício, no montante de 151 391 milhares de euros, representa um aumento de 32 439 milhares de euros (+27,3 %), em relação ao ano anterior.

Eficiência

O exercício de 2005 foi caracterizado pela evolução favorável da eficiência operacional da Instituição. O rácio *cost to income* (Custos Operativos / Produto Bancário, em %) apresentou uma variação favorável de – 6,2 p.p., tendo passado de 66,3 %, em 2004, para 60,1 %, em 2005. O desagrevamento do rácio *Cost to Income* está relacionado, por um lado, com a melhoria registada no Produto Bancário (+12,1 %), e, por outro, com a diminuição das Amortizações (– 16,3 %) e com a redução do peso dos Custos Administrativos no Produto Bancário (– 5,1 p. p.).

Eficiência relativa

(Em milhares de euros)

Designação	2005	2004	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com o pessoal/Produto bancário	36,9 %	41,4 %	– 4,5 p.p.	– 10,9 %
Gastos gerais administrativos/Produto bancário	56,9 %	62,0 %	– 5,1 p.p.	– 8,2 %
Amortizações/Produto bancário	3,2 %	4,3 %	– 1,1 p.p.	– 25,4 %
<i>Cost to Income</i>	60,1 %	66,3 %	– 6,2 p.p.	– 9,3 %

O rácio de Custos com Pessoal/Produto Bancário diminuiu, tendo passado de 41,4 %, em 2004, para 36,9 %, em 2005.

Rendibilidade

A Rendibilidade dos Activos (ROA) e a Rendibilidade dos Capitais próprios médios (ROE) situaram-se em 0,4 % e 10,2 %, respectivamente.

Rendibilidade

(Em milhares de euros)

Designação	2005
Resultados/Activo líquido médio (ROA)	0,4 %
Resultados/Capitais próprios médios (ROE)	10,2 %
Produto bancário/Activo líquido médio	2,6 %

9.4 — Capitalização e rácios prudenciais

Os Recursos Próprios consolidados, constituídos pelo Capital Institucional, Reservas e Resultados do Exercício, ascendiam a 643 682,3 milhares de euros, no final de 2005. Na mesma data, os Fundos Próprios Elegíveis (Fundos Próprios de Base + Fundos Próprios Complementares) ascendiam a 394 738,8 milhares de euros. Em consequên-

cia, o valor dos Fundos Próprios Elegíveis ultrapassava o dos Fundos Próprios Mínimos em 255 230,3 milhares de euros.

O Rácio de Solvabilidade e de Mercado consolidado, na óptica do Banco de Portugal, fixou-se em 10,68 %, confortavelmente acima do mínimo estipulado pelo Banco de Portugal.

(Valores em milhares de euros)

1. Fundos próprios elegíveis

1.1 Fundos próprios de base	643 682,3
1.2 Fundos próprios complementares	394 738,8
1.3 Deduções	22 697,2

2. Total fundos próprios elegíveis(1.1+1.2-1.3)

2.1 Fundos próprios mínimos	760 493,5
2.2 Fundos próprios disponíveis	255 230,3

3. Activos e extrapatrimoniais ponderados**4. Rácios (%)**

4.1 Solvabilidade	10,68
4.2 Tier 1	6,53

9.5 — Balanço e demonstrações de resultados**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Valor	Percentagem
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	207 707		207 707	236 653	(28 946)	– 12,2
Disponibilidades em outras instituições de crédito	129 688		129 688	46 573	83 115	178,5

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Valor	Porcentagem
Aplicações em instituições de crédito	911 506	935	910 571	1 067 612	(157 041)	- 14,7
Créditos a clientes	12 785 211	369 816	12 415 395	10 349 675	2 065 720	20
Activos financeiros detidos para negociação	17 610		17 610	—	17 610	
Activos financeiros disponíveis para venda ...	678 666		678 666	281 784	396 882	140,8
Derivados de cobertura	29 153		29 153	—	29 153	
Investimentos detidos até à maturidade	34 776		34 776	—	34 776	
Investimentos em associadas	17 935		17 935	16 638	1 297	7,8
Outros activos tangíveis	163 378	82 969	80 409	84 263	(3 854)	- 4,6
Activos intangíveis	19 675	14 124	5 551	3 927	1 264	41,4
Outros activos	157 785	13 382	144 403	174 112	(29 709)	- 17,1
<i>Total do activo</i>	<i>15 153 090</i>	<i>481 226</i>	<i>14 671 864</i>	<i>12 261 237</i>	<i>2 410 627</i>	<i>19,7</i>
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	706 601		706 601	689 215	17 386	2,5
Recursos de clientes	7 779 526		7 779 526	7 623 286	156 240	2
Responsabilidades representadas por títulos ...	5 066 741		5 066 741	2 923 487	2 143 254	73,3
Passivos financeiros detidos para negociação	15 266		15 266	—	15 266	
Derivados de cobertura	3 847		3 847	—	3 847	
Provisões	5 153		5 153	5 614	(461)	- 8,2
Passivos subordinados	310 649		310 649	330 543	(19 894)	- 6
Outros passivos	183 959		183 959	155 784	28 175	18,1
<i>Total do passivo</i>	<i>14 071 742</i>		<i>14 071 742</i>	<i>11 727 929</i>	<i>2 343 813</i>	<i>20</i>
Situação líquida						
Capital	485 000		485 000	445 000	40 000	9
Reservas de justo valor	- 148		(148)	—	(148)	
Outras reservas e resultados transitados	57 527		57 527	53 450	4 077	7,6
Resultado do exercício	57 743		57 743	34 858	22 885	65,7
<i>Total da situação líquida</i>	<i>600 122</i>		<i>600 122</i>	<i>533 308</i>	<i>66 814</i>	<i>12,5</i>
<i>Total do passivo e situação líquida</i>	<i>14 671 864</i>		<i>14 671 864</i>	<i>12 261 237</i>	<i>2 410 627</i>	<i>19,7</i>

O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, Presidente. — *Aberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*. — O Responsável pela Contabilidade, *Armindo Marques Matias*.

Demonstração de resultados consolidados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Porcentagem		Porcentagem		Valor	Porcentagem
Juros e proveitos equiparados	602 808		559 282		43 526	7,8
Juros e custos equiparados	328 449		310 984		17 465	5,6
Margem financeira	274 359	78,9	248 298	80	26 061	10,5
Rendimentos de instrumentos de capita	2 193	0,6	689	0,2	1 504	218,3
Resultados de serviços e comissões	53 113	15,3	51 998	16,8	1 115	2,1
Resultados em operações financeiras	6 002	1,7	(3 737)	- 1,2	9 739	- 260,6
Resultados de activos financeiros disp. para venda	390	0,1	—		390	
Outros resultados de exploração	11 847	3,4	12 989	4,2	(1 142)	- 8,8
Total de proveitos operacionais	73 545	21,1	61 939	20	11 606	18,7
Produto Bancário	347 904	100	310 237	100	37 667	12,1
Custos com o pessoal	128 368	36,9	128 405	41,4	(37)	0
Outros gastos administrativos	69 696	20	63 965	20,6	5 731	9
Amortizações do exercício	11 086	3,2	13 252	4,3	(2 166)	- 16,3
Total de custos operativos	209 150	60,1	205 622	66,3	3 528	1,7

(Valores expressos em milhares de euros)

	2005		2004		Variação	
	Percentagem		Percentagem		Valor	Percentagem
Imparidade do crédito	76 664	22	67 644	21,8	9 020	13,3
Imparidade de outros activos	5 718	1,6	996	0,3	4 722	474,1
Outras provisões	180	0,1	2 202	0,7	(2 022)	— 91,8
Resultado operacional	(218 167)	— 62,7	(214 525)	— 69,1	(3 642)	1,7
Resultados por equivalência patrimonial	1 551	0,4	1 085	0,3	466	42,9
Resultado consolidado do exercício	57 743	16,6	34 858	11,2	22 885	65,7
Cash Flow	151 391		118 952		32 439	27,3

9.6 — Demonstrações de Fluxos de Caixa Consolidados Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

(Valores expressos em milhares de euros)				2005	2004
	2005	2004			
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			(Compra) / Venda de títulos disponíveis para venda	(2 159 570)	(214 821)
Recebimento de juros e comissões	2 435 893	617 088	(Compra) / Venda de títulos a vencimento	(35 508)	—
Pagamento de juros e comissões	(236 536)	(325 851)	(Compra) / Venda de participações	229	2 913
Despesas com pessoal e fornecedores	(110 153)	(198 995)	Depósitos detidos com fins de controlo monetário	33 751	63 865
Recuperação de crédito e juros	985	499	Alienação de imobilizações	194	—
Outros pagamentos e recebimentos	11 335	7 899	Aquisição de imobilizações	(8 269)	(4 136)
	2 101 524	100 640		(2 187 314)	(151 146)
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:			Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2 025 407)	(318 116)	Distribuição de resultados ...	(24 782)	(16 119)
Outros activos e contas de regularização	(65 180)	5 954	Aumento de capital	40 000	40 000
	(2 090 587)	(312 162)	Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	2 766 870	1 266 843
(Aumentos)/diminuições de passivos operacionais:			Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(654 952)	(319 952)
Débitos para com clientes	124 198	(425 131)		2 127 136	970 772
Débitos para com instituições de crédito	12 963	(278 501)	Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	—	509
	137 161	(703 632)	Variação líquida em caixa e equivalentes	87 920	(95 019)
	148 098	(915 154)	Caixa e equivalentes no início do período	97 284	192 303
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			Caixa (nota 16)	50 711	68 840
Dividendos recebidos	2 193	1 033	Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 17) ...	46 573	123 463
(Compra) / Venda de títulos de negociação	(20 334)	—	Caixa e equivalentes no fim do período	185 204	97 284

9.7 — Anexo as demonstrações financeiras consolidadas**Demonstração de Resultados Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Juros e proveitos equiparados	3	602 808	559 282
Juros e custos equiparados	3	328 449	310 984
Margem financeira		274 359	248 298
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2 193	689
Resultados de serviços e comissões	5	53 113	51 998
Resultados em operações financeiras	6	6 002	(3 737)

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	390	—
Outros resultados de exploração	8	11 847	12 989
Total de proveitos operacionais		73 545	61 939
Custos com o pessoal	9	128 368	128 405
Outros gastos administrativos	10	69 696	63 965
Amortizações do exercício	11	11 086	13 252
Total de custos operacionais		209 150	205 622
Imparidade do crédito	12	76 664	67 644
Imparidade de outros activos	13	5 718	996
Outras provisões	14	180	2 202
Resultado operacional		(218 167)	(214 525)
Resultados por equivalência patrimonial	15	1 551	1 085
Resultado consolidado do exercício		57 743	34 858

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	2005	2004
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	207 707	236 653
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	129 688	46 573
Aplicações em instituições de crédito	18	910 571	1 067 612
Créditos a clientes	19	12 415 395	10 349 675
Activos financeiros detidos para negociação	20	17 610	—
Activos financeiros disponíveis para venda	20	678 666	281 784
Derivados de cobertura	21	29 153	—
Investimentos detidos até à maturidade	22	34 776	—
Investimentos em associadas	23	17 935	16 638
Outros activos tangíveis	24	80 409	84 263
Activos intangíveis	25	5 551	3 927
Outros activos	26	144 403	174 112
		14 671 864	12 261 237
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	27	706 601	689 215
Recursos de clientes	28	7 779 526	7 623 286
Títulos de dívida emitidos	29	5 066 741	2 923 487
Passivos financeiros detidos para negociação	30	15 266	—
Derivados de cobertura	21	3 847	—
Provisões	31	5 153	5 614
Passivos subordinados	32	310 649	330 543
Outros passivos	33	183 959	155 784
Total do passivo		14 071 742	11 727 929
Capital próprio			
Capital	34	485 000	445 000
Reservas de justo valor	36	(148)	—
Outras reservas e resultados transitados	35 e 36	57 527	53 450
Lucro líquido do exercício	57 743	34 858	—
Total do capital próprio		600 122	533 308
		14 671 864	12 261 237

Contas extrapatrimoniais (nota 37)

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas.

Mapa de alterações no Capital Próprio Consolidado para os anos findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

(Valores expressos em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 (sem IAS 32 e 39)	476 198	405 000	160 808	6 044	—	(95 654)

(Valores expressos em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Constituição de reservas:						
Reserva geral	—	—	4 298	—	—	(4 298)
Reserva especial	—	—	1 075	—	—	(1 075)
Aumento de capital	40 000	40 000	—	—	—	—
Distribuição de resultados	(16 119)	—	—	—	—	(16 119)
Equivalência patrimonial	(1 629)	—	—	(1 629)	—	—
Resultado líquido do exercício	34 858	—	—	—	—	34 858
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	533 308	445 000	166 181	4 415	—	(82 288)
Impacto da aplicação da IAS 32 e 39	(4 926)	—	—	—	995	(5 921)
	528 382	445 000	166 181	4 415	995	(88 209)
Constituição de reservas						
Reserva geral	—	—	6 609	—	—	(6 609)
Reserva especial	—	—	1 652	—	—	(1 652)
Aumento de capital	40 000	40 000	—	—	—	—
Distribuição de resultados	(24 782)	—	—	—	—	(24 782)
Reservas de justo valor	(1 143)	—	—	—	(1 143)	—
Equivalência patrimonial	(78)	—	—	(78)	—	—
Resultado líquido do exercício	57 743	—	—	—	—	57 743
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	600 122	485 000	174 442	4 337	(148)	(63 509)

Notas às demonstrações financeiras consolidadas 31 de Dezembro de 2005 e 2004

1 — Políticas contabilísticas

1.1 — Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «Caixa») é uma instituição de crédito, anexa ao Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de Março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, que regulamenta a actividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua actividade. Porém, a Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Caixa em 9 de Março de 2006. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a Caixa preparou as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário («Normas Locais»). No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») conforme endossadas pela União Europeia (UE) até 31 de Dezembro de 2005. As IFRS incluem os standards emitidos pelo International Accounting Standards Board («IASB») bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee («IFRIC») e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas da Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, considerando as normas disponíveis para adopção antecipada nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Considerando que até 31 de Dezembro de 2004 a Caixa preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Locais, as demonstrações financeiras para o exercício findo naquela data, apresentadas neste relatório, foram preparadas de acordo com as IFRS para efeitos meramente comparativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades da Caixa, em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e no balanço de abertura das IFRS, com referência a 1 de Janeiro de 2004 preparado para efeitos da transição para as IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1.20.

Transição para as IFRS

Estas são as primeiras demonstrações financeiras anuais consolidadas da Caixa preparadas de acordo com as IFRS tendo sido cumprido o disposto na IFRS 1 para a determinação dos ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2004. As reconciliações entre os capitais próprios e os resultados líquidos de acordo com as Normas Locais e com as IFRS, de acordo com o definido pela IFRS 1, são apresentadas na nota 40.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas na data de transição, a Caixa decidiu optar por algumas das excepções permitidas pela IFRS 1 apresentadas conforme segue:

(i) Valorização dos activos fixos tangíveis

A Caixa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis, com referência a 1 de Janeiro de 2004, o valor de balanço determinado em conformidade com as normas contabilísticas anteriormente aplicadas.

(ii) Aplicação da IAS 32 e 39

A Caixa decidiu optar pela regra de transição definida pela IFRS 1, que estabelece a não obrigatoriedade de aplicação da IAS 32 – Instru-

mentos Financeiros: Divulgação e Apresentação e da IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração na preparação das demonstrações financeiras comparativas. Assim, os valores comparativos apresentados para o ano de 2004, incluem os instrumentos financeiros reconhecidos e valorizados segundo as anteriores políticas contabilísticas adoptadas pela Caixa as quais se encontram abaixo descritas. Não obstante, de forma a permitir a comparabilidade da informação financeira apresentada, os instrumentos financeiros foram reclassificados de acordo com os critérios de apresentação adoptados no exercício de 2005.

Com excepção das situações referidas, a Caixa adoptou retrospectivamente as restantes IFRS.

1.2 — Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que a Caixa exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que a Caixa assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Caixa detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando a Caixa detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50 %.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível à Caixa sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos da Caixa até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pela Caixa sejam recuperadas.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Caixa adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais a Caixa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Caixa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20 % dos direitos de voto da associada. Caso a Caixa detenha, directa ou indirectamente, menos de 20 % dos direitos de voto presume-se que a Caixa não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada. A existência de influência significativa por parte da Caixa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre a Caixa e a participada;
- Intercâmbio de pessoal de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível à Caixa do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado excepto na parcela em que a Caixa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

A Caixa consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Caixa exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 — Consolidação de entidades de finalidade especial, os quais se resumem como segue:

— As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor da Caixa, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que a Caixa obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

— A Caixa detém os poderes de tomada de decisão, conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;

— A Caixa tem o direito de obter a maioria dos benefícios do SPE estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;

— A Caixa retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas da Caixa, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação da Caixa nessas entidades.

1.3 — Créditos a clientes

A rubrica Crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Caixa, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da Caixa expiram; ou (ii) a Caixa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

A política da Caixa consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos a clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos a clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a Caixa avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição de cada cliente junto da Caixa e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no «rating» do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos «cash flows» futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos «cash flows» futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos «cash flows» que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

ii) *Análise colectiva*

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas;
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pela Caixa de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite à Caixa o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de provisões por imparidade quando estas correspondem a 100 % do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos no exercício em que ocorram.

1.4 — Instrumentos financeiros

i) *Classificação*

Os activos financeiros ou passivos financeiros pelo justo valor através de resultados são activos financeiros ou passivos financeiros que são considerados de negociação quando o objectivo principal é de gerar lucro a curto prazo e incluindo derivados não designados como instrumentos de cobertura ou no momento do reconhecimento inicial são designados pela entidade pelo justo valor através de resultados.

As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica Activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os instrumentos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Caixa tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

ii) *Data de reconhecimento*

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

iii) *Activos e passivos financeiros de negociação*

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira

de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica «Resultados em operações financeiras» da demonstração de resultados.

iv) *Activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados*

Os activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica «Resultados em operações financeiras» da demonstração de resultados.

v) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pela Caixa, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica «Resultados de activos financeiros disponíveis para venda» da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos «cash flows» futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumente e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

vi) *Investimentos detidos até à maturidade*

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

1.5 — Contabilidade de cobertura

i) *Contabilidade de cobertura*

A Caixa utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Caixa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

iii) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Caixa executa testes prospectivos na data de inção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto.

Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre. Quando a efectividade da relação de cobertura está fora do intervalo de 80 por cento a 125 por cento a contabilidade de cobertura é descontinuada.

iv) Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de negociação.

1.6 — Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para activos e passivos financeiros de negociação são proibidas.

1.7 — Desreconhecimento

A Caixa desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a «cash-flows» futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou a Caixa não mantém controlo dos activos.

A Caixa procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.8 — Locações

A Caixa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 — Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que

os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efectuados pela Caixa à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira

— Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

— Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.9 — Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva a Caixa procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de «cash flows» futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

1.10 — Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

— Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva;

— Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

— Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

1.11 — Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas

de imparidade. De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.1, na transição para as IFRS, o custo dos activos tangíveis de acordo com as Normas Locais foi considerado como o custo de aquisição de acordo com as IFRS. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Caixa. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A Caixa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10

1.12 — Activos intangíveis

«Software»

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Caixa necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

A Caixa não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em 3 anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- O Conselho de Administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

1.13 — Aplicações por recuperação de crédito

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis e títulos resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo valor de recuperação de crédito.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos estimados associados à venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pela Caixa.

1.14 — Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

1.15 — Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em

resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.16 — Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário («ACTV»).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo «Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário» e pelo «Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário».

A Caixa financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela Futuro — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A responsabilidade líquida da Caixa com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

Conforme descrito na nota 1.1, e de acordo com a IFRS 1, a Caixa optou na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, pelo reconhecimento por contrapartida de capitais próprios de todos os ganhos e perdas actuariais acumuladas registados no activo de acordo com os anteriores princípios contabilísticos («reset method»).

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do «unwinding» dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da Caixa relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de «rating» AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidas, que excedam 10 % do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do plano, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 25 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos ao fundo são efectuados pela Caixa de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100 % para as pensões em pagamento e 95 % para os serviços passados do pessoal no activo.

1.17 — Fiscalidade

A Caixa encontra-se isenta de Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de Dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de Março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

1.18 — Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável da Caixa, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável da Caixa, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

1.19 — Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.20 — Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Caixa e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Caixa determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Caixa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Caixa.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A Caixa efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.3.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados da Caixa.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

A Caixa utiliza Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

A Caixa não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se a Caixa está exposta aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse (SPE).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pela Caixa requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação da Caixa fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Investimentos detidos até à maturidade

A Caixa classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, a Caixa avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso a Caixa não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas — por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade — é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação do justo valor desta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios da Caixa.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nestes valores.

2 — Margem financeira e resultados em operações financeiras

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, conforme apresentado nas notas 3 e 6. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações financeiras quer na rubrica de juros e proveitos equiparados pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações financeiras.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Margem financeira	274 359	248 298
Resultados em operações financeiras	6 002	(3 737)
	280 361	244 561

3 — Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Juros e proveitos equiparados:		
Juros de crédito	475 048	441 052
Juros de outras aplicações	26 504	31 691
Juros de depósitos	3 022	3 285
Juros de títulos disponíveis para venda	14 666	5 839
Juros de investimentos detidos até à maturidade	1 278	—
Juros de títulos detidos para negociação	—	597
Outros juros e rendimentos similares	82 290	76 818
	602 808	559 282

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Juros e custos equiparados:		
Juros de depósitos	130 168	136 237
Juros de títulos emitidos	112 966	93 305
Juros de empréstimos	12 994	11 532
Juros de outros recursos	10 354	15 214
Outros juros e encargos similares ...	61 967	54 696
	<u>328 449</u>	<u>310 984</u>
Margem financeira	274 359	248 298

4 — Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica no montante de Euros 2 193 000 (2004: Euros 689 000) refere-se a rendimentos de participações financeiras.

5 — Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados ...	40 113	43 658
Por garantias prestadas	4 488	4 558
Por operações realizadas com títulos	793	879
Por operações realizadas por conta de terceiros	8 166	11 384
Outros proveitos de serviços e comissões	8 853	163
	<u>62 413</u>	<u>60 642</u>
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	7 234	6 330
Por operações realizadas com títulos	241	439
Outros custos com serviços e comissões	1 825	1 875
	<u>9 300</u>	<u>8 644</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	53 113	51 998

6 — Resultados em operações financeiras

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Lucros em operações financeiras:		
Derivados de cobertura	26 137	—
Operações com instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	24 478	—
Operações cambiais	6 896	12 984
Operações com instrumentos financeiros detidos para negociação ...	21 381	—
Operações com instrumentos financeiros detidos até à maturidade ...	59	—
Operações com títulos	—	8 266
	<u>78 951</u>	<u>21 250</u>
Prejuízos em operações financeiras:		
Derivados de cobertura	26 402	—
Operações com instrumentos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	17 127	—
Operações cambiais	4 672	14 551
Operações com instrumentos financeiros detidos para negociação	24 243	—

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Operações com instrumentos financeiros detidos até à maturidade ...	505	—
Operações com títulos	—	10 436
	<u>72 949</u>	<u>24 987</u>
Resultados líquidos de operações financeiras	6 002	(3 737)

De acordo com as exceções permitidas pela IFRS 1, a Caixa não aplicou a IAS 32 e a IAS 39 na preparação das demonstrações financeiras comparativas, pelo que os valores relativos a 31 de Dezembro de 2004, incluem os instrumentos financeiros reconhecidos e valorizados de acordo com as anteriores políticas contabilísticas da Caixa, conforme nota 1.1.

7 — Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	305	—
De outros emissores	110	—
Outros títulos	2	—
	<u>417</u>	<u>—</u>
Prejuízos em operações com activos financeiros disponíveis para venda:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	2	—
De outros emissores	25	—
	<u>27</u>	<u>—</u>
Resultados líquidos de activos financeiros disponíveis para venda	390	—

De acordo com as exceções permitidas pela IFRS 1, a Caixa não aplicou a IAS 32 e a IAS 39 na preparação das demonstrações financeiras comparativas, pelo que os valores relativos a 31 de Dezembro de 2004, incluem os activos financeiros disponíveis para venda valorizados de acordo com as anteriores políticas contabilísticas da Caixa, conforme nota 1.1.

8 — Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	2 574	6 382
Reembolso de despesas	2 931	4 050
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	3 760	3 698
Ganhos na liquidação de participações financeiras	3 420	2
Ganhos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	4 138	3 294
Ganhos na venda de imobilizado	44	3
Outros	3 016	1 566
	<u>19 883</u>	<u>18 995</u>

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Outros custos de exploração:		
Impostos	232	45
Donativos e quotizações	264	415
Prejuízos na venda de imóveis provenientes da recuperação de créditos	1 788	1 464
Prejuízos na venda de imobilizado	78	—
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 600	1 627
Outros	4 074	2 455
	8 036	6 006
Outros resultados líquidos de exploração	11 847	12 989

A rubrica Ganhos na venda de participações financeiras, em 31 de Dezembro de 2005, refere-se à mais-valia gerada no âmbito da liquidação do Montepio Geral — Cayman.

9 — Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Remunerações	94 684	93 049
Encargos sociais obrigatórios	32 407	33 887
Outros custos	1 277	1 469
	128 368	128 405

As remunerações atribuídas aos Órgãos de Administração e Fiscalização da Caixa, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, no montante de Euros 1 061 000 (2004: Euros 2 265 000) respeitam a remunerações fixas.

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da Caixa durante os exercícios de 2005 e 2004, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Direcção e coordenação	115	111
Chefia e gerência	656	623
Técnicos	276	262
Específicos	236	261
Administrativos	1 545	1 574
Auxiliares	94	96
	2 922	2 927

10 — Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Rendas e alugueres	19 583	18 303
Serviços especializados		
Informática	3 033	2 453
Trabalho independente	988	2 901
Outros serviços especializados	12 614	9 294
Publicidade e publicações	10 688	7 970
Comunicações e expedição	6 978	7 697
Água, energia e combustíveis	3 409	3 169
Conservação e reparação	2 814	2 620
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 340	1 856
Seguros	1 920	1 614

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Material de consumo corrente	1 083	1 273
Formação	1 359	1 159
Outros gastos administrativos	3 887	3 674
	69 696	63 965

11 — Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Activos intangíveis:		
Software	2 886	3 277
Outros activos tangíveis:		
Imóveis	4 021	4 193
Equipamento:		
Mobiliário e material	699	878
Máquinas e ferramentas	190	207
Equipamento informático	1 254	2 344
Instalações interiores	1 766	1 963
Equipamento de transporte	98	181
Equipamento de segurança	172	209
	8 200	9 975
	11 086	13 252

12 — Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Imparidade para aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	937	196
Reversão do exercício	(220)	(138)
	717	58
Imparidade para crédito concedido a clientes:		
Dotação do exercício	193 578	174 950
Reversão do exercício	(116 646)	(106 865)
Recuperações de crédito e de juros	(985)	(499)
	75 947	67 586
	76 664	67 644

13 — Imparidade de outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito:		
Dotação do exercício	8 624	3 354
Reversão do exercício	(2 677)	(1 089)
	5 947	2 265
Imparidade para títulos:		
Dotação do exercício	—	1 581
Reversão do exercício	(229)	(2 850)
	(229)	(1 269)
	5 718	996

14 — Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do exercício	1 193	2 297
Reversão do exercício	(982)	(95)
	211	2 202
Provisões para riscos diversos:		
Reversão do exercício	(31)	—
	180	2 202

15 — Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	738	673
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	919	561
Norfin — Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S. A.	124	98
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	(230)	(247)
	1 551	1 085

16 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Caixa	55 516	50 711
Banco de Portugal	152 191	185 942
	207 707	236 653

A rubrica Banco de Portugal visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2 % sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

17 — Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Em instituições de crédito no País	35 309	121
Em instituições de crédito no estrangeiro	7 450	5 915
Valores a cobrar	86 929	40 537
	129 688	46 573

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

18 — Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Mercado monetário interbancário	—	15 009
Aplicações sobre instituições de crédito no país	30 506	26 463
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	881 000	1 026 358
	911 506	1 067 830
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(935)	(218)
	910 571	1 067 612

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Até 3 meses	886 539	1 046 084
3 meses até 6 meses	16 962	11 836
6 meses até 1 ano	7 291	—
1 ano até 5 anos	—	9 142
Mais de 5 anos	590	661
Duração indeterminada	124	107
	911 506	1 067 830

Os movimentos da imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Imparidade para aplicações em instituições de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	218	160
Dotação do exercício	937	196
Reversão do exercício	(220)	(138)
Saldo em 31 de Dezembro	935	218

19 — Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Crédito com garantias reais	11 170 990	9 861 240
Crédito com outras garantias	935 620	133 950
Crédito sem garantias	273 126	263 223
Crédito ao sector público	58 805	61 118
Crédito sobre o estrangeiro	506	3 319
Capital em locação	14 674	14 175
	12 453 721	10 337 025
Crédito e juros vencidos — menos de 90 dias	27 504	20 722
Crédito e juros vencidos — mais de 90 dias	303 986	327 774
	331 490	348 496
	12 785 211	10 685 521
Imparidade para riscos de crédito	(369 816)	(335 846)
	12 415 395	10 349 675

De acordo com as excepções permitidas pela IFRS 1, a Caixa não aplicou a IAS 32 e a IAS 39 na preparação das demonstrações financeiras comparativas, pelo que os valores de 31 de Dezembro de 2004, incluem o crédito e a respectiva imparidade valorizados de acordo com as anteriores políticas contabilísticas da Caixa, conforme nota 1.1.

A análise da rubrica Créditos a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Crédito interno:		
Crédito a curto prazo		
Crédito descontado titulado por efeito	120 743	122 184
Crédito em conta corrente	607 821	646 975
Descobertos em depósitos à ordem	22 881	20 849
Empréstimos	61 104	132 730
	<u>812 549</u>	<u>922 738</u>
Crédito a médio e longo prazo		
Empréstimos hipotecários		
Financiamento à habitação	7 949 713	6 086 582
Fomento à construção	2 035 537	2 895 775
Capital em locação	14 674	14 175
Outros créditos	1 640 742	414 436
	<u>11 640 666</u>	<u>9 410 968</u>
Crédito ao exterior:		
Crédito a curto prazo	506	819
Crédito a médio e longo prazo	—	2 500
	<u>506</u>	<u>3 319</u>
	<u>12 453 721</u>	<u>10 337 025</u>

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	27 504	20 722
Mais de 90 dias	303 986	327 774
	<u>331 490</u>	<u>348 496</u>
	12 785 211	10 685 521
Imparidade para riscos de crédito	(369 816)	(335 846)
	<u>12 415 395</u>	<u>10 349 675</u>

A rubrica Crédito e juros vencidos inclui os valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, pelo que não consideram o valor do crédito vincendo total de clientes da Caixa, que na data de balanço registavam crédito vencido e cujo montante a 31 de Dezembro de 2005 ascendia a Euros 1 051 000 (2004: Euros 685 000).

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 6.813.000 (2004: Euros 7 113 000). Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Créditos a clientes corresponde na sua totalidade a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Créditos a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o período findo em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Créditos a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito com garantias reais	207 582	2 115 020	8 848 388	264 793	11 435 783
Crédito com outras garantias	558 282	233 954	143 384	60 359	995 979
Crédito sem garantias	131 617	99 745	41 784	6 020	279 146
Crédito ao sector público	53	1 325	57 427	—	58 805
Crédito sobre o estrangeiro	506	—	—	—	506
Capital em locação	—	13 421	1 253	318	14 992
	<u>898 040</u>	<u>2 463 465</u>	<u>9 092 216</u>	<u>331 490</u>	<u>12 785 211</u>

A rubrica Crédito a clientes inclui os montantes de créditos securitizados, relativos a securitizações tradicionais detidas por SPV's e que foram objecto da consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2. Em 31 de Dezembro de 2005, os referidos créditos incluídos nas demonstrações financeiras da Caixa ascendiam a Euros 987 488 000 (2004: Euros 1 131 544 000), cuja análise é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Pelican Mortgages No. 1	413 817	503 608
Pelican Mortgages No. 2	573 671	627 936
	<u>987 488</u>	<u>1 131 544</u>

As operações de securitização celebradas pela Caixa respeitam a créditos hipotecários. Para este efeito, as securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidades especial (SPE's). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.2, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Caixa exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE's são incluídas na consolidação da Caixa pelo método integral.

Em 31 de Dezembro de 2005, existem duas operações de titularização celebradas entre a Caixa e outras instituições financeiras que são apresentadas nos parágrafos seguintes.

Em 19 de Dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um «Special Purpose Vehicle» («SPV») — Pelican Mortgages No. 1 PLC — sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem «revolving period» e com um limite («Aggregate Principal Amount Outstanding») fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016 % do par.

Em 29 de Setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um «Special Purpose Vehicle» («SPV») — Pelican Mortgages No. 2 PLC — sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem «revolving period» e com um limite («Aggregate Principal Amount Outstanding») fixado em Euros 700.000.000. A venda foi efectuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286 % do par.

O «servicer» das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos no âmbito da operação e canalizando os valores recebidos, por via da efectivação do devido depósito, para o Pelican Mortgages No. 1 PLC e para o Pelican Mortgages No. 2 PLC.

À data de 31 de Dezembro de 2005, as operações de titularização efectuadas pela Caixa são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Activo cedido	Montante
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito imobiliário	650 000 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito imobiliário	700 000 000
				<u>1 350 000 000</u>

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2005, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(Em milhares de euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	9 077	5 706	345	15 128
Juros vencidos	(593)	(565)	(32)	(1 190)
Valores residuais	622	23	91	736
	<u>9 106</u>	<u>5 164</u>	<u>404</u>	<u>14 674</u>

O crédito em locação, em 31 de Dezembro de 2004, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(Em milhares de euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	7 995	6 413	102	14 510
Juros vencidos	(520)	(554)	(5)	(1 079)
Valores residuais	512	189	43	744
	<u>7 987</u>	<u>6 048</u>	<u>140</u>	<u>14 175</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Crédito com garantias reais	262 331	242 242
Crédito com outras garantias	60 359	61 783
Crédito sem garantias	8 482	44 170
Capital em locação	318	301
	<u>331 490</u>	<u>348 496</u>

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Empresas:		
Construção/produção	72 292	57 088
Investimento	39 878	27 714
Tesouraria	28 946	32 329
Outras finalidades	506	1 205
Particulares:		
Habitação	128 558	164 519
Crédito ao consumo	10 682	17 808

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Outras finalidades	50 528	47 750
Sector Público Administrativo	100	83
	<u>331 490</u>	<u>348 496</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de Janeiro	335 846	344 176
Dotação do exercício	193 578	174 950
Reversão do exercício	(116 646)	(106 865)
Utilização da imparidade	(44 765)	(76 415)
Transferências	1 803	—
Saldo em 31 de Dezembro	<u>369 816</u>	<u>335 846</u>

O saldo inicial em 1 de Janeiro de 2004 inclui o montante de Euros 70 260 000 relativo à reclassificação da provisão para riscos gerais de crédito, em consequência da transição para as IFRS.

Em conformidade com a política da Caixa, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2005:

(Em milhares de euros)

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais de 3 anos	Total
Crédito vencido com garantia	33 829	8 372	23 155	151 158	106 494	323 008
Imparidade existente	1 586	3 080	12 490	165 042	99 925	<u>282 123</u>

(Em milhares de euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido sem garantia	2 108	282	1 144	2 098	2 850	8 482
Imparidade existente	224	230	1 724	2 937	3 056	8 171
Total de crédito vencido	35 937	8 654	24 299	153 256	109 344	331 490
Total da imparidade para crédito vencido	1 810	3 310	14 214	167 979	102 981	290 294
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	77 243	971	941	338	29	79 522
Total da imparidade para riscos de crédito	79 053	4 281	15 155	168 316	103 011	369 816

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	Dez 2005	Dez 2004
Crédito com garantias reais	334 795	290 886
Crédito com outras garantias	26 850	26 372
Crédito sem garantias	8 171	18 588
	369 816	335 846

As utilizações da imparidade para riscos de crédito correspondem a «write-offs» efectuados durante o exercício de 2005.

A anulação de crédito por utilização da respectiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	(Em milhares de euros)	
	Dez 2005	Dez 2004
Crédito com garantias reais	28 804	46 841
Crédito com outras garantias	3 323	23 716
Crédito sem garantias	12 638	5 858
	44 765	76 415

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2005 e 2004, ascendeu ao montante de Euros 985 000 (2004: Euros 499 000) relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais.

20 — Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de euros)	
	Dez 2005	Dez 2004
Activos financeiros detidos para negociação:		
Derivados	17 610	—

(Em milhares de euros)

	Dez 2005			Dez 2004		
	Títulos			Títulos		
	Negociação	Disponíveis para venda	Total	Negociação	Disponíveis para venda	Total
Derivados	17 610	—	17 610	—	—	—

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos	68	34 101
De outros emissores	654 476	229 936
Imparidade para títulos de rendimento fixo	—	(5 999)
	654 544	258 038
Títulos vencidos	998	1 613
Imparidade para títulos vencidos	(998)	(1 613)
Acções e outros títulos de rendimento variável	24 373	25 977
Imparidade para acções	(251)	(2 231)
	24 122	23 746
	678 666	281 784
	696 276	281 784

De acordo com as excepções permitidas pela IFRS 1, a caixa não aplicou a IAS 32 e a IAS 39 na preparação das demonstrações financeiras comparativas, pelo que os valores comparativos apresentados incluem os instrumentos financeiros reconhecidos e valorizados de acordo com as anteriores políticas contabilísticas da caixa, conforme nota 1.1.

Em 1 de Janeiro de 2005, a Caixa passou a valorizar os activos financeiros disponíveis para venda ao seu justo valor de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.4. Até essa data, estes títulos encontravam-se registados ao custo de aquisição líquidos de provisões para menos-valias potenciais, determinadas como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado.

A Caixa transferiu o montante de euros 33 330 000 de activos financeiros disponíveis para venda para activos financeiros detidos até à maturidade, ver nota 22.

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo de instrumento financeiro, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005			Dez 2004		
	Títulos			Títulos		
	Negociação	Disponíveis para venda	Total	Negociação	Disponíveis para venda	Total
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	—	68	68	—	34 101	34 101
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	—	34 889	34 889	—	17 674	17 674
Estrangeiros	—	583 705	583 705	—	168 337	168 337
Papel comercial	—	36 880	36 880	—	45 538	45 538
	—	655 542	655 542	—	265 650	265 650
Cotados	—	526 901	526 901	—	210 646	210 646
Não cotados	—	128 641	128 641	—	55 004	55 004
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas nacionais	—	12 087	12 087	—	13 615	13 615
Unidades de participação	—	12 286	12 286	—	11 959	11 959
Títulos de participação	—	—	—	—	403	403
	—	24 373	24 373	—	25 977	25 977
Cotados	—	5 764	5 764	—	12 362	12 362
Não cotados	—	18 609	18 609	—	13 615	13 615
Imparidade para títulos vencidos	—	(998)	(998)	—	(1 613)	(1 613)
Imparidade para títulos	—	(251)	(251)	—	(8 230)	(8 230)
	—	(1 249)	(1 249)	—	(9 843)	(9 843)
	17 610	678 666	696 276	—	281 784	281 784

A carteira de negociação é valorizada ao valor de mercado.

Conforme descrito na política contabilística apresentada na nota 1.4 a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida da reserva de justo valor e de imparidade nos montantes de euros 148 000 e de euros 1 249 000 (31 de Dezembro de 2004: euros 9 843 000), respectivamente.

A rubrica Obrigações de outros emissores nacionais inclui o montante de Euros 14 090 000 (2004: Euros 15 128 000) referente a títulos subordinados.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Derivados	9	1	17 600	—	17 610
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	—	—	63	5	68
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	—	8 496	26 393	—	34 889
Estrangeiros	—	1 004	577 669	5 032	583 705
Papel comercial	35 882	—	998	—	36 880
	35 882	9 500	605 123	5 037	655 542
Cotados	—	—	524 873	2 028	526 901
Não cotados	35 882	9 500	80 250	3 009	128 641
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas				12 087	12 087
Unidades de participação				12 286	12 286
				24 373	24 373
Cotados				5 764	5 764
Não cotados				18 609	18 609
Imparidade para títulos	—	—	(998)	(251)	(1 249)
	35 891	9 501	621 725	29 159	696 276

A análise da carteira de títulos incluída na categoria activos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	—	—	34 101	—	34 101
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	616	30	17 028	—	17 674
Estrangeiros	—	4527	163 810	—	168 337
Papel comercial	43 052	1 488	998	—	45 538
	43 668	6 045	215 937	—	265 650
Cotados	—	—	4 557	—	210 646
Não cotados	43 668	1 488	9 848	—	55 004
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas				13 615	13 615
Unidades de participação				11 959	11 959
				25 977	25 977
Cotados				12 362	12 362
Não cotados				13 615	13 615
Imparidade para títulos	—	—	(5 999)	(2 231)	(8 230)
	43 668	6 045	209 938	22 133	281 784

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 Dezembro 2005, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005					
	«Nacionais» com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Positivo	Negativo
Mercado de balcão:						
Derivados de taxa de juro	—	—	2 880 372	2 880 372	17 274	14 943
Derivados de moeda	2 479	119	2 460	5 058	36	23
Opções de taxa de juro (compra)	—	—	12 000	12 000	300	300
	2 479	119	2 894 832	2 897 430	17 610	15 266

21 — Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Activo:		
«Interest rate swap»	29 153	—
Passivo:		
«Interest rate swap»	3 847	—

A Caixa contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a Caixa está exposta às variações de justo valor, ou a variações de «cash-flows» ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. A Caixa à data de 31 de Dezembro de 2004 e de acordo com os critérios contabilísticos localmente aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa fixa para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, a Caixa, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, «swaps» de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco taxa de juro de Recursos em outras instituições de crédito e Depósitos de clientes.

A Caixa registou em resultados do exercício um montante de Euros 29 891 000 relativo a variações de justo valor de risco de taxa de juro associado aos activos e passivos acima descritos.

A Caixa realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 265 000, correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor.

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005
Recursos de outras instituições de crédito	(29 891)
Depósitos de clientes	(1 152)
	(29 891)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005					
	«Nacionais» com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Positivo	Negativo
Derivados de taxa de justo valor com risco de taxa de juro	—	—	867 054	867 054	29 153	3 847

22 — Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	34 776	—

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2005, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (Percentagem)	2005 de Euros '000
OT - Junho 98/2008	Junho, 1998	Junho, 2008	Taxa fixa de 5,375 %	6 968
OT - Setembro 98/2013	Setembro, 1998	Setembro, 2013	Taxa fixa de 5,45 %	97
OT - Julho 99/2009	Julho, 1999	Julho, 2009	Taxa fixa de 3,95 %	6 415
OT - Maio 00/2010	Maio, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,85 %	6 936
OT - Junho 01/2011	Junho, 2001	Junho, 2011	Taxa fixa de 5,15 %	1 120
OT - Junho 02/2012	Junho, 2002	Junho, 2012	Taxa fixa de 5,00 %	107
OT - Julho 03/2006	Julho, 2003	Julho, 2006	Taxa fixa de 3,00 %	6 588
OT - Julho 04/2008	Julho, 2004	Julho, 2008	Taxa fixa de 3,25 %	6 443
OT - Outubro 05/2015	Julho, 2005	Outubro, 2015	Taxa fixa de 3,35 %	102
				34 776

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística apresentada na nota 1.4.

23 — Investimentos em associadas

Participações financeiras em associadas e outras:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Títulos de rendimento fixo:		
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	8 860	8 228
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	6 106	5 277
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	2 663	2 894
Norfin — Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S. A.	306	239
	17 935	16 638
Não cotados	17 935	16 638
Equivalência patrimonial	17 935	16 638

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Activos	Passivos	Proveitos	Resultado líquido
31 de Dezembro de 2005:				
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	238 989	205 234	113 039	2 813
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	256 609	241 090	112 900	2 335
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	66 523	53 207	7 966	(1 150)
Norfin — Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S. A.	3 677	588	2 973	1 251

(Em milhares de euros)

	Activos	Passivos	Proveitos	Resultado líquido
31 de Dezembro de 2004:				
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	212 109	182 354	108 894	2 677
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	198 843	185 757	93 714	1 173
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	76 104	61 637	3 587	(1 236)
Norfin — Soc. Gestora de Fundos Invest. Imob., S. A.	2 906	488	2 428	991

A Caixa detém um conjunto de participações em empresas associadas. São consideradas empresas associadas os investimentos de carácter duradouro e em relação aos quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade com as actividades da Caixa.

A Lusitania, Companhia de Seguros, S. A. foi fundada em 6 de Junho de 1986 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para todos os ramos técnicos, com excepção do ramo vida, e tem um capital social de Euros 19 250 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania, o Montepio Geral — Associação Mutualista (65,71 %) e a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (3,32 %).

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. foi fundada em 15 de Maio de 1987 e tem como objecto social o exercício da actividade de seguros e resseguros para as diversas modalidades do ramo vida e um capital social de Euros 9 000 000. Para além da Caixa, são igualmente accionistas da Lusitania Vida, S. A., o Montepio Geral — Associação Mutualista (39,22 %) e a Lusitania, Companhia de Seguros, S. A. (11,17 %).

Para além das suas dependências e de uma rede de mediadores, as Sociedades indicadas, contam com os balcões da Caixa para a angariação de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2005, o perímetro de consolidação da Caixa é apresentado conforme segue:

Empresa	Sede	Capital	Moeda	Actividade económica	Percentagem Controlo da Caixa	Método de consolidação
Lusitania, Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	19 250 000	Euros	Seguros e resseguros ramos não vida	26 %	Equivalência patrimonial
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S. A.	Lisboa	9 000 000	Euros	Seguros e resseguros ramos vida	39 %	Equivalência patrimonial
Banco Montepio Geral — Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S. A. (IFI)	Cidade da Praia	772 000 000	ECV	Banca	100 %	Integral

24 — Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	66 304	66 567
Obras em imóveis arrendados	31 841	31 563
Imobilizado em curso	82	82
Equipamento:		
Mobiliário e material	9 277	9 417
Máquinas e ferramentas	2 737	2 875
Equipamento informático	26 969	41 453
Instalações interiores	20 385	19 552
Equipamento de transporte	1 464	1 655
Equipamento de segurança	2 621	2 572
Património artístico	419	404
Outras imobilizações corpóreas	30	30
Imobilizações em curso	1 249	735
	163 378	176 905
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(8 200)	(9 975)
Relativas a exercícios anteriores	(74 769)	(82 667)
	(82 969)	(92 642)
	80 409	84 263

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2005, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	66 567	—	(263)	—	66 304
Obras em imóveis arrendados	31 563	155	—	123	31 841
Imobilizado em curso	82	—	—	—	82
	<u>98 212</u>	<u>155</u>	<u>(263)</u>	<u>123</u>	<u>98 227</u>
Equipamento:					
Mobiliário e material	9 417	80	(220)	—	9 277
Máquinas e ferramentas	2 875	50	(188)	—	2 737
Equipamento informático	41 453	1 907	(16 387)	(4)	26 969
Instalações interiores	19 552	519	—	314	20 385
Equipamento de transporte	1 655	37	(228)	—	1 464
Equipamento de segurança	2 572	49	—	—	2 621
	<u>77 524</u>	<u>2 642</u>	<u>(17 023)</u>	<u>310</u>	<u>63 453</u>
Património artístico	404	15	—	—	419
Outras imobilizações corpóreas	30	—	—	—	30
Imobilizações em curso	735	947	—	(433)	1 249
	<u>176 905</u>	<u>3 759</u>	<u>(17 286)</u>	<u>—</u>	<u>163 378</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	11 457	1 043	(34)	—	12 466
Obras em imóveis arrendados	17 065	2 978	—	—	20 043
Equipamento:					
Mobiliário e material	6 909	699	(212)	—	7 396
Máquinas e ferramentas	2 368	190	(190)	—	2 368
Equipamento informático	40 016	1 254	(17 205)	10	24 075
Instalações interiores	11 282	1 766	—	(10)	13 038
Equipamento de transporte	1 490	98	(228)	—	1 360
Equipamento de segurança	2 055	172	(4)	—	2 223
	<u>92 642</u>	<u>8 200</u>	<u>(17 873)</u>	<u>—</u>	<u>82 969</u>

25 — Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Custo:		
Trespases	33	33
Software	19 618	15 132
Adiantamentos por conta de imobilizações	24	—
	<u>19 675</u>	<u>15 165</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(2 886)	(3 277)
Relativas a exercícios anteriores	(11 238)	(7 961)
	<u>(14 124)</u>	<u>(11 238)</u>
	<u>5 551</u>	<u>3 927</u>

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o exercício de 2005, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:			
Trespases	33	—	33
Software	15 132	4 486	19 618

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31 de Dezembro
Adiantamentos por conta de imobilizações ...	—	24	24
	<u>15 165</u>	<u>4 510</u>	<u>19 675</u>
Amortizações acumuladas:			
Software	11 238	2 886	14 124

26 — Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Aplicações por recuperação de crédito	112 948	108 913
Bonificações a receber do Estado Português	21 222	29 906
Outros devedores	5 223	2 257
Outros proveitos a receber	2 623	4 869
Despesas com custo diferido	1 005	1 250
Contas diversas	14 764	35 883
	<u>157 785</u>	<u>183 078</u>
Imparidade para aplicações por recuperação de crédito	(13 382)	(8 966)
	<u>144 403</u>	<u>174 112</u>

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito inclui o montante de Euros 104 016 000 (2004: Euros 104 071 000) relativo aos imóveis recebidos pela Caixa por arrematação ou dação em cumprimento de créditos e cuja mensuração é efectuada de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.13.

Esta rubrica inclui, também em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante de Euros 4 804 000 referente a 963 316 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado — Margueira Capital, que resultaram do acordo de regularização das dívidas da Lisnave. Estas aplicações encontram-se garantidas pelo Estado Português.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 21 222 000 (2004: Euros 29 906 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	4 526	17 039
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	10 479	2 486

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	6 217	1 381
	21 222	29 906

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direcção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Provisões, conforme nota 31.

Os movimentos de imparidade para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Saldo em 1 de Janeiro	8 966	6 701
Dotação do exercício	8 624	3 354
Reversão do exercício	(2.677)	(1 089)
Utilização de imparidades	(1.531)	—
Saldo em 31 de Dezembro	13 382	8 966

27 — Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)						
	Dez 2005			Dez 2004		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Banco Central Europeu	—	—	—	—	100 047	100 047
Recursos de instituições de crédito no País	—	148 380	148 380	—	73 478	73 478
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	10 751	547 470	558 221	8 809	506 881	515 690
	10 751	695 850	706 601	8 809	680 406	689 215

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente da operações, é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Até 3 meses	31 417	189 190
3 meses até 6 meses	141 454	1 737
6 meses a 1 ano	4 146	908
1 ano até 5 anos	463 843	439 380
Mais de 5 anos	60 283	58 000
	701 143	689 215
Correcções de valor por operações de cobertura	5 458	—
	706 601	689 215

28 — Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)						
	Dez 2005			Dez 2004		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos à ordem	2 241 727	—	2 241 727	2 153 298	—	2 153 298
Depósitos a prazo (*)	—	3 780 142	3 780 142	—	3 521 744	3 521 744
Depósitos de poupança (*)	—	1 756 528	1 756 528	—	1 948 088	1 948 088
Outros débitos	2 498	—	2 498	156	—	156
Correcções de valor por operações de cobertura	—	(1 369)	(1 369)	—	—	—
	2 244 225	5 535 301	7 779 526	2 153 454	5 469 832	7 623 286

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na política contabilística 1.5.

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Depósitos à ordem	2 241 727	2 153 298
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	3 257 519	2 990 998
3 meses até 6 meses	866 065	1 360 485
6 meses até 1 ano	684 234	692 459
1 ano até 5 anos	681 191	405 703
Mais de 5 anos	47 661	20 187
	5 536 670	5 469 832
Correcções de valor por operações de cobertura	(1 369)	—
	5 535 301	5 469 832

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Outros débitos:		
Até 3 meses	2 498	156
	5 537 799	5 469 988
	7 779 526	7 623 286

29 — Títulos de dívida emitidos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, refere-se a Obrigações de caixa emitidas e cuja análise pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Até 6 meses	558 209	316 217
6 meses até 1 ano	199 925	330 000
1 ano até 5 anos	2 521 709	2 112 270
Mais de 5 anos	1 788 067	165 000
Correcções de valor por operações de cobertura	5 067 910	2 923 487
	(1 169)	—
	5 066 741	2 923 487

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Empréstimos obrigacionistas é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	2005 (milhares de euros)
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG / 01 1.ª Emissão	Mar.2001	Mar.2006	Euribor 3 meses + 0,35 %	250 000
Obr. CEMG / 01 2.ª Emissão	Jun.2001	Jun.2006	Taxa fixa de 5,25 %	300 000
Obr. CEMG / 02 1.ª Emissão	Jan.2002	Jan.2012	Euribor 6 meses + 1 %	50 000
Pelican Mortgage No. 1	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. — 1,33 %	413 817
Pelican Mortgage No. 2	Set.2003	Set.2036	W.A.I. — 1,53 %	573 671
Obr. CEMG / 03	Mar.2003	Mar.2008	Taxa fixa de 3,8 %	100 000
Obr. CEMG / 03	Ago.2003	Ago.2009	Taxa fixa de 3,548 %	100 000
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Pribor 6 meses + 0,18 % ...	17 241
Obr. CEMG / 03	Nov.2003	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30 %	200 000
Obr. CEMG / 03	Jan.2004	Nov.2008	Euribor 3 meses + 0,30 %	100 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2004	Ago.2007	Taxa fixa de 3,25 %	120 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2007	Euribor 3 meses + 0,20 %	400 000
Obr. CEMG / 04	Mar.2004	Mar.2009	Hibor 3 meses + 0,26 % ...	10 933
Obr. CEMG 104	Jul.2004	Jul.2006	Euribor 3 meses + 0,125 %	200 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25 %	15 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31 %	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,31 %	50 000
Obr. CEMG / 04	Set.2004	Set.2009	Taxa fixa de 4,6 %	17 241
Obr. CEMG / 04	Nov.2004	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25 %	300 000
Obr. CEMG / 04	Fev.2005	Nov.2009	Euribor 3 meses + 0,25 %	300 000
Obr. CEMG / 05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa fixa de 3,5 %	125 000
Obr. CEMG / 05	Mar.2005	Mar.2015	Euribor 3 meses + 0,25 %	5 000
Obr. CEMG / 05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25 %	500 000
Obr. caixa MG Aforro 1.ª Emissão	Ago.2005	Ago.2009	Taxa fixa anual de 1,85 %	19 000
Obr. CEMG / 05	Set.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20 %	500 000
Obr. CEMG / 05	Out.2005	Set.2010	Euribor 3 meses + 0,20 %	125 000
Obr. caixa MG Aforro 2.ª Emissão	Out.2005	Out.2009	Taxa fixa anual de 1,85 %	62 000
Obr. caixa MG Cabaz TOP 1.ª Emissão	Out.2005	Out.2007	Taxa fixa anual de 2 %	8 500
Obr. caixa MG Aforro 3.ª Emissão	Nov.2005	Nov.2009	Taxa fixa anual de 1,85 %	14 000
Obr. caixa MG Especial Poupança	Nov.2005	Nov.2010	Taxa fixa anual de 1,85 %	23 000
Obr. caixa MG Aforro 4.ª Emissão	Dez.2005	Dez.2009	Taxa fixa anual de 1,85 %	52 000
Obr. caixa MG Business Invest	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 2 %	26 500
Obr. caixa MG Aforro Especial	Dez.2005	Dez.2008	Taxa fixa anual de 5 %	30 000
				5 057 903
Correcções de valor por operações de cobertura				(1 169)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				10 007
				5 066 741

Em 31 de Dezembro de 2005, os Empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efectivas compreendidas entre 1,85 % e 5,25 %.

As obrigações CEMG/02 1.ª Emissão apresentam um *cap* de 6 %.

As obrigações de caixa MG Cabaz Top 1.ª Emissão apresentam um *floor* de 2 %.

Os reembolsos dos Empréstimos obrigacionistas ocorridos no decurso do exercício de 2005 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante de reembolso (milhares de euros)
Empréstimos obrigacionistas:				
Obr. CEMG / 04	Abr.2004	Abr.2005	Euribor 3 meses + 0,07 %	5 000
Obr. CEMG / 02 2.ª Emissão	Mai.2002	Mai.2005	Taxa fixa de 5 %	300 000
Obr. CEMG / 00 1.ª Emissão	Jul.2000	Jul.2005	Euribor 3 meses + 0,30 %	130 000
Obr. CEMG / 00 2.ª Emissão	Out.2000	Out.2005	Euribor 3 meses + 0,325 %	200 000
				635 000

Os Débitos representados por títulos com vencimento no decurso do exercício de 2006 ascendem a Euros 750 000 000.

30 — Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Derivados de moeda	23	—
Derivados de taxa de juro	14 943	—
Opções	300	—
	15 266	—

Os derivados embutidos destacados pela Caixa encontram-se registados na rubrica Derivados de taxa de juro, tendo sido considerados como de negociação.

31 — Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Provisões para outros riscos e encargos	1 470	1 349
Provisões para riscos diversos	3 683	4 265
	5 153	5 614

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Saldo em 1 de Janeiro	1 349	50
Dotação do exercício	1 193	2 297

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Reversão do exercício	(982)	(95)
Utilização de provisões	(90)	(903)
Saldo em 31 de Dezembro	1 470	1 349

Os movimentos da provisão para riscos diversos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Saldo em 1 de Janeiro	4 265	4 265
Reversão do exercício	(31)	—
Utilização de provisões	(551)	—
Saldo em 31 de Dezembro	3 683	4 265

32 — Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Obrigações de caixa	9 982	30 048
Obrigações de prazo determinado	149 770	150 017
Obrigações perpétuas	150 897	150 478
	310 649	330 543

Em 31 de Dezembro de 2005, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Descrição da emissão	Data da emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	Dez 2005 (milhares de euros)
Obrigações de caixa:					
CEMG/96	Dez. 1996	Dez. 2006	Euribor 6 meses + 0,20 %	4 987 978 972	9 982
Obrigações de prazo determinado:					
CEMG/03 1.ª emissão	Fev. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3 %	10 000	99 784
CEMG/03 2.ª emissão	Mai. 2003	Fev. 2013	Euribor 3 meses + 1,3 %	5 000	49 986
					149 770
Obrigações perpétuas:					
CEMG/99	Mai. 1999	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1 %	1 000 000	50 267
CEMG/01	Jul. 2001	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,1 %	2 000 000	100 630
					150 897
					310 649

O prazo máximo das Obrigações de caixa CEMG/96 é de 10 anos. Todavia a amortização será efectuada de forma faseada nos últimos 5 anos, por dedução de 20 % ao valor nominal em cada ano.

No final do sétimo ano de vida das obrigações perpétuas CEMG/99 e CEMG/01, e, posteriormente, em cada data de vencimento de juros, a Caixa poderá reembolsar os empréstimos na sua globalidade, ao par, após autorização do Banco de Portugal. Caso os empréstimos não sejam reembolsados nestas datas o «spread» sobre a taxa de juro

passará para 210 pontos base. Esta emissão foi submetida à cotação na Euronext.

As obrigações de caixa subordinadas CEMG/03 têm uma opção de reembolso antecipado a vencer em 2008.

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efectivas compreendidas entre 2,88 % e 3,75 %.

Os reembolsos de passivos subordinados ocorridos no decurso do exercício de 2005 são analisados como segue:

Descrição da emissão	Data da emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	Montante de reembolso
CEMG/95	Jan. 1995	Jan. 2005	Euribor 6 meses + 0,25 %	3 990 383 174	9 976
CEMG/96	Dez. 1996	Dez. 2006	Euribor 6 meses + 0,20 %	4 987 978 972	9 976
					19 952

A rubrica Passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Até 1 ano	9 982	10 086
1 ano até 5 anos	—	19 962
Mais de 5 anos	300 667	300 495
	310 649	330 543

33 — Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Fornecedores	5 046	2 958
Outros credores	34 431	8 540
Sector público administrativo	7 550	7 247
Juros a pagar	5 578	7 432
Férias e subsídio de férias a pagar	19 950	14 156
Outros custos a pagar	340	113
Receitas antecipadas	548	627
Flutuação de valores em participações	—	2 921
Contas diversas	110 516	111 790
	183 959	155 784

A rubrica Contas diversas, em 31 de Dezembro de 2005, inclui o montante de Euros 39 860 000 relativo à contribuição adicional a entregar ao Fundo em 2006 com data valor de 2005.

34 — Capital

A 30 Março de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da Caixa, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 40 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da Caixa, passou a ser de Euros 485 000 000, pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral — Associação Mutualista.

35 — Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a Caixa deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20 % dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25 % da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a Caixa

deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5 % dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

36 — Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Reservas de justo valor	(148)	—
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	122 136	115 527
Reserva especial	52 306	50 654
Outras reservas	4 337	4 415
Resultados transitados	(121 252)	(117 146)
	57 527	53 450
	57 379	53 450

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1.5.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica Resultados transitados inclui os ajustamentos de transição no montante de Euros 124 714 000 (2004: Euros 119 788 000).

37 — Contas extrapatrimoniais

Os saldos destas contas são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Garantias e avales prestados	281 027	275 249
Garantias e avales recebidos	31 376 921	29 084 661
Compromissos perante terceiros	1 328 288	1 171 311
Compromissos assumidos por terceiros	24 456	132 257
Activos cedidos em operações de titularização	973 068	1 131 544
Valores recebidos em depósito	4 556 235	4 267 236

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	278 580	273 415
Créditos documentários abertos	2 447	1 834
	281 027	275 249

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contractos a prazo de depósitos	5 327	6 213
Linhas de crédito irrevogáveis ...	191 904	151 635
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	18 859	18 071
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	1 896	1 679
Compromissos revogáveis:		
Linhas de crédito revogáveis	1 110 302	993 713
	1 328 288	1 171 311

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, refere-se ao compromisso irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é relativo à obrigação irrevogável que a Caixa assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

38 — Distribuição de resultados

Em 30 de Março de 2005, de acordo com deliberação em Assembleia Geral, a Caixa distribuiu resultados ao Montepio Geral — Associação Mutualista no montante de Euros 24 782 000 (2004: Euros 16 119 000).

39 — Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2005

A Caixa Económica Montepio Geral encerrou o Montepio Geral — Cayman

Em 30 de Novembro de 2005, a CEMG procedeu ao encerramento e liquidação do Montepio Geral — Cayman.

Constituição do Banco Montepio Geral — Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI)

Em 16 de Agosto de 2005, teve início a actividade do Banco Montepio Geral — Cabo Verde, sociedade que tem como objectivo a internacionalização da Caixa, permitindo a captação e respectiva domicilição de fundos, assim como proporcionar aos clientes alternativas de aplicações fora do contexto doméstico. Tem um capital social de Escudos de Cabo Verde 772 000 000, integralmente subscrito e realizado pela Caixa.

40 — Ajustamentos de transição de acordo com a IFRS 1

No âmbito do disposto no Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa passaram a cumprir com as IFRS para o exercício com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

As políticas contabilísticas descritas na nota 1.1 a 1.20, foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na preparação da informação financeira comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, assim como na preparação do balanço consolidado de abertura de acordo com as IFRS em 1 de Janeiro de 2004 (data de transição).

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal («Normas locais»).

As diferenças entre as Normas locais e as IFRS, com impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004 e 1 de Janeiro de 2005 e a reconciliação dos capitais próprios e resultados nas referidas datas, são apresentadas como segue:

(Em milhares de euros)

		1 de Janeiro de 2005	31 de Dezembro de 2004	1 de Janeiro de 2004
	Nota	Capitais próprios	Capitais próprios	Resultados do período
Normas locais		653 096	653 096	34 858
Ajustamentos IFRS				
Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados	(a)	(117 499)	(117 499)	—
Valorização dos investimentos em associadas e activos financeiros	(b)	(745)	(2 289)	—
Imparidade do crédito	(c)	4 698	—	—
Taxa efectiva	(d)	(13 693)	—	—
Efeito de consolidação dos SPE's	(e)	(2 724)	—	—
Contabilidade de cobertura de justo valor e derivados embutidos	(f)	1 639	—	—
Activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados	(g)	3 610	—	—
Total dos ajustamentos de transição		(124 714)	(119 788)	—
IFRS		528 382	533 308	34 858

A análise dos principais ajustamentos de transição efectuados é apresentada como segue:

a) Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados

Até 31 de Dezembro de 2004 e de acordo com as Normas locais o valor dos ganhos e perdas actuariais era calculado anualmente, sendo imputado em custos do exercício de acordo com o método do corredor. De acordo com este método, e conforme os Avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002, o valor acima do corredor era registado em custos diferidos e reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

Conforme definido pela IFRS 1, a Caixa optou na data de transição, 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer os impactos resultantes da aplicação das regras estabelecidas pela IAS 19 por contrapartida de capitais próprios (designado por «reset method»). O ajustamento de transição apurado para as pensões de reforma e outros benefícios dos empregados, inclui ainda o efeito do reconhecimento das responsabilidades com benefícios de saúde, que de acordo com as Normas locais era reconhecido na data do seu pagamento.

O ajustamento de transição apurado para as pensões de reforma e outros benefícios a empregados, acima referidos, implicou na data de transição uma diminuição dos capitais próprios da Caixa no montante de Euros 103 milhões em 1 de Janeiro de 2004.

Nesta base, o ajustamento de 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 relativo ao fundo de pensões, explica-se como segue:

(Em milhares de euros)		
(Valores acumulados)		
	1 Jan 2004	31 Dez 2004
Responsabilidades com benefícios de saúde	18 182	19 470
Abatimento de perdas actuariais diferidas, valor do corredor e decrementos de invalidez	33 019	47 450
Outros aumentos de responsabilidades	51 845	50 579
Total	103 046	117 499

b) Valorização dos investimentos em associadas e activos financeiros.

i) Activos financeiros.

De acordo com as Normas locais, os títulos de rendimento fixo e variável são registados ao valor nominal e custo, respectivamente sendo as menos valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado provisionadas por contrapartida de resultados do exercício.

De acordo com as IFRS, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 1.4, os títulos de investimento classificados como disponíveis para venda passaram a ser valorizados ao justo valor, sendo a diferença para o custo de aquisição registada por contrapartida de reservas de justo valor. Estes activos financeiros são periodicamente sujeitos a testes de imparidade.

ii) Investimentos em associadas.

Os investimentos em empresas em que a participação representa menos de 20 % do capital e em que a Caixa não exerce influência significativa mas são consideradas como participações estratégicas, até 31 de Dezembro de 2004, foram contabilizados ao custo de aquisição de acordo com as Normas locais deduzido das provisões calculadas de acordo com o seguinte critério:

— a constituição de provisões era exigível sempre que as menos-valias potenciais fossem superiores a 15 % do valor do investimento. A provisão mínima a constituir correspondia a 40 % do valor que exceder os 15 % do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

— de acordo com o referido Aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40 % do valor de menos valias que excedesse os 15 % do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas era diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Percentagem
Sociedades financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10 % por ano
Sociedades não financeiras	2002 a 2004	25 % por ano
	2005	15 %
	2006	10 %

O ajustamento apurado, com referência a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004, refere-se ao efeito atribuível à Caixa dos ajustamentos de transição apurados pelas associadas.

c) Imparidade da carteira de crédito

De acordo com a IAS 39, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 1.3, a carteira de crédito passou a ser valorizada ao seu custo amortizado e sujeita a testes de imparidade. Face à política seguida pela Caixa nas Normas locais, a adopção da IAS 39 não introduziu alterações substanciais à forma de avaliação do risco económico associado à carteira de crédito ou aos critérios de imparidade utilizados, pelo que o ajustamento líquido na imparidade da carteira de crédito no montante de Euros 4,7 milhões, resultou essencialmente, do efeito da introdução do método de *discounted cash flows* no cálculo da imparidade.

d) Taxa efectiva

Os *fees* e comissões recebidos eram, de acordo com as Normas locais, reconhecidos no momento em que o serviço era cobrado aos clientes, excepto nas situações em que o mesmo se destinava a fazer face a

serviços continuados, em que eram cobrados ao longo do período da prestação do serviço.

De acordo com as IFRS, a principal alteração resultou do reconhecimento dos rendimentos e custos incrementais associados à originção dos empréstimos que passaram a ser amortizados pelo período de vida útil dos empréstimos como uma componente da taxa de juro efectiva.

e) Desreconhecimento de activos e Entidades de finalidade especial (SPE's).

De acordo com as Normas locais, os activos, créditos e títulos, cedidos no âmbito das operações de titularização («securitização»), eram eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

Os interesses residuais nestas transacções, sob a forma de títulos, adquiridos pela Caixa na sequência destas operações eram contabilizados ao custo de aquisição. De acordo com o disposto nas Instruções n.º 27/2000 e n.º 18/2003 do Banco de Portugal, eram constituídas provisões nas contas da Caixa, para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos e títulos cedidos caso estes se mantivessem no activo, no montante máximo equivalente ao custo de aquisição dos títulos (interesses residuais). Caso as instituições cedentes sejam detentoras de *clean-up calls* que não prevejam explicitamente que os créditos são recomprados pelo seu valor de mercado, o limite máximo para a constituição de provisões é o maior dos seguintes valores:

— O valor de aquisição dos títulos ou de outros valores adquiridos no âmbito de operações de titularização;

— O montante dos créditos a que corresponde o exercício da *clean-up call*.

De acordo com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da Caixa, de acordo com as Normas locais, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004.

Todas as operações efectuadas a partir desta data foram analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento da IAS 39.

Adicionalmente, e mesmo para os activos elegíveis para desreconhecimento no âmbito da IAS 39, a consolidação dos veículos adquirentes dos activos, créditos e títulos cedidos pela Caixa no âmbito das operações de titularização («SPE's») foi analisada à luz da SIC 12.

De acordo com a SIC 12, a Caixa passou a consolidar pelo método integral as demonstrações financeiras das operações Pelican Mortgages n.º 1 e Pelican Mortgages n.º 2. O ajustamento efectuado reflecte o efeito da consolidação destas entidades.

f) Contabilização de operações de cobertura e derivados embutidos.

De acordo com as Normas locais, os valores «nacionais» dos derivados de cobertura eram registados em contas extrapatrimoniais até à data da maturidade dos contratos. Os derivados de cobertura não eram reavaliados sendo os juros a pagar e a receber periodificados pelo período dos contratos.

De acordo com o estabelecido pela IFRS 1, e conforme referido na política contabilística apresentada na nota 1.5, a data de transição considerada para a adopção da IAS 39 foi 1 de Janeiro de 2005. A adopção da IAS 39 teve um impacto significativo ao nível dos procedimentos e sistemas da Caixa, resultante dos seguintes aspectos principais: i) classificação das operações no âmbito de regras complexas aplicáveis a cada tipo de operações ii) complexidade no cumprimento dos critérios; iii) maior exigência valorimétrica; e iv) requisitos subjacentes à nova contabilidade de cobertura e derivados embutidos.

Tendo em consideração o exposto, a Caixa procedeu à identificação das operações de cobertura existentes para efeitos das Normas locais e simultaneamente procedeu à identificação dos modelos de cobertura a adoptar no âmbito da IAS 39. Assim, face à actual política de cobertura de riscos definida pela Caixa e ao objectivo de minimização da volatilidade dos resultados do exercício, foram adoptados os modelos de cobertura de *fair value hedge* para activos e passivos financeiros que geram rendimentos fixos e para os quais a caixa pretende diminuir a sua exposição em relação às variações de *fair value*. Quando o instrumento financeiro cobre a exposição a alterações no *fair value* de activos e passivos, o item coberto é registado ao *fair value* no que diz respeito ao risco coberto. Os ganhos e perdas resul-

tantes da mensuração do instrumento de cobertura e item coberto são reconhecidas por contrapartida de resultados de exercício.

Os derivados embutidos são contabilizados separadamente como derivados caso as características económicas e riscos dos derivados embutidos não estejam directamente relacionadas com as do contrato principal. As variações do justo valor desta componente são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados embutidos são classificados como de negociação e registados ao seu «fair value» com as variações registadas por contrapartida de resultados do exercício.

g) Contabilização de operações de activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados.

De acordo com o estabelecido pela IAS 39 revista em Junho de 2005, a Caixa passou a designar pelo justo valor através dos resultados os activos financeiros ou passivos financeiro anteriormente reconhecidos como itens cobertos em relações de contabilidade de cobertura do justo valor e passivos financeiros com derivados embutidos separados.

A classificação destes itens foi alterada de acordo com o parágrafo 105B da versão revista pela IAS 39 de Junho de 2005 e designados ao justo valor através de resultados.

O ajustamento apurado na transição com referência a 1 de Janeiro de 2005, engloba o ajustamento de justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, assim como ajustamento de justo valor dos derivados contratados pela Caixa com o mercado associados a esta operação.

Os activos ou passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodicamente de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica «Resultados em operações financeiras» da demonstração de resultados.

41 — Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias, são apresentadas no seguinte quadro:

(Em milhares de euros)

	Dezembro 2005		Dezembro 2004	
	Balanço Médio	Taxa (Percentagem)	Balanço Médio	Taxa (Percentagem)
Activos geradores de juros:				
Aplicações com instituições de crédito ⁽¹⁾	1 190 277	1,99	1 735 342	1,09
Títulos	474 869	3,36	129 105	4,97
Crédito a clientes	12 471 194	3,84	10 387 071	4,27
Activos não correntes detidos para venda	4 804	2,17	4 804	2,18
Total de activos geradores de juros	14 141 144	4,25	12 256 322	4,55
Activos não geradores de juros	708 068		442 587	
Total do Activo	14 849 212		12 698 909	
Passivos geradores de juros:				
Depósitos com instituições de crédito ⁽¹⁾	81 870	2,31	453 179	2,45
Depósitos com clientes	7 602 712	1,77	7 713 096	1,78
Títulos de dívida emitidos	4 044 960	2,91	3 037 609	3,16
Passivos subordinados	320 335	3,32	339 904	3,23
Passivos não correntes detidos para venda	—		—	
Total de passivos geradores de juros	12 049 877	2,71	11 543 788	2,70
Passivos não geradores de juros	1 748 319		184 141	
Total do Passivo	13 798 196		11 727 929	
Capital Próprio	578 940		533 308	
Total do Passivo e do Capital Próprio	14 377 136		12 261 237	
Taxa de Margem Financeira ⁽²⁾		1,94		2,02

⁽¹⁾ — Inclui os juros relacionados com operações extrapatrimoniais.

⁽²⁾ — Relação entre a Margem Financeira e o saldo do Total de Activos geradores de juros.

42 — Justo valor

A decomposição dos activos e passivos financeiros da Caixa contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Dezembro 2005			Dezembro 2004		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Activos financeiros:						
Aplicações em instituições de crédito ...	910 571	910 740	169	1 067 612	1 067 602	(10)
Crédito a clientes	12 415 395	12 679 630	264 235	10 349 675	10 543 529	193 854
Activos financeiros detidos para negociação	17 610	17 610	—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda	678 666	678 666	—	281 784	281 784	—
Passivos financeiros:						
Depósitos de instituições de crédito	706 601	706 601	—	689 215	689 215	—
Depósitos de clientes	7 779 526	7 305 432	(474 094)	7 623 286	7 186 326	(436 960)

(Em milhares de euros)

	Dezembro 2005			Dezembro 2004		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
Títulos de dívida emitidos	5 066 741	5 066 741	—	2 923 487	2 923 487	—
Passivos financeiros detidos para negociação	15 266	15 266	—	—	—	—
Passivos subordinados	310 649	310 649	—	330 543	330 543	—

43 — Pensões de reforma

A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Número de participantes:		
Reformados e pensionistas	451	426
Pessoal no activo	2 938	2 952
	3 389	3 378

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1.16, as responsabilidades da Caixa por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Responsabilidades por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	115 393	97 345
Pessoal no activo	352 743	255 407
	468 136	352 752
Valor do fundo	(327 721)	(259 798)
Responsabilidades não financiadas	140 415	92 954
Responsabilidades dispensadas de financiamento	(140 415)	(92 954)
	—	—
Responsabilidades por serviços futuros	355 026	242 743

Em 31 de Dezembro de 2005, não existem imóveis utilizados pela Caixa ou títulos emitidos por esta registados nas Demonstrações Financeiras do fundo.

A evolução das responsabilidades não financiadas por benefícios projectados durante os exercícios de 2005 e 2004, é analisada conforme segue:

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Valores em Janeiro	92 954	89 984
Custo dos serviços correntes	14 206	12 611
Custo dos juros	18 639	17 113
Rendimento esperados dos activos	(12 675)	(12 385)
Ganhos e perdas actuariais:		
Não decorrentes de alterações de pressupostos	(6 829)	—
Resultantes de alterações de pressupostos:		
Alteração na taxa de crescimento	15 437	22 906
Alteração na taxa de desconto ...	38 107	—

(Em milhares de euros)

	Dez 2005	Dez 2004
Alteração das tábuas de mortalidade	43 585	—
Contribuições para o fundo	(62 198)	(36 814)
Encargos suportados pelo fundo	(811)	(461)
Valores em 31 de Dezembro	140 415	92 954

A evolução do valor dos activos do Fundo durante o exercício de 2005 é analisada conforme segue:

(Em milhares de euros)

	Justo valor dos activos
Valores em 1 de Janeiro	259 798
Rendimento esperado dos activos	12 675
Ganhos e perdas actuariais	1 124
Contribuições para o fundo	62 198
Pagamentos	(8 074)
Valores em 31 de Dezembro	327 721

As contribuições para o Fundo incluem a contribuição adicional no montante de euros 39 860 000, efectuada pela Caixa em Janeiro de 2006 com data valor de 2005. As contribuições efectuadas ao Fundo pela Caixa durante o exercício de 2005 foram efectuadas na sua totalidade em dinheiro.

Os títulos emitidos por empresas da Caixa existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Títulos de rendimento variável	3 485	942

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2005, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Perdas actuariais	
	Corredor	Acima do corredor
Valores em 1 de Janeiro de 2005 ...	22 906	—
Ganhos e perdas actuariais do exercício:		
Não decorrentes de alterações de pressupostos	—	(6 829)
Resultantes de alterações de pressupostos:		
Alteração na taxa de crescimento salarial	—	15 437
Alteração na taxa de desconto	—	38 107
Alteração das tábuas de mortalidade	—	43 585
Variação do corredor	64 786	(64 786)
Valores em 31 de Dezembro de 2005	87 692	25 514

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2005, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a euros 87 692 000 (2004: euros 22 906 000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2005, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de euros 25 514 000 serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 25 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.16.

Em 2005, a Caixa contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de euros 20 170 000 (2004: euros 17 339 000).

A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)		
	Dez 2005	Dez 2004
Custo dos serviços correntes	14 206	12 611
Custo dos juros	18 639	17 113
Rendimento esperado dos activos	(12 675)	(12 385)
Custo do exercício	20 170	17 339

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a Caixa alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é analisada como segue:

	2005	2004
Taxa de crescimento salarial	3,00 %	2,50 %
Taxa de crescimento das pensões	2,00 %	2,00 %
Taxa de rendimento do fundo	4,75 %	5,25 %

Empresa	(Em milhares de euros)			
	Débitos IC's	Débitos clientes	Passivos subordinados	Total
Lusitania Companhia de Seguros, S. A.	—	20 818	1 499	22 317
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S. A.	—	17 795	2 048	19 843
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	—	2 556	—	2 556
Caixa Económica de Cabo Verde	3 615	—	—	3 615
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	—	355	—	355
MG Gestão de Activos Financeiros - S. G. F. I. M., S. A.	—	46 385	—	46 385
Futuro — Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S. A.	—	50 811	100	50 911
Banco de África Ocidental, S. A.	253	—	—	253
Norfin — Sociedade Gestora de FIM, S. A.	—	11 082	—	11 082
Credint — Consultoria Financeira e Creditícia, S. A.	—	153	—	153
Bolsimo — Gest. Imob., L.ª	—	58	—	58
	3 868	150 013	3 647	157 528

45 — Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos geográficos

Dada a natureza da actividade e dos seus clientes, a Caixa concentra-se num único segmento de negócio.

A Caixa desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a Caixa actua com especial enfoque nos mercados Português e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal e Cabo Verde, sendo que o segmento Portugal representa a actividade desenvolvida pela Caixa Económica Montepio Geral. O segmento Cabo Verde inclui as operações desenvolvidas pelo Banco Montepio Geral — Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S. A. (IFI)

Em 31 de Dezembro de 2005, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
Juros e proveitos equiparados	602 808	576	(576)	602 808
Juros e custos equiparados	328 393	632	(576)	328 449
Margem financeira	274 415	(56)	—	274 359

	2005	2004
Taxa de desconto	4,75 %	5,25 %
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de invalidez	SOA Trans Male	SOA Trans Male

As alterações ao nível da taxa de desconto e das tábuas de mortalidade ocorridas no exercício de 2005, implicaram um acréscimo de responsabilidades para a Caixa de euros 38 107 000 e euros 43 585 000, respectivamente.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

44 — Transacções com partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2005, os créditos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica de Créditos a clientes são analisados como segue:

(Em milhares de euros)	
	Créditos a Clientes
HTA — Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S. A.	20 600
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	830
Futuro — Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S. A.	274
Credint — Consultoria Financeira e Creditícia, S. A.	660
	22 364

À data de 31 de Dezembro de 2005, os débitos detidos pela Caixa sobre empresas participadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Débitos representados por títulos e Passivos subordinados são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

Indicadores de exploração e de rentabilidade	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
Comissões e outros proveitos	84 906	—	—	84 906
Comissões e outros custos	17 338	25	—	17 363
Comissões e outros proveitos líquidos	67 568	(25)	—	67 543
Resultados em operações financeiras	6 002	—	—	6 002
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	198 038	26	—	198 064
Amortizações do exercício	11 085	1	—	11 086
<i>Total de custos operacionais</i>	<i>209 123</i>	<i>27</i>	<i>—</i>	<i>209 150</i>
Imparidade e provisões	82 562	—	—	82 562
Resultado antes de equivalência patrimonial	56 300	(108)	—	56 192
Resultados por equivalência patrimonial	1 551	—	—	1 551
Resultado consolidado do exercício	57 851	(108)	—	57 743

Indicadores de balanço	Portugal	Cabo Verde	Ajustamentos	Consolidado
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1 246 664	237 745	(236 443)	1 247 966
Crédito a clientes	12 415 395	—	—	2 415 395
Activos financeiros disponíveis para venda	685 667	—	(7 001)	678 666
Outros activos	329 830	7	—	329 837
<i>Total do activo</i>	<i>14 677 556</i>	<i>237 752</i>	<i>(243 444)</i>	<i>14 671 864</i>
Depósitos em instituições de crédito	943 044	—	(236 443)	706 601
Depósitos de clientes	7 548 667	230 859	—	7 779 526
Títulos de dívida emitidos	5 066 741	—	—	5 066 741
Outros passivos	518 874	—	—	518 874
<i>Total do passivo</i>	<i>14 077 326</i>	<i>230 859</i>	<i>(236 443)</i>	<i>14 071 742</i>
<i>Total do capital próprio</i>	<i>600 230</i>	<i>6 893</i>	<i>(7 001)</i>	<i>600 122</i>
<i>Total do passivo e capital próprio</i>	<i>14 677 556</i>	<i>237 752</i>	<i>(243 444)</i>	<i>14 671 864</i>

Em 31 de Dezembro de 2004, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rentabilidade	Portugal	Ilhas Caimão	Ajustamentos	Consolidado
Juros e proveitos equiparados	559 282	4 696	(4 696)	559 282
Juros e custos equiparados	312 119	3 561	(4 696)	310 984
Margem financeira	247 163	1 135	—	248 298
Comissões e outros proveitos	80 326	—	—	80 326
Comissões e outros custos	14 649	1	—	14 650
Comissões e outros proveitos líquidos	65 677	(1)	—	65 676
Resultados em operações financeiras	(3 683)	(54)	—	(3 737)
Custos com o pessoal e outros gastos administrativos	192 363	7	—	192 370
Amortizações do exercício	13 252	—	—	13 252
<i>Total de custos operacionais</i>	<i>205 615</i>	<i>7</i>	<i>—</i>	<i>205 622</i>
Imparidade e provisões	70 842	—	—	70 842
Resultado antes de equivalência patrimonial	32 700	1 703	—	33 773
Resultados por equivalência patrimonial	1 085	—	—	1 085
Resultado consolidado do exercício	33 785	1 703	—	34 858

Indicadores de balanço	Portugal	Ilhas Caimão	Ajustamentos	Consolidado
Caixa e aplicações em instituições de crédito	1 350 838	147 417	(147 417)	1 350 838
Crédito a clientes	10 349 675	—	—	10 349 675
Activos financeiros disponíveis para venda	297 091	—	(15 307)	281 784
Outros activo	278 940	—	—	278 940
<i>Total do activo</i>	<i>12 276 544</i>	<i>147 417</i>	<i>(162 724)</i>	<i>12 261 237</i>
Depósitos em instituições de crédito	836 632	—	(147 417)	689 215
Depósitos de clientes	7 492 533	130 753	—	7 623 286

Indicadores de balanço	Portugal	Ilhas Caimão	Ajustamentos	Consolidado
Títulos de dívida emitidos	2 923 487	—	—	2 923 487
Outros passivos	491 941	—	—	491 941
<i>Total do passivo</i>	<i>11 744 593</i>	<i>130 753</i>	<i>(147 417)</i>	<i>11 727 929</i>
<i>Total do capital próprio</i>	<i>531 951</i>	<i>16 664</i>	<i>(15 307)</i>	<i>533 308</i>
<i>Total do passivo e capital próprio</i>	<i>12 276 544</i>	<i>147 417</i>	<i>(162 724)</i>	<i>12 261 237</i>

46 — Normas contabilísticas recentemente emitidas

Normas contabilísticas recentemente emitidas

As novas normas e interpretações que foram emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Caixa ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 — Âmbito de aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 — Âmbito de aplicação da IFRS 2, que estará em vigor para os períodos anuais após 1 de Maio de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 — Planos de remuneração com acções se aplica às situações em que a entidade atribui estas remunerações por um valor nulo ou residual. Se a remuneração é atribuída com base num valor inferior ao justo valor dos instrumentos de capital atribuídos ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica que outra remuneração irá ser ou foi recebida, pelo que se aplica a IFRS 2.

Esta interpretação ainda não foi aprovada pela Comissão Europeia.

Esta norma não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Caixa.

IFRIC 5 — Direito a interesses residuais de Fundos de Desmontagem, Restauração e Reabilitação Ambiental

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 16 de Dezembro de 2004 a IFRIC 5 — Direito a interesses residuais de Fundos de Desmontagem, Restauração e Reabilitação Ambiental, que estará em vigor para todos os períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006.

A IFRIC 5 define o tratamento contabilístico dos reembolsos de fundos constituídos para fazer face aos custos de desmontagem de fábricas (como centrais nucleares) ou equipamento (como carros) ou efectuar restauração ou reabilitação ambiental (como corrigir os níveis de poluição na água ou desminagem de terrenos).

Esta norma não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Caixa.

IFRIC 4 — Determinação da existência de leasing

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 2 de Dezembro de 2004, a IFRIC 4 — Determinação da existência de leasing, que estará em vigor para os períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006.

A IFRIC 4 estabelece os princípios que permitem concluir se determinadas operações, que não adoptem a forma legal de um contrato de leasing, devem ser contabilizados de acordo com a IAS 17 - Locações. De acordo com esta interpretação, uma operação contém um leasing se está condicionada à utilização de determinado activo e atribui um direito para controlar a utilização do activo.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

IFRS 6 — Exploração e avaliação de recursos minerais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 9 de Dezembro de 2004 a IFRS 6 — Exploração e avaliação de recursos minerais, que estabelece, pela primeira vez os princípios para a contabilização das despesas de exploração e avaliação, incluindo o reconhecimento dos activos de exploração e avaliação e completa a primeira fase do projecto do IASB para uma convergência entre as diversas práticas contabilísticas para actividades extractivas.

A IFRS 6 estará em vigor para os períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006. No entanto, a aplicação antecipada é encorajada e se

uma entidade adoptar a IFRS 6 antes de 1 de Janeiro de 2006, existem disposições transitórias para a divulgação de alguma informação comparativa.

Esta norma não terá qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Caixa.

Adenda à IAS 19 — Benefícios a empregados

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 16 de Dezembro de 2004 uma adenda à IAS 19 Benefícios de empregados, que estará em vigor para todos os períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006. O IASB decidiu permitir a opção de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais totais no período em que ocorram, sem ser em resultados, mas numa demonstração de custos e proveitos reconhecidos.

De acordo com a IAS 19, os ganhos e perdas actuariais, ou seja, alterações não esperadas no valor do plano de benefícios, eram reconhecidos em resultados, tanto no período em que ocorram como diferidos pelo período vida útil média remanescente dos colaboradores no activo. De acordo com esta adenda, as entidades que actualmente efectuem o diferimento dos ganhos e perdas actuariais podem alterar a sua abordagem embora não exista essa obrigatoriedade.

A adenda também (a) especifica como é que as entidades da Caixa devem contabilizar determinados planos de benefícios concedidos nas suas demonstrações financeiras individuais e (b) define divulgações adicionais de informação.

O IASB já anunciou a sua intenção de desenvolver um projecto relativo aos benefícios a colaboradores após emprego, atendendo aos aspectos da mensuração inicial e reconhecimento.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

Adenda às disposições relativas à contabilidade de cobertura da IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 14 de Abril de 2005, uma adenda às disposições relativas a «hedge accounting» da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O IASB desenvolveu esta adenda após algumas entidades terem demonstrado a sua preocupação de que era uma prática comum de gestão de risco assumir o risco cambial de uma transacção intragrupo previsível como um activo coberto, mas a IAS 39 (de acordo com a revisão efectuada em 2003) não permitir a contabilidade de cobertura para esta transacção, criando uma diferença para com os requisitos de contabilização das US GAAP.

No âmbito da publicação de um «Exposure Draft» e após consulta intensiva a diversas entidades, o IASB decidiu permitir que o risco cambial de uma transacção intragrupo altamente provável, se pudesse qualificar como um activo coberto nas demonstrações financeiras consolidadas. Esta disposição é consistente com as disposições do IAS 21 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

Adenda ao «fair value option» da IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 16 de Junho de 2005 uma adenda ao «fair value option» da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A adenda estará em vigor para os períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006, sendo encorajada a adopção antecipada.

O IASB desenvolveu esta adenda após alguns supervisores de bancos, corretoras e seguradoras, terem manifestado preocupação de que poderia haver uma utilização indevida da «fair value option» contida na IAS 39, após a revisão de 2003. A opção permitia que no reconhecimento inicial, houvesse uma definição irrevogável de determi-

nados instrumentos financeiros para serem mensurados ao justo valor com ganhos e perdas reconhecidos em resultados. O objectivo desta opção era simplificar a aplicação da norma.

No âmbito da publicação de um «Exposure Draft» e após consulta intensiva das partes interessadas, o IASB decidiu rever a «fair value option» através da restrição da sua utilização aos instrumentos financeiros que cumpram determinadas condições.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

A IFRS introduz novos requisitos para melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Substitui a IAS 30 — Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 — Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação. A adenda à IAS 1 introduz novos requisitos para divulgações sobre o capital da entidade.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

Adenda à IAS 39 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 4 - Contratos de Seguro

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 requisitos corrigidos para os contratos financeiros de garantia, na forma de adendas limitadas à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e à IFRS 4 - Contratos de Seguros.

As adendas tiveram como objectivo assegurar que os emitentes de contratos de garantia financeira registam as responsabilidades resultantes desses contratos nos seus balanços. Um contrato de garantia financeiro é definido como um contrato que requer que o emitente efectue pagamentos específicos para reembolsar o detentor por uma perda por este incorrida, quando determinado devedor não efectua o devido pagamento, de acordo com as condições originais ou adicionais do instrumento de dívida. Estes contratos podem assumir diversas formas legais, incluindo uma garantia, algumas formas de cartas de crédito ou um contrato de seguro de crédito. Os emitentes devem aplicar estas adendas para períodos anuais após 1 de Janeiro de 2006.

Actualmente, a Caixa está a avaliar o impacto da adopção desta interpretação.

Adenda à IAS 21 — The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 15 de Dezembro de 2005 uma adenda limitada à IAS 21 — «The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates». A adenda clarifica os requisitos da IAS 21 acerca dos investimentos em operações no estrangeiro pelo que deverá contribuir para clarificar os requisitos de apresentação de entidades que investem em negócios que desenvolvem a sua actividade numa moeda diferente da sua.

Esta adenda ainda não foi aprovada pela Comissão Europeia.

9.8 — Certificação legal e relatório de auditoria das contas consolidadas

Introdução

1 — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da Caixa Económica Montepio Geral, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 14,671 864 milhares de Euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 600 122 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.

2 — As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 — É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

4 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

5 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

— a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

— a verificação das operações de consolidação;

— a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

— a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

— a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e

— a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

7 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Económica Montepio Geral, em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Março de 2006. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeiro (ROC n.º 1081).

10 — Relatório anual sobre a fiscalização efectuada exercício findo em 31 de dezembro de 2005

1 — O presente relatório é emitido nos termos do artigo 451.º n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 52.º, n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei ri.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal da Caixa Económica Montepio Geral, incluindo o exame das suas Contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do

exame efectuado emitimos, nesta data, a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais e da sua Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, ambas sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

1) Acompanhamento da gestão da Caixa, através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.

2) Apreciação das políticas contabilísticas da Caixa quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a imparidade, provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos.

3) Verificação da conformidade das contas individuais e consolidadas que compreendem as primeiras, o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, a Demonstração dos resultados, fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios do ano então findo, bem como das respectivas Notas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário e as segundas o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005, as Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e das alterações dos capitais próprios consolidados para o exercício então findo e os Anexos e que foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») em vigor e adoptadas pela União Europeia.

4) Verificação da conformidade das Demonstrações Financeiras com os registos contabilísticos de suporte.

5) Apreciação do sistema de controlo interno existente na Caixa, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados. Estes testes não revelaram deficiências no sistema de controlo interno.

6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.

- Revisão analítica da rubrica Créditos a clientes.
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Caixa.
- Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos, dos saldos respectivos;
- Análise dos outros Activos, outros Passivos e Contas de Regularização do Activo e Passivo.
- Análise de adequação e consistência das políticas de depreciação dos bens do imobilizado, bem como das amortizações do imobilizado incorpóreo.
- Análise dos encargos a pagar registados nas contas do Passivo. Análise da situação fiscal da Caixa.
- Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que a Caixa se insere. Análise da informação divulgada no Anexo das Contas.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de Gestão do Conselho de Administração com as contas examinadas e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.

6 — Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a atenção do Conselho de Administração.

7 — Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso do nosso trabalho, do Conselho de Administração, Directores e Pessoal da Caixa.

Lisboa, 10 de Março de 2006. — KPMG & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho* (ROC n.º 1081).

11 — Responsabilidade social

MG Social — O Montepio Geral e a Comunidade

Sendo o Montepio Geral um Grupo de cariz mutualista, a operar no domínio da economia social, teve desde sempre uma acção de apoio à sociedade, quer através da Associação Mutualista, quer da Caixa Económica e empresas do Grupo, quer, mais recentemente, da Fundação Montepio Geral.

Existe hoje uma melhor percepção e consciência sobre a importância das acções, apoios e políticas de Responsabilidade Social das instituições, como contributo efectivo para o desenvolvimento sustentável da sociedade em que se inserem. A Responsabilidade Social

passou a ser uma área estratégica importante e, especialmente, uma área de grande visibilidade.

O Montepio Geral, com tradição neste domínio, tem vindo a acentuar a sua acção, tendo afectado recursos humanos à área da Responsabilidade Social, na estrutura da Associação Mutualista, e criado o conceito «MG Social», cuja identidade visual é associada a todas as acções desta área.

A política de responsabilidade social traduziu-se, essencialmente, na concessão, sobretudo através da Fundação Montepio Geral, de apoios financeiros a diversas entidades. Em 2005, os apoios totalizaram 736 684,50 euros, distribuídos da seguinte forma:

Responsabilidade social — Apoios financeiros

Milhares de euros	
Áreas	2005
Artes/Ciências/Cultura/Saúde	353,6
Ação Social/Solidariedade	316,9
Bolsas de Estudo	34,5
Economia/Gestão/Ciências Sociais	21,7
Estudos sobre Mutualismo	10
<i>Total</i>	<i>736,7</i>

Entre os apoios mais importantes que foram concedidos podem mencionar-se:

a) Na área das Artes, Ciências e Cultura — Apoios à Orquestra Metropolitana de Lisboa (125 000 euros), à construção da nova biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (25 000 euros), à concessão do Prémio para cientistas sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (15 000 euros), à comemoração do 75.º Aniversário da Universidade Técnica de Lisboa (10 000 euros), à Confederação Portuguesa das Colectividades (10.000 euros), ao projecto de investigação sobre morte súbita da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (10 000 euros) e à Associação Agostinho da Silva (10 000 euros);

b) Na área da Saúde — Subsídio à Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa, para a compra de equipamento de radiologia (65.000 euros);

c) Na área da Solidariedade Social — Apoios à Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro — ACREDITAR (50 000 euros), ao projecto EQUAL «P'lo Sonho é que vivemos», na parte respeitante à Associação para o Desenvolvimento das Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas (25 000 euros), à Comissão Nacional Justiça e Paz (10 000 euros), aos Sinistrados do Maremoto no Sudeste Asiático (20 000 euros) e afectação do montante antes atribuído à compra dos tradicionais brindes da quadra natalícia (150.000 euros), à distribuição em partes iguais de subsídios a 6 Instituições de Solidariedade Social: Mão Amiga — Casa de Acolhimento; Comunidade Vida e Paz; Casa do Gaiato do Tojal; Instituto D. Francisco Gomes de Faro; Associação de Amor para a Educação de Crianças Inadaptadas da Lourinhã (APADECIL) e Obra de Frei Gil.

d) Na área das Bolsas de Estudo e Prémios Universitários — Concessão de bolsas de estudo a alunos provenientes dos PALOP's (34 500 euros). São também de referir a parte do Prémio Agostinho da Silva suportada pela Fundação do Montepio Geral e outros prémios a alunos universitários, no total de 45.678 euros (incluídos na rubrica relativa a Artes, Ciências e Cultura).

Distinção recebida no âmbito da responsabilidade social das empresas

Em 2005, é de mencionar a participação do Montepio Geral no 1.º Fórum Português de Responsabilidade Social das Organizações, realizado no Centro de Congressos, em Lisboa, e a sua distinção, através da atribuição de um diploma de mérito, no âmbito da cerimónia de lançamento do livro «Responsabilidade Social das Empresas — 25 Casos de Referência», pela prática de uma gestão socialmente responsável (o Montepio Geral foi uma das 25 entidades referidas nesse livro).

12 — Relatório e parecer do conselho fiscal

Relatório e parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas individuais de 2005 do Montepio Geral e da Caixa Económica

1 — No cumprimento das competências definidas na alínea d) do n.º 1 do artigo 36º dos Estatutos do Montepio Geral — Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea f) do

artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este órgão social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua actividade, e o seu Parecer sobre o Relatório e as Contas Individuais do exercício de 2005 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

Relatório

2 — Em 2005 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das actas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da documentação contabilística e de relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas, e ainda de reuniões de trabalho com alguns Directores mais próximos do desempenho de funções do Conselho Fiscal.

3 — Tanto o Conselho de Administração como os Directores e Serviços forneceram ao Conselho Fiscal todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

4 — Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal.

5 — Em 2005 as Contas Individuais do Montepio Geral e da Caixa Económica continuaram a ser elaboradas em conformidade, respectivamente, com o Plano de Contas das Associações Mutualistas (PCAM) e o Plano de Contabilidade para o Sector Bancário (PCSB). Chamamos, no entanto, a atenção para o facto de terem sido alteradas em 2005 pelo Conselho de Administração algumas políticas contabilísticas que antes vinham sendo seguidas, relativamente ao tratamento de algumas rubricas — Provisões e Reservas — que afectaram o Passivo e o Capital Próprio sem, no entanto, afectarem o Activo do Montepio Geral (vide notas 3 (3.9) e 21 às Demonstrações Financeiras). Chamamos também a atenção para o facto de o Conselho de Administração, na sequência antecipada da aplicação das alterações introduzidas pelos Avisos n.ºs 4/2005 e n.º 12/2005 do Banco de Portugal, ter procedido em 2005 ao registo em Resultados Transitados, do montante de cerca de 22 387 milhares de Euros, afectando neste montante o Capital Próprio da Caixa Económica (Vide Nota 21 às Demonstrações Financeiras).

6 — Na apreciação das Contas do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração as Certificações Legais das Contas e os Relatórios de Auditoria elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como os Relatórios dos Auditores elaborados pelos Auditores Independentes Multinacionais, relativos ao Montepio Geral e à Caixa Económica, entidades aquelas que, por contratação, acompanharam e auditaram ao longo e no final do exercício de 2005 a contabilidade e as Contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Ambos os documentos produzidos pelas entidades referidas foram apresentados sem reservas.

7 — O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância do Relatório sobre o Governo da Instituição relativo à CEMG, o qual está incluído no Relatório e Contas de 2005.

8 — Agradecemos a referência feita no Relatório do Conselho de Administração à nossa actividade. Acompanhamos também o Conselho de Administração no reconhecimento às Entidades, aos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no Relatório.

9 — Em consequência do trabalho desenvolvido, é convicção do Conselho Fiscal que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras das Instituições respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, e permitem compreender a sua situação financeira em 31 de Dezembro de 2005, os resultados apurados e os fluxos de caixa no exercício. Esta convicção é também suportada pelas opiniões técnicas expressas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e pelos Auditores Independentes Multinacionais, as quais acompanham o Relatório e Contas.

10 — Existe concordância entre o conteúdo do Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras.

11 — O Conselho Fiscal manifesta a sua convicção de que o desempenho global do Montepio Geral e da Caixa Económica em 2005 foi bastante positivo, registando o seu apreço por todos os que, pela sua actuação, contribuíram para isso.

12 — O Conselho Fiscal manifesta ainda a sua confiança no progresso do Montepio Geral e da sua Caixa Económica, a qual iniciou a retoma do crescimento em 2004, tendo prosseguido muito favoravelmente em 2005, apesar do pequeno crescimento verificado na economia nacional, como resultado de medidas concretas do Conselho de Administração no sentido do aumento da produtividade, baseada em adequada formação dos Trabalhadores, na crescente utilização de tecnologias evoluídas e, sobretudo, com correcções e melhorias adequadas na estrutura organizativa das Instituições.

Parecer

Na sequência do exposto no nosso Relatório, somos de parecer que merecem a Vossa aprovação:

1 — Em relação à Caixa Económica:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2005;

b) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada.

2 — Em relação ao Montepio Geral:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2005;

b) As Propostas de Aplicação dos Resultados e de Recurso aos Excedentes Técnicos e ao Fundo de Reserva Geral apresentadas pelo Conselho de Administração (ponto 7.6 do Relatório);

c) A Proposta de Atribuição de Melhorias de Benefícios (ponto 7.7 do Relatório);

d) A Proposta de Reposição no Fundo de Reserva Geral dos valores utilizados para completar os Fundos Disponíveis (ponto 7.8 do Relatório);

e) A Proposta de Atribuição da Rendibilidade dos Capitais de Reforma, da Poupança Reforma e das Modalidades Colectivas (ponto 7.9 do Relatório);

f) A Proposta de Aplicação da Verba a Transferir da Caixa Económica (ponto 7.10 do Relatório);

g) A Proposta de Aumento da Participação Financeira Institucional na Caixa Económica (ponto 7.11 do Relatório);

h) A Proposta de Dotação para a Fundação Montepio Geral (ponto 7.12 do Relatório).

3 — Em relação ao Conselho de Administração e a todos os Trabalhadores e demais colaboradores da Instituição:

Sejam aprovados votos de louvor pela actividade desenvolvida.

Lisboa, 16 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: *Vitor José Melícias Lopes*, presidente — *Leontino Raimundo Aleixo*, vogal — *José Joaquim Rosa*, vogal.

Relatório e parecer do conselho fiscal sobre o relatório e contas consolidadas de 2005 da Caixa Económica Montepio Geral

1 — No cumprimento das competências definidas na alínea f) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, do exercício de 2005 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

2 — Procedemos à análise do Relatório do Conselho de Administração sobre o Consolidado e das Contas Consolidadas, compreendendo o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005, a Demonstração dos Resultados Consolidados, as Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa, e das alterações nos Capitais Próprios relativos ao exercício de 2005 e as respectivas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3 — Na apreciação das Contas Consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas e o Relatório Anual da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre a fiscalização efectuada às Contas Consolidadas, elaborados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como o Relatório elaborado pelos Auditores Independentes Multinacionais.

4 — A Caixa Económica dando cumprimento ao disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, aplicado às Instituições Financeiras pelos Avisos n.ºs 1 a 6/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, começou em 2005 a adoptar na elaboração das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia e, para efeitos comparativos, as Contas Consolidadas de 2004, preparadas em conformidade com o PCSB, foram reexpressas também para as IFRS.

5 — Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações Financeiras Consolidadas (Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005, Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício de 2005 e respectivas Notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2005, e à forma como se formaram os resultados consolidados de 2005.

Parecer

Na sequência do exposto no nosso Relatório, somos de parecer que estão reunidas as condições para merecerem a Vossa aprovação o Relatório do Conselho de Administração sobre o Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2005.

Lisboa, 16 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: *Vitor José Melícias Lopes*, presidente — *Leontino Raimundo Aleixo*, vogal — *José Joaquim Rosa*, vogal.

13 — Participações Financeiras Do Grupo Montepio Geral**LUSITANIA — Companhia de Seguros, S. A.****Objecto e historial**

A LUSITANIA é a seguradora de ramos reais do Grupo Montepio Geral, desenvolvendo a sua actividade desde 1986.

Constituem princípios de actuação permanente da LUSITANIA:

- Manutenção de um elevado padrão de eficiência de todos os serviços;
- Promoção de uma adequada política de aplicação de recursos;
- Incremento da quota de mercado;
- Manutenção de uma permanente atitude de inovação e de crítica de actuação;
- Alta qualidade no serviço prestado a segurados e a terceiros;
- Estrita observância das leis e normas em vigor.

Durante o ano de 2005, a Lusitania continuou a implementação da decisão estratégica, tomada em 2004, de simplificar o acompanhamento da actividade de angariação de seguros originada na rede comercial da CEMG, que passou a ser efectuado directamente pela LUSITANIA. Com esta alteração, pretendeu-se sobretudo potenciar o aumento do volume de negócios da área de seguros gerado pela rede da CEMG, através da maior proximidade entre os vários intervenientes no processo, e permitir a efectiva implementação do conceito de Bancasseguros no Grupo MG. Na óptica de aperfeiçoamento da oferta de produtos e sua adequação às necessidades da rede comercial da CEMG e mediadores, a LUSITANIA lançou novos produtos no decurso do ano, de que se destaca o novo seguro de automóvel «MG Auto», exclusivo do Canal Bancasseguros, o qual apresenta características inovadoras.

Indicadores Financeiros

Em 2005, a LUSITANIA atingiu um volume de negócios (Prémios Brutos Emitidos) de 129,7 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 6,3 % face ao ano anterior.

Este crescimento superou claramente o crescimento global do mercado Não Vida (1,35 %), sendo a LUSITANIA, entre as 10 maiores companhias do sector, a segunda com maior crescimento.

Verificou-se um substancial aumento dos resultados líquidos, de 13,6 %. Isto traduziu-se em aumentos dos níveis de rentabilidade, com o ROA a aumentar de 1,19 %, em 2004, para 1,29 %, em 2005, e o ROE a aumentar de 8,76 % para 9,19 %, no mesmo período.

Com este desempenho, a LUSITANIA conservou o 10.º lugar no ranking do Mercado Não Vida e aumentou a sua quota numa décima, para 3,2 %, entre as seguradoras com actividade em Portugal, sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal.

Indicadores financeiros**Milhares de euros**

Designação	2005	2004	Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
Activo líquido	238 586	214 031	24 555	11,5
Recursos próprios	33 351	31 677	1 674	5,3
Prémios brutos emitidos	129 725	122 023	7 702	6,3
Resultado do exercício	2 911	2 563	348	13,6
ROA	1,29 %	1,19 %	+0,1 p. p.	—
ROE	9,19 %	8,76 %	+0,43 p. p.	—
Número de trabalhadores a 31 de Dezembro	331	330	1	0,3

LUSITANIA VIDA — Companhia de Seguros, S. A.**Objecto e historial**

A LUSITANIA VIDA, seguradora do ramo Vida do Grupo Montepio Geral, foi constituída em Maio de 1987. É a seguradora especializada em seguros de vida individuais e de grupo, dispondo de coberturas para os riscos de morte, invalidez, acidentes e subsídio diário de internamento.

Em 2005, à semelhança do que se verificou com a LUSITANIA, aprofundou-se a optimização do canal de comunicação entre a companhia e a rede comercial da CEMG, com a eliminação da intermediação da Leacock, tendo por objectivo a melhoria da capacidade de resposta às solicitações dos clientes e o aumento do volume de negócios do Grupo MG nesta área.

Neste período, a actividade da LUSITANIA VIDA foi, essencialmente, orientada para o desenvolvimento de produtos de capitalização, a comercializar pela rede bancária, mas não descurando o acom-

panhamento do canal mediadores. Foram lançados seis novos Seguros de Capitalização, especificamente para dar resposta às necessidades dos Clientes da CEMG.

Indicadores financeiros

Em 2005, a LUSITANIA VIDA registou uma receita de prémios emitidos de 105,5 milhões de euros, o que representou uma variação positiva de 29,9 % em relação a 2004.

A colocação de produtos pelo canal bancário é responsável por 89,3 % da receita acima indicada, sendo os restantes 10,7 % assegurados pelo canal mediação. Dos seguros subscritos por intermédio do canal bancário, 86,5 % respeitam a seguros de capitalização, área em que a actividade registou um maior dinamismo.

Beneficiando do aumento da actividade nos seguros de capitalização, o activo líquido da LUSITANIA VIDA registou um aumento de 28,9 %, em 2005, o que determinou, igualmente, um elevado impacto ao nível dos resultados (+53,6 %).

Indicadores financeiros**Milhares de euros**

Designação	2005	2004	Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
Activo líquido	262 136	203 378	58 758	28,9
Recursos próprios	21 046	17 261	3 785	21,9
Prémios brutos emitidos	105 500	81 189	24 311	29,9
Resultado do exercício	2 192	1 427	765	53,6
Cash Flow	46 828	70 541	- 23 713	- 33,6

Designação	2005	2004	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
ROA	0,94 %	0,85 %	+0,9 p. p.	—
ROE	12,70 %	10,44 %	+2,3 p. p.	—
Número de trabalhadores a 31 de Dezembro	25	25	0	0,0 %

FUTURO — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.**Objecto e historial**

A Futuro dedica-se, desde a sua fundação, em 1988, à gestão de Fundos de Pensões, em duas vertentes principais: gestão de fundos de pensões fechados de grandes empresas e gestão de fundos de pensões abertos (PPR/PPR-E) destinados a PME's e a clientes particulares. Integra, desde o final de 2003, a Direcção da APFIPP, associação representativa do sector de gestão de fundos de investimento, fundos de pensões e patrimónios.

Em 2005, o total dos activos sob gestão da Futuro aumentou 16,4 %, reflectindo diferentes desempenhos, por tipo de fundo gerido. Nos fundos abertos, assistiu-se à estagnação dos montantes sob gestão, resultante da eliminação dos benefícios fiscais à subscrição, e que foi compensado por um crescimento, de 24,2 %, dos fundos de pensões fechados.

Em consequência, os fundos de pensões fechados passaram a representar 73 % do total dos fundos geridos pela Futuro (69 %, em 2004), cabendo aos fundos abertos de PME 1 % e aos fundos abertos de particulares 25 %. Da carteira de fundos abertos comercializados, destaca-se o fundo PPR-5 *, o maior de entre os seis fundos de pensões abertos geridos pela Futuro, e o mais antigo fundo PPR do mercado.

No *ranking* das sociedades gestoras, em termos de montantes de fundos de pensões sob gestão, a Futuro passou de 7.º para 6.º lugar,

o que correspondeu a uma quota de mercado de 5,5 %, no final do ano de 2005.

Encontra-se confiada à Futuro a gestão do Fundo de Pensões do Montepio Geral, que atingiu uma rentabilidade total de 5,7 %, no ano de 2005.

Indicadores financeiros

Os proveitos de exploração sofreram em 2005 uma redução de 1,1 %, explicada pela perda de receitas associada à saída de fundos (cerca de 300 milhões de euros) para a Caixa Geral de Aposentações.

Não obstante a diminuição das receitas, o Resultado Líquido e o *Cash-flow* apresentaram aumentos consideráveis, espelhando uma diminuição significativa dos custos operacionais, com destaque para a redução observada na rubrica de fornecimento e serviços externos, fruto da implementação de medidas de racionalização de custos. Relembre-se que os resultados de 2004 foram negativamente afectados pela regularização de uma verba de Balanço incluída em Clientes — Médio/Longo Prazo, no seguimento da decisão da Futuro de alterar a política contabilística de registo dos resgates de fundos abertos.

Com o objectivo de otimizar o capital afecto à actividade, a Futuro reduziu, no final de 2005, o capital social da sociedade, de 4,3 milhões de euros para 2,6 milhões de euros, facto que, conjugado com o aumento dos resultados, permitiu aumentar a rentabilidade do activo médio, de 5,3 % para 18,1 %, e a rentabilidade dos capitais próprios, de 6,3 % para 20,7 %.

Indicadores financeiros

Designação	2005	2004	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
Activos de gestão	1 407 385	895 342	147 043	16,4
Activo líquido	7 397	7 690	— 293	— 3,8
Recursos próprios	5 895	6 620	— 725	— 10,9
Prémios brutos emitidos	6 608	6 682	— 74	— 1,1
Resultado do exercício	1 367	416	951	228,7
<i>Cash Flow</i>	1 551	571	980	171,8
ROA	18,12 %	5,27 %	12,9 p. p.	—
ROE	20,65 %	6,25 %	14,4 p. p.	—
Número de trabalhadores a 31 de Dezembro	35	35	0	0,0

MG Gestão de Activos Financeiros — SGFIM**Objecto e historial**

Na sequência da publicação do novo enquadramento jurídico da actividade de gestão de activos por conta de terceiros (Decreto-Lei 252/2003, de 17 de Outubro), o Grupo MG decidiu concentrar a gestão de patrimónios financeiros numa única entidade, no ano de 2004. Assim, nesse ano, a designação da sociedade MG Fundos foi alterada para MG Gestão de Activos Financeiros e o seu âmbito de actividade, anteriormente limitado à gestão de fundos de investimento mobiliário, foi alargado ao capital de risco e à gestão de patrimónios. A reestruturação desta área de negócio ficou concluída em 2005, com a liquidação da MG Patrimónios, cuja actividade havia sido totalmente integrada na MG Gestão de Activos Financeiros ainda no decorrer de 2004.

No final de 2005 o montante de activos sob gestão da MG Gestão de Activos Financeiros era de 1.103,5 milhões de euros, 1,5 % acima do valor observado em 2004. Esta evolução reflecte, essencialmente, a estagnação observada na actividade de gestão discricionária de carteiras, influenciada negativamente pelo efeito da integração na Caixa Geral de Aposentações de activos de Fundos de Pensões de empresas do sector estatal. A actividade de gestão dos fundos de investimento

mobiliário observou maior dinamismo, com a carteira de activos sob gestão a atingir um crescimento de 5,7 %, fixando-se em 366,5 milhões de euros, no final do ano, o que representava uma quota de mercado de 1,3 %.

No segmento de negócio dos fundos de investimento mobiliário, a MG Gestão de Activos Financeiros alargou a oferta para treze fundos, com o lançamento de dois novos fundos de acções sectoriais, aproveitando o actual contexto de aumento da procura de fundos de maior rentabilidade e risco.

Indicadores financeiros

O volume de negócios da MG Gestão de Activos Financeiros atingiu cerca de 2 milhões de euros no final do ano de 2005, tendo observado um acréscimo de 23 % em resultado do aumento do peso dos fundos de renda variável e dos fundos de fundos no total da carteira de fundos de investimento mobiliário. Estes geram comissões por unidade de activo superiores às dos fundos de renda fixa.

Beneficiando do acréscimo das receitas e do esforço de contenção de custos, iniciado em 2004, com a fusão das actividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão individual de carteiras, o resultado líquido e o *Cash-flow* cresceram, 11 % e 10 %, respectivamente.

Indicadores financeiros

Designação	2005	2004	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
Activos de gestão *	366 523	364 903	19 620	16,4
Activo líquido	2 570	2 502	68	— 3,8
Recursos próprios	2 172	2 109	63	— 10,9
Prémios brutos emitidos	1 959	1 593	366	— 1,1
Resultado do exercício	331	298	33	228,7
Cash Flow	368	334	34	171,8
ROA	13,04 %	14,37 %	— 1,3 p. p.	—
ROE	15,68 %	20,34 %	— 4,7 p. p.	—
Número de trabalhadores a 31 de Dezembro	14	13	1	7,7

(*) Apenas FIM

LEACOCK (Seguros), L.^{DA}

Objecto e historial

Na sequência da decisão tomada no decurso do exercício de 2004 no qual se operou uma alteração substancial no modo de funcionamento da área de seguros (ramos reais e vida) dentro do Grupo MG, a Leacock deixou de mediar os negócios originados na rede comercial

da CEMG, o que originou uma redução substancial da actividade mediada pela Leacock.

Indicadores financeiros

Face à alteração acima mencionada, a Leacock registou uma diminuição de 79,5 % no volume de negócios, a que correspondeu um rácio ROE de 2,33 % e um ROA de 1,46 %.

Indicadores financeiros

Designação	2005	2004	Milhares de euros	
			Variação	
			Absoluta	Relativa (Percentagem)
Activo líquido	4 602	6 944	— 2 342	— 33,7
Recursos próprios	2 654	3 630	— 976	— 26,9
Prestação de serviços	1 177	5 735	— 4 559	— 79,5
Resultado do exercício	84	1 079	— 994	— 92,2
Cash Flow	202	1 234	— 1 032	— 83,6
ROA	1,46 %	16,89 %	— 15,4 p. p.	—
ROE	2,33 %	38,17 %	— 35,8 p. p.	—
Número de trabalhadores a 31 de Dezembro	13	38	— 25	— 65,8

Banco Montepio Geral Cabo Verde

Objecto e historial

O Banco Montepio Geral Cabo Verde é uma instituição de crédito de direito local, constituída, no final de 2005, pela CEMG. É uma unidade autónoma de negócio, tendo a sua actividade centralizada na captação de funding proveniente de entidades residentes e não residentes, desempenhando o papel de instrumento institucional da CEMG para actividades de índole internacional. Na sequência da criação do Banco Montepio Geral Cabo Verde, foi decidido encerrar a actividade do Banco MG Cayman e da Sucursal Financeira Exterior da Madeira.

Indicadores financeiros

Em milhares de euros	
Designação	2005
Activo líquido	237 860
Recursos próprios	7 001
Resultado do exercício	108

O resultado do exercício de 2005 tem uma expressão muito reduzida, dado que a instituição iniciou a sua actividade no final do ano.

14 — Reconhecimento

A falta de dinamismo do crescimento económico e o pessimismo dominante na sociedade portuguesa tornaram o exercício de 2005 difícil. Não obstante esta problemática, o ano de 2005 foi marcado, na nossa Instituição, por acontecimentos relevantes.

Na Associação Mutualista, comemorámos 165 anos de actividade, o que demonstra a capacidade de adaptação às exigências de cada momento, bem como a actualidade dos valores que defendemos. Vimos reconhecido, pela sociedade portuguesa, o projecto mutualista que desenvolvemos, o qual já ultrapassou os 300 mil Associados, e reforçámos a posição de maior Associação Mutualista do País.

Por outro lado, no domínio bancário, onde a Caixa Económica actua há 161 anos, apesar das condições adversas do contexto económico, a Instituição revelou uma renovada capacidade de adaptação e de crescimento. Definiram-se orientações estratégicas no sentido da diversificação de mercados, de produtos e de actividades; prosseguiram-se o desenvolvimento tecnológico dos sistemas de apoio à gestão e de controlo de riscos e a adaptação da estrutura orgânica às exigências da dinâmica do mercado e às novas regras prudenciais.

Nas condições actuais do mercado, aliar os valores de uma instituição solidária e socialmente responsável às exigências da pressão competitiva é uma tarefa árdua, mas que tem sido possível concretizar, com o trabalho intenso e o esforço empenhado e solidário de todos. Por isso, o Conselho de Administração dirige a todos uma palavra de elevado apreço e reconhecimento, designadamente aos Associados, Clientes e Autoridades, agradecendo, em nome de toda a grande equipa que constitui o Montepio Geral, a confiança e o estímulo que nos transmitiram.

Expressamos de uma forma muito particular os agradecimentos:

• Ao actual Executivo, designadamente, aos Senhores Primeiro Ministro, Ministros das Finanças, do Trabalho e Solidariedade e da Saúde, e aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, que, compreendendo as dificuldades e as especificidades da nossa Instituição, souberam dar-lhe resposta e, também, reconhecer as potencialidades e a missão que as Mutualidades, em geral, e o Montepio Geral, em particular, desempenham na sociedade portuguesa;

• Ao Senhor Governador do Banco de Portugal, bem como ao seu Conselho de Administração e Direcções, pelo apoio, compreensão e forma atenta como têm acompanhado a evolução da Instituição;

• À Associação Portuguesa de Bancos e às Instituições de Crédito em geral, por todo o apoio prestado;

• À Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela assistência e esclarecimentos prestados;

• As várias organizações mutualistas, nacionais e estrangeiras, pela disponibilização e colaboração manifestadas;

• Aos Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal, pela colaboração e pelo auxílio prestado;

• Aos Associados e Clientes, pela confiança depositada e pela colaboração prestada;

• Aos empregados e demais colaboradores, pela inestimável dedicação e empenho, sempre identificados com as estratégias e a cultura da Instituição, propiciando uma decisiva contribuição para enfrentar e vencer os desafios presentes e futuros.

Ao submeter o presente Relatório e Contas à apreciação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração propõe que esta o acompanhe no voto de agradecimento e de reconhecimento anteriormente referidos, bem como no voto de profundo pesar em memória dos Associados e Trabalhadores falecidos.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração: *José da Silva Lopes*, presidente — *Alberto José dos Santos Ramalheira* — *Ludovico Morgado Cândido* — *José de Almeida Serra* — *António Tomás Correia*.

Certidão

Para os efeitos referidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de

Setembro e no Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, eu, António da Costa Leal, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, certifico que na Assembleia Geral Ordinária, efectuada no dia 30 de Março de 2006, com a presença de 108 associados, foi aprovado, por maioria (apenas com um voto contra), o Relatório, as Contas e os Actos do Conselho de Administração relativos ao exercício de 2005, da Caixa Económica Montepio Geral anexa ao Montepio Geral Associação Mutualista.

Na sequência da aprovação do Parecer do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deliberou favoravelmente sobre:

• O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2005;

• A Proposta do Conselho de Administração relativamente à aplicação dos resultados líquidos, a saber:

	Milhares de euros
Para reserva legal	9 062
Para reserva especial	2 266
A Transferir para o Montepio Geral — Associação Mutualista	11 597
<i>Total</i>	<u>22 925</u>

Para constar e para os supramencionados efeitos foi passada a presente certidão que constitui extracto da acta da sessão da Assembleia Geral de 30 de Março de 2006 e que vai, por mim, assinada na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral e autenticada com o selo branco da Instituição.

Lisboa, 5 de Abril de 2006. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *António da Costa Leal*.

1000305391

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
